



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Neoliberalismo, imperialismo e democracia:
uma perspectiva a partir de leituras decoloniais e marxistas**

Lays Bárbara Vieira Moraes

Brasília - DF

2025

Lays Bárbara Vieira Moraes

**Neoliberalismo, imperialismo e democracia:
uma perspectiva a partir de leituras decoloniais e marxistas**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – Ipol/UnB, como requisito parcial para obtenção de título de doutora em Ciência Política.

Área de Concentração: Democracia e Sociedade

Orientador: Dr. Thiago Trindade

Brasília - DF

2025

Não existe futuro sem passado.

[...] nós zapatistas do EZLN nos levantamos em armas em janeiro de 1994 porque vimos a quantidade de maldade que nos fazem os poderosos, que só nos humilham, nos roubam, nos prendem e nos matam e ninguém diz e nem faz nada. Por isso nós dissemos basta. Ou seja, que já não vamos permitir que nos desprezem [...] e então também dissemos que queremos a democracia, a liberdade e a justiça para todos [...] nós queremos lutar sim com todas as pessoas simples e humildes como nós, que passam por grande necessidade e que sofrem a exploração e roubo dos ricos e de seus maus governos.

6ª Declaração da Selva Lacandona,
Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), 30 de junho de 2005

Una de las cuestiones que aprendí del feminismo fue a sospechar de todo, dado que los paradigmas que se asumen em muchos âmbitos académicos están sustentados em visiones y lógicas masculinas, classistas, racistas y sexistas.

Ochy Curiel

O colonialismo é uma sanguessuga de duas bocas: uma voltada para o proletariado da metrópole, outra para o proletariado das colônias.

Ho Chi Minh

Quando não souber para onde ir, olhe para trás e saiba pelo menos de onde você vem
Provérbio africano

La vida es demasiado corta como para no enamorarse. Enamórate de tí mismo, de quien eres, de lo que haces, de tus valores, de tus creencias. No creo que haya mejor forma de impactar em outras personas que siendo tú mismo
Young Miko (cantora portoriquenha)

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de iniciar esses agradecimentos sem citar a grande e importante colaboração de minha mãe, dona Mirlei, nesses últimos anos em que o trajeto Goiânia/Brasília se tornou uma constante. Agradeço ao meu orientador, Thiago Trindade, pelo apoio e acolhimento. Aos membros da banca de qualificação, os quais contribuíram para que essa tese tomasse outros caminhos. As discussões e debates no grupo de pesquisa Geourb (UnB) e a integrantes de outros grupos que também me abriram perspectivas. Um agradecimento especial ao amigo Gustavo Serafim, responsável pela revisão dessa tese. A Capes pela bolsa de pesquisa. As amizades e colegas de jornada (é sobre isso).

RESUMO

Este é um trabalho de natureza teórico-analítica, histórica e empiricamente orientada, que buscou tanto tensionar como ampliar os estudos predominantes sobre neoliberalismo no campo da Ciência Política brasileira. Isso foi feito a partir da execução de uma revisão de literatura de tipo narrativa e influenciada por leituras decoloniais e marxistas. Propõem-se: descrever e analisar como o projeto neoliberal se relaciona com o debate sobre imperialismo; e pensar como essa relação se reflete nas realidades da região. Paralelamente, se realiza o resgate e recolocação de conceitos e autoras/autores subalternizados e/ou deixados de lado pela área, como o próprio debate sobre imperialismo e a Teoria da Dependência. Se assume o caráter multifacetário e complexo do conhecimento, defendendo uma Ciência Política interdisciplinar ao tentar construir uma argumentação que responda à questão: a lógica neoliberal aplicada na América Latina é uma continuidade da lógica de políticas imperialistas na contemporaneidade? Resulta que ambos coexistem de forma siamesa e um serve ao outro em momentos distintos. Conclui-se também que nunca foi sobre um Estado mínimo, mas sim sobre uma reengenharia e reestruturação do papel do Estado em prol do capital, de reconfigurações de ferramentas de submissão e exploração e sobre mutações do neoliberalismo e do imperialismo. O exemplo apresentado é o da chamada Onda Rosa, que funcionou em grande medida como uma estratégia para estabilizar e legitimar essa reestruturação. Isso se mostrou necessário porque com a continuidade das formas de dependência e das lógicas extrativistas, se regressou a uma acumulação por despossessão, com o Estado no centro, que precisava adquirir um novo modelo de dominação política configurando democracias restrinidas. Assim, a implementação, desenvolvimento e perpetuação dessa estratégia não só fortaleceu materialmente o processo de acumulação do capital, via continuidade da dependência, mas também colaborou para processos de despolitização.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Imperialismo; América Latina, Estado; Mutações

ABSTRACT

This theoretical-analytical, historically, and empirically oriented work aims to expand and challenge the prevailing studies on neoliberalism in Brazilian Political Science. This was accomplished through a narrative literature review influenced by decolonial and marxist approaches. The aims are to describe and analyze how the neoliberal project relates to the debate on imperialism; and to consider how this relationship is reflected in the realities of the region. At the same time, concepts and authors that have been relegated and/or neglected by the field are recovered and repositioned, such as the debate on imperialism itself and Dependency Theory. The multifaceted and complex nature of knowledge is recognized, advocating for an interdisciplinary approach to Political Science by attempting to construct an argument that answers the question: Is the neoliberal logic applied in Latin America a continuation of the logic of contemporary imperialist policies? It turns out that both coexist interconnectedly and serving each other at different moments. It also concludes that it was never about a minimal state, but rather about reengineering and restructuring the state's role in favor of capital, reconfiguring the tools of submission and exploitation and about mutations of neoliberalism and imperialism. The example presented is the so-called Pink Wave, which largely functioned as a strategy to stabilize and legitimize this restructuring. This proved necessary because, with the continuation of forms of dependency and extractive logics, there was a return to accumulation by dispossession, with the state at the center, which needed to acquire a new model of political domination, configuring restricted democracies. Thus, the implementation, development, and perpetuation of this strategy not only materially strengthened the process of capital accumulation, via the continuation of dependency, but also contributed to processes of depoliticization.

Keywords: Neoliberalism; Imperialism; Latin America; State; Mutations

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BRICS – Bloco político de cooperação formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESO – Centro de Estudios Socioeconómicos
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
FA – Frente Amplia (Uruguai)
FMLN – Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (El Salvador)
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua)
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana
IPOL – Instituto de Ciência Política
MAS – Movimento ao Socialismo (Bolívia)
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NBD – Novo Banco de Desenvolvimento
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB – Produto Interno Bruto
PSCh – Partido Socialista do Chile
PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela
PT – Partido dos Trabalhadores (Brasil)
SWIFT – Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications
UFC – United Fruit Company
UFG – Universidade Federal de Goiás
Unasul – União das Nações Sul-Americanas
UnB – Universidade de Brasília
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	12
Como foi desenhada essa (intensa) trajetória.....	12
A revisão narrativa.....	17
Sul global e perspectiva decolonial.....	19
A influência marxista.....	23
Breves apontamentos sobre Ciência Política interdisciplinar e uma defesa da ampliação da noção de Estado.....	26
Um balanço do momento democrático atual.....	37
Como está organizada e se apresenta a pesquisa.....	45
CAPÍTULO I. Uma definição para imperialismo e para neoliberalismo.....	48
1.1-Imperialismo.....	48
1.1.1- Apontamentos gerais sobre o fenômeno na região latino-americana.....	48
1.1.2-A chamada perspectiva clássica.....	56
1.1.3-Fim ou continuidade adaptativa?.....	71
1.1.4-Novas aparências, velha essência ;.....	73
1.2-NEOLIBERALISMO.....	77
1.2.1-Para iniciar a questão.....	77
1.2.2-Neoliberalismo como reestabelecimento de acumulação e poder de classe	81
1.2.3-Neoliberalismo e insegurança social: contenção punitiva como complemento à desregulamentação econômica.....	88
1.2.4-A subjetividade do projeto neoliberal.....	94
1.2.5-Uma outra possibilidade de categorização: pensando desde o Sul.....	104
CAPÍTULO II. Capitalismo na América Latina: desenvolvimento e dependência.....	112
2.1-O entendimento hegemônico sobre desenvolvimento e a oposição do pensamento latino-americano.....	112

2.2-Mais do que original, uma contribuição radical do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento.....	119
2.3-O subdesenvolvimento na América Latina.....	124
2.4-A Teoria da Dependência: aspectos gerais e o Grupo de Brasília.....	130
2.5-Mecanismos de manutenção da dependência e entraves ao desenvolvimento: sanções, dívida pública e cortes de austeridade.....	139
Capítulo III. Mutações, consensos e amargas continuidades.....	152
3.1–Uma suposta crise e a Onda Rosa: pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo como proposta de solução.....	157
3.2–Pós-neoliberalismo em essência: maquiagem progressista para formas de dominação política.....	166
3.3–Pós-neoliberalismo como mutações consubstancializadas.....	178
CONCLUSÃO: Caminhando em complementariedade: o neoliberalismo como movimento integrante e superior da continuidade imperialista.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	196

INTRODUÇÃO

Como foi desenhada essa (intensa) trajetória

Abya Yala é um termo que se contrapõem ao termo América Latina para se referir ao nosso território, tendo em vista que ele se origina do processo de colonização. Abya Yala vem dos povos indígenas Kuna, da região do Panamá e Caribe colombiano e pode ser traduzido como “Terra Viva”. Hoje vários povos originários em todo o nosso continente se referem ao território da América como Abya Yala. O termo é resistência e reafirmação de um futuro que hoje deve ser antes de tudo ancestral. Em respeito e alusão a essa luta, utiliza-se o termo em alguns momentos desse trabalho, em substituição ao termo “América Latina”.

O esforço de pesquisa que se segue se insere no campo de uma Ciência Política que se propõem interdisciplinar. Mais especificamente, ela se centra no ramo da Economia Política e é influenciada por leituras pós-coloniais (como, por exemplo, escrever em primeira pessoa), destacadamente a decolonial, e por leituras marxistas. Busca-se adotar na análise uma perspectiva desde o Sul, em oposição a uma Ciência Política hegemônica (centrada na produção norte-americana e europeia). Busca-se resgatar categorias e desenvolver diálogos que ofereçam mais abrangente leitura das nossas realidades (sem excluir a produção desde o Norte). Nessa Ciência Política interdisciplinar, me inspiro nos trabalhos de Ballestrin (2013; 2017; 2018) e com os quais também busco contribuir e ampliar a agenda de pesquisa proposta.

O presente trabalho tem natureza teórica-analítica, histórica e empiricamente orientada. Ou seja, procura-se explorar com maior proximidade um problema apresentado, de modo a fornecer informações para uma ampliação de agenda de pesquisa e/ou análises mais precisas e críticas sobre o tema. Aqui, irá se apresentar um estudo descritivo do fenômeno neoliberal realmente existente com recorte para a América Latina. E mais: busco evidenciar 1) uma questão importante que muitas vezes permanece negligenciada: a influência do imperialismo¹ no fenômeno neoliberal; e 2)

¹ Um momento que não é apenas inicial no capitalismo, mas também como processo presente na reprodução do próprio sistema e essencial para sua existência. Que permanece em desenvolvimento e com reformulações contínuas. Se discutirá mais detidamente a categoria no capítulo seguinte.

uma comum omissão de territórios periféricos nos debates. No mais, os dados que serão trazidos são extraídos das próprias obras consultadas, de fontes e instituições oficiais, de veículos de mídia (nacional, internacional e independentes) e de coletivos e movimentos da sociedade civil.

Essa é uma pesquisa qualitativa de teoria política que se esforça para dialogar com outros campos disciplinares; e que entende aqui a política de forma mais ampla, como conflito e disputas no que tange as formas de organização, a legitimidade e definição da agenda pública de uma dada sociedade. Sem apartá-la de suas dimensões sociais, culturais, econômicas e históricas. Ao longo dos capítulos e subtópicos, quando se fala de Ciência Política, não se fala apenas de Estado, de instituições, de eleições. Sim, isso é Ciência Política (e uma parte bem importante). Mas, isso é uma parte do que compõem a Ciência Política e não o seu todo. Logo, aqui a Ciência Política está mais ligada a noção do estudo do poder, das várias e diferentes formas e relações de poder. Dessas várias e diferentes formas e relações que muito comumente se convertem em hierarquias e formas de dominação. Entender a Ciência Política assim nos permite compreender que esse campo do conhecimento é extremamente amplo e diverso em potencialidades, estando presente em uma imensidão de esferas da nossa vida, do nosso cotidiano.

As páginas que se seguem buscam descentralizar a análise e se inserir e ampliar uma agenda de pesquisa que coloque a Ciência Política brasileira em diálogo com uma perspectiva decolonial. Se, por um lado, várias análises sobre o neoliberalismo, essenciais para entender os fenômenos democráticos na atualidade, acabam por apenas evidenciar experiências relacionadas a Estados Unidos e Europa Ocidental; por outro lado, ao tentar analisar as democracias latino-americanas e sua relação com o neoliberalismo a partir de tal leitura, corre-se o risco de pura a simplesmente importar tais teorias gerando limites interpretativos.

Um conjunto de variáveis e fatores relevantes para a determinação do desenvolvimento democrático são desconsiderados em nome da rigidez da disciplina, afetando especialmente países que já combinaram autoritarismo e neoliberalismo antes do próprio aparecimento do conceito de pós-democracia. [...] O entendimento sobre a consequência da pós-democracia como consequência do canibalismo entre os princípios liberais na política, na economia já não esteve na fundação corrompida dos países pós-coloniais? Colonialismo e escravidão foram instituições antiliberais desenvolvidas nas colônias simultaneamente ao desenvolvimento das instituições liberais nas metrópoles. Assim, a inserção da história das

relações geopolíticas globais é fundamental para compreender os diferentes desenvolvimentos do capitalismo, do liberalismo e da democracia. A condição pós-colonial teve impactos nessas trajetórias, razão pela qual se deve evitar uma transposição acrítica ou pouco cuidadosa do diagnóstico [...]. (BALLESTIN, 2018, p. 158. Grifos próprios).

O texto do qual foi extraído o trecho acima salienta urgentes desafios analíticos e normativos no campo da Ciência Política. Destacadamente, a necessidade de ter como base o fato de que as dinâmicas coloniais, imperiais e, mais recentemente, neoliberais se apossaram tanto do Estado e da democracia, como das várias esferas da vida social. Mas, essas dinâmicas não configuraram um sintoma ou novidade, e sim reflexos e resultantes de uma velha e conhecida dinâmica no continente latino-americano.

Visa-se então ampliar o repertório explicativo do campo, via inclusão e compreensão de paradoxos conceituais, experiências históricas e especificidades pós-coloniais. Por óbvio, também se assume que em cada país do continente tem-se questões próprias. Mas, essa pesquisa não visa uma explicação geral e homogênea para o continente, apenas apontamentos gerais e tendências que ajudem a entender melhor e adaptar melhor o debate e a potencialidade explicativa para a região.

Defendo duas contribuições possíveis da presente pesquisa: 1) aprofundar os debates sobre neoliberalismo e os debates sobre imperialismo na contemporaneidade; e 2) que tipo de configuração eles implicam para a periferia do capitalismo global.

Como será detalhado ao longo do primeiro capítulo, o projeto neoliberal nasce em um contexto histórico específico, como movimento político-intelectual com um objetivo: combater uma conformação estatal de caráter social-democrata e/ou socialista e uma suposta crise moral na sociedade ocidental. Esse projeto iniciou seus desdobramentos mais concretos entre os anos de 1970 e 1980, com a ditadura chilena e pouco depois as políticas de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Posteriormente, foi transformado de vez em modelo de governo e difusão de racionalidade, um sistema institucionalizado de poder global.

Contudo, o modelo anterior supostamente a ser combatido, o estado de bem-estar social, nunca foi uma realidade ampla nos países periféricos. A América Latina nesse período era marcada por políticas de caráter desenvolvimentista, por exemplo. Então, as perguntas que guiam a construção desse trabalho são: podemos diferenciar a adoção de uma cartilha neoliberal de uma reciclagem ou renomeação de elementos imperialistas? Explico melhor: não seria a lógica neoliberal aplicada na periferia latina

do capitalismo uma continuidade da lógica de políticas imperialistas na contemporaneidade?

Tendo em vista a aparente relação entre esses dois fenômenos, destrincho como os principais objetivos dessa pesquisa: 1) identificar e apresentar lacunas na literatura *mainstream* referente ao tema; 2) analisar como o projeto neoliberal se relaciona (ou não) com o debate sobre imperialismo; 3) pensar como a relação entre neoliberalismo e o imperialismo na região se refletem nessas realidades e pode contribuir para uma agenda de pesquisa interdisciplinar na Ciência Política.

Concomitantemente, busco realizar tal empreitada de pesquisa mediante o resgate e recolocação no debate do campo de conceitos e autoras/autores subalternizados e/ou deixados de lado pela Ciência Política brasileira (ou relegados a um nicho específico), tal como o próprio debate sobre imperialismo. Ou seja, aqui também busco exercitar um enfrentamento referente a colonialidade epistêmica (isso será mais bem detalhado adiante), adotando principalmente a perspectiva de uma Ciência Política sob a lente analítica decolonial em diálogo com o marxismo ao logo da tentativa de responder à questão que guia a tese e a construção de um argumento.

Além disso, tento enfatizar o próprio subcampo disciplinar denominado de Economia Política, reafirmando a inseparabilidade entre política e economia (como Karl Marx e outras várias autoras e autores já defenderam). Essa inseparabilidade foi algo que, na medida em que se vai aprofundando nos estudos sobre neoliberalismo, fica ainda mais evidente.

Frente a essa dupla empreitada (recolocação no debate e ênfase em um subcampo), a tese defende que o debate entre marxismo e pós-colonialismo, longe de negar suas diferenças, possui linhagens comuns e problemas compartilhados. Como demonstrado em Borba e Benzaquen (2020), o diálogo construtivo e pertinente dessas abordagens possibilita o fortalecimento de uma teoria crítica e antieuocêntrica. Apesar de o marxismo se constituir como uma crítica à modernidade, ele compartilha o horizonte histórico da sua época, assim como o próprio Marx (especialmente em suas obras de juventude) foi marcado pela filosofia eurocêntrica de Hegel. Contudo, a perspectiva de que o resto do mundo não está subsumido a suposta uniformidade do mundo social europeu (heterogeneidade do tempo histórico) serviu de substrato para importantes desdobramentos, como o tema do imperialismo.

Este último, por sua vez, se tornou um importante marco da crítica ao colonialismo, aprofundada ao longo do século XX pela Teoria da Dependência. Mas, os

estudos pós-coloniais possuem uma heterogeneidade muito grande. Para fins didáticos, é possível discernir algumas correntes, mesmo que não recebam diretamente esse nome. A primeira teria origem no pensamento anti-imperialista ligado às lutas de libertação nacional e ao terceiro-mundismo no século XX, principalmente em África, Ásia e Caribe. Uma segunda, desmembrada da primeira, se organiza ao redor da diáspora africana no Atlântico Negro, discutindo principalmente raça, identidade e cultura (BORBA e BENZAQUEN, 2020).

Uma terceira corrente se origina no pensamento latino-americano, que passou a reivindicar o termo “decolonial” por conta da necessidade de confrontar a herança do colonialismo. Ao invés de simplesmente demarcar com o prefixo “pós”, a ideia seria descolonizar. A quarta linhagem de pensamento pós-colonial vem das e dos intelectuais indianos vinculados aos estudos subalternos. E a última corrente, surgida na década de 1980, vem do encontro entre feminismo e pós-colonialismo, questionando pressupostos universais do primeiro, com trabalhos marcantes de feministas pós-coloniais latino-americanas e sul-asiáticas (BORBA e BENZAQUEN, 2020).

Enfocando a terceira dessas correntes, a construção argumentativa a ser trabalhada se configura em: não podemos afirmar isso para todos os territórios periféricos, mas a tendência que se identifica é que na América Latina as políticas neoliberais são continuidades atualizadas (mas, não as únicas) das velhas lógicas imperialistas que mazelam a região desde as primeiras invasões europeias. O que só foi possível mediante a atuação fundamental do Estado. Essa tese crê que entender o fenômeno neoliberal dessa forma para se analisar nossas realidades poderá contribuir para análises mais verossímeis.

A ideia é desenvolver uma argumentação para se compreender esse processo. Para tal empreitada, buscando intersecções e conexões, utilizarei a revisão narrativa da literatura escolhida, tentando situar também o contexto em que são produzidas. Igualmente importante, é começar colocando alguns pontos de referência que darão sul² a essa pesquisa e que funcionam como a base dessa tentativa de construção de argumentos, análises e do desenvolvimento das perguntas colocadas anteriormente.

2 Inversão proposital para fazer frente a noção de “dar um norte” no sentido de guia, “nortear”. Entendida aqui como um exemplo corriqueiro de internalização de lógicas que reproduzem uma perspectiva específica, de binariedades opostas, etc. Aqui nos guiamos pelo Sul e não pelo Norte.

A revisão narrativa

Para entender e situar minha escolha metodológica e minha defesa por uma Ciência Política interdisciplinar, faz-se necessário um breve retorno a minha formação e atuação acadêmicas. Tudo começa com uma graduação em jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Foi nesse período que eu tive um contato mais aprofundado com algumas áreas da Ciências Humanas, especialmente as Ciências Sociais e a Filosofia. Foi um momento também de despertar para a pesquisa científica. Isso fez com que, ao término do curso, eu optasse por ingressar em uma licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Foi a licenciatura que me levou a sala de aula e a optar por um mestrado e um doutorado. Em 2014, ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG, realizando minha pesquisa de mestrado na área de Sociologia Política, mais especificamente trabalhando com movimentos sociais. Nesse mesmo período ingressei no meu primeiro grupo de pesquisa, o PROLUTA (Programa de Pesquisa sobre Ativismo em Perspectiva Comparada) e depois o Cartografias da Onda Global de Protestos. Essas experiências despertaram ainda mais o meu interesse pelos temas e pela Ciência Política.

Como consequência, decidi adiar meu ingresso em processos seletivos para um doutorado e tentar realizar um outro mestrado, também na UFG, dessa vez me voltando para a Ciência Política. Nesse período me aprofundei nos debates democráticos e passei a ingressar o GESF (Grupo de Estudos Sócio Fiscais) e o LiCor (Grupo de Pesquisas e Estudos em Liberalismos e Conservadorismos). Foi assim que comecei a pesquisar o neoliberalismo.

Em paralelo, desde 2018, venho exercendo a docência em instituições federais de ensino. Foi nesses espaços e na prática em sala ministrando muitas disciplinas específicas da Antropologia e da Sociologia, para além dessa minha formação diversa, que pude entrar em contato com debates teóricos e metodológicos que jamais teria, ou teria de forma bem transversal, se toda a minha formação tivesse sido feita na Ciência Política. Hoje percebo o quanto o nosso campo precisa se ampliar, integrar e interdisciplinarizar. Esse movimento seria imensamente frutífero não só para pesquisas, mas para a própria formação de futuras(os) polítólogas(os), destacadamente aquelas(es)

que pretendem seguir carreira na docência³. Particularmente, espero que essa pesquisa ajude a demonstrar essa potencialidade. Dentro desse contexto, optar pela ferramenta da revisão narrativa me pareceu uma opção que possibilita refletir essa formação e atuação inter e multidisciplinar.

A revisão de literatura é uma ferramenta metodológica qualitativa que traz abrangência e pode ser subdividida em três tipos: narrativa, sistemática e integrativa. Diferente de outras formas de revisão de literatura, a revisão narrativa se propõe também a uma análise crítica por parte da pesquisadora ou pesquisador que a realiza. A partir da interpretação e análise da autora ou autor, essa técnica procura descrever e discutir o desenvolvimento e estado atual de certa temática, considerando diferentes aspectos teóricos e contextuais (ROTHER, 2007). Visa conectar diferentes saberes e apontar caminhos para agendas de pesquisa, já que contribui para levantar questões e atualizar conhecimentos (COSTA et al.). Se mostra frutífera para construção de fundamentações teóricas por ser um método de caráter descriptivo-discursivo.

Essa ferramenta trabalha com uma temática mais aberta. Sua busca e recortes não esgota as fontes de informação. Essa técnica metodológica tem como dois propósitos principais: a construção de uma contextualização para o problema; e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada (VOSGERAU e ROMANOWSKI, 2014). Assim, ela pode ser utilizada para o levantamento da produção científica disponível e para a (re)construção de redes de pensamentos e conceitos.

Mas, possui como sua principal limitação o fato de que o processo de coleta do material é realizado de forma não sistemática, com a inclusão seletiva de estudos e interpretação crítica de caráter subjetivo, dificultando a reproduzibilidade de suas conclusões (COSTA et al.). Neste trabalho em específico, optei por um recorte analítico que tem como base trabalhos decoloniais e marxistas, especialmente o debate sobre subdesenvolvimento e dependência, para descrever e analisar a relação entre neoliberalismo e imperialismo no contexto latino-americano e algumas de suas consequências para nossas democracias contemporâneas.

A partir disso, também foi necessário fazer um recorte dentro da literatura disponível quanto ao conceito de neoliberalismo e o conceito de imperialismo nas principais obras e autoras/autores que categorizaram o neoliberalismo dentro do que

3 Inclusive, o curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília poderia oferecer às alunas e alunos disciplinas optativas na área da educação/pedagogia (ou idealmente, uma complementação ao bacharel para as(os) discentes terem também título de licenciatura).

Connell e Dados (2014) e Comaroff (2011) entendem como perpetuando um padrão anglo-euro-centrado de conhecimento. Optei por três perspectivas da linha crítica dos estudos que se centram no que chamamos de neoliberalismo realmente existente. Cito alguns autores do chamado neoliberalismo utópico quando apresento a gênese desse fenômeno, mas não me centrarei nesses autores⁴.

Duas dessas três perspectivas ganharam renome por influenciarem debates e estudos na Ciência Política da última década: a perspectiva marxista, especialmente com David Harvey; o entendimento de base foucaultiana com Wendy Brow, Christian Laval e Pierre Dardot; já a terceira, a perspectiva de perspectiva de Loïc Wacquant, tributária das análises de Pierre Bourdieu sobre o tema, que é uma abordagem mais conhecida na Sociologia do que no campo da Ciência Política. Justamente por sua pouca utilização na disciplina, optei por trazê-la como uma contribuição adicional da presente pesquisa. E no que tange ao imperialismo, darei centralidade à perspectiva luxemburguista. Tal escolha é justificada no decorrer do capítulo um, onde abordo o conceito de imperialismo e como esta perspectiva dá maior centralidade ao papel da periferia do sistema.

Apesar das limitações metodológicas mencionadas anteriormente, creio que a revisão narrativa colabora e permite a execução dos objetivos propostos, assim como tensiona (para futuras ampliações) perspectivas hegemônicas e/ou com maior destaque atualmente sobre esses conceitos e suas correlações. No mais, como a proposta aqui é a construção de uma argumentação teórica a partir da utilização de uma revisão narrativa influenciada por leituras decoloniais e marxistas, faz-se necessário se debruçar sobre alguns apontamentos essenciais destas.

Sul global e perspectiva decolonial

O termo “Sul global” se refere a regiões fora da Europa e da América do Norte (à exceção do México), frequentemente marginalizadas política e culturalmente. É um dos termos que pode substituir outros como “periferia”, “terceiro mundo” e “países subdesenvolvidos”. O termo marca a ênfase em relações geopolíticas de poder. Assim, é o contexto histórico promovido pela expansão colonial europeia que fornece os fundamentos para os atuais usos. A terminologia remete a padrões de riqueza,

⁴ No próximo capítulo, defino e diferencio neoliberalismo utópico e neoliberalismo realmente existente.

privilégios e desenvolvimento. A ideia de Sul global é mais que uma metáfora, é uma referência e uma retomada ao centro de toda uma história de colonialismo, imperialismo e mudanças econômicas e social através das quais grandes desigualdades são mantidas (CONNELL e DADOS, 2012).

Entretanto, vale pontuar, como o faz Menegon (2016), que a ordem mundial é um todo complexo e que a divisão entre Norte e Sul é essencialmente relacional, só existindo mediante antinomias – tal qual Said (2007) fez entre Oriente e Ocidente. Essas antinomias carregam em si um passado marcado pelo contraste entre centralidade e marginalidade, modernidade capitalista e a ausência desta. Ao mesmo tempo, Norte e Sul coexiste mutuamente, não só com presença de multinacionais e diversas instituições, mas também com dinâmicas culturais, pobreza, violência, exclusão, migração, etc. E mais, tal divisão é essencial para a existência e funcionamento interno do próprio sistema.

Segundo Connell e Dados (2012), essa ideia de “Sul” teria se originado nos trabalhos de Antonio Gramsci. Mas a conexão com o colonialismo foi revivida (para além dos estudos sociológicos e antropológicos das diferentes sociedades no globo), entre os anos 1950 e 1960, pelo enfoque do desenvolvimento econômico, com o economista argentino Raúl Prebisch e com a popularização da distinção entre “centro” e “periferia” na economia mundial (também uma alternativa a dualidade moderno/tradicional)⁵.

As lutas em torno do sistema capitalista então deslocaram os termos “Norte” e “Sul” para a política internacional. Ainda na Guerra Fria, muitas ex-colônias começaram a articular seus interesses em torno da ideia de Sul Global, muitas vezes atravessando a polarização existente. Logo a ideia também começou a circular entre marxistas e nos estudos literários e culturais, a exemplo de Spivak (2010).

Aqui, entende-se que o colonialismo não é um período histórico superado com o fim das colônias. Pelo contrário, ele segue se reproduzindo de variadas formas, a exemplo da ideia de racionalidade e de raça, usadas para justificar hierarquias e explorações violentas. Quando se faz referência a colonialidade, se remete a um fenômeno social mais amplo do que sua representação puramente histórica. A lógica permanente desse fenômeno se dá em termos de poder (aspectos econômicos e

5 Importante destacar que, mesmo antes, essa ideia já se popularizava a partir da obra do artista hispano-uruguai Joaquín Torres García, que ilustrou seu artigo/manifesto “Escuela del Sur”, de 1935, com um mapa da América do Sul invertido, com seu país, Uruguai, centralizado. O artista intentava retratar a necessidade de autonomia do continente e valorização da nossa cultura. Hoje tal obra é facilmente encontrada em livros, sites e diversas estampas.

políticos), do saber (conhecimento, ciência, epistemologias) e ser (conformação e controle de subjetividades, gênero e sexualidades).

Ou seja, o mundo passou a ser visto e assimilado majoritariamente por fundamentos, valores e comportamentos das nações colonizadoras, em um processo em que a expansão marítima e comercial europeia, e posteriormente a estadunidense, revelou e recusou simultaneamente a alteridade. Consequentemente, os modos de produção e as estruturas dessas sociedades constantemente foram, e ainda são, desenhadas de fora para dentro (como as políticas de austeridade que marca as economias do capitalismo neoliberal pós crise de 2008).

As tentativas de se atualizar teoricamente os fenômenos imperial e colonial têm considerado as transformações que o capitalismo atravessou nas últimas décadas sob a intensificação da globalização neoliberal. Após a segunda metade do século XX, as experiências de descolonização do Terceiro Mundo não encerraram a continuação do imperialismo e do colonialismo por outros meios. Assim, desde os anos de 1960 é acumulada uma vasta literatura anticolonial, marxista e pós-colonial que não verificou a ruptura das relações coloniais de dependência – econômica, política, cultural e acadêmica – do Terceiro Mundo em relação ao Primeiro (BALLESTRIN, 2017, p. 170).

Os termos “Norte” e “Sul” se espalharam por vários campos acadêmicos, a exemplo da Ciências Sociais, sendo uma alternativa também ao conceito de globalização, contestando a crença do crescimento homogêneo entre sociedades e culturas. Um Norte poderoso e um Sul resistente é um desenho que começa a ganhar força com os zapatistas (1994), o Fórum Social Mundial (2001) e, mais recentemente, os BRICS (2006/2011) e as mudanças na economia global marcadas pela centralização do capital financeiro, reforçando e reiterando vantagens dos velhos impérios (CONNELL e DADOS, 2012), a exemplo dos pagamentos da dívida pública. Junta-se a isso o debate sobre colonialidade do saber, enfatizando um legado colonial para além da política e da cultura, atingindo também a própria produção intelectual dessas regiões.

A partir dessa perspectiva, entendo a América Latina/Abya Yala (a região do Sul global na qual irei focar) como um lugar geográfico e epistêmico, com características múltiplas, produtora de tensionamentos no que se refere ao sistema capitalista e produtora de entendimentos originais sobre questões sociais, políticas, econômica, ambientais e culturais. A condição de subalternidade frente ao colonialismo violento, racista e sexista produziu classificações e hierarquizações do poder, do saber e do ser. Segundo Quijano (2005), a ideia de colonialidade do poder é um modelo de exercício da dominação, especificamente moderno, e que interliga a formação racial, o controle do

trabalho, o Estado e a produção de conhecimento, que se provou mais duradoura e estável que o colonialismo histórico.

Frente a essa lógica, e como tentativa de oposição crítica, há as correntes pós-coloniais e decoloniais. O pós-colonialismo foca na relação entre colonizado e colonizador, remetendo tanto aos processos de libertação, emancipação e independência no século XX. Também remete a contribuições teóricas a partir dos anos de 1980, especialmente de universidades estadunidenses e inglesas, sobre o descentramento de narrativas e sujeitos contemporâneos e desconstrução de essencialismos epistêmicos (BALLESTRIN, 2013).

Já a perspectiva decolonial propõem um olhar que parta desse próprio lugar marginalizado. Ela ganhou força no final do século XX e início do XXI, realizando análises centradas nas consequências do colonialismo e seus efeitos na atualidade. A globalização seria a culminação desse processo de padronização de poder e divisão centro/periferia. Passamos por uma descolonização jurídica e política, em termos de independência de Estados-nação, mas não por uma descolonização real. Assim, a partir dos anos de 1990, essa perspectiva passou a ser estudada e ampliada nas universidades latino-americanas (MAZZETTI et al., 2021).

Essa digressão é importante para entender quando Connell (2012b) diz que a Teoria Social é colonizada. Segundo a autora, “teoria” pode ser definida como o trabalho que o centro faz. Isso se daria porque na divisão social do trabalho intelectual, as formas de trabalho que constituem e direcionam o processo de produção de conhecimento, estão centradas principalmente nas instituições acadêmicas de elite do Norte global.

Na Austrália ou no Brasil, nós não citamos Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck, Habermas etc. porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossas sociedades. Eles não sabem nada sobre nossas sociedades. Nós os citamos repetidas vezes porque suas ideias e abordagens tornaram-se os paradigmas mais importantes nas instituições de conhecimento da metrópole – e porque nossas instituições de conhecimento são estruturadas para receber instruções da metrópole (CONNELL, 2012, p. 10).

Evidencia-se então que conhecimentos e rationalidades sofrem os efeitos dos contextos históricos e de desigualdades globais (CONNELL, 2017).

O que coloquei até aqui contribui para entender e justificar a importância de análises que partam de uma perspectiva decolonial. Essa ainda é uma agenda recente na nossa Ciência Política, mas com grande potencial para o campo no Brasil.

A influência marxista

Em se tratando de análise crítica da teoria, a escolha por realizar uma pesquisa de teoria centrada na Economia Política do nosso continente se justifica também ao observarmos a perspectiva marxista desse subcampo. Aqui, se destaca a ideia de Marx (2008, p. 26) de que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Também está presente nessa perspectiva, e isso será importante no desenrolar dessa pesquisa, que o capitalismo pode sobreviver as contradições e crises de uma fase reformulando-se eventualmente. E mais: ao mesmo tempo em que é possível uma nova etapa sob bases modificadas, também se abre a possibilidade de superação do próprio sistema (essa lógica volta no capítulo um e, principalmente, no capítulo três). Todo fenômeno pode, sob certas circunstâncias, se transformar ou dar espaço ao seu oposto. Por isso, essa abordagem, assim como a presente pesquisa, valoriza e enfatiza interpretações de raízes históricas e sociais (MARX, 2008).

Uma forma de produção não é apenas socialmente determinada, mas é também preciso considerar sua diferenciação temporal e espacial. Cada período histórico se rege por suas próprias leis e condições, consequentemente, leis econômicas são históricas e transitórias. Assim como transformações no modo de produção da vida material motivam mudanças na vida social, política, etc. A Economia Política aqui observa não apenas a sociedade, mas principalmente as condições que a engendra (juntando teoria e práxis). A primeira é produto de condições históricas, por isso sua observação e determinação só são válidas para tais condições e dentro dos limites dessas mesmas condições (MARX, 2008).

Quando se estuda a marcha das categorias econômicas e em geral qualquer ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito – a sociedade burguesa moderna, nesse caso – se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade, e que as categorias, portanto, exprimem formas de vida, determinações de existência e amiúde somente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a [Economia Política] não aparece também como ciência senão unicamente a partir do momento em que trata dela como tal. (MARX, 2008, p. 265)

Assim, a perspectiva marxista adota uma concepção materialista de história, consequentemente também dialética. A dialética é entendida como um movimento (sucessão de fatos históricos e conflitos que ocorrem ao mesmo tempo e exigem análises e ações a partir de múltiplas interdependências e contradições), uma relação e um discurso que ocorre em meio a relações contraditórias e reais (como entre agência e estrutura). Onde a análise deve partir da realidade concreta, das condições materiais existentes no contexto a ser observado (FERNANDES, 2020).

Além disso, três pontos são fundamentais: 1) não é possível observar a realidade sem considerar como ela herda condições anteriores; 2) não é possível importar experiências políticas, já que a história se constrói de forma material (moldada por consequências de momentos anteriores); e 3) as estruturas são estruturantes, elas organizam a vida material e geram (ou não) condições para as escolhas presentes e futuras (ou seja: como a vida é produzida e reproduzida). Várias instituições, agentes, ideologias e projetos políticos operam junto, dentro e através das estruturas (FERNANDES, 2020).

Posto isso, argumento nessa pesquisa que as especificidades históricas que marcam o que nossos povos autóctones chamam de Abya Yala, ensejam (como veremos) limites explicativos para fenômenos ligados ao neoliberalismo realmente existente quando se adota uma definição dessa categoria que não inclua tais especificidades. Assim, por meio dessa pesquisa, apresento e indago alguns desses limites e proponho uma ampliação de definição, que entendo ser mais frutífera para esse recorte geográfico.

A argumentação que construo tenta enfatizar a multidimensionalidade das sociedades e como são incorporadas. Assim, como enfatizo as dependências estruturais de hierarquias e dicotomias no capitalismo, como a noção de centro/periferia. Hierarquias que são mantidas, mas também reorganizadas e mobilizadas intencionalmente para mediar relações políticas. E hierarquias que também estão presentes nos campos da ciência: onde as relações de poder não desaparecem, mas podem ser transformadas e reconstruídas. Isso se encaixa no que é chamado de “pensamento crítico de fronteira”, ou seja, tornar visível outras lógicas e formas de pensar e analisar as realidades.

Essas outras lógicas, dentro do que pode ser chamado de uma Ciência Política *mainstream* brasileira (fortemente institucionalista), pode muitas vezes entrar em choque e/ou não cumprir (por assim dizer) os percursos metodológicos reconhecidos

dentro desse campo no meio acadêmico. Gera-se um desafio para pesquisadoras(es) da área que, por exemplo, optem pela perspectiva decolonial (BATTESTIN, DARIVA e LIMA, 2023) ou por um trabalho influenciado por ela.

Enfrentar tal desafio significa dialogar com modelos metodológicos tradicionais visando desenvolver pesquisas políticas e críticas também a colonialidade do saber, legitimando saberes outros. Uma pesquisa que se propõem ou que é influenciada pela lente decolonial precisa olhar não somente para as epistemologias e teorias que compõem o esforço reflexivo, mas também para as estruturas de produção, divulgação e validação de conhecimentos científicos enraizados em uma racionalidade moderna eurocêntrica (presente na Ciência Política hegemônica brasileira). O pensamento decolonial avança visando criticamente romper com essa perspectiva, defendendo o diálogo com outros saberes e outras áreas do conhecimento, assumindo formas igualmente válidas de explicar e interpretar as realidades (BATTESTIN, DARIVA e LIMA, 2023).

Por isso, parto do entendimento de que toda pesquisa é política e não neutra na escolha do tema e do problema de pesquisa.

[...] o pesquisar na pós graduação em Ciências Humanas é um ato explicitamente político, como nos apresentam Diehl, Maraschin e Tittoni (2006), pois, pesquisa e pesquisador se constituem e são pertencentes ao território do tema pesquisado, ou seja, compõem-se em articulação com aquilo que se propõem a teorizar, conhecer e problematizar. Não se constituem por uma exterioridade deslocada, sem implicação, ou simplesmente desafetada, em que pesquisador e problema de pesquisa se diferenciam assimetricamente em seus interesses e realidades. As múltiplas realidades brasileiras e “amefricalindinas” exigem um outro olhar acerca das concepções de mundo, capazes de lidar com os efeitos da Modernidade8. Esse outro olhar considera não somente os plurais saberes locais, mas suas experiências, crenças, culturas e modos de organização civil, social, cultural e política. (BATTESTIN, DARIVA e LIMA, 2023, p. 10-11)

Assim, uma pesquisa qualitativa, interdisciplinar e com influência decolonial, como é o caso, assume o caráter multifacetário e complexo do conhecimento, uma posição crítica à realidade do regime único e universal (típico da racionalidade moderna), para pensar a partir de outras perspectivas (BATTESTIN, DARIVA e LIMA, 2023). No caso da presente tese, tentei dar centralidade à perspectiva desde o Sul, principalmente na América Latina (mas, sem desconsiderar outras contribuições), sobre a categoria neoliberalismo, evidenciando sua relação com o imperialismo e a colonialidade que muitas vezes não aparecem nos debates sobre tal.

Ao se intentar de captar e interpretar os efeitos (para a categoria neoliberalismo) das especificidades, interdependências e contradições em um recorte regional, defendo que para tal é necessário o estreitamento do diálogo entre distintos campos disciplinares, articulando estratégias teóricas e metodológicas inter e transdisciplinares. Para produzir respostas satisfatórias ao avanço da neoliberalização e principalmente seu engajamento com dinamismos locais, não devemos isolá-las ao campo da Economia Política, da Sociologia, da Psicologia Social, do Serviço Social, da Ciência Política, das Políticas Públicas, da Geografia, da história, dentre outras. A partir disso, visa-se caminhos para um aprimoramento de análises teóricas e empíricas sobre o neoliberalismo (LEITE, 2025), suas práticas, efeitos e tendências para o Brasil e a América Latina, enquanto territórios periféricos ao capitalismo global e marcados por extensas práticas de dependência econômica.

Breves apontamentos sobre Ciência Política interdisciplinar e uma defesa da ampliação da noção de Estado

Como será demonstrado ao longo desse trabalho, a categoria “estado”⁶ e a ação política perpassam toda a discussão sobre neoliberalismo⁷ e imperialismo. Entretanto, muitas vezes, esse debate dentro da Ciência Política é feito (e limitado) por um entendimento via características hegemônicas do que se entende como estado. A proposta desse tópico é apresentar a possibilidade de uma leitura mais ampla e multidisciplinar desse conceito⁸. Isso, por um lado, reforça os apontamentos dessa tese sobre as várias formas de colonialismo⁹ ainda existentes, tal qual o do saber. E, por outro lado, contribui para exemplificar o que estou chamando de uma Ciência Política de caráter interdisciplinar e com influências decoloniais para o contexto brasileiro.

6 Usado com letra minúscula nesse tópico pois se trata da categoria.

7 Entendido aqui como o modelo político e econômico de reestruturação dos Estados na atualidade.

8 Agradeço especialmente as colegas de doutorado Ana Carolina Vaz e Mariana Fonseca por chamar a atenção sobre o tema e pelas fontes, ambos presentes no texto “Os territórios periféricos na construção democrática: as fronteiras entre mercado, estado e sociedade”, apresentado no GT 29 (Cidades e democracia em disputa), no 48º Encontro Anual da ANPOCS, Campinas-SP, 2024.

9 Colonialismo e colonialidade são conceitos diretamente relacionados, porém distintos. Colonialismo remete a um padrão de dominação e exploração entre povos e/ou nações. Colonialidade remete a um padrão de poder resultante do colonialismo moderno que é mais profundo e duradouro (sobrevive aos processos de descolonização militar, jurídico, administrativo), está relacionada à forma com que o conhecimento, a autoridade, as relações intersubjetivas, etc. se articulam.

Entendo essa perspectiva da Ciência Política como se referindo a uma benéfica, e muitas vezes necessária, interdisciplinaridade (típica em outras subdisciplinas das Ciências Sociais) na construção de pesquisas e saberes. Ao mesmo tempo, a entendo como a abertura desse campo para novos temas (resultante em grande medida da ampliação e democratização das universidades públicas no Brasil iniciada no fim da primeira década dos anos 2000) e, principalmente, perspectivas e autoras/autores que ocupam o “não lugar” ou a posição do “outro” no mundo acadêmico.

Oliveira e Rodrigues (2023), entrevistaram a professora Luciana Ballestrin (UFPel) justamente sobre o tema e o texto traz importantes *insights*. Inicialmente, é preciso apontar que apesar das perspectivas pós-colonial e decolonial já serem estabelecidas em algumas áreas do conhecimento¹⁰, a incorporação na Ciência Política brasileira é mais recente e vem funcionando como ferramenta de questionamento para o próprio campo.

Nas duas últimas décadas, a construção política do Sul tem sido objeto de importantes estudos no campo das Relações Internacionais e demais Ciências Humanas e Sociais. Esses estudos foram impulsionados pelas transformações geopolíticas e econômicas na ordem mundial com ascensão pacífica da China e acompanhada por Índia, Brasil, Rússia e demais países da semiperiferia. A crise financeira global de 2008 nos centros do capitalismo contemporâneo realçou o papel político e econômico dessas nações no contexto da reforma da arquitetura financeira e monetária internacional – notadamente no Fundo Monetário Internacional (FMI) – e da crescente influência destes no G-20 financeiro. (MENEZES e ALMEIDA, 2023, p. 9)

Anteriormente, dei uma definição mais geral do que é essa perspectiva decolonial (e a opção por ela frente à pós-colonial), mas aqui cabe também dizer que essa discussão crítica é um desdobramento das intervenções acadêmicas latino-americanas, especialmente a partir da década de 1990, no debate global do pós-colonialismo e as críticas que este recebeu. Como destacam Oliveira e Rodrigues (2023), essa perspectiva também irá reivindicar a relevância de intelectuais, ativistas e escritoras/escritores latino-americanos no pensamento político. Um exemplo é o debate sobre dependência realizado na região desde pelo menos os anos de 1960, mas que só ganhou visibilidade (por um breve período, ocupando atualmente uma área periférica dos debates) quanto essas e esses acadêmicos se inseriram em universidades e eventos

10 Mesmo chegando ao Brasil tardeamente em decorrência da conhecida dinâmica de dependência acadêmica e da geopolítica do conhecimento.

realizados no Norte global. Um paradoxo de origem. Esse debate é central no capítulo dois.

Apesar do atraso, algumas disciplinas, como a Antropologia e a Sociologia, já abordavam alguns dos temas centrais dessa perspectiva, mas ainda não os rotulando como decolonial. Até mesmo na área das Relações Internacionais o debate já é maior que na Ciência Política. E mesmo os estudos sobre constitucionalismo latino-americano só vieram a nós através do Direito e não do nosso campo em si (OLIVEIRA e RODRIGUES, p. 5-6, 2023).

Ao longo da entrevista, Ballestrin não adota o uso de termo “Ciência Política decolonial”, e isso se dá pelo próprio entendimento do termo decolonial, que não é singular, mas sim cheio de derivações e disputas sobre o que é a descolonização hoje. O não uso também se justifica, como colocado por Oliveria e Rodrigues (2023), pelo necessário cuidado de se evitar uma noção onde tudo é colonizado e colonial ou uma dicotomia onde o que não é decolonial é colonizador (e em última instância deve ser relegado). Nem toda relação de poder, dominação e opressão tem origem no colonialismo.

Mas também é preciso reconhecer o que Mignolo (2009) afirma ser parte da experiência e da existência de uma diferença colonial¹¹ que se apropria do discurso então hegemônico (produzido na esfera do colonizador) e com o qual tem-se necessariamente que dialogar e confrontar (nos espaços acadêmicos). Quando se fala em colonialidade do saber, se reforça o entendimento de que possuímos, não apenas um legado de desigualdade e injustiças sociais, mas também epistêmico que é eurocêntrico, operando por separações sucessivas e reducionismos. Isso tende a nos impedir de compreender o mundo a partir do nosso mundo, de nossas próprias epistemes e cosmovisões.

A opção pelo uso de uma Ciência Política interdisciplinar, especialmente influenciada por um diálogo entre lentes decoloniais e marxistas, procura se afastar da assertiva demonstrada pelo pensador quilombola Bispo dos Santos (2023), conhecido como Nego Bispo: colonizar é o mesmo que adestrar. Ou seja, se impõem novos modos de vida e lhes dão outro nome, porque o processo de denominação é também uma forma de apagamento da memória e construção de uma outra.

11 Inclusive, a Economia Política nos moldes que conhecemos hoje, só surgiu com a necessidade de respostas vinculadas as plantações inglesas no Caribe (MIGNOLO, 2009).

Nessa lógica, pessoas são adestradas, dentre outras coisas, para que não tenham um imaginário e não consigam se autogerir. É o que o autor chama de “guerras de denominações”, ou seja, de conceitos. É o jogo de contrariar palavras coloniais como um modo de enfraquecer-las, em uma prática de contracolonização. Uma contracolonização no sentido de semear possibilidades, de confluências. “Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 4).

Por outro lado, gostaria de destacar um importante apontamento feito na referida entrevista: segundo Ballestrin, a Ciência Política ainda tem poucos trabalhos sobre decolonialidade, sendo encontrado de forma correlata em debates sobre raça e gênero. Por isso, ela enfatiza a necessidade de se explorar áreas interseccionais e interdisciplinares para construirmos bases mais sólidas e pontos de conexão com outras disciplinas, como a Antropologia (OLIVEIRA E RODRIGUES, p. 12, 2023).

Ao longo dos próximos parágrafos desse tópico tentarei exemplificar o que foi dito acima trazendo uma perspectiva mais ampla e interdisciplinar na definição para o que entendemos como “estado”. Isso ocorre porque este, como será demonstrado nos próximos capítulos, tem papel central na relação siamesa entre neoliberalismo e imperialismo e em como gerir os efeitos dessa relação.

A categoria “estado” na modernidade sofreu grande influência dos estudos de Max Weber sobre as transformações que resultaram na sociedade capitalista ocidental e nas suas especificidades. Em sua celebre conferência “A política como vocação”, Weber (1968) irá afirmar que esse Estado¹² (moderno, capitalista, ocidental) é uma comunidade humana definida em função de seus meios (e não de acordo com seus fins) e é a instituição que detém legitimidade no uso da violência em um dado território com o objetivo de manter certa ordem.

Weber (1968) também destaca que a relação entre Estado e sociedade (esferas distintas) é uma relação de dominação, advinda não só da força física, mas também por meio do poder econômico e da ideologia. Dentro desse debate, o autor alemão também é bastante conhecido por seu estudo sobre a burocracia (como uma forma de organização e dominação legítima, tendo em vista que se baseia em princípios racionais e científicos), a racionalidade e os efeitos do processo que ele chama de desencantamento do mundo nessa conformação de Estado.

12 Com letra maiúscula pois se refere a um tipo em específico.

[...] Weber estava se baseando nas tradições anteriores de Kant e Hegel. Para eles, o Estado na modernidade era definido por limites claros entre a esfera externa do direito e a esfera interna da ética, bem como entre a esfera da razão universalista própria do Estado e as relações primordiais próprias da família. [...] Sob essa visão da vida política, o Estado é imaginado como um projeto político sempre incompleto, do qual se deve falar e imaginar invocando a selvageria, a anarquia e a barbárie, que não apenas se estendem para fora de sua jurisdição, mas também o ameaçam por dentro. (DAS e POOLE, 2008, p. 8-9)¹³ (tradução nossa)

E posteriormente as autoras complementam:

E o que dizer da anarquia e da selvageria que supostamente residiam fora do estado? É esclarecedor aqui que o conceito de estado de naturalização aparece como o oposto necessário e o ponto original do estado e da lei. O fato de Hobbes, Locke, Rousseau e outros primeiros teóricos do Estado imaginarem o estado de natureza por meio da imagem da América, tanto como um lugar autêntico de barbárie quanto como um lugar primordial idealizado, indica que também deveríamos pensar nas margens do Estado — o “estado de natureza” — como situado no espaço da linguagem e da prática, onde os espaços ou lugares reais que impulsionam a ideia do estado de natureza encontram as origens míticas ou filosóficas do Estado. Sempre situados nas margens do que é aceite como território de controlo (e legitimidade) indiscutível do estado [...] (DAS e POOLE, 2008, p. 9-10)¹⁴ (tradução nossa)

Weber demonstrou como a modernidade ocidental é resultado de uma diferenciação, antes inexistente (ou seja, não é natural) entre a economia (agora de caráter capitalista) e o Estado¹⁵, bem como de uma reordenação racional da cultura (conjunto de valores, práticas e condutas de um determinado grupo) e da sociedade. Onde a racionalidade está ligada a uma lógica de meios para fins, constituída por uma

13 No original: [...] Weber estaba basándose en las tradiciones anteriores de Kant y Hegel. Para éstos el estado en la modernidad estaba definido a través de límites claros entre el ámbito externo de la ley y el interno de la ética, así como entre el ámbito de la razón universalista propia del estado y las relaciones primordiales propias de la familia. [...] Bajo esta visión de la vida política, se imagina al estado como un proyecto político siempre incompleto del que se debe hablar e imaginar invocando el salvajismo, la anarquía y la barbarie, que no sólo se extienden fuera de su jurisdicción sino que también la amenaza desde dentro.

14 No original: ¿Y qué hay de la anarquía y el salvajismo que supuestamente residían fuera del estado? Resulta esclarecedor aquí que el concepto de estado de naturaliza aparezca como el opuesto necesario y el punto originario del estado y de la ley. El hecho de que Hobbes, Locke, Rousseau y otros teóricos iniciales del estado imaginanen el estado de naturaleza a través de la imagen de América, como um autêntico lugar de barbarie y como um lugar primordial idealizado, indica que nosotros también deberíamos pensar que los márgenes del estado —el “estado de naturaleza”— se sitúan en el espacio del lenguaje y de la prática, donde los verdaderos espacios o lugares que impulsan la idea del estado de naturaliza encuentran los orígenes míticos o filosóficos del estado. Situados siempre en los márgenes de lo que se acepta como el territorio de control (y legitimidad) indiscutible del estado [...].

15 A dicotomia entre uma racionalidade de mercado e uma burocrática, segundo Douglas (2017, p. 99), ainda domina a teoria política e conferiu um viés inamovível às maneiras convencionais de refletir sobre as organizações.

calculabilidade e predicabilidade, especialmente do sistema jurídico e econômico que foi construído. Implica regras, hierarquias, técnicas (embasando uma ação – a racionalização oferece condições para o exercício da ação, mas nem toda ação é racional) (THIRY-CHERQUES, 2009).

E mais: a institucionalização de uma racionalidade¹⁶ (que Weber via como cada vez mais capitalista) não é o que leva necessariamente ao progresso, mas leva a unificação sistemática de tudo que é controlável, levando a emergência de esferas separadas que compõem a vida social (como a esfera econômica, esfera cognitiva, esfera moral, etc). Não que nesse processo histórico não haja elementos não racionais, ele é uma sobreposição de elementos racionais e irracionais, não sendo unívoco (THIRY-CHERQUES, 2009).

Consequentemente, ao fim desse longo processo de regulação da vida cotidiana fundada em indivíduos e valores racionais, há o que Weber chama de desencantamento do mundo: abandono do pensamento desrido de inconsistências lógicas, encantado, a dessacralização; o domínio da racionalidade promovida pelo cristianismo e levada a cabo pela ciência (THIRY-CHERQUES, 2009).

Ou seja, para que o então sistema capitalista seja funcional, se desenvolva e perpetue, é preciso que seus processos, normas e estruturas sejam calculáveis, previsíveis e supostamente neutros. O Estado que conforma esse sistema deve refletir isso. Logo, uma estrutura administrativa e de força (ASAD, 2008). Esse ponto compõe a retórica da modernidade, junto com a de progresso e desenvolvimento (trabalhada logo mais no capítulo três). Uma modernidade que tende a deixar de fora dessa retórica o fato de que a lógica da colonialidade é constitutiva dela.

Constitutiva, inclusive, quando entendemos que também a ideia do moderno Estado-nação, com sua função de determinar e incluir e o que é e o que não é pertencente a esse Estado (processo de homogeneização), é marcada por uma lógica racial (onde a branquitude europeia se encontra em oposição a uma maioria indígena, negra e mestiça nas Américas). Com isso:

16 Fazendo uma conexão com o subtópico de neoliberalismo no capítulo um e trazendo um exemplo atual do predomínio de uma racionalidade de caráter econômico neoliberal, volto a entrevista de Oliveria e Rodrigues (2023): a própria produção científica nas últimas décadas, e a Ciência Política no Brasil não fica de fora, vem sendo influenciada pela racionalidade neoliberal com um produtivismo e utilitarismo descompromissados socialmente, orientada por métricas, explicações causais e impactos; marginalizando e desprestigiando áreas que fogem a essa lógica, como por exemplo a teoria política, muitas vezes tachada de ser o lugar de pesquisadoras e pesquisadores não orientadas metodologicamente.

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. Um dos exemplos mais claros desta tragédia de equívocos na América Latina é a história da chamada questão nacional. Dito de outro modo, do problema do moderno Estado-nação na América Latina. Nações e Estados são um velho fenômeno. Todavia, aquilo que chamamos de moderno Estado-nação é uma experiência muito específica. Trata-se de uma sociedade nacionalizada e por isso politicamente organizada como um Estado-nação. Implica as instituições modernas de cidadania e democracia política. [...] Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. [...] todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. [...] O processo começa sempre com um poder político central sobre um território e sua população, porque qualquer processo de nacionalização possível só pode ocorrer num espaço dado, ao longo de um prolongado período de tempo. Esse espaço precisa ser mais ou menos estável por um longo período. Consequentemente, precisa-se de um poder político estável e centralizado. Este espaço é, nesse sentido, necessariamente um espaço de dominação disputado e conquistado a outros rivais. [...] Deste modo o Estado-nação iniciou-se como um processo de colonização de alguns povos sobre outros [...]. (QUIJANO, 2005, p. 129-130)

Por isso, os estudos, muitos vindos da Antropologia Política, sobre uma etnografia do Estado se mostram interessantes para esse debate. Trazendo novamente Das e Poole (2008), as autoras destacam os limites dessa conformação de estado dando atenção aos grupos que, por meios das várias formas de regulação e práticas classificatórias, de articulação de determinas ideias de sujeito e cidadão (quem é passível de morte ou não em uma ação policial, por exemplo), são colocados à margem (espaço entre os corpos, as leis e a disciplina; um “poder soberano” que não afeta somente territórios, mas também corpos) dessa institucionalidade estatal. As fronteiras entre o que é e o que não é legítimo, legal, aceitável, ficam a cargo de instituições que encarnam o Estado, a lei, a burocracia e a violência.

Um Estado que se mostra não apenas como forma administrativa racional de organização e ordem política, mas também uma estrutura que determina o que está

dentro e o que está fora¹⁷, que conforma limites entre público e privado, legal e ilegal, práticas e formas, margens, significados e interpretações (DAS e POOLE, 2008).

Por isso Asad (2008), assim como Das e Poole (2008), opta por definir e analisar a categoria a partir de como ela atua na vida cotidiana. Ou seja, destacando outros signos e códigos de presença do estado. A perspectiva aqui colocada, para ampliar o entendimento mais comum que temos de estado (categoria), se refere então mais sobre deixar de lado o fetichismo sobre esse Estado (moderno, racional e colonial) e colocar no debate como ele se dá na prática diária. Esse movimento também foi realizado por Abrams, Gruppa e Mitchell (2015). São os numerosos e diferentes espaços, formas e práticas por meio das quais se experimenta e, às vezes, se desmonta o estado, que se amplia sua definição.

Mantendo as preocupações com os efeitos nas práticas cotidianas, Douglas (2007) afirma que toda instituição se estabelece e se legitima não por sua suposta autonomia, mas por estabelecer valores e pensamentos que possibilitam ações sociais. Um universo simbólico compartilhado que condiciona a cognição dos indivíduos-cidadãos e inserem uma estrutura de convenções sociais (atitudes e ações culturalmente determinadas), conferindo e fixando uniformidade as instituições. Ideias publicamente padronizadas constituem a ordem social que internalizamos, como os princípios de justiça e o sistema econômico (a percepção de crise e não crise, etc).

As várias instituições tem a capacidade de modelar as interações dos membros de uma sociedade. Não que a agência individual seja desconsiderada (são os indivíduos que criam, modificam e transformam as instituições; ao mesmo tempo em que dialeticamente estas moldam o universo cognitivo dos primeiros), mas as instituições canalizam nossas percepções e criam lugares e não-lugares, áreas e não-áreas, técnicas de validação, produzem rótulos (e até certo ponto, até as realidades), o que é lembrado e o que não é lembrado em termos de memória coletiva¹⁸, de informação pública¹⁹ (DOUGLAS, 2007).

17 Os estudos e debates sobre o constitucionalismo latino-americano também fazem referência a isso.

18 Por exemplo, a forma com que os vários estados latino-americanos lidaram com as forças militares pós-regimes ditatoriais. Alguns com maior ou menor valorização de suas memórias, mártires, implementação ou não de comissões de investigação sobre os crimes cometidos, realização de julgamentos e condenações de militares. A forma com que, por exemplo, Brasil e Argentina lidaram com o tema são bem diferentes.

19 Nesse aspecto o autor destaca a importância dos meios de comunicação na construção de uma memória pública, um sistema de armazenagem da ordem social sempre dinâmica, já que as instituições são passíveis de mudanças ao longo do tempo e cada período é marcado por um estilo de pensamento.

Importante também é que, por um lado, é comum exportar ou impor (noções ocidentais colonizam o que está fora de seus limites) uma dada estrutura institucional, tal como ocorreu com a ocidental. Por outro lado, prega-se uma legitimidade inquestionável das instituições, o que acaba por estigmatizar qualquer elemento subversivo (DOUGLAS, 2007). Complementando a noções de Douglas (2007) de que as instituições, são responsáveis pela determinação de uma grande parte do nosso pensamento, Abrams, Grupta e Mitchell (2015, p. 11) destacam que o estado não é a realidade por trás de uma máscara da prática política, mas sim a própria máscara que nos impede de ver tal prática como ela é.

Não sendo o estado uma instituição neutra e separada da sociedade ou da economia, mas sim criadora de ilusões e fantasias. É um conjunto de produtos de estratégias discursivas, onde a política se forma na produção e reprodução nessas supostas divisões entre estado e sociedade e de estado e economia. De forma mais simples, Abrams, Grupta e Mitchell (2015, p. 63) apontam que existe tanto um sistema como também uma ideia. O estado começa como um constructo implícito e depois se coisifica. Ou seja, ele também é definido como “ideia-estado”, que é projetada, difundida e adotada como maior ou menor zelo, grau e crença em diferentes sociedades e diferentes momentos históricos.

Aqui também, consequentemente, a preocupação entre as construções discursivas e as práticas cotidianas estão presentes. E mais, o segundo capítulo do livro dos autores citados acima traz o recorte colonial para esse debate e os benefícios das ferramentas etnográficas.

Em um contexto pós-colonial, uma etnografia do Estado também deve finalmente chegar a um acordo com o que os estudos ocidentais têm a oferecer sobre o Estado. Neste artigo, argumento que a distinção convencional entre Estado e sociedade civil, na qual se baseia grande parte dos estudos sobre o Estado, precisa ser reexaminada. É o “imperialismo de categorias” que permite que a configuração cultural particular de “estado/sociedade civil” derivada da experiência historicamente centrada da Europa se torne naturalizada e universalmente aplicada? Em vez de tomar essa distinção como ponto de partida, uso a análise do discurso da corrupção para questionar sua utilidade no contexto indiano. (ABRAMS, GRUPTA E MITCHELL, 2015, p. 73)²⁰ (tradução nossa)

20 No original: “En un contexto poscolonial, una etnografía del estado debe también aceptar finalmente e llegado del saber occidental con respecto al estado. En este artículo sostengo que debe reexaminarse la distinción convencional entre el estado y la sociedad civil, en la que se basa una parte importante de los estudios académicos sobre el estado. ¿Es el "imperialismode las categorías" lo que permite que la particular configuración cultural de “estado/sociedade civil” derivada de la experiencia histórica centrada de Europa logre naturalizarse y aplicarse universalmente? En lugar de tomar esta distinción como punto de partida, utilizo el análisis del

Busca-se apontar práticas culturais onde o estado está representado, com influências locais, regionais, nacionais e transnacionais, gerando um complexo conjunto de representações, símbolos e práticas que se interseccionam espacialmente. Mas, na conformação do conceito ou em sua institucionalidade muitas vezes se desconsidera incontáveis contextos culturais e históricos. Se, de acordo com Abrams, Gupta e Mitchell (2015), o estado constrói a imaginação e as práticas cotidianas das pessoas comuns é importante ter em mente que nem todo mundo imagina o estado da mesma forma.

Na tentativa de deixar um pouco mais nítido o que os autores querem dizer, trago um exemplo ocorrido no Brasil. Em 2018, a agência de notícias The Intercept Brasil publicou uma reportagem intitulada “Os filhos que o Brasil tira de suas mães”, centrada em uma comunidade Guarani Kaiowá, em Dourados, Mato Grosso do Sul, e em estudos da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

A reportagem denuncia a retirada de crianças de suas mães (fato recorrente na região há anos em áreas retomadas por comunidades indígenas) por agentes públicos do Conselho Tutelar local e levadas a abrigos sob a justificativa de abandono, negligência, alcoolismo e violência. As mães entraram na justiça pela guarda e exigem do estado uma solução.

Na reportagem é interessante notar que o assunto foi abordado na Kuñangue Aty, a grande assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani. Em dado momento, uma das lideranças faz um discurso que enfatiza o modo específico de ser de sua comunidade e a questão referente a terra. Grande debate na relação entre o Estado brasileiro e as várias etnias e povos tradicionais, onde a ideia de território para um é oposta à do outro. Vista no primeiro como propriedade privada passível de comércio e exploração. E, no segundo, como constitutivo de sua identidade, comunidade e própria vida. Para a comunidade sua restrição sobre a terra impede suas vivências, qualidade de vida, saúde, educação.

Destaco a seguinte fala: “As instituições precisam criar junto com a gente, e não de cima para baixo, porque dá merda. Dá merda você trazer uma coisa pronta e querer colocar dentro de uma coisa que não é”. Aqui remeto ao que foi colocado acima como incompatibilidades de imaginários, práticas e conhecimentos situados. Outra fala de liderança que destaco: “O Estado vê que isso é uma oportunidade para eles inventarem

discurso de la corrupción para cuestionar su utilidad en el contexto de India.”

um monte de desculpas para tirar os nossos filhos. [...] Se não tem muitos móveis bonitos já fala que a família não tem condições de criar”.

Em conjunto com os depoimentos dessas mães indígenas, a reportagem também apresenta o entendimento antropológico dessa relação com o Estado brasileiro, onde este, via seus gestores, trata vulnerabilidades como pobreza e adota políticas que muitas vezes não escutam as próprias comunidades, gerando territórios constantemente passíveis de intervenções arbitrárias. Exemplo desse ponto é que a suposta solução apresentada pelo Juizado da Infância foi a adoção das crianças por famílias não indígenas, o que além de contrariar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é classificado como etnocídio²¹.

Me parece que esse exemplo nos ajuda a entender a existência de uma articulação entre discursos hegemônicos, experiências cotidianas, interpretações culturais e inevitavelmente situadas e os interesses dos vários sujeitos, subalternos ou não, na conformação do que se visualiza como um estado e suas práticas.

Como colocam Abrams, Grupta e Mitchell (2015), burocratas o imaginam por meio de documentos oficiais, estatísticas, dados, métricas, resultados, etc. Os cidadãos o imaginem mediante as várias mídias e meios de comunicação, relações com alguma instância governamental (recebimento de auxílios, por exemplo), declarações e pronunciamentos de políticos. A construção do estado varia de acordo com a maneira com que se coloca os diferentes atores, se estão à margem ou não, por exemplo.

A noção de estado deve ser menos um ponto de partida e mais as condições em que este verdadeiramente opera como um todo coerente e unitário, constituído pela intersecção de muitas forças do local ao transnacional e a articulação e trajetórias históricas e contextos distintos (ABRAMS, GRUPTA E MITCHELL, 2015, p. 128-129).

E assim como esses processos nos ajudam a construir o que entendemos como estado, eles também nos permitem imaginar e construir outros grupos e conformações sociais. Por isso os autores supracitados insistem que uma luta contra as configurações atualmente hegemônicas de poder, dominação e exploração implicam uma luta cultural. Pois afeta práticas e subjetividades (a exemplo das mudanças promovidas pelo neoliberalismo). É interdisciplinar e por isso muitas vezes mais complexo do que supomos.

21 INTERCEPT BRASIL. **Os filhos que o Brasil tira de suas mães.** Vídeo. 28 jul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8hNY4HIYIUI&t=246s>. Acesso em: 29 Setemb. 2024

A título de conclusão do tópico, poderíamos então compactar uma definição para a categoria, em uma perspectiva mais ampla e inclusiva, como: se, por um lado, o que chamamos de “Estado” pode ser sim entendido como uma forma administrativa racional de organização e ordem política, recortado por dinâmicas de poder e marcado por formas de opressão. Por outro lado, ele também deveria ser entendido como uma “ideia-estado”, um conjunto de constructos cognitivos de ordenamento e classificação que incide na vida cotidiana das pessoas e é adotado, projetado e difundido diferentemente nas sociedades e momentos históricos. Ou seja, é possível de uma particular configuração socio-histórica e cultural, derivado da experiência e podendo, inclusive, ter outras denominações. Esse entendimento parece permitir um maior diálogo com a definição que será dada para neoliberalismo, assim como para pensar situações de incompatibilidades de imaginários, como o da reportagem, e tentativas de soluções verdadeiramente democráticas e não etnocêntricas para tal.

Um balanço do momento democrático atual

Como dito no início da introdução, entendo a América Latina/Abya Yala como um espaço de relações de dominação, um arranjo espacial marcado pela dicotomia dominantes/dominados. As várias formas de segregação compõem um sistema de privilégios. Logo, isso também se desenvolve em uma relação entre espaço e democracia. Por isso, antes de avançar no capítulo um, em que destrincho e apresento as bases teóricas das duas categorias essenciais desse trabalho, imperialismo e neoliberalismo, faz-se necessário colocar o que entendo como dominação e como democracia, pois o que resulta da relação entre essas duas categorias na região recai diretamente em seus processos democráticos, especialmente quanto a desdemocratização e pós-democracia.

Quando falo de dominação, me inspiro nas colocações de Young (2000) sobre a multidimensionalidade e privilégios diferenciados advindos de relações sociais definidas pela localização e que incidem sobre democracia e justiça, ampliada de uma perspectiva de sujeitos para uma perspectiva geopolítica, de divisão internacional do trabalho. Segundo a autora, “o sistema do Estado-nação promulga exclusões que são por vezes graves nas suas consequências, mas amplamente aceites como legítimas” (Ibid., p. 236).

Em oposição a sua ideia de justiça está a injustiça, que seria composta tanto de dominação como de opressão. Dominação então pode ser entendida como um agregado de condições que inibem ou impedem a autodeterminação (YOUNG, 2000, p. 156). O seu contrário é quando outras pessoas ou grupos (e aqui leia-se também outros Estados e/ou grupos econômicos transnacionais) possuem capacidade para determinar sem reciprocidade as condições de ação dos primeiros, seja diretamente ou por condições estruturais (Ibid., p. 32). Mas, vale ressaltar que a autodeterminação é relacional, ainda mais se pensando em termos geopolíticos. Logo, autodeterminação deve ser concebida como uma visão de autonomia local e cultural no contexto de regimes regulatórios globais e não necessariamente não interferência, devido à interdependência, à noção de governança global e ao direito internacional (sem excluir necessidade de reformas) (Ibid., p. 237).

Não irei adotar de Young (2000) sua ideia de democracia. Mas incluir essa sua noção de dominação e autodeterminação também funciona como ponte para, então sim, apresentar o conceito de democracia. Com esse objetivo, irei utilizar perspectiva que mescla os apontamentos de uma autora e um autor brasileiros: Ballestrin (2017) e Miguel (2014; 2022). Além disso, para um melhor entendimento dessa questão é necessário retroceder um pouco sobre o momento atual, tendo em vista que não se pode abordar democracia sem falar de economia.

Há pelo menos vinte anos uma palavra vem se popularizando no mundo acadêmico das humanidades e na mídia jornalística como um todo: austeridade. Ela é a face mais atual e perversa do neoliberalismo. Blyth (2017) a definiu como sendo uma forma de deflação voluntária onde um Estado se ajusta, por meio de corte de gastos públicos, para reestabelecer a competitividade no mercado internacional, que supostamente a melhoraria. Para o autor, a austeridade pode até fazer sentido intuitivamente, mas em essência ela acaba sendo um dogma ideológico, uma “ideia econômica zumbi” e perigosa do ponto de vista social e econômico. Evidências empíricas disso não faltam.

Principalmente após a crise financeira iniciada em 2008, os Estados, em várias localidades do mundo, passam por profunda crise de credibilidade, colocando em xeque conquistas democráticas em função das dificuldades em garantir prosperidade econômica a partir do discurso da austeridade²². Nesse contexto, por exemplo, mesmo

22 Afirmação feita pelo economista e professor Everton Sotto T. Rosa. BRASIL DEBATE. **A saída fiscal pode estar na emissão de dinheiro pelo Estado.** S/d. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/a-saida-fiscal-pode-estar-na-emissao-de-dinheiro-pelo-estado/>. Acesso

cada um dos países sul-americanos tendo pontos de insatisfação específicos, houve em comum o crescente rejeição ao governo e sua agenda pró-mercado, como exemplificam grandes manifestações que ocorreram em anos recentes no Equador (contra o aumento dos combustíveis em 2019), na Colômbia (também em 2019 houve o chamado *paro nacional*), no Brasil (ocupações em universidades federais em 2016), dentre outros. E resultados eleitorais.

Em muitos desses países, seus sistemas públicos de seguridade social foram desmantelados. A ampliação das políticas de austeridade é marcada, em grande medida, pela eliminação da capacidade protetiva da legislação trabalhista, a redução dos benefícios previdenciários, estrutura tributária regressiva poupançando os mais ricos e o incentivo à especulação financeira²³. Em outro exemplo, a Argentina, marcada por profundas crises econômicas e sociais, teve como pauta decisiva nas suas últimas eleições para o executivo justamente as questões econômicas.

No Chile, em 2019, as políticas de austeridade foram fermento para vários protestos, além da presença de mobilizações contrárias ao aumento na tarifa do transporte público e necessárias mudanças na Constituição (a mesma desde a ditadura). Sendo também uma questão decisiva no último pleito eleitoral, vencido por Gabriel Boric. No Brasil, com a Emenda Constitucional 95/2016²⁴, também chamada de “Teto de Gastos”, se firmou uma aplicação *sui generis* de austeridade fiscal e controle dos gastos públicos, prevista para vigorar por vinte anos. Atualmente a regra vem sendo flexibilizada, mas o Teto ainda existe.

Dentro do quadro histórico-governamental austero do presente, ficou cada vez mais comum vermos cortes de direitos sociais em diversos Estados mundo a fora. Della Porta (2015) aponta que a separação entre mercado e Estado é uma ilusão. Ou seja, o fator econômico, tão central na explicação da consolidação da democracia, também tem importante papel na capacidade dos governos em responder às necessidades da sua população em geral, os *outputs* da ação estatal (MORLINO, 2015; PORTA, 2015).

Segundo Morlino (2015), uma democracia efetiva pode ocorrer quando existe a presença de garantias reais sobre a liberdade e uma implementação de igualdade que

em: 22/09/2024.

23 BRANCO, Jorge. BRASIL DE FATO. **Neoliberalismo em chamas: Eleições e protestos na América Latina.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/28/neoliberalismo-em-chamas-eleicoes-e-protestos-na-america-latina>. Acesso em: 22/09/24.

24 BRASIL. **Emenda constitucional Nº 95, de 15 de Dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 15 dez. 2016.

segue rigorosamente os requisitos mínimos necessários, com um Estado de Direito forte. Por outro lado, recursos limitados e restrições econômicas sobre os gastos públicos afetam a responsividade mesmo dos países mais ricos e, em tais condições, contribuem para uma deslegitimação dos sistemas democráticos, alheamento a política institucional, encorajam tipos de populismo e respostas em forma de protestos, por exemplo.

Ou seja, a adoção de políticas de austeridade, ao contrário do discurso que adota, tende a piorar a qualidade de vida do cidadão e incidir negativamente sobre os regimes democráticos, se mostrando incompatíveis mesmo em entendimentos minimalistas de democracia, como proposto em Tavares e Ramos (2018) e Tavares e Silva (2020). A capacidade de gestão política do capitalismo democrático declinou, tanto ao norte como ao sul. As crises e as contradições desse modelo se tornaram internacionalizadas e os governos funcionam cada vez mais como agentes de organizações internacionais (STREECK, 2012).

Tensões, contradições estruturais e sucessivas crises, pelo menos desde os anos de 1970, fazem com que atualmente, mais do que no passado, o poder econômico pareça ter se tornado poder político, como coloca Wood (2012). Streeck (2012) cita como exemplo a Grécia, fortemente atingida pela crise iniciada em 2008, onde qualquer coisa semelhante a democracia iniciou uma tendência de suspensão. Seguindo os receituários dos mercados e instituições internacionais, muitos governos nacionais, como o grego, precisaram impor uma rígida austeridade, mesmo ao custo de uma postura cada vez mais irresponsável frente a seus cidadãos.

O problema é que, segundo Crouch (2004), a democracia está ligada à possibilidade de as pessoas influenciarem e participarem das tomadas de decisões, mediante um tratamento igualitário. Entretanto, as reformas econômicas, fiscais, jurídicas e políticas dos últimos anos, a exemplo da Reforma da Previdência no Brasil, têm afastado cada vez mais a realidade social e política dessa ideia de democracia.

Com isso, dentro de uma chave não elitista e puramente proceduralista, a percepção que se tem é que a democracia, um termo que se mostra em disputa e com valores que vão mudando ao longo do tempo, apenas possui abertura para funcionar minimamente se se coloca enquanto reproduutora e garantidora do sistema capitalista.

A partir de várias análises, como as de Miguel (2014; 2022), se tem que a democracia nasce como demanda popular, é aceita a contragosto pelas elites dominantes e uma vez aceita se torna termômetro para a estabilidade social e mecanismo que

legitima a dominação. É a partir disso, por exemplo, que decorre o que foi colocado anteriormente sobre o movimento de corte de gastos por parte do Estado, em contextos de austeridade, ser um gerador de perda de legitimidade e de redução da confiança dos cidadãos. É a perda de capacidade de regulação coletiva via decisões democráticas.

Quando pensamos em democracia em termos de seu conteúdo, e não apenas aspectos procedimentais, é preciso entender que a igualdade política é a base da democracia. Segundo Brown (2019, p. 33), isso se dá porque é ela que garante que a composição e o exercício do poder político serão de responsabilidade e autorizados pela coletividade. Quando algum tipo de desigualdade subtrai essa igualdade, o poder passa a ser exercido apenas por uma parte desse todo.

Nesse contexto, a autora se insere em uma vertente que entende as chamadas democracias liberais ou capitalistas como democracias incompletas, não plenas, limitadas e perdendo força nas últimas décadas devido às incompatibilidades e contradições entre o sistema político e o sistema econômico, demandas do mercado e demandas dos cidadãos. De um lado, um Estado que aja para reduzir desigualdades e ampliar direitos (que necessitam ser custeados). Do outro, um Estado reorganizado em prol de interesses econômicos.

Vale lembrar que a democracia não é o sistema político predominante na história. Desde sua formulação inicial, em Atenas, até o século XIX, poucos governos a adotaram e, posteriormente, a ampliação da participação popular sempre ocorreu em resposta às lutas de diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política. Portanto, ela sempre foi uma conquista. Na América Latina, por exemplo, ela é uma exceção em termos de experiência histórica.

Em suas diversas configurações, ela não é um campo neutro ou uma forma de governo acabada. Ela é um projeto de enfrentamento de estruturas de dominação em uma dada sociedade, por isso é fundamental seu conteúdo. Ela é um processo contínuo, inacabado, uma resposta parcial constantemente desafiada. Assim, partindo do fato de que as formas de dominação e opressão assumem formas concretas na realidade social, o conteúdo aqui se dá pela busca da superação ou mitigação dessas (MIGUEL, 2014).

A democracia e a disputa política não são, e não podem ser verdadeiramente compreendidas, pela simples chave do modelo candidatos/eleitores. Na dinâmica real das disputas, a centralidade é ocupada pelas desigualdades, ou seja: assimetria no controle de recursos que leva a impactos nas trajetórias de indivíduos e grupos, reflete padrões estruturais e se vincula a relações de dominação (em suas variadas formas).

Consequentemente, as desigualdades (tanto no âmbito local como pluriestatal) incide diretamente no funcionamento democrático, na representação política e nas possibilidades de ação (MIGUEL, 2014, p. 300-301).

Combater as desigualdades é requisito para um aprofundamento da democracia, contudo esse movimento se choca com a frágil e contraditória relação dessa forma de governo com o capitalismo e sua imposição de controle de recursos, onde decisões públicas precisam abarcar os interesses do capital, as políticas de austeridade, entre outras métricas e receituários. Assim, o cenário real é que pessoas e grupos mais subalternizados controlam menos recursos, são sub-representados nas esferas formais e detém menor poder (MIGUEL, 2014).

Miguel (2014) concorda com Brown (2019) sobre o valor normativo a ser perseguido na democracia ser a igualdade e acrescenta a centralidade da noção de conflito. Isso se dá porque este é efeito das relações de dominação. Tentar sufocá-lo indica o próprio impedimento da democracia. Por outro lado, para se discutir a relação entre democracia e injustiça no século XXI no contexto globalizado e recessivo das democracias representativas contemporâneas ocidentais é necessário também o exercício feito por Ballestrin (2017), incluindo no debate a geopolítica do poder.

Com isso em mente, a autora supracitada cunha o termo “imperialidade democrática” para se referir a um fenômeno de injustiça global marcado pela renovação da lógica imperial que, dentre outras ferramentas, se apropria e utiliza a noção minimalista de democracia tornando-a hegemônica (BALLESTRIN, 2017, p. 169). O termo, que aqui se considera um complemento à democracia substantiva defendida por Brown (2019) e Miguel (2014), é bastante adequado para o debate a ser desenvolvido nesse trabalho. Ele diz respeito a lógica do imperialismo diluída no regime de governança global – dando inclusive uma perspectiva mais crítica ao que foi colocado por Young (2000) –, enquanto regime e recurso político que regula de maneira desregulamentada o neoliberalismo, por meio do sequestro, captura e esterilização da noção de democracia (BALLESTRIN, 2017, p. 174-175).

Nessa lógica, a versão minimalista de democracia vai se transformando em consenso hegemônico e desempenhando papel fundamental no jogo de poder global e da divisão internacional do trabalho. Uma concepção que se pretende instrumental e técnica. Tem um sentido fixo, limitado e restritivo, não garantindo a formação de uma agenda que paute verdadeiramente questões diversas relacionada a cidadania,

diminuição das desigualdades, manutenção e ampliação de direitos e ampliação da participação política (BALLESTRIN, 2017).

Segundo Ballestrin (2017), é a partir dos anos de 1990 que o fenômeno começa a se constituir. Uma das grandes novidades é o aumento de autoridades privadas no nível global que regulam Estados, economia e vida social. A ideia de “bom governo, governo transparente, eficiente, que presta contas” que passa a ser defendido e recomendado por organismos econômicos internacionais, como o Banco Mundial ao oferecer empréstimos à países, é um exemplo dessa lógica.

Ou seja, a imperialidade democrática compreende, de um lado, a colonização do plano econômico internacional sobre o plano político nacional. E, de outro lado, a não realização da democracia fora de um sentido liberal, o que contribui para o esgotamento e ruptura com princípios democráticos básicos (BALLESTRIN, 2017).

É o caminho da desdemocratização, ou seja, regimes que mantêm uma fachada (instrumental e institucional) de democracia, mas cada vez menos de sua substância (MIGUEL, 2022). E o caminho da pós-democracia, a esterilização da democracia advinda das contradições de sua convivência com o neoliberalismo (BALLESTRIN, 2018). A pós-democracia é uma exigência do atual momento histórico e um modelo estatal aberto a novos despotismos: corporativo e monetarista (a ideia de estabilidade). A dimensão material da democracia deixa de ser prioridade, principalmente porque a concretização de direitos e das garantias fundamentais, muitas vezes se choca com os interesses do mercado (CASARA, 2017). Nessa ordem mundial desigual, como se dão esses refluxos democráticos na periferia, mais especificamente na América Latina?

Miguel (2022) inicia a resposta a esse questionamento enfatizando algo que já colocamos no início: um imenso número de teorias para se pensar esse fenômeno em países do Sul o faz apenas parcialmente por conta de seu quadro de referência ser a história do pós-guerra de onde emerge o modelo de democracia liberal em crise, deixando em segundo plano o fato de que essa história não é igual em todo o mundo (p. 75).

Segundo o autor, para essa linha de pensamento, a democracia liberal hoje em refluxo floresceu a partir da suposta pacificação dos conflitos sociais (especialmente de classe) através das políticas keynesianas nos países centrais do capitalismo (período também conhecido como “Anos Dourados” e/ou “30 anos Gloriosos”). Contudo, nem mesmo no cenário anglo-europeu essa realidade foi absoluta, os próprios eventos de Maio de 1968 e a emergência dos chamados Novos Movimentos Sociais expõem essas

tensões. Já na periferia do capitalismo, o mesmo cenário não se efetivou. Os regimes democráticos hoje em crise são bem mais recentes, frutos de processos de redemocratização surgidos nos anos em que o keynesianismo se findava nos países centrais e começo da disseminação da ideologia e modelo neoliberal (MIGUEL, 2022).

Como veremos no capítulo dois e três, crescimento econômico não significa necessariamente desenvolvimento. Enxergar esse último a partir de uma escala onde países vão “evoluindo” progressivamente até atingir o nível dos que estão no topo é um mito, uma falácia. Assim, é impossível que os países da periferia repliquem o crescimento dos países centrais. Logo, a acomodação e os limites do equilíbrio entre regime democrático e economia capitalista também são diferentes e mais estritos (MIGUEL, 2022, p. 83-84).

[...] enquanto na Europa a democracia liberal nasceu como resultado da pressão dos dominados, que forçaram a instauração de um regime em que suas vozes tivessem alguma chance de serem ouvidas, no Sul ela foi fruto da diluição dessa pressão. A democracia já é, aí, um modelo fechado, a ser importado copiando da maneira mais fiel possível as instituições que se cristalizaram nos países centrais, um regime que aparece para as classes dominantes nacionais e internacionais não como um desafio a ser domado, mas como uma forma testada, pouco custosa e eficaz para promover a pacificação social – e que, assim, é a melhor opção para garantir a reprodução da sua própria dominação (MIGUEL, 2022, p. 82).

O quadro que se desenha então é que o imperialismo (um elemento estrutural de dominação) também é parte importante na equação dos desafios democráticos presentes na América Latina. Infelizmente, como debato melhor no capítulo um, o conceito é tido como ultrapassado, afirma também Miguel (2022), na maior parte do campo da Ciência Política, mesmo com eventos como a tentativa de golpe na Bolívia em 2019 (envolvendo a produção de lítio, a extrema-direita local, os Estados Unidos e até Elon Musk) e a complexa situação que se desenvolve na Venezuela após as eleições de julho de 2024 e as disputas por petróleo.

A partir dessa chave é possível identificar que o que vem sendo desmontado pela desdemocratização e na pós-democracia, ou seja, a democracia liberal, Estado de direito, igualdade formal e sistemas de bem-estar social; nunca se fizeram completamente presentes no nosso continente. O que não significa que não sintamos os efeitos desses processos: estreitamento das disputas políticas e imposição de maiores padrões de desigualdade social (MIGUEL, 2022, p. 95-96).

Assim, além dos próprios limites e contradições típicos do modelo, as democracias periféricas enfrentam barreiras adicionais em consequência da sua posição e vulnerabilidade frente as dinâmicas imperialistas, acarretando projetos nacionais pouco ou nada independentes e na urgente necessidade de radicalização da substância de suas democracias, visando se opor a crise atual mediante forte combate às desigualdades e opressões.

Como está organizada e se apresenta a pesquisa

Iniciando com essa introdução e finalizando com uma conclusão, esta pesquisa se divide em três capítulos. No início do capítulo apresento o fenômeno do imperialismo como mais do que domínio territorial. Ele é tido como ciclos de integração, dependência, áreas de influência, coerções variadas e hegemonia em diferentes aspectos e territórios. Se configura por relações de poder assimétricas entre regiões e países e é a expressão política e de expansão do processo de acumulação do capital.

Tanto o imperialismo como o neoliberalismo não se constituem como uma fase, por isso se optou por entendê-los e apresentá-los como movimentos dentro de um sistema mais amplo: o capitalismo. Essa primeira parte do capítulo um está dividida em quatro subtópicos: um contextualizando a América Latina e sua relação com o imperialismo; um abortando a chamada perspectiva clássica do fenômeno; o terceiro subtópico fala sobre como ele se moldou historicamente para se manter e reproduzir para além das suas experiências coloniais; por último, abordo a ideia de novo imperialismo.

Na segunda parte do capítulo um, apresento inicialmente o entendimento da categoria neoliberalismo como um complexo modelo político e econômico de reestruturação e reconfiguração do Estado, caracterizado, inicialmente por três faces: teoria e prática econômica; teoria política e controle social; moral e subjetividade. Posteriormente, acrescento uma quarta face: enquanto uma contenção do desenvolvimento autônomo de países na periferia do capitalismo, que no caso da América Latina também funcionou como contrarrevolução frente as experiências desenvolvimentistas.

Essa segunda parte do capítulo subdivide-se em cinco subtópicos. O primeiro trabalha o conceito como aberto e multiforme, sua origem e a noção de neoliberalismo utópico. Nos outros quatro subtópicos cada um abordará uma das faces mencionadas: como reestabelecimento de acumulação e poder de classe; como contenção punitiva e complemento à desregulamentação econômica; construção de uma moral e de uma subjetividade compatível a esse projeto; e neoliberalismo como contenção do desenvolvimento em regiões periféricas do sistema global capitalista.

Em seguida, o capítulo dois intenta conectar o debate sobre desenvolvimento, mais especificamente suas limitações, com o fenômeno do imperialismo via Teoria da Dependência (destacadamente o Grupo de Brasília, com ênfase para as proposições de Vânia Bambirra) e, a partir disso, também demonstrar sua ligação com o neoliberalismo, por meio da análise de três ferramentas: sanções, dívida pública e políticas de austeridade.

Esse capítulo está dividido em cinco subtópicos: o primeiro aborda o entendimento hegemônico sobre desenvolvimento, dentro de uma concepção evolucionista no campo da economia; em seguida é abordado e exemplificado uma revisão contestadora a partir do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento; o terceiro subtópico se centra na noção de subdesenvolvimento; o quarto apresenta a importância e as contribuições teóricas e analíticas da teoria da dependência, com destaque para o Grupo de Brasília e, mais especificamente, os estudos de Vânia Bambirra; por fim, exemplifico alguns mecanismos de manutenção da dependência e entraves ao desenvolvimento, ampliando o que foi proposto na face quatro do neoliberalismo apresentada no capítulo anterior.

O capítulo três se centra na Onda Rosa e no pós-neoliberalismo como um exemplo da construção argumentativa realizada nos capítulos anteriores. Durante o fim dos anos de 1990 e a primeira metade da segunda década do século XXI, ao contrário do que se prometia, não se cumpriu o discurso de se opor ao neoliberalismo na América Latina. Foi, em grande medida, um período de continuidade de contradições sociais e políticas e conflitos crescentes. E isso foi deixando um vazio a ser disputado.

Nesse capítulo se explicita que a noção de um Estado mínimo é falsa (nem os neoliberais utópicos adotavam). A disputa e a ênfase ocorrem em seu papel, na sua função em proporcionar segurança econômica, jurídica e política a acumulação e a concentração de poder. Como consequência, também é mostrado como a democracia regional foi sendo cooptada com propósito de criar marcos jurídicos e institucionais

para permitir a execução de ajustes econômicos, a aceitação destes e o reconhecimento por parte da sociedade apelando constantemente para a ideia de governabilidade do sistema como recurso de disciplina e ordem, de administração de consensos e descensos dentro dos limites do sistema político liberal.

O capítulo é subdividido em três subtópicos: começo abordando as lutas antineoliberais da região, a ascensão de governos progressistas e as propostas do chamado neodesenvolvimentismo; em seguida, analiso a essência da noção de pós-neoliberalismo desse período e sua correlação com formas de dominação e controle político; por fim, defendo que o pós-neoliberalismo é na verdade uma mutação do neoliberalismo para viabilizar sua continuidade.

CAPÍTULO I.

Uma definição para imperialismo e para neoliberalismo

Após se assentar as bases para o desenvolvimento da análise e construção argumentativa, chega a hora de definirmos as categorias essenciais dessa pesquisa e, a partir delas, ir costurando e resgatando conexões que muitas vezes são deixadas de lado.

1.1-Imperialismo

Essa primeira parte do capítulo um se centrará na primeira categoria fundamental para argumentação desenvolvida nessa tese: o imperialismo.

1.1.1- Apontamentos gerais sobre o fenômeno na região latino-americana²⁵

Em termos analíticos, aqui me refiro não a qualquer tipo de imperialismo. Não é sobre imperialismo romano, por exemplo. Iremos nos centrar na sua variedade moderna, capitalista. Então, aqui o foco será o imperialismo de caráter capitalista, componente econômico e político de um fenômeno mais amplo, o colonialismo. Em todo o trabalho, salvo quando explicitado, toda vez que aparecer o termo “imperialismo” estarei me referindo a esse tipo.

Entendo o imperialismo como uma, dentre outras, categorias para se pensar desigualdades, como por exemplo em análises críticas a lógica liberal que acredita que países ditos “emergentes”, se seguirem determinados ritos e/ou cartilhas, em algum momento passarão a ser países desenvolvidos.

A rápida aceleração do processo de globalização, com o advento das novas tecnologias de comunicação e o desenvolvimento dos transportes, o advento do neoliberalismo e as conquistas das Revoltas Anticoloniais foram alguns dos fatores que

25 A maior parte deste item foi escrito tendo como base as informações e aulas do minicurso gratuito da CLACSO “Colonialismo y soberanía en América Latina”. Ver: CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **Colonialismo y soberanía em América Latina**. S/d. Disponível em: <https://repositorio.clacso.org/colonialismo-y-soberania-en-america-latina.html>. Acesso em: 22 setemb. 2025.

contribuíram para que na contemporaneidade essa categoria fosse cada vez mais deixada de lado.

Entretanto, adotando a premissa defendida por Forno (2023), o imperialismo, mesmo em suas configurações atuais, continuaria a ser o inimigo principal das nações chamadas de “subdesenvolvidas”, “em desenvolvimento”, “dependentes”, “periféricas” ou que compõem o chamado Sul Global, agindo para barrar processos de afirmação de soberania e da vontade dos povos oprimidos. Tendo como base tal premissa e partindo de um contexto de Economia Política contemporânea e a realidade da periferia do capitalismo, ambas então marcadas pela hegemonia do pensamento neoliberal, infiro a seguinte questão: é possível diferenciar a adoção de uma cartilha neoliberal de uma reciclagem ou renomeação de elementos imperialistas? Para fins de pesquisa, é necessário um recorte mais específico, então almejo responder a essa questão tendo como enfoque o caso da América Latina.

Entendo que um ponto importante para tentar desenvolver uma resposta, é a necessidade de compreender as configurações atuais da categoria, assim como suas bases. Isso justificaria a sua recolocação como uma engrenagem central em um complexo sistema de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que não se esgotou com as transformações históricas.

A categoria se mostra volátil em termos de adaptação e adequação ao estágio global de desenvolvimento e não atua apenas de fora para dentro, mas também de dentro para fora, como na América Latina:

[...] as nações periféricas, especialmente as latino-americanas, forjaram-se capitalistas em um período histórico distinto daquele que deu origem às experiências originais do capitalismo e já sob a tutela do capital monopolista. Assim, as burguesias nacionais ou já nasceram sob a batuta da integração subordinada ao capital estrangeiro e imperialista, ou foram cooptadas pelo imperialismo [...] (FURNO, 2023, p. 11).

A formação social e econômica de nosso continente se deu de forma dependente. Por isso, diferente dos países centrais, a noção de autodeterminação ou questão nacional adquire um caráter radicalizado e revolucionário por essas bandas.

A exploração colonial condicionou a industrialização originária das primeiras potências europeias e a posterior primeira revolução industrial destas. Com isso, parto da constatação de que o imperialismo é uma espécie de braço interno do colonialismo, elementos que se complementam, e que irá marcar principalmente o século XIX e a primeira metade do século XX, em aspectos econômicos, políticos e geopolíticos

mundiais. Contraintuitivamente, ele foi deixado de lado, mesmo mantendo sua atuação constante pelo debate político entre as décadas de 1970 e 1990 do século passado. E só mais recentemente, após a virada do século XX para o XXI, vem sendo resgatado.

Assim como o colonialismo, que abordei na introdução deste trabalho, o fenômeno do imperialismo não diz simplesmente do domínio de um território, conquista e presença para exploração. Sim, isso está presente, especialmente quando pensamos nas práticas imperialistas ditas “clássicas”, como as colônias europeias a partir da expansão marítima comercial. Contudo, tais práticas se mostraram, especialmente em seus desenvolvimentos históricos, extremamente conectadas à jurisdição estatal e conformações sócio-históricas.

Para além da dominação territorial, tais práticas se apresentam em essência, e isso justifica sua grande importância para pensar a Ciência Política, como relações de poder assimétricas entre regiões e Estados, de onde vem a ideia de centro/periferia do capitalismo, Sul/Norte global – esta última em um sentido não resumido a localização na linha do equador. Relações de dominação (material e não-material) e poder assimétricas que perpassam aspectos ideológicos, culturais, geopolíticos, de soberania (um grande exemplo regional até hoje é a questão das Ilhas Malvinas na Argentina), de construção democrática, de governo, de construção de subjetividades, violências e, muito importante para a América Latina, de resistências.

Um fator que contribuiu com o afastamento dessa categoria nos debates, na mídia e até no meio acadêmico foi, por um lado, as expectativas advindas dos processos de globalização e integração (falaremos mais disso adiante). E, por outro lado, nos processos de descolonização, libertação nacional e independência (especialmente em África e Ásia) na segunda metade do século XX. Mas muitos desses processos estavam mais focados em uma questão de soberania e menos no fim de formas de dominação, especialmente no âmbito da Economia Política.

É também importante apontar um terceiro fator que contribuiu para esse afastamento momentâneo (lembrando que em algumas correntes de pensamento, como as de inspiração marxista, a categoria manteve presença em muitos debates), qual seja: o chamado ciclo progressista latino-americano (tema do capítulo três), onde houve amplo entendimento de uma recuperação ou recolocação do Estado (muito em resposta as crises advindas do neoliberalismo), especialmente no que diz respeito a políticas públicas.

Entretanto, visto mais de perto, e essa afirmação permeará toda essa pesquisa, observo que o que houve foi a substituição de um poder por outro. O vínculo formal colonial foi deixado, uma ideia de soberania dos Estados nacionais foi adquirida, mas muitos vínculos econômicos e culturais que perpetuam a antiga dependência, os benefícios para países centrais do capitalismo e burguesias externas e internas, sobreviveram.

A argumentação histórica aqui, não visa ser completa e nem única, mas é apenas um caminho possível, busca colocar em relevo algumas especificidades da América Latina, no intuito de enfatizar que tais relações de poder assimétricas são estruturais e estruturantes das nossas relações políticas e econômicas. Esta argumentação converge de forma importante com outros fenômenos, assim como também com as formas de resistência que tiveram origem na nossa região e marcam nossa história, a exemplo da Revolução Cubana e do Movimento Zapatista.

Esse é um dos motivos pelos quais também é importante descolonizar nossa leitura histórica (ponto já abordado na introdução dessa pesquisa). Ainda é muito comum a narrativa (muito disseminada na nossa formação escolar e em muitas disciplinas da Ciência Política) de que a Europa sempre foi o centro do mundo. Mas em verdade, até a passagem entre o século XV e XVI, a Europa era periferia, o centro do mundo era o Oriente.

Várias mudanças permitiram que a Europa começasse a ocupar esse papel central, a exemplo da queda de Constantinopla e a necessidade de outras vias de comércio, destacadamente o movimento em prol da expansão ultramarina. Posteriormente, entre os séculos XIX e XX, passa a compartilhar essa centralidade com os Estados Unidos.

Em grande medida, foi a conquista das Américas que abriu caminho para a emergência dessa nova conformação no sistema mundo: o capitalismo e a Europa como centro. Dois atores que se destacam nesse período de grandes mudanças são Espanha e Portugal pela “obtenção” (leia-se roubo) de imensas riquezas minerais onde hoje são México, Peru, Bolívia e Brasil, dizimando a ferro e fogo populações complexas e impulsionando relações de exploração e trabalho violentas.

Uma região inteira, vastos territórios, civilizações que perderam sua identidade primogênita a partir da imposição e instalação de um processo colonial. Uma grande e diversa região, que antes tinha vários nomes, passa a se chamar “América” ou “Indias

Occidentais". Essa é uma das esferas que demonstram o poder do sujeito colonizador sob o sujeito colonizado.

Impõe-se uma identidade, e uma identidade que é tida como inferior. E que posteriormente muitas vezes foi, e ainda é, usada para justificar tipologias e lógicas de caráter econômico e político, como a ideia de "países desenvolvidos", aqueles do chamado "primeiro mundo", os países centrais, ricos (ricos por quê?). Em oposição àqueles que devem percorrer um caminho, um modelo, etapas (bem aos moldes do discurso etnocêntrico) até chegar ao patamar desses países-potências, já que no momento eles são "países subdesenvolvidos", aqueles do antes chamado "terceiro mundo". Métricas construídas a partir da visão dos primeiros para conformar a atuação dos segundos e isso ficará bastante explícito quando cito políticas do Fundo Monetário Internacional e políticas de austeridade.

Por suposto, esse exercício de trazer apontamentos gerais para esse vasto continente e dentro desse contexto irá encontrar limites. Assim como cada país possui suas especificidades, entre o império português e o espanhol havia muitas diferenças. A ideia aqui não é esgotar o debate ou eliminar tais diferenças, mas sim tentar contribuir mediante algumas aproximações gerais para a região e consequências observadas na atualidade.

Tendo isso em mente, vale apontar outro ponto importante para se pensar as práticas imperialistas ao longo da história da região: o entendimento de que existem vários tipos puros (para adotar uma tipologia weberiana) de colonialismo, não apenas o de assentamento e o de exploração. Entretanto, a América Latina foi um misto, violentamente colocado em prática, desses dois e originou sociedades e culturas novas.

Em termos cronológicos, dois aspectos fundamentais no processo inicial de colonização e implementação de políticas e práticas imperialistas são os aspectos econômicos e os aspectos políticos. Quanto ao primeiro: foi inicialmente mineiro e extrativista, resultando em uma economia parasitária e com posteriores reflexos estruturais (como veremos ao longo desse trabalho). No que tange ao segundo aspecto: foi marcado pelo surgimento de grandes e poderosas elites locais e pela atuação e interesses da igreja.

Ao longo desse extenso processo, quando houve o início da decadência do império espanhol e a ascensão do império holandês, os primeiros passam a firmar aliança com o império francês, tendo como uma de suas principais consequências o

estabelecimento de fato da lógica do monopólio mercantilista²⁶. Essa lógica fica bastante evidente com a importância que veio a adquirir o comércio de açúcar a ilha de São Domingos, atual Haiti – pioneira na região no que se refere a processos de independência e fim da escravidão. Vale mencionar também a famosa Guerra de Secesão nos Estados Unidos e a influência econômica e política desempenhada pela Inglaterra, a exemplo seu papel mediador entre Argentina e Brasil no processo de independência/criação do Estado independente do Uruguai.

Nessa conjuntura, temos mais ou menos uma divisão onde: o império francês dominava parte do Caribe e o Canadá; o império holandês também se manteve presente especialmente no Caribe (possuindo territórios até hoje); o império português se destacava com onde hoje é o Brasil; o império espanhol espalhado entre o atual México, Caribe e América do Sul; o império inglês mantinha sua influência e força principalmente na questão marítima/econômica. Com riquezas extraídas via matérias primas e, em pouco tempo, via minerais preciosos, principalmente por parte de Espanha e Portugal.

Com o desenvolver das ocupações, processos e explorações coloniais nesses territórios, o mercado e o trabalho de escravizados, destacadamente o de populações negras africanas, foi gigantesco e novas formas administrativas e burocráticas passaram a ser desenvolvidas e aplicadas com o intuito de manter os domínios das metrópoles europeias sobre as colônias nas Américas. Isso começou a gerar embates com as já constituídas elites locais, especialmente na América espanhola, desembocando posteriormente em variados e múltiplos processos de independência.

Abrindo aqui um breve parêntese sobre a atuação do império português em nosso território brasileiro, vale colocar que o Brasil nunca foi uma colônia tão prosperta como foi, por exemplo, Peru, Bolívia e México. O império português foi perdendo poder e desenvolvendo uma relação muito dependente da Inglaterra, vide ainda no século XVIII as reformas pombalinas (similares as bourbonicas, mas não com o mesmo impacto e êxito) e, já no século XIX, as motivações para assinatura da Lei Aurea. A centralidade maior da escravidão negra no Brasil do que na hispano-américa também é elemento fundamental e diferenciador nos processos de independência local, muito mais conservadora do que foi em outros países da região.

26 Por meio especialmente das reformas bourbonicas: conjunto de legislações econômicas e políticas visando uma administração mais eficiente nas colônias americanas e desenvolvimento econômico, por exemplo: a criação do vice-reino do Rio da Prata, então localizado em território de confluência do reino de Portugal e do reino da Espanha, e que mais tarde foi palco da Guerra Cisplatina.

Aproveitando o gancho das questões independentistas, que marcaram a primeira metade do século XIX na região, temos vários e diferentes aspectos simbólicos, conflitos internos e complexidade de atores. Ou seja, não foram homogêneas. Contudo, em geral, foram movimentos que ganharam popularidade em amplos setores e, principalmente na parte espanhola, é resultante de eventos e retóricas anteriores, como a revolução de Túpac Amaru e Túpac Katari, a proclamação de independência feita por negros escravizados no Haiti, a crise política que se arrastava na Espanha e a ocupação francesa com Napoleão.

Todo esse contexto regional e europeu impactou bastante as colônias e seus processos de independência, como observado na então adesão de setores das elites locais visando seus interesses, agendas e defesa de reformas frente a tensões geradas por impostos e pelo absolutismo metropolitano, resultando em processos complexos e longos.

Em termos mais gerais, dos variados processos independentistas tivemos a defesa da república, mas com grande tensão entre um modelo centralista e um federalista, além de embates sobre a unidade da região. Foram revoluções políticas, mas não sociais (reformas parciais) e nem econômicas. O foco foi mais externo que interno, resultando em repúblicas debilitadas.

No caso do Brasil, a escravidão foi mais central. A elite local se mostrou menos disposta a embates com o império português, mesmo com as reformas pombalinas. Também não possuímos (e até hoje) uma identidade regional tão forte, como vemos no que foi a atuação e o projeto de Simón Bolívar.

A causa mais profunda para a independência aqui teve mais a ver com o que se passava na Europa e não ganhou contornos tão revolucionários. Houve várias rebeliões, mas a invasão de Napoleão à Portugal, levando a fuga da família real para a sua então principal colônia, mudou drasticamente a realidade local, impulsionando uma forte metropolização, por exemplo. Em 1822 “declara-se” a independência, com conflitos minoritários, poucas mudanças institucionais e a escravidão como uma das grandes continuidades.

Contudo, nos dois casos, a América espanhola e o Brasil, vale perceber a presença e influência do império britânico como o grande norteador do poder econômico. E, diferente do Haiti, nos dois casos quem promoveu os processos de independência foram as elites. Também, posteriormente a esses processos, com maior ou menos mudanças sociais, há uma continuidade de formas coloniais, lógicas racistas e

formas de dependência econômica. Formalmente os países passaram a ter soberania política, mas do ponto de vista econômico estavam fortemente dependentes, mesmo que em graus variados. Assim, na prática, o que se observa é uma autonomia política relativa.

Nas primeiras décadas do século XX, e especialmente após a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, a lógica de dominação em termos macro passa a ter como ator principal os Estados Unidos, agora consolidados como grande potência militar e econômica, com suas aspirações e movimentos de expansão territorial e econômica (a exemplo da exportações de capitais).

Antes, com os processos de independência nas colônias americanas e em paralelo a primeira revolução industrial ainda em curso nos países capitalistas, a tendência era de descolonização. Agora, no então cenário se coloca uma espécie de tendência de recolonização, em paralelo com a chamada segunda revolução industrial ainda em curso.

Nesse contexto, surge uma nova divisão internacional do trabalho, que incorpora a América Latina não mais como colônia, mas ainda como provedora de matérias-primas, alimentos e mercado consumidor de manufaturas. Para sua expansão e conquista de mercados na região, os Estados Unidos se utilizaram de ideias de um sistema pan-americano (que depois da Segunda Guerra passa a se chamar Organização dos Estados Americanos), principalmente via união aduaneira e monetária; e em uma reatualização da Doutrina Monroe, objetivando uma recolonização mas sem a influência de potências europeias. A América Latina como “quintal” dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, impedem processos de cooperação e integração entre países da região, negociando individualmente, tal qual “dividir para conquistar”. Uma recolonização com um novo tipo de imperialismo: o estadunidense. Sem que os antigos também tenham deixado de existir. Abordagens representativas desse contexto e da atuação norte-americana nesse território, podem ser encontradas em Gaddis (2007), Klein (2008) e Fico (2008).

Durante a Guerra Fria, a presença e o intervencionismo estadunidense eram sentidos, por exemplo, com o conhecido apoio que deram a vários golpes que implantaram ditaduras: Panamá, Cuba, Chile, Nicarágua e Brasil. Nesse período a América Latina se converte em um laboratório de imaginários, respostas e repertórios, em prol do discurso anticomunista, com o apoio as ditaduras e com as primeiras

implementações de políticas neoliberais na região, tendo o Chile como epicentro, como bem demonstra Klein (2008) e Délano e Translaviña (1989). E também em prol das resistências anti-imperialistas, muitos se convertendo em movimentos de luta armada e com tendências revolucionárias à esquerda.

Entre os anos de 1960 e 1970 também se constrói um novo sujeito político na região: a chamada nova esquerda. Um “ser” ambivalente, com aproximações e diferenças com as guerrilhas revolucionárias, especialmente sobre o modo de conceber a ação política e o papel do Estado. Por hora, nos próximos tópicos busco melhor trabalhar o que é e como se dá o fenômeno do imperialismo, do ponto de vista mais clássico, destacando o pensamento de Rosa Luxemburgo, até perspectivas mais atuais, sem deixar de seguir um mesmo fio condutor básico para o entendimento da categoria.

1.1.2-A chamada perspectiva clássica

Como apontado por Furno (2022), foi com o livro “Imperialismo, um estudo”, de John Hobson, que o termo ganhou destaque em seu aspecto negativo. Suas origens remontam aos trabalhos de Karl Marx sobre o valor em “*O Capital*” (mesmo ele não tendo denominado o fenômeno com este termo) e, posteriormente, autores e autoras influenciados pelo pensamento deste, especialmente com a Segunda e a Terceira Internacional Socialista, ampliaram o debate.

A conformação clássica do fenômeno ocorre entre o século XIX (edificação de uma economia mundial) e a primeira metade do XX. O modo de produção capitalista (tipo particular de produção e reprodução) deu o contorno a emergência do imperialismo, já que este é vital para a continuidade e expansão do primeiro. Se retroalimentam.

As premissas do imperialismo já apontadas em Marx, e relembradas por Furno (2022) podem ser resumidas em: a concorrência (um elemento central do sistema, mas não uma “lei natural” deste) intercapitalista terá no mercado internacional um *locus* prioritário de desenvolvimento, consequentemente, nesse mercado mundial, o trabalho mais avançado receberá remuneração superior ao mais atrasado, reforçando a supremacia das economias que operam com maior avanço tecnológico e/ou maior capital. Assim, havia-se agora identificado empiricamente a operacionalização do principal mecanismo econômico do imperialismo, a transferência de valor.

Ou seja, o comércio mundial de mercadorias e capitais é a base do fenômeno e a dependência é sua outra face (ou efeito). O rápido e ilimitado avanço do capitalismo incorreu, em oposição a livre concorrência, em concentração e centralização de capitais (monopólio – lei geral e fundamental daquele estágio de desenvolvimento) (FURNO, 2022). Uma contradição que tende a aumentar em momentos de crise. Essas tendo um caráter cíclico no modelo capitalista.

O capitalismo se transforma efetivamente em imperialismo (no sentido de dominar o sistema) na passagem do século XIX para o XX, com a consolidação de monopólios. Esse movimento faz surgir uma nova fase na política colonial (partilha de territórios e novas áreas de influência): afastamento da ideia de relação metrópole-colônia e trabalho escravo. Agora a justificativa era “levar o progresso”, livrando as nações periféricas da pobreza. Tal contexto inevitavelmente exigiu um novo e mais dinâmico padrão de financiamento da produção. A solução foi o crédito, dando origem a um outro setor de concentração monopolista, o bancário. Deu-se o pontapé para o capital financeiro. Posteriormente, o acirramento das disputas entre as potências imperialistas levará a Primeira Guerra Mundial (FURNO, 2022).

O imperialismo passou a ser um termo com conotações negativas a partir do momento em que se percebeu os efeitos da não suficiência do mercado interno. O excesso de capitais e a sede de lucro privado, levou a elite industrial europeia a procurar novos espaços, em áreas externas, para acumulação e valorização. Ou seja, a base econômica do imperialismo estava na expansão da poupança interna e sua drenagem para os mercados externos.

[...] a desigualdade de renda, que se acentuava com a concentração industrial, impedia que trabalhadores consumissem mercadorias mesmo que elas fossem produzidas em sua região, tendo em vista sua baixa disponibilidade de renda. Por isso, transpor fronteiras nacionais para uma nova política colonial era a única opção caso não houvesse o que ele denominava de “avanço na democracia econômica”, redução da desigualdade interna e uma maior coordenação do capital pelo Estado Nacional (FURNO, 2022, p. 26)

Isso foi viável mediante a captura e/ou inserção no Estado das elites industriais e financeiras, impondo seus interesses mediante políticas protecionistas.

Assim como Furno (2022), adota-se o escopo teórico marxista para análise do fenômeno. Dentro dessa perspectiva, e tendo como base os apontamento de Marx citados acima, Rudolf Hilferding é considerado o primeiro autor a teorizar sobre o

imperialismo e pode-se extrair ao menos três contribuições, de acordo com a autora supracitada.

Primeiramente, seu foco foi o capital financeiro (junção do capital bancário e industrial e a subordinação do segundo à disponibilidade de capital monetário do primeiro), seu aparecimento no interior do movimento de monopolização e uma suposta redução da concorrência intercapitalista. Isso supostamente acabaria com a livre concorrência e inauguraria as grandes associações de caráter monopolista. Essa nova roupagem capitalista seria representada pela política imperialista e teria como matriz o capital financeiro (é aqui também que surge a camada de classe dos “rentistas”)

Outra contribuição importante de Hilferding apontada por Furno (2022) foram seus apontamentos com relação ao debate exportação/protecionismo. A saturação do mercado doméstico levava a necessidade de maior exportação, mas o protecionismo se configurava como um obstáculo. A solução então seria exportar capital (aceleração e maximização da taxa de lucro), valor para gerar mais valor. Ou seja, abre-se caminho para a internacionalização do capital e difusão do modo de produção capitalista (em economias em transição para o capitalismo).

E em terceiro, a relação entre a exportação de capitais e a então nova política colonial. A exportação de capitais, por um lado, e a transição de economias, por outro, gerou choques de níveis de desenvolvimento produtivo e formas distintas de legislação, gerando muitas vezes alguns limites para as metas imperialistas. É nisso que se intensifica avanços violentos sob a legislação e organizações sociais das nações receptoras.

Mesmo com essa importante contribuição para o acúmulo do entendimento do imperialismo, outros pensadores e pensadoras, especialmente Lênin e Rosa Luxemburgo, levantaram elementos então negligenciados por Hilferding, já que até aqui, o fenômeno do imperialismo era entendido apenas como uma política específica. As duas perspectivas serão desenvolvidas melhor logo mais.

Outro importante autor que Furno (2022) destaca para os estudos pioneiros ou ditos “clássicos” sobre essa forma de imperialismo é Nikolai Bukharin. Ele apontou não ser possível falar de desenvolvimento econômico a partir de nações fechadas em seus próprios territórios. Ou seja, seria necessária uma análise totalizante, global da economia mundial. Há uma tendência de transformar tanto a economia nacional como a economia global. É um movimento marcado por tendência à concentração, centralização, formação de trustes e disputas por zonas externas para expansão de

negócios (exigência de políticas de anexação). Assim, nesse período era necessário um processo de conquista, motivo pelo qual então a força bélica definiria o fenômeno.

Diferente do entendimento inicial, agora o imperialismo não seria mais visto simplesmente como uma política de conquista territorial aos moldes do colonialismo clássico, porque nem toda política de conquista seria imperialista. É uma noção que deixa mais nítido o fenômeno como inserido na própria lógica de existência do capitalismo. Entretanto, na perspectiva acima o imperialismo é entendido como uma categoria histórica, uma política do capital financeiro e que aparece apenas em determinados momentos do desenvolvimento capitalista.

A exportação de capitais adquire uma importância inédita e o fluxo vai dos países ditos mais avançados para os ditos mais atrasados. Nesse contexto, a lógica imperialista contribuiria para impedir a queda na taxa de lucro, que agora passava a ser determinada pelas condições gerais de produção e produtividade determinadas pelo mercado mundial. Em paralelo, mais um importante autor, Karl Kautsky, destaca que esse avanço para outras áreas do globo visava evitar não apenas a escassez de matéria-prima, mas também as eventuais crises de superprodução do mercado consumidor. Em resumo, seria o imperialismo como a política da então nova era do capitalismo monopolista (FURNO, 2022). Ele não seria uma fase da economia, mas um produto do capital industrial altamente desenvolvido e a tendência de anexar o que o autor chama de regiões agrárias (LÊNIN, 2011, p. 219-220).

Esses três autores e perspectivas são bastante relevantes para o entendimento do fenômeno, mas dentro dos estudos e debates ditos “clássicos”, o peso destes não se compara ao que adquiriu a teorização nem de Lênin nem de Rosa Luxemburgo. Tanto a polonesa quanto o russo dialogaram com seus pares supracitados e foram além. Mesmo com pontos em comum, para muitos é Lênin o grande nome ao se trabalhar essa categoria por uma perspectiva marxista. Consequentemente, se mostra necessário citar brevemente alguns pontos centrais deste. Mas, essa pesquisa acredita que é o entendimento de Rosa Luxemburgo que melhor nos ajuda a pensar a realidade prática da categoria no continente latino-americano, como será justificado logo mais.

Dois acontecimentos se refletem na teorização de Lênin em que o imperialismo é visto como fase superior do capitalismo: a Primeira Guerra Mundial e a dissolução da Segunda Internacional. Com isso, segundo Forno (2022, p. 46-47), o autor também tinha em mente dois objetivos: tentar combater as teorias e políticas reformistas, oportunistas e revisionistas; e tentar compreender a nova forma adotada pelo sistema

capitalista após a então crise de 1873. Um ponto fundamental, diferente dos autores citados anteriormente, é que Lênin não entende o fenômeno como uma política, mas sim uma fase desse sistema, que se iniciou no processo de substituição da livre concorrência para a fase dos monopólios (LÊNIN, 2011).

O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2011, p. 218)

Para chegar a essa definição, o marxista russo elencou cinco elementos que caracterizam o imperialismo (LÊNIN, 2011, p. 218) e que Furno (2022, p. 47-53) compacta muito bem, não havendo uma hierarquia entre os pontos. De início temos justamente essa transformação de concorrência em monopólio (mesmo que na prática a era dos monopólios reforça e aprofunda a concorrência), fundamental para o capitalismo moderno. Em segundo lugar, temos o capitalismo monopolista assentado no capital financeiro, então um novo capital surgido via fusão do capital bancário e do industrial (imperialismo como sinônimo de domínio do capital financeiro). Esse é um ponto de convergência, como veremos mais adiante, entre o autor e Rosa Luxemburgo.

Essa característica dá origem a uma oligarquia financeira, responsável por uma rede de relações de dependência entre instituições econômicas e políticas. Além disso, esse movimento de união de interesses estabeleceu um novo papel para os bancos. Deixam de ser intermediários e passam a ser concentradores de capital monetário, adquirindo assim papel fundamental no imperialismo capitalista. A dependência, tanto de empresas como de Estados, frente aos bancos cresce cada vez mais. Essa situação privilegia poucos Estados financeiramente poderosos (FURNO, 2022). Trazendo esse ponto para a atualidade, ainda vemos essa dinâmica com relação a atuação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) com países da América Latina e condições para empréstimos a estes, como políticas de austeridade.

Uma terceira característica é que nessa fase a exportação de capitais (como empréstimos) adquire uma importância enorme. Isso se justificaria menos pelo subconsumo interno e mais pela própria natureza do sistema, uma busca por superlucro, como também colocou Bukharin. Assim, a exportação de capitais para a periferia se torna uma necessidade. Por fim, a quarta e quinta características são dois pontos que conformam um conjunto: a partilha do mundo entre associações internacionais

monopolistas e a partilha territorial do mundo (transição da política colonial) entre as principais potências (FURNO, 2022, p. 47-53; LÊNIN, 2011). O caso mais explícito é o do continente africano.

Além disso, Lênin (2011) também aponta quatro manifestações principais do capitalismo monopolista: 1) o nascimento de monopólio como consequência da concentração da produção; 2) a posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou o poder do grande capital e intensificou as contradições entre a indústria cartelizada (os cartéis) e a não cartelizada; 3) a oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas, é a manifestação mais evidente dessa fase do capitalismo; e 4) os monopólios nascem da política colonial. Assim, o autor complementa sua definição do fenômeno:

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como urna das tendências do imperialismo, a formação de “Estados rentistas”, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais [...]. (LÊNIN, 2011, p. 265)

Não menos importante que a caracterização do fenômeno é seu elemento dialético destacado por Lênin (2011). Como reproduzido por Forno (2022, p. 52): mesmo via um processo de desenvolvimento (que pode adquirir formas transitórias) desigual e combinado, ao contribuir com a dinâmica capitalista de nações periféricas, cria-se também condições de reivindicações de caráter desenvolvimentista anti-imperialista e de libertação anticolonial.

A definição da categoria e o destaque de seu elemento dialético são contribuições ímpares erigidas pela perspectiva leninista. No entanto, não se pode deixar de analisar as contribuições da economista marxista polonesa Rosa Luxemburgo. Essa pensadora de grande destaque entre o final do século XIX e início do XX, também partiu do pensamento marxiano para elaborar uma interpretação econômica do fenômeno. Se antes o foco eram elementos de caráter interno, Rosa parte para uma perspectiva que joga para o centro elementos que poderíamos chamar de “externos”. Seu ponto chave se encontra no entendimento de que são principalmente os elementos externos que influenciam a velocidade da acumulação do capital.

A partir disso, suas contribuições para pensar os projetos emancipatórios e anti-imperialistas, com base em uma perspectiva que ressalta a centralidade do protagonismo

popular, também trará consigo uma perspectiva de internacionalismo que nos fornece boas pistas para entendermos as complexidades de territórios heterogêneos e plurinacionais.

Os estudos de Rosa sobre imperialismo estão principalmente em *A Acumulação do Capital*. Essa obra apresenta duas linhas de análise para o capital, que se relacionam diretamente, e que a autora não trata em separado devido a sua interdependência para a realização do movimento do capital proposto por ela. Assim, ao mesmo tempo, ela explicita a expansão geográfica do capital, que hoje chamamos popularmente de “divisão internacional do trabalho”, e, em paralelo, ela apresenta indícios de como o capital começa a colonizar a vida concreta e cotidiana das pessoas. Um dos maiores exemplos apresentados sobre esse último ponto é a questão das terras e das formas comunais *versus* a transformação da terra em propriedade privada (LUXEMBURGO, 1970).

Aqui, o que nos interessa é a terceira parte da obra supracitada, intitulada “As condições históricas da acumulação”, que nos fornece indícios sobre a correlação essencial entre elementos externos e a realização da acumulação. Vale mencionar que, por mais que a autora não trabalhe especificamente com América Latina, ela cita o continente, assim como trabalha com territórios fora da Europa e seus processos coloniais, a exemplo dos casos da Índia e da Argélia. Ambos os países dentro do que hoje chamamos de Sul Global. Ela também dá grande destaque ao caso dos Estados Unidos, que nesse caso oferece *insights* devido ao foco que Rosa dá para as relações com o que hoje chamamos de populações tradicionais de um território.

A ideia geral é que o imperialismo seria a expressão política do processo de acumulação em sua luta para conquistar regiões não capitalistas. Nessas disputas, com grande desenvolvimento e concorrência entre os países de capitalismo antigo para conquistar territórios não-capitalistas, o imperialismo aumentaria sua agressividade e aguçaria as contradições entre os países (LUXEMBURGO, 1970). Vejamos de forma mais detalhada a análise da autora.

Mediante os objetivos expostos, a autora parte da realização da mais-valia e da contradição do esquema marxiano sobre a acumulação. As condições de exploração e a realização da mais-valia não são idênticas, com isso, por exemplo, a última pode se realizar apenas parcialmente, havendo perdas. Por outro lado, o sistema capitalista é marcado pelo impulso à acumulação, gerando uma escala que busca ampliação do capital e da produção de mais-valia. Nesse cenário, o mercado se converte em uma

necessidade de extensão constante. Ou seja, a contradição interna poderia ser compensada pelo que a autora chama de “extensão do campo exterior da produção” (LUXEMBURGO, 1970, p. 295).

Nesse esquema de processo reprodutivo do sistema, a realização da mais-valia e sua acumulação são apenas dois aspectos deste. Assim, a questão para a autora não é o consumo, mas sim o mercado e sua constante necessidade de aumento. Não no sentido de expandir mercado consumidor em si apenas, mas a própria ampliação geográfica. De acordo com Luxemburgo (1970), a primeira condição de realização da mais-valia seria a existência de compradores fora das então sociedades capitalistas. Ou seja, só há essa realização se for por parte de camadas sociais ou sociedades cujo modo de produção é o que ela chama ora de “pré-capitalistas”, ora de “não-capitalistas”²⁷.

Há sempre um excedente para além daquele que serve ao consumo de capitalistas e trabalhadores em dada sociedade capitalista. Para exemplificar, ela usa a indústria de tecidos de algodão na Inglaterra. Segundo seu estudo, foi o fornecimento desses tecidos às camadas camponesas da Índia, América e África na primeira metade do século XIX a base para o enorme desenvolvimento dessa indústria nesse período. Mas também é salutar o fato de que se forneciam os meios de produção excedentes para países não-capitalistas, como a Inglaterra fornecendo material de construção de estradas de ferro para territórios nos Estados Unidos e na Austrália (LUXEMBURGO, 1970, p. 302).

É o desenvolvimento de um sistema de transporte que comporá condições prévias para a implementação do modelo capitalista. Nos dois exemplos acima, tanto o fornecimento de mercadoria na forma tecido, como o fornecimento de meios de produção na forma de estradas de ferro, são casos que se cruzam, se complementam e se influenciam mutuamente. Isso acontece porque é errônea a ideia de que a mais-valia destinada a capitalização se realiza em uma produção capitalista isolada. A questão não é a necessidade da produção capitalista, mas sim a necessidade daqueles meios não-capitalistas. Logo, ela se realiza fora, externamente. Nesse ponto surge também a necessidade de encontrar elementos materiais correspondentes a ampliação da produção. A autora cita como exemplo a indústria extrativista de mineração. É a partir desse ponto que começa a ser colocado dois elementos essenciais na análise sobre a acumulação e

27 Ao longo do tópico usaremos sempre, independentemente de como esteja colocado no texto da autora, o termo “não-capitalista”, tendo em vista que “pré-capitalista” tende a ter um caráter de linearidade evolutiva.

sua relação com o que chamamos de imperialismo: força de trabalho e terra (LUXEMBURGO, 1970).

As matérias-primas vindas de países não-capitalistas e de mão de obra escravizada, seja para a produção industrial (ex.: algodão) ou para subsistência das camadas trabalhadoras (ex.: cereais) foi vital para o desenvolvimento e manutenção dos Estados capitalistas europeus. E isso foi cada vez mais pressionando estes para fora de seus limites. O impulso para a apropriação de forças produtivas para exploração do capital recorre ao mundo todo. Ou seja, é um movimento imprescindível para o processo de acumulação. Até porque, em caso de crise produtiva, por motivos como guerras e outros, o capital tem o poder de muito rapidamente começar a atuar em outro território no intuito de suprir o fornecimento que entrou em crise (LUXEMBURGO, 1970, p. 307-308).

Com isso temos, a base econômica da produção de matéria-prima do mundo capitalista são os ditos sistemas primitivos de exploração, nas colônias africanas e americanas, com combinações de escravidão, servidão, violências. E o comércio mundial, essencialmente a troca entre formas de produção capitalista e não-capitalistas, é condição histórica de vida do próprio capitalismo.

Até aqui a autora traçou análises referentes a acumulação pelo viés da mais-valia e do capital constante (dentro da lógica econômica marxista). Ela então também passa a inserir o capital variável dentro da sua análise. Aqui ela destaca a origem dos chamados “operários adicionais” que serão usados no sistema. Para Luxemburgo (1970), o exército industrial de reserva não se conforma apenas via procriação (lembrando que aqui estamos falando das origens e desenvolvimento do capitalismo no cenário europeu), mas também via camadas sociais originadas de países não-capitalistas. Como resultante a longo prazo isso acaba por gerar a decomposição da economia camponesa, do artesanato e de formas de organização social não-capitalistas em países não europeus. Ela exemplifica com a escravidão nos Estados Unidos.

Ou seja, nem os recursos naturais, nem as forças produtivas, nem a massa operária dos limites territoriais europeus foram suficientes. Foram necessárias outras “raças”, outros territórios e outras lógicas de relações, utilizando-se dos mais diversos métodos para tal. Tanto o modelo capitalista quanto o Estado moderno que o caracteriza resultam de saques dos países coloniais pelos europeus (CROSSMAN, 1980).

Os povos que originalmente habitam essas localidades, conformam relações sociais específicas e praticam o que a autora polonesa chama de “economia natural”, o

que oferece rígidas barreiras as necessidades desse processo histórico de acumulação do capital. Nessa disputa (normalmente não justa para os países colonizados), aliam-se violência política e fatores econômicos em métodos até hoje empregados nas dinâmicas econômicas de caráter mundial: a própria violência política; apropriação de terras e recursos naturais; pressão tributária; empréstimos e dívidas de Estados; separação entre agricultura e artesanato (subsistência); especulação de terras; introdução de uma economia de mercado; políticas aduaneiras e protecionistas e barateamento das mercadorias (LUXEMBURGO, 1970).

E a questão não é apenas material. Segundo Luxemburgo (1970, p. 319), assim como o processo de acumulação não pode esperar o crescimento natural da população operária, por exemplo, ele também não espera a lenta transformação das formas não-capitalistas e sua passagem para uma economia de mercado. Como afirma a autora, são os laços tradicionais dos povos colonizados (sua relação muitas vezes sagrada com a terra ou o direito comunal a esta, seus laços de solidariedade e seu auxílio mútuo e igualdade) que acabam conformando a barreira mais forte para defesa da sua organização social e da base de suas condições materiais de existência. E qual o método do capital para lidar com esse atravessamento? A violência, em várias formas e muitas vezes maquiada de métodos pacíficos.

Com tudo, se por um lado, para a realização da mais-valia e da acumulação, o processo histórico do capital pode tirar via força os meios de produção das estruturas sociais não-capitalistas, e ele pôde obrigar uma massa trabalhadora a se converter em assalariados explorados, não se poderia obrigar, por meio da violência, a estes comprarem suas mercadorias. A solução encontrada foi a introdução dos meios de transporte, como estradas de ferro e canais. Ou seja, compra e venda de mercadorias para começar a construção de redes de transportes modernos nesses territórios não-capitalistas. A ideia de uma suposta modernização e desenvolvimento.

Aniquila-se a autonomia dessas estruturas sociais, algo visto pelo capital como o método mais racional e rentável. Entra aí, por exemplo, o papel do militarismo. Um grande exemplo do ponto supracitado, que Rosa apresenta em sua obra e que é mais detalhadamente trabalhado por Franz Fanon em *Os Condenados da Terra*, é a atuação da França na Argélia. Exemplo interessante também com o qual trabalha Luxemburgo (1970) é o da Índia, onde antigos conquistadores, como os Árabes e os Mongóis, eram cruéis muitas vezes, mas mantinham e sustentavam as comunidades locais. A Companhia Inglesa das Índias Ocidentais promoveu a decadência destas.

A atuação política e jurídica desses Estados coloniais para implementar a propriedade privada e o estabelecimento de colonos europeus constituiu a medida mais segura para apressar o processo de dissolução das associações familiares, segundo Luxemburgo (1970, p. 330). Um dos exemplos colocados é o do complexo e violento processo de partilha das terras no continente africano. Era necessário livrar a terra e seus usuários dos laços protetores das tribos e de sua solidariedade. Era necessário deixar o campo livre para usura, era necessário implementar a propriedade privada.

O que a autora chama de “agricultura rural” (que conviveu e em grande medida sucedeu a chamada “economia natural” indígena após o início dos processos de colonização) e o artesanato das comunidades desses territórios também eram um empecilho, pois funcionavam em um sentido de subsistência para essas faixas sociais. Pouco a pouco a agricultura financeira foi ganhando espaço²⁸. A mesma lógica pode ser vista na indústria extrativista.

Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não-capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não-capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas nem estas podem se quer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. [...] O processo de acumulação tende a substituir em todas as partes a economia natural pela economia simples de mercado e a estas pelas formas capitalistas e a fazer que a produção do capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores²⁹. (LUXEMBURGO, 1970, p. 362-363)

Esse movimento mundial imperialista do capital também abrangeia a industrialização e a emancipação dentro dos moldes capitalistas das ex-colônias. Para a autora, os métodos específicos desse momento são: empréstimos exteriores (pagamentos de juros), concessão de estradas de ferro (destacadamente em regiões de África e da

28 Um caso interessante de se pensar é como se deu a atuação da multinacional United Fruit Company (UFC) na América Latina. A norte-americana, que se expandiu rapidamente pela região, atuou até por volta dos anos de 1970 e possuía o monopólio na produção e exportação de frutas tropicais, principalmente de banana (daí a expressão “república das bananas”). A companhia construiu diversas ferrovias e portos e o governo de muitos países concediam incentivos a empresa, acabando ela por adquirir também grande poder político.

29 É importante salientar que Rosa Luxemburgo aponta em certa medida formas de resistência das estruturas e grupos sociais locais, mas isso não é algo de destaque na obra. O fator de resistência a esses processos e lógicas é algo extremamente importante na conformação do continente latino-americano e nas suas dinâmicas políticas.

Ásia), revoluções e guerras. Essas últimas, seriam úteis para criar aparelhos estatais apropriados a dinâmica econômica. Quanto aos empréstimos, o destaque fica por conta do fato de terem sido indispensáveis nos processos de emancipação e construção desses novos Estados, por um lado, e, por outro, foram uma ferramenta segura dos “Estados capitalistas antigos” exercerem tutela, controle econômico, comercial e pressão política aos novos, ex-colônias (LUXEMBURGO, 1970).

Exemplo dessa afirmação pode ser encontrado no reconhecimento, por parte da Inglaterra, e na contramão de uma tendência europeia, dos novos Estados surgidos na América espanhola (como já exemplificado brevemente) e suas relações comerciais com México, Colômbia, Peru, entre outros. Posteriormente, a pressão inglesa sobre a questão escravista no Brasil também serve de exemplo.

Assim, o ativo e crescente tráfico de mercadorias entre países, já observado nos primórdios da própria expansão marítima comercial europeia, produziu e acelerou a dissolução de antigas formações econômicas, crises sociais e renovação de costumes. Sua face na modernidade é a chamada globalização. Foi nesse período que se deu a bem-sucedida parceria entre capital financeiro e capital industrial. Os juros de empréstimos antigos eram pagos com empréstimos novos, com o dinheiro dos próprios recebedores. Uma relação bastante racional do ponto de vista da circulação de capital. Outro ponto interessante apresentado na obra, são os indicativos do Estado como garantidor dos pagamentos de empréstimos contraídos, por exemplo, para construção e exploração de ferrovias. Ou seja, poder político como veículo do processo econômico (LUXEMBURGO).

Com base no que foi apontado, o intuito da autora foi demonstrar que os dois aspectos, interno e externo, da acumulação, mesmo não recebendo igual atenção, estão ligados organicamente pelas condições de reprodução do capital e apenas à junção de ambos permite o curso histórico deste (LUXEMBRUGO, 1970, p. 400).

Além disso, é preciso mencionar que, na dinâmica exposta pela autora, no contexto europeu não apenas a parcela burguesa da população se beneficiou dos territórios colonizados, mas também a massa trabalhadora. Segundo Oviña (2021, p. 56), essa enorme periferia colonial tornava possível a emergência de uma aristocracia operária cada vez mais integrada à engrenagem do capitalismo. Que posteriormente permitiu entusiasmos com a fase do Estado de Bem-Estar Social (keynesianismo) e a então (falsa) ideia de ‘fim da história’.

Como em qualquer pesquisa, foi uma opção e um recorte adotar o conceito com uma centralidade luxemburgista. Não porque outras perspectivas, como a leninista, seja oposta ou elimine a luxemburgista, pelo contrário, creio que funcionam bem em complementariedade, como veremos. Essa opção foi feita por conta da maior centralidade que a autora deu a periferia do sistema para o processo de espoliação permanente. Isso fica mais bem explicado nos parágrafos a seguir.

Dentro do que se convencionou chamar de imperialismo clássico, abarcando os eventos do século XIX e início dos XX, Lênin vai entender o fenômeno como uma fase do capitalismo, uma fase já de um estado superior de desenvolvimento, mas também que abriga a possibilidade de um fim. Porém, como a história demonstrou, não foi o que ocorreu.

No que diz respeito ao imperialismo, afirma Forno (2023, p. 51), a principal discordância frente a Rosa Luxemburgo é a necessidade de mercados externos para a realização do valor. Mas, como Rosa, ele mescla bem teoria econômica e questões políticas. Ambos entendem o fenômeno como algo pertencente ao projeto civilizatório capitalista, mas Lênin o percebe como uma fase específica (FURNO, 2022, p. 47). É só então que o imperialismo passa a se identificar com o capitalismo.

O que seria o ponto central de discordância entre Rosa e Lênin é que para ela o imperialismo, executado via políticas coloniais, longe de ser o estágio superior do capitalismo, é na verdade sua condição necessária e constante (OUVIÑA, 2021, p. 66). Como apontado acima, para Luxemburgo (1970) a periferia do sistema é central para a análise crítica da acumulação do sistema, como espoliação permanente (OUVIÑA, 2021).

Nessa constante sistêmica histórica, com base nas análises colocadas por Rosa e Lênin, percebe-se que a separação entre as pessoas e os meios de produção é vital, não somente no contexto dos cercamentos europeus (com suas devidas especificidades) na transição dos modos de produção (feudalismo e capitalismo), mas em toda uma viabilidade mediante legislação sancionada e executada pelo Estado sendo variável relevante em oposição a propriedade comunal e bens comuns (a natureza). Em algum momento, isso se estabilizou nos países de capitalismo antigo, mas é processo permanente nas periferias globais, se reimpulsionando e atualizando na esteira das crises e reestruturações periódicas. Ou seja, ‘cercamentos’ contínuos (OUVIÑA, 2021, p. 60-61).

Dentro dessa dinâmica primordial, com o processo de acumulação originária, por vias oligárquicas de um capitalismo dependente na América Latina, se construiu vínculos de interdependência econômica e política, ou subdesenvolvimento, em função da dialética centro/periferia, metrópole/colônia. Indicando assim o subdesenvolvimento não como uma etapa, ou escala onde seguindo alguns preceitos se atingiria, em algum momento, o status de desenvolvido. Mas, sim, mais como uma ideologia.

Na era do capital financeiro, a partilha do mundo também é uma marca, como vimos, e envolve sempre, como já apontou Luxemburgo (1970), o uso da violência e a expansão extraterritorial. Essa partilha, como também já ficou claro, é motivada pela busca de lucro. Quanto mais o sistema se desenvolve mais necessita de matérias-primas e mais dura a concorrência. Consequentemente as disputas interimperialistas se complexificam (culminando na Primeira Guerra) e os países sob a égide dessa nova política colonial experimentam formas de dependência estatal (países independentes politicamente, mas dependentes economicamente).

Dessa forma, a progressiva privatização de ativos públicos posta em prática a partir dos anos de 1990 em nosso continente [América Latina] pelo receituário neoliberal impulsionado pelo Consenso de Washington, longe de ser algo alheio à política de “cercamentos” descrita por Marx, constitui uma forma historicamente específica que esta assume no âmbito do processo de reestruturação capitalista iniciado na década de 1970. (OUVIÑA, 2021, p. 64)

Mais do que a terra como mercadoria, Luxemburgo (1970) nos alerta para a disputa constante dos territórios. O processo imperialista via práticas coloniais não deve ser reduzido ao saque e partilhas de terras. Rosa também nos chama atenção, como colocado por Oviña (2021, p. 65), que uma dimensão central nessa lógica é a simultânea expropriação de saberes, acervos coletivos e os meios de reprodução, como o das mulheres (curandeiras, sacerdotisas, ceramistas, herbalistas, parteiras, machis, em geral indígenas e camponesas).

Rosa e Lênin marcam o que poderia ser chamado de “imperialismo clássico”. No título deste subtópico, optou-se por usar o termo com aspas pois muitas vezes ele remete a uma ruptura com uma espécie de “fase seguinte”, ou ciclo, ou algo do tipo. Neste trabalho o entendimento é muito mais de continuidade e formas que se mesclam, ampliam e desenvolvem.

Com as transformações e a reorganização geopolíticas advindas do período entre a Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a discussão sobre o tema perde fôlego. Como relata Furno (2022, p. 66-69), um fator que contribuiu para tal refluxo foi a nova

geopolítica global pós-Segunda Guerra e uma generalizada impressão de fim do imperialismo devido ao esgotamento da prática de anexação territorial, associando um e outro de forma dependente. Os acordos de Bretton Woods também contribuíram com essa impressão de calmaria por afastar, entre as potências, os riscos de iminentes guerras em razão de rivalidades e concorrência interimperialista.

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, principalmente a Europa Ocidental viveu os chamados “anos gloriosos” de um capitalismo supostamente organizado e possibilitado apenas pelo processo anterior de acumulação e expansão, marcados por um Estado e políticas econômicas de caráter de bem-estar social. Para tentar lidar com as crises sistêmicas, como os reflexos da crise de 1929 nos Estados Unidos, muitos desses países passaram a adotar a ideia keynesiana de que o Estado deve atuar mais efetivamente via gastos públicos e pelo direcionamento de incentivos e investimentos. Uma função estabilizadora.

Assim, o keynesianismo tentou responder de forma satisfatória, pelo menos por algum tempo, às demandas redistributivas, resultantes das contradições entre Estado e economia. O estado de bem-estar social de fato conseguiu, por algum tempo, conter as contradições entre produção e acumulação, minimizar as mazelas advindas da produção capitalista de então e permitiu certa acomodação do conflito distributivo da segunda metade do século XX nos países de capitalismo central.

Mas seu caráter reformista e o mecanismo de crises cíclicas da economia capitalista, inviabilizando processos de crescimento equilibrado, costumam gerar uma fase de expansão que, por sua vez, é sucedida de uma fase de desaceleração. Com suas políticas fiscais e monetárias, além de políticas de assistência social, o modelo conseguiu manter o convívio e as demandas do polo democrático e do polo econômico. Mas, em 1973, o modelo também entrou em crise. Algo bem diferente acontecia na América Latina. Enquanto uma parte do globo vivia os anos de bem-estar social, nossa região era marcada por Estados desenvolvimentistas e golpes militares (ARIENT, 2003; TAVARES, 2008; WOLF e OLIVEIRA, 2016).

Com todo o desenrolar da Guerra Fria, em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, a década de 1970 foi uma década de disputas. Posteriormente e em paralelo, como afirma Kay (2009, p. 365-366), a queda do Muro de Berlim e a crise do mundo soviético no final dos anos 1980 reafirmaram a dominação capitalista mundial e enfatizaram a importância do sucesso econômico para estabelecer núcleos de poder.

Entre o fim da Segunda Guerra e o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos se firmaram na posição de principal potência do mundo. Adquiriram a supremacia financeira, bélica, tecnológica e cultural. Mas, paralelamente ao contexto das potências capitalistas, entre os anos de 1960 e 1980, o refluxo pelo qual passou as interpretações do imperialismo cede lugar a novas, férteis e importantes formulações, especialmente vindas do ponto de vista de países dependentes, ex-colônias, localizados no que se convencionou chamar de Sul Global. A partir desse ponto teríamos então quatro grandes teorias sobre o capitalismo imperialista: 1) enfocando a emergência da subfase do capitalismo tardio, com destaque para as elaborações de Ernest Mandel; 2) a corrente do capitalismo monopolista, com destaque para as formulações de Paul Baran e Paul Sweezy; 3) a Escola Terceiro-Mundista, com destaque para as contribuições de Samir Amir; e 4) o olhar latino-americano sobre a temática da dependência (FURNO, 2022, p. 68-69).

Para nossos objetivos, não é necessário abrir esses quatro leques. Assim, nosso focarei sobre o olhar latino-americano. Tratarei deste no capítulo dois por meio da Teoria da Dependência.

1.1.3-Fim ou continuidade adaptativa?

Como dito, durante muito tempo ao longo da segunda metade do século XX, a teorização e os usos do termo imperialismo perderam centralidade, mesmo em discussões sobre o capitalismo na América Latina, como aponta Boron (2007). Segundo o autor, aqueles que proferiram o definhamento do imperialismo o fazem mediante o entendimento do fenômeno como um reflexo direto do nacionalismo, assim como da globalização e o suposto fim do Estado-nação.

Mas o capitalismo é um sistema mutável e altamente dinâmico, assim seu componente imperialista também não passou imune às grandes transformações da segunda metade do século XX. Nesse cenário, Boron (2007) aponta tanto três limites a que chegaram à teorização clássica (sem, no entanto, descartá-la), como algumas novidades sobre as quais deve-se lançar um olhar lucido e crítico para entender os novos ares do imperialismo, seja em caráter global ou continental.

O primeiro desafio que limita os debates na passagem do século XIX para o XX e suas primeiras décadas é a associação entre imperialismo e crise no capitalismo metropolitano, tendo em vista que foi durante os “Anos Gloriosos” da adoção do

keynesianismo em grande parte das potências no pós-Segunda Guerra que os Estados Unidos expandiram seu domínio em diversas regiões, tal qual a América Latina (BORON, 2007).

Outro ponto é que a rivalidade econômica entre potências facilmente resultou em grandes conflitos armados, como destacadamente foi a Primeira Guerra. Por último, o terceiro desafio limitador é que, apesar de sempre ter sido caracterizado por tendências expansivas, a aceleração desse processo foi vertiginosa a partir da queda do Muro de Berlin e do fim da União Soviética. Segundo Boron (2007), se esgota-se os espaços de expansão territorial, as práticas imperialistas se voltam para a mercantilização de outros aspectos da sociedade, tal qual os serviços públicos. Uma corrida para se apoderar, via privatizações em países periféricos, por exemplo, de preciosos recursos naturais, como petróleo e água.

Em paralelo, algumas novidades no funcionamento do capitalismo contemporâneo também influenciam esse debate. Boron (2007) retoma a ênfase na intensificação do fenômeno da financeirização³⁰ da economia mundial. Também destaca: o uso e aprimoramento de novos instrumentos de dominação, tal como instituições financeiras supostamente intergovernamentais (porém dependentes do governo dos Estados Unidos), como o Fundo Monetário Internacional; o peso da dívida externa de países da periferia; precarização trabalhista e a indústria cultural. Por fim ele cita uma espécie de papel organizador desempenhado pelos Estados Unidos nessa nova dinâmica do sistema imperialista. Esse ponto advém, e o autor cita nominalmente, dos estudos de Ellen M. Wood sobre o que ela chama então de “novo imperialismo”.

Neste trabalho optei por não usar o termo e tratar todo o fenômeno como “imperialismo”. Isso se deve pelos mesmos motivos apresentados antes no que se refere ao termo “clássico”: afastar uma noção de etapas/ períodos específicos e bem delimitados que em dado momento sofrem uma quebra, uma mudança. Busca-se manter a noção de continuidade do processo que sim, passa por mudanças, mas mantém um *continuum* próprio, apenas se adaptando e se moldando frente a história para se manter e reproduzir.

Com isso, antes de findar essa primeira parte do capítulo um, vale falar brevemente sobre o que chamam de “novo imperialismo”.

30 A financeirização se caracteriza pela primazia do capital portador de juros em detrimento do capital industrial, o que gera ao longo do tempo a intensificação e ampliação da distribuição desigual de renda e riqueza. O termo será definido de forma mais aprofundada no capítulo dois.

1.1.4-Novas aparências, velha essência ;

Em termos específicos da América Latina, os aspectos imperialistas do pós-Segunda Guerra estarão mais presentes no capítulo dois, especialmente com a questão da dependência. Mas, a título de encerramento do tópico sobre a categoria imperialismo, vale destacar alguns pontos no âmbito mais geral do debate sobre a ideia de um “novo imperialismo”.

Destacadamente após o término da Segunda Guerra, a hegemonia econômica norte-americana se estabelece de vez, a exemplo do que comprova o sistema de Breton Woods. Entretanto, os processos de globalização e o fim dos regimes coloniais em África principalmente, disseminaram ideias de que não havia mais imperialismo. Ellen Wood e David Harvey, para ficar apenas em dois nomes de peso, tentam justamente rebater essa noção quando trabalham a ideia de um “novo imperialismo”.

Em obra publicada originalmente em 2003³¹, Wood (2014) se centra na Inglaterra, nos Estados Unidos e, como base de análise, na divisão entre a esfera econômica e a esfera extraeconômica. Isso é válido tendo em vista que os Estados Unidos são um ator fundamental na geopolítica e na economia da região latino-americana, destacadamente a partir da segunda metade do século XX, a exemplo do Plano Condor e a intrínseca relação com as ditaduras impostas em Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai³². Aqui não faremos uma análise detalhada do livro da autora e de seus limites. O que interessa é mais especificamente o conceito.

Segundo Wood (2014), a atual especificidade do imperialismo é o uso de imperativos econômicos ao invés do que ela chama de domínio colonial direto, referência às práticas coloniais mais ligadas a ocupação direta de vastos territórios para exploração. Ela afirma que somente a partir do século XX o imperialismo se desenvolveu o suficiente para abandonar, em grande medida, as formas mais antigas de colonialismo³³.

A dependência de um país ex-colônia passa a se dar por meio do mercado e de capital internacional. Uma técnica que seria menos custosa, menos arriscada e mais

31 Aqui essa informação é importante pois remete ao fato de que a narrativa histórica da autora, até a citada obra, não havia se deparado com eventos importantes para tal debate, como a crise econômica de 2008. Assim como também aconteceu com a obra de David Harvey aqui citada.

32 Para uma análise mais detalhada desse tópico consultar: <https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/download/53703/31565/186864>. Acesso em: 22 set. 2024.

33 Este também nunca tendo desaparecido da periferia do mundo, seja adquirindo ou não novos contornos e formas nem sempre discretas, a exemplo do genocídio na Namíbia e da ocupação e genocídio na Palestina que ocorre a pelo menos setenta anos.

lucrativa. Entretanto, e aqui a autora se aproxima das concepções de Rosa Luxemburgo, a hegemonia do capital global (resultante das disputas interimperialistas de antes) necessita de uma ordem política, social e legal rigidamente regulada e previsível para colocar e manter essa estratégia em prática (WOOD, 2014).

Assim, ela defende que os Estados não perderam sua importância em condições de globalização (um mundo sem fronteiras, uma aldeia global), pelo contrário, os Estados territoriais se tornaram fundamentais nessa ordenação e os atores na competição imperialista se tornaram cada vez mais dependentes dos mercados um do outro. Ou seja, muito mais que um suposto Estado global, os processos de globalização³⁴ resultaram em múltiplos Estados locais, estruturados em complexas relações de dominação e subordinação (WOOD, 2014).

Nesse contexto então, a Guerra Fria marcaria essa renovação do imperialismo e seu aspecto mais específico: a hegemonia norte-americana. Dentro de seu pensamento, o chamado “novo imperialismo” é definido como uma dominação de classe. É uma dominação opaca, consequência da diferenciação e separação entre a esfera econômica e a esfera extraeconômica, dentro de uma forma política peculiar: um sistema global de Estados múltiplos onde os Estados Unidos se consolidaram como a potência reguladora, via poder militar, da ordem social internacional.

34 A questão entorno da globalização é importante de ser citada pois, atualmente, há a ideia de uma “desglobalização”, destacadamente relacionada não só a aspectos da dinâmica econômica e manutenção de desigualdades e pobreza, mas também a ascensão de governos de extrema-direita pelo mundo: nacionalismos e interesses políticos ganhando preponderância em relação a objetivos econômicos globais compartilhados. A globalização se refere a um fenômeno multifacetado, que opera de forma diversa no Sul e no Norte global, acirrando desigualdades e reforçando exclusões, e sempre vem acompanhada de termos que indicam integração econômica, social, política e jurídica. Esse é um fenômeno antigo, que Marx, no Manifesto do Partido Comunista o remete ao período da própria expansão marítima comercial europeia. Mas, em seu sentido moderno, especialmente seu aspecto econômico e a partir da década de 1970, se refere a internacionalização do capital, com forte desenvolvimento e mudanças tecnológicas e de transporte, além do surgimento de um novo padrão produtivo: o neoliberalismo e o Toyotismo. Disso advém aos Estados restrições e regulações econômicas, assim como subordinação a agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional. Atualmente, é um fenômeno marcado pelo protagonismo de empresas multinacionais e o capital financeiro, exercendo para muitos um poder paralelo ao estatal. Em contrapartida, a ideia recente de desglobalização toca diretamente nessa noção de integração, dizendo respeito assim à adoção de políticas protecionistas e a ascensão de políticos neoliberais com discursos nacionalistas. No entanto, para muitos estudiosos essa seria apenas uma nova fase, nova roupagem da globalização, tendo em vista o entendimento desta como sendo essencialmente um fenômeno que tanto divide como une, e as causas da unidade também são as da divisão. Sendo assim, o momento atual seria uma fase mais excludente e perigosa para a manutenção e evolução dos direitos fundamentais. Para um debate mais aprofundado sobre isso ver: SCHNEIDER, Gabriela Pelles. (Des)globalização e direitos fundamentais. **Derecho y Cambio Social.** Nº 60, abr.-jun. 2020. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7524976.pdf>. Acesso em: 22 setemb. 2024.

Contudo, uma leitura mais atenta desperta o questionamento sobre o entendimento desse conceito se aproximar de alguns entendimentos do que seja o fenômeno do neoliberalismo. Este último é citado pela autora, mas como uma fase econômica e não como sinônimo ou componente de seu conceito.

Outro autor bastante conhecido nesse debate é David Harvey. Apesar de sua contribuição, abordaremos brevemente apenas alguns pontos que se julga útil para o desenvolvimento do argumento dessa tese. Isso se dá porque no âmbito mais geral a teoria do geógrafo encontra limites e insuficiências importantes ao se querer abordar a América Latina. Uma importante crítica a ideia de “novo imperialismo” desse autor foi feita por John Smith, autor do livro “Imperialism in the Twenty-Frist Century”, especialmente por Harvey (2005) sugerir que as diferenças de salários e padrões de vida entre o norte e o sul global vem se enfraquecendo na virada do século XX para o XXI, quando em realidade o que temos é um fluxo de riqueza, associado ao imperialismo e suas práticas, onde nações capitalistas da Europa, América do Norte e Japão continuam a drenagem, via especialmente transferências líquidas de recurso por meio de empreendimentos transnacionais em países “em desenvolvimento”, em uma lógica de economias hospedeiras³⁵.

Nos termos que interessa aqui, é importante apontar que, assim como Ellen Wood, Harvey (2005) admite o importante papel das estruturações institucionais contidas no Estado para o estabelecimento do cenário de acumulação do capital. O entrelaçamento entre as lógicas territoriais e a lógica capitalista do poder também é importante para entender o imperialismo de caráter capitalista e de âmbito global (apesar das falhas analíticas do autor). Um segundo ponto em comum entre ambos é o entendimento de uma espécie de liderança global desempenhada pelos Estados Unidos, visto como um gerente.

Segundo Mattos (2022), Harvey entende o imperialismo como uma combinação contraditória entre a lógica do poder do Estado, ou o poder territorial, e a lógica capitalista. E o que mantem essa interligação é o agir do Estado, seu papel desenvolvimentista (HARVEY, p. 121).

A chave para entender esse novo imperialismo então estaria, como aponta Kanaam (2017), na distinção de duas formas de acumulação: a reprodução expandida, ou exploração do trabalho assalariado (e isso envolve a atuação do Estado em termos de

35 Para um aprofundamento desse tipo de crítica, consultar o próprio livro citado ou um aparato das ideias contidas nele disponível em: <https://lavrapalavra.com/2021/10/11/a-realidade-imperialista-versus-os-mitos-de-david-harvey/>. Acesso em: 22 set. 2024.

leis e legislações que regem os vínculos trabalhistas); e a por espoliação, ou a expropriação direta de riqueza (como privatização de recursos naturais, empréstimos, guerras, dentre outros).

Também muito inspirado por Rosa Luxemburgo, Harvey enfatiza o caráter predatório do novo imperialismo e, com base em análises de Hannah Arendt, afirma que essa espoliação é apenas um novo nome para o que Marx já nomeou como acumulação primitiva (baseada principalmente em roubo e expropriação, por isso sua ligação com políticas coloniais). O autor ainda destaca que os processos coloniais e imperiais de apropriação, a monetização e taxação da terra, comércio de escravos, dívida nacional e o sistema de créditos são alguns dos maiores exemplos de formas radicais desse tipo de acumulação (HARVEY, 2005, p. 121).

O desenvolvimento ao longo do tempo do capitalismo gerou formas novas de acumulação por espoliação e o fortalecimento de seus meios (MATTOS, 2022). Por isso, essa acumulação por espoliação, ou acumulação primitiva, teria agora na contemporaneidade sua característica central na financeirização (KANAAM, 2017). Um dentre os vários exemplos usados por Harvey (2005, p. 61) é quando ele afirma que:

As crises da dívida em países específicos (dois terços dos membros do FMI passaram por uma crise financeira a partir de 1980, alguns deles mais de duas vezes) puderam, contudo, ser usadas para reorganizar as relações sociais de produção internas em cada país em que ocorreram, de modo a favorecer a maior penetração dos capitais externos. (HARVEY, 2005, p. 61)

E mais a frente complementa:

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. [...] Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. [...] A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de "expropriação das terras comuns". [...] ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal. (HARVEY, 2005, p. 122-123)

O autor destaca que não entende a acumulação por espoliação como um fenômeno exclusivo dos países periféricos do sistema, mas admite que é nesses territórios que ocorrem majoritariamente as manifestações mais viciosas e desumanas desta e o maior ônus do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2005, p. 142). Mas, por outro lado, ele entende que com isso o que se chama de “novo” imperialismo seria apenas uma revisitação ao “antigo”, em um tempo e lugar diferentes (já que agora também estaria presente nas e entre potências) (Ibid., p. 148).

Por último, mas não menos importante, o geógrafo destaca ao longo de seu livro um ponto fundamental para a manutenção e constante renovação da lógica imperialista: uma hegemonia fundada em um equilíbrio instável entre coerção e consenso. Isso ficaria evidente com o estabelecimento de quem receberá o ônus da necessidade de desvalorização em momentos de sobreacumulação (MATTOS, 2022) ou das crises, quem irá arcar. Assim como isso também seria uma das causas de ressurgimentos e/ou avanços de conservadorismos e formas de distinções de caráter racista, por exemplo.

1.2-NEOLIBERALISMO

Nessa segunda parte do capítulo foco no debate e a ampliação do debate sobre o neoliberalismo.

1.2.1-Para iniciar a questão

As mudanças advindas com a modernidade, destacadamente o desenvolvimento de novas tecnologias, fez da economia contemporânea um emaranhado complexo de fenômenos e, muitas vezes, interpretados de diferentes maneiras. Pelo menos desde os últimos quarenta anos, o termo neoliberalismo se apresenta nos debates da economia política. Mas, este em si não é um fenômeno homogêneo, estático ou simples de decifrar, mesmo tendo ganhado destaque a partir dos anos 1980 e 1990 e principalmente depois da crise econômica de 2008. Sendo colocado como causa de diversos fenômenos e tragédias, por um lado, ou exaltado como modelo por seus defensores, por outro, uma coisa é certa: os nexos entre Estado, neoliberalismo e democracia são, e são desde sua origem, indissociáveis.

É o neoliberalismo é a causa de todos os nossos problemas? Obvio que não, mas ele conforma diversos elementos que são fundamentais em uma infinidade de problemas

políticos, econômicos e sociais que enfrentamos nessas últimas décadas de forma intensificada. Vamos tentar entender um pouco melhor esse fenômeno e sua categorização.

Aqui não se entende o neoliberalismo como um “zumbi”, onde apesar de recorrentes crises ele persiste, mas persiste apenas como uma ideologia morta (esse debate é retomado no capítulo três). Tanto não é que em pouco tempo houve uma explosão de forças reacionárias em vários países. Optamos por adotar um entendimento inicial que abrange, dentre outros, a perspectiva de Callison e Manfredi (2020). Através da reformulação dos debates sobre o destino da governança neoliberal e do capitalismo no século XXI, os autores entendem a categoria como “mutante”. Ou seja, novas formas que procuram sobreviver em ambientes de mudança, já que definições genéricas e expectativas tradicionais de desenvolvimento neoliberal podem não se manter enquanto características fundamentais.

O neoliberalismo, em primeiro lugar, é o modelo político e econômico do nosso tempo (RIBEIRO e HEINEN, p. 53, 2023). Por outro lado, categorizá-lo é algo mais complexo. O neoliberalismo é uma categoria polissêmica (CAHILL [et. al.], 2018), que pode ser entendida de diferentes perspectivas. É um conceito aberto e multiforme, estudado por diversos ramos do conhecimento, como economia, história e ciência política; e possibilita variados pontos de observação. Por exemplo, a categoria pode ser analisada tanto a partir dos escritos de seus principais idealizadores e defensores em suas respectivas escolas como Friedhich Hayek, na escola austríaca; Milton Friedman, na escola de Chicago; Walter Eucken, no ordoliberalismo alemão e Wilhelm Röpke e Ludwig von Mises na escola de Genebra. Esses escritos também são chamados de neoliberalismo utópico ou clássico.

Segundo Plehwe (2009), para os autores autodenominados neoliberais clássicos, as crises de até então advinham não da economia em si, mas da perda da moral e dos valores centrais da civilização ocidental. Se afirmava que qualquer sociedade livre pressupõe um código moral amplamente aceito e os princípios deste código moral devem governar tanto a ação coletiva quanto a privada.

Contudo, a categoria também pode ser entendida a partir de leituras críticas posteriores. Esses escritos são entendidos como análises do neoliberalismo realmente existente. Por exemplo, o já bastante conhecido entendimento em torno de uma razão governamental do Estado moderno, desenvolvida primordialmente por Foucault (2008). Ou ainda como em Dean (2009), onde o neoliberalismo atribui ao Estado um papel

ativo na defesa dos mercados, na produção de sujeitos e condições para estes mercados, embora disculpe que o Estado, ao menos idealmente, não deva intervir.

Nessa pesquisa, optei por abordar a vertente das leituras críticas ao fenômeno. Essa, por sua vez, composta de uma larguíssima produção, com diferentes ênfases, com aproximações, distanciamentos. Então, na tentativa de olhar para essa vastidão e daí optar por um recorte benéfico aos nossos objetivos, irei adotar, com algumas modificações, a mesma estratégia que Ribeiro e Heinen (2023): uma contextualização histórica sobre o surgimento da categoria e, em seguida, apresentar três frentes principais de conceituação, que apesar dos diferentes focos, entendem-se como complementares, como integradoras de um só todo. Trabalharei com algumas autoras e autores que Ribeiro e Heinen (2023) não utilizam e terminarei o presente tópico levantando algumas questões sobre esse fenômeno na América Latina.

A primeira frente é denominada de “teoria e prática econômica” (onde o foco são as análises de David Harvey); a segunda se centra em “teoria política”, políticas governamentais e modelos de Estado (como bem apresenta os estudos de Loïc Wacquant). Por fim, a terceira vê o neoliberalismo com foco na perspectiva de construção “moral e subjetiva” do fenômeno (como bem trabalhado nos escritos de Wendy Brown e Pierre Dardot e Christian Laval). Mas, começemos do início, de sua contextualização de origem.

Marcada pelo traço polissêmico, Plehwe (2009) buscou estabilizar a categoria apresentando as conexões lógicas, dos conflitos e dos contextos sociais e históricos, mostrando que ela não é apenas econômica, não é igual a ortodoxia neoclássica e que nem sempre foi vista pejorativamente. A categoria teria surgido como um projeto civilizatório (que deveria ser garantido sem mais guerras), ainda na virada dos anos de 1920 para os de 1930 na Europa, sendo multi geográfico e se opondo a outros projetos do seu tempo (ex.: liberalismo clássico, socialismo bolchevique, e, posteriormente, ao pós-colonialismo e ao keynesianismo).

O neoliberalismo nasce em um contexto específico. Nasce como um movimento intelectual que se formou durante o colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, em 1938; e se consolida na Sociedade Mont Pèlerin, fundada em 1947 (SLOBODIAN, 2021, p. 10). É um projeto globalista militante (nacionalismo restrito) organizado, que foi ganhando espaço ao longo do tempo. Os indivíduos são sua unidade de análise e sua política não é de longo prazo, para se evitar o que avaliavam como totalitarismos. Têm aspectos imperialistas, colonial, cosmopolita e meritocrático. Seu núcleo inicial é um

mercado global protegido de políticas nacionais e da democracia de massas. Como aponta Slobodian (2021), desde o fim dos impérios grandes ameaças se anunciam frente aos mercados, que deveriam ser protegidos por meio de instituições globais.

Ou seja, a ideia é muito mais encapsular do que libertar mercados. É protegê-los por meio do Estado. Nesse entendimento, os mercados são um conjunto de relações que dependem de uma estrutura institucional. Assim, o projeto neoliberal é tanto um retrocesso quanto um avanço das funções do Estado, suas formulações se centram no redesenho desse Estado, leis e outras instituições para proteger os mercados. Tal redesenho busca prevenir projetos estatais de redistribuição igualitária ao mesmo tempo que garantir uma competição segura e estabilidade para os atores econômicos. “O enigma do século neoliberal era encontrar as instituições certas para sustentar o equilíbrio frequentemente tenso entre o mundo econômico e o mundo político” (SLOBODIAN, 2021, p. 25).

Para esse grupo, a solução para os problemas econômicos, políticos e sociais da sociedade ocidental então não era a democratização (ela até poderia acontecer, mas não é o ponto central tendo em vista seus efeitos nocivos para os processos de mercado). Por isso o projeto neoliberal funcionou como articulador chave para uma democracia cada vez mais constrangida a partir das décadas finais do século XX e leis que limitam a soberania das nações (SLOBODIAN, 2021). As ideias e políticas neoliberais só conseguiram espaço, mesmo já capilarizadas em vários países, depois das falhas do kenesianismo. Por isso a ascensão e o fortalecimento desse projeto ocorreram após os anos de 1970 (PLEHWE, 2009) e hoje se tornou um sistema institucionalizado de poder global.

Sendo assim, o neoliberalismo não é um destino, ele é uma vitória frente a outros projetos. Uma vitória onde o indivíduo continua a se realizar enquanto proprietário (PLEHWE, 2009), como vem sendo desde o entendimento mais clássico do capitalismo como sistema histórico e civilizatório. Esse entendimento converge com o do historiador canadense Slobodian (2021), que o coloca como um projeto globalista centrado em criar instituições, um corpo de pensamento e um modo (entre vários) de governança e regulação. Slobodian (2021) pensa o neoliberalismo pela chave de uma economia em nível global, o que é importante quando buscamos pensar em relação a uma divisão entre centro e periferia. Entretanto ele se foca mais no projeto neoliberal, sua concepção e desenho, do que no neoliberalismo em si, na sua aplicação prática.

Tendo isso em mente, chegou a hora de nos determos brevemente em cada uma das três frentes integradas de conceituação do fenômeno neoliberal antes de passarmos para os primeiros apontamentos mais específicos sobre ele em territórios do Sul global (último tópico deste capítulo).

1.2.2-Neoliberalismo como reestabelecimento de acumulação e poder de classe

Harvey (2012) funciona como uma espécie de continuação e desenvolvimento das análises e apontamentos de Harvey (2005), quando ele se centra no debate sobre o imperialismo e seu desenvolvimento histórico. Neste, quando o autor traz a ideia de que as práticas de privatizações seriam como um “braço armado” da acumulação por espoliação ele se refere ao fato de que esse movimento é essencialmente:

[...] transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa. Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na histórica (HARVEY, 2005, p. 133).

E é a partir de uma onda de privatizações, especialmente na passagem dos anos de 1980 para os de 1990, que o autor adentra o tema do neoliberalismo, assim como algumas de suas consequências e o ônus produzido sobre a população de baixa renda. Isso também o leva de volta a ideia da necessidade de se criar consenso, permitindo a manutenção e desenvolvimento desse tipo de lógica em escala global.

Harvey (2005) exemplifica com os casos da Argentina e do México no início dos anos de 1990.

Essa mesma lógica levou a Argentina a passar por uma ampla onda de privatizações (água, energia, telecomunicações, transportes) que resultou num imenso influxo de capital sobreacumulado e numa substancial valorização de ativos, aos quais se seguiu um surto de empobrecimento de grandes massas da população (tendo hoje alcançado a metade dos habitantes) quando o capital foi levado para outros lugares. Outro exemplo a considerar é o caso dos direitos fundiários no México. A Constituição de 1917, promulgada pela revolução mexicana, protegia os direitos legais dos povos indígenas, tendo consagrado esses direitos no sistema *ejido* [comunidades autosuficientes], que permitia a posse e o uso coletivo da terra. Em 1991, o governo Salinas promulgou uma lei de reforma que tanto permitia como estimulava a privatização das terras do *ejido*. Como este proporcionava a base da segurança coletiva entre grupos indígenas, o governo na verdade estava se eximindo de suas responsabilidades pela manutenção dessa segurança. Além disso, essa medida era parte de um

"pacote" de resoluções privatizantes propostas por Salinas, as quais desmantelavam a seguridade social em geral e tinham impactos previsíveis e dramáticos sobre a distribuição da renda e da riqueza. Foi ampla a resistência à reforma do *ejido*, e o grupo camponês mais aguerrido acabou por apoiar a rebelião zapatista que eclodiu em Chiapas no mesmo dia de janeiro de 1994 em que se previa a entrada em vigor do acordo do NAFTA [...] (HARVEY, 2005, p. 132).

Outro exemplo bastante ilustrativo dessa linha é o caso da chamada Guerra da Água, em Cochabamba, Bolívia, logo no início dos anos 2000. O então sistema municipal de gestão da água foi privatizado, sendo designado para o consórcio Aguas del Tunari, formado por Bechtel e Edison, multinacionais norte-americanas, e pela Abengoa, da Espanha. Mas, ao contrário do que prega o comum discurso referente a privatizações (de melhorias no serviço e preços puxados para baixo devido a concorrência), as tarifas dobraram de valor e o consórcio podia, inclusive, cobrar pela água obtida de rios e poços artesianos. Isso desencadeou uma imensa revolta popular, que durou meses e o governo acabou por anular o contrato de concessão do serviço público. Contudo, o ocorrido afetou negativamente a relação do país com o Banco Mundial, colocando em risco a renovação de empréstimos.

Envolto em tal contexto, já que a ênfase em privatizações é uma das características mais comuns em termos econômicos do neoliberalismo, Harvey (2012) passa a se debruçar sobre uma definição dessa categoria. O autor faz isso mediante uma perspectiva de luta de classes. Nessa perspectiva, o neoliberalismo como teoria e prática econômica pode ser entendido como um projeto de reestabelecimento da acumulação e de restauração de poder de classe. No caso, as elites econômicas.

Esse projeto teria sido colocado em prática após a crise dos anos de 1970 pela qual passou vários países de capitalismo avançado após algumas décadas de estado de bem-estar social (política keynesianas). Mas a aplicação de sua cartilha se diferencia dentro das regiões e dos países, gerando processos de neoliberalização singulares. Mesmo assim, não deixam de compartilhar algumas ações, como a repressão à classe trabalhadora, compromissos estatais com desregulação, financeirização e austeridade nos gastos públicos (RIBEIRO e HEINEN, 2023, p. 58). Destrinchemos um pouco melhor essa definição.

Para Harvey (2012), o neoliberalismo é uma teoria onde ao se liberar e promover capacidades empreendedoras individuais em conformidade com uma estrutura institucional focada no direito à propriedade, livre mercado e livre comércio, isso

promoveria de forma mais eficiente o bem-estar humano. Aqui, o Estado deve ser um garantidor dessa estrutura, essa é sua função.

Pode incorrer em erro a noção de “Estado mínimo” ao se falar em neoliberalismo, já que não é ausência de Estado, não é menos Estado. Pelo contrário, é muito Estado. É a retirada de uma função para recolocá-lo fortemente no cumprimento de uma outra função. Como no salvamento de bancos privados promovido pelos Estados após a crise de 2008.

Segundo Harvey (2012, p. 12), a partir dos anos de 1970 quase todos os Estados do planeta acabaram por adotar alguma versão ou grau da teoria neoliberal, seja voluntariamente ou por pressões coercitivas (como a dívida externa e condições exigidas pelo Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial para realizar empréstimos). Complementarmente, muitos dos adeptos e defensores dessa teoria ocupam cargos importantes e/ou influentes em termos discursivos, ideológicos, políticos e meios de comunicação (segundo o autor: disso decorre o interesse dessa teoria pelas tecnologias de informação e comunicação e a promoção destas).

O fenômeno se tornou hegemônico também como modalidade de discurso, passando a afetar modos de pensamento, moralidades, modos de vida e compreensão de mundo. Harvey (2012) não chega a detalhar tão profundamente esse aspecto, quem o faz muito bem é, por exemplo, Wendy Brown, como veremos um pouco a frente. Logo, para um efetivo processo de neoliberalização, quanto mais ampla a escala geográfica (representada pela globalização) e quanto mais curto os períodos dos contratos de mercado, melhor. Além da necessidade de se criar consenso (importância de aspectos discursivos e ideológicos) frente aos efeitos práticos da adoção dessa lógica, extremamente prejudiciais para ampla parcela das sociedades. Visando tal consenso, valores culturais e tradicionais ou temores em termos de nação podem ser mobilizados (HARVEY, p. 51-52), um movimento comum quando falamos da ascensão recente de um populismo de extrema-direita.

A neoliberalização pode ser instaurada via golpes militares, como ocorreu por exemplo no Chile e na Argentina, mas é preferível a adoção de meios democráticos, consolidando o domínio de partidos ou líderes (esse tema será retomado no capítulo três). Ou seja, apelar para tradições e valores para disfarçar o processo de restauração do poder de classe (enfraquecido, por exemplo, por históricas conquistas de direitos trabalhistas). Mas, vale ressaltar que essa tentativa de construção de consenso nunca foi homogênea, tendo hora ou outra se enfraquecido ou fortalecido. Afinal, liberdade

individual (uma ideia cara para o projeto neoliberal) e justiça social não são necessariamente compatíveis.

A insatisfação social explosiva de populações marginalizadas é muitas vezes o resultado frente a discursos e políticas como a austeridade e a disciplina fiscal. Privatizações e ganhos especulativos de propriedade de um lado. Do outro, ampliação da responsabilidade pessoal e estímulo a maior eficiência, iniciativa individual e inovação. Frente a impossibilidade estrutural de concretizar tal discurso, a redistribuição de renda via atividades ilegais se tornou uma opção real para muitos grupos pobres e marginalizados e em resposta, muitas vezes, as autoridades criminalizam comunidades inteiras (HARVEY, 2012). Esse ponto é mais bem trabalhado em Wacquant (2012a; 2012b).

A criação de consenso foi se consolidando como uma maneira necessária para regular a ordem social nesse contexto. É preciso também enfatizar que a intervenção do governo, assim como sua burocracia, é antes parte do problema do que a solução. O papel do governo deve ser criar um clima favorável para os negócios e não cuidar das necessidades e do bem-estar da população em geral (HARVEY, 2012). Um caso salutar no nosso Cone Sul foi a implementação do chamado Teto de Gastos no Brasil, sob o então governo de Michel Temer.

Logo, se o neoliberalismo não diz de uma diminuição do Estado, mas sim de uma forma específica de atuação, como se comporta esse Estado? Hervey (2012) tenta dissecá-lo tendo como base uma possível instabilidade e contradição deste acarretada pelos desenvolvimentos geográficos desiguais de instituições que o sustenta.

Esse conjunto de arranjos institucionais deve usar seu poder e monopólio dos meios de violência para impor ou inventar sistemas de mercado, eliminar entraves burocráticos, aumentar a eficiência e produtividade, reduzir custos, medidas de austeridade e permitir a superexploração de bens comuns. Seu ímpeto pela restauração do poder de classe vem acompanhado por um fetiche tecnológico e relações assimétricas de poder que tende a aumentar ao invés de diminuir, mesmo que de forma heterogênea de lugar para lugar e época para época (HARVEY, 2012, p. 76-81).

Seguindo esse fio, Harvey (2012) demonstra que com o surgimento desses novos arranjos institucionais, vem também novas regras para o comércio mundial. Um exemplo é que a abertura de mercados de capital passa a ser condição para que países possam ser membros de instituições internacionais ou receber empréstimos, como com relação ao Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. Outro

ponto interessante do autor é que, em última instância, ele iguala a intensificação do processo de globalização ao próprio neoliberalismo.

Assim, dentro do contexto internacional, da divisão internacional do trabalho, extrai-se (ainda) mais valia de países periféricos empobrecidos, mesmo com limites menores de extração. Em outras palavras: países pobres subsidiando países ricos. Para colocar a partir de mais um exemplo: extração de tributos por mecanismos financeiros é, como vimos, uma antiga prática imperial.

[...] Por volta de 1994, cerca de dezoito países (como México, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai) aceitaram acordos que previam o perdão de 60 bilhões de dólares de suas dívidas. Naturalmente, tinham a esperança de que esse alívio da dívida iria provocar uma recuperação econômica que lhes permitiria pagar num momento mais oportuno o resto da dívida. O problema estava no fato de o FMI ter imposto aos países que aceitaram esse pequeno perdão da dívida (quer dizer, pequeno em relação ao que os bancos poderiam ter concedido) que engolissem a pílula envenenada das reformas institucionais neoliberais. A crise do peso de 1995, a crise brasileira de 1998 e o total colapso da economia argentina eram resultados previsíveis (HERVEY, 2012, p. 85)

Essa intensificação do processo de neoliberalização no cenário mundial, a partir dos anos de 1970, apresentou não só turbulências, mas desenvolvimentos geográficos desiguais (para além dos que já existiam e como continuidade desses). Segundo Harvey (2012, p. 97), Estados e/ou regiões com maiores vantagens competitivas pressionam os demais a seguir seu exemplo, mesmo essas vantagens correndo o risco de serem efêmeras.

Harvey (2012) aponta que na primeira onda de neoliberalização que atingiu a América Latina, na década de 1980, o resultado geral foi estagnação econômica e perturbações políticas. Sob a persuasão de várias instituições norte-americanas e da promessa de acesso preferencial ao seu mercado de consumo, os Estados Unidos pressionaram muitos países a reformar sua economia seguindo parâmetros neoliberais, via Consenso de Washington.

Porém, como desde sempre no capitalismo, não só as desigualdades são uma razão de ser, mas as crises financeiras são endêmicas, contagiosas e cíclicas. E não, elas não são causadas pela explicação que se tornou padrão no discurso político e econômico pouco crítico e assíduo a realidade: excesso de intervencionismo estatal e corrupção (claro que esta é um mal que deve ser debatido e combatido) (HARVEY, 2012, p. 106).

Harvey (2012) exemplificou bem isso ao trazer, como mencionado antes, os casos de México e Argentina³⁶.

É também marca dessa conformação estatal neoliberal, reflexo de sua ideologia de responsabilização individual e corte de gastos, mudanças em políticas sociais e garantias de direitos (cortes que reduzem a qualidade de vida). Além de acentuada desconfiança para com a democracia. Isso vem gerando mudanças na governança, que é uma configuração mais ampla de Estado e elementos-chaves da sociedade civil. Em

36 “O PRI (Partido Revolucionário Institucional, que governou o México de 1929 até 2000), para tentar lidar com os efeitos de crises globais, como a do petróleo em 1973, promoveu na década de 1970 a ampliação de empresas públicas, também servindo como fontes de emprego. Mas, estas estavam perdendo dinheiro e o governo teve que financiá-las mediante tomada de empréstimos. A dívida externa passou de quase 9 bilhões em 1972 para quase 60 bilhões em 1982. Veio então a política Volcker, a redução de demanda no mercado estadunidense e nova queda dos preços do petróleo. As receitas mexicanas caíram e o custo do pagamento da dívida disparou. O país declarou falência em agosto de 1982. De La Madrid, presidente que assumiu na época, optou por uma política que privilegiasse os interesses de negócios. O conglomerado FMI-Banco Mundial-Tesouro dos Estados Unidos, lançaram novas pressões sobre De La Madrid, insistindo na austeridade orçamentária, privatizações, reorganização do sistema financeiro, abertura dos mercados internos ao capital externo, redução de barreiras tarifárias e mercado de trabalho mais flexível. Assim, em 1984, pela primeira vez, o Banco Mundial realizou empréstimo mediante reformas estruturais neoliberais. O México se abriu para a economia global e os efeitos foram amargos. Em 1985, os serviços urbanos essenciais na Cidade do México foram reduzidos drasticamente, a concentração de riqueza no país disparou e o padrão de vida da população caiu. De La Madrid encontrou como uma saída possível para o dilema da dívida a privatização de empresas públicas (receitas obtidas). Mas isso também envolvia restruturação dos contratos de trabalho, o que gerou insatisfação e protestos, que foram bastante reprimidos. Em 1988, Salinas assume o executivo e além de dar continuidade, acelerou e formalizou o processo de privatização, negocou e aderiu ao NAFTA (Acordo de Livre Comercio da América do Norte), cortou os empregos no setor público pela metade e abriu o setor camponês e agrícola para a competição externa. A questão camponesa é marcante no cenário mexicano. Em 1991, o governo aprovou uma lei que permitiu e estimulou a privatização inclusive de terra incluídas no sistema *ejido* (direito conquistado pelos povos indígenas com a Revolução Mexicana que permitia a posse e uso coletivo da terra), abrindo à posse para estrangeiros. Consequentemente, uma numerosa população camponesa foi expulsa da terra e obrigada a compor o contingente de desempregados em cidades, especialmente na economia informal. Esse cenário é um dos fatores que compõem as bases para a eclosão da rebelião Zapatista, no Chiapas, em 1994. Esse aprofundamento da neoliberalização resultou na “crise da tequila”, em 1995. A desvalorização do peso mexicano permitiu o capital estadunidense entrar rapidamente e comprar todo tipo de ativos a preços de liquidação. Em correlato, no caso argentino, Carlos Menem chega ao poder executivo em 1992 com ganas de liberalizar a economia visando uma imagem favorável frente aos Estados Unidos e para tentar reestabelecer as credenciais do país na comunidade internacional. O presidente seguiu a já mencionada cartilha, com flexibilização do trabalho, uma onda de privatizações, incluindo a seguridade social, e equiparou o peso argentino ao dólar. O desemprego aumentou e com a “crise da tequila” a situação afundou de vez. No início, a desvalorização foi contida pela manutenção da segurança do atrelamento ao dólar. Mas, isso só durou até a crise econômica asiática de 1997/1998. A partir daí, o capital interno e externo começou a debandar, a dívida mais que dobrou entre 1995 e 2001 e as reservas em moeda estrangeira desapareceram. O FMI resgatou o país com um empréstimo de 6 bilhões de dólares, mas nem isso estancou a fuga de capitais e ele se recusou a dar um segundo empréstimo. A Argentina precisou declarar moratória da dívida externa. Vastas desigualdades, estagnação econômica, empobrecimento da população, descontentamento social, mobilizações e distúrbios só cresceram. Para piorar o governo congelou todas as poupanças acima de 3 mil dólares. Dezesseis bilhões em poder de compra foram transferidos de poupanças aos bancos e, por meio destes, para as elites político-econômica

muitos casos de parcerias público-privadas, o governo assume boa parte dos riscos e o setor privado fica com a maior parte dos lucros (HARVEY, 2012).

Com isso, há uma tendência de se fortalecer o braço coercitivo do Estado para proteger interesses corporativos e reprimir dissensão (como detalharei a partir do pensamento de Loïc Wacquant), como em muitos casos de protestos contra medidas austeras que vimos nos últimos anos em diversos países na América Latina. Mais uma vez: o Estado, sob a ótica neoliberal, não se torna irrelevante, ele reconfigura suas instituições e práticas.

Nessas circunstâncias, manter legitimidade e consenso é cada vez mais difícil (e aqui já fica um indicativo trarei mais a frente nessa pesquisa). A consolidação de um poder cada vez mais centralizado em corporações multinacionais e bancos com sede em poucos países fica mais evidente, como visto nas manifestações do Occupy Wall Street após a crise norte-americana de 2008, por exemplo.

Há também, segundo Harvey (2012, p. 91), uma tendência a destruição de formas de solidariedade social, como já previa Luxemburgo (1970), em prol de uma ampla individualização, e mesmo da própria ideia de sociedade, como está presente em algumas tendências de grupos de extrema direita, a exemplo dos anarcocapitalistas (que o presidente argentino Javier Mille já se declarou adepto) e do paleolibertarianismo. Ou seja, em uma conformação estatal inherentemente instável, a resposta para a instabilidade muitas vezes vem de formas conservadoras, retirando o véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre (p. 92). Aqui Harvey (2012) se aproxima das análises de Brown (2019) e Cooper (2017) que veremos logo mais.

A leitura de Harvey (2012) demonstra essa tendência de promoção de maior concentração de capitais e benefícios para uma classe específica. Mas, como coloca Ribeiro e Heinen (2023), a questão da construção de legitimidade e consenso para esse modelo e o papel das instituições ainda carece de maior compreensão, por isso entender o neoliberalismo como uma tríade de frentes (teoria e prática econômica; modelo estatal; e conformação de subjetividades) complementares é importante.

(deflação confiscatória)” (HARVEY, 2012, p. 107-116).

1.2.3-Neoliberalismo e insegurança social: contenção punitiva como complemento à desregulamentação econômica

A sociologia de Loïc Wacquant se centra nos estudos sobre a marginalidade em grandes metrópoles, em seus estudos de campo destaca-se Chicago, nos Estados Unidos. É no avanço da marginalização de grupos e indivíduos, em decorrência de transformações econômicas, sociais e legais que resultaram na fragmentação do trabalho assalariado, recuo das políticas sociais do Estado (dissolução do pacto fordista-keynesiano) e crescimento de estigmas territoriais, que o autor chega ao debate sobre o neoliberalismo.

Wacquant (2012a; 2012b) também entende e parte dessa categoria como ela sendo nebulosa e controversa. Segundo ele, o debate sobre neoliberalismo posto até então era polarizado entre uma concepção econômica centrada no domínio do mercado; e uma abordagem centrada na governamentalidade de inspiração foucaultiana (2012a, p. 507).

Enquanto a econômica é mais monolítica, a abordagem da governamentalidade é mais hibridizada em práticas e ideias. Mas, segundo o autor, ambas obscurecem, ou deixam de lado em grande medida, o que de fato seria o “neo” de “neoliberalismo”. Ou seja: a reengenharia e reestruturação do Estado como principal agência que conforma subjetividades, relações sociais e representações coletivas (Ibid., 2012a, p. 507-509).

Wacquant (2012a; 2012b) tenta se afastar dessas concepções restritas e se centra em uma especificação sociológica mais ampla (Ibid., 2012b) e uma antropologia histórica (Ibid., 2012a). Ele propõe uma via mediana entre os polos, que reconhece desde o surgimento intelectual do fenômeno até suas diferenciações históricas e sua reafirmação após a crise de 2008. A categoria é vista como um projeto plural, aberto e adaptável, mas com um núcleo institucional distintivo e reconhecível: a articulação entre Estado, mercado e cidadania (Ibid., 2012a).

Aqui novamente afasta-se a ideia de um Estado que é mínimo. Há uma reconstrução deste, que se reúne em um dispositivo organizacional onde o mercado aparelha o Estado para impor sua lógica na cidadania. Resulta disso variados níveis de insegurança social, moldada pela fragmentação do trabalho, políticas de austeridade e, em muitos países, pelas questões etnonacionais. Aqui o neoliberalismo é visto como o novo governo da insegurança social, marcado pela desregulação econômica e corte de

gastos, que vem gerando em vários países agitação e descontentamento, como protestos³⁷. Assim, esse aparato governamental age via penalização, almejando conter formas de desordem. Penalização como técnica administrativa e o Estado redesenhandando as fronteiras e o caráter da cidadania (Ibid., 2012b). Ou seja, um contexto que passa a ser composto pela tríade: desregulamentação econômica, divisão étnico-racial e reestruturação do Estado.

Esse Estado como máquina de estratificação e revolução neoliberal de cima para baixo abrange três teses para seu entendimento: 1) o neoliberalismo não é apenas um projeto econômico (como já vimos, por exemplo, com Slobodian 2021), ele é principalmente um projeto político (afinal, os próprios mercados sempre e em qualquer lugar, são criações políticas). Não é um desmantelamento, é uma reengenharia do Estado.

Nessa primeira tese entende-se que o Estado deve intervir e atuar para controlar, fomentar estratégias e para superar oposições. Desde sua origem, o intuito do projeto neoliberal nunca foi resgatar o liberalismo clássico, já que este tinha uma visão minimalista e negativa do Estado. Por outro lado, também está no cerne originário do projeto sua oposição a qualquer solução coletivista para os problemas econômicos (aqui destacadamente as propostas comunistas e socialistas e, posteriormente, o keynesianismo) (Ibid., 2012a).

Para entender como se dá a reengenharia, em prol do mercado como criação política proposta por Wacquant (2012a; 2012b), é preciso ter em mente que o entendimento do autor do que é o Estado é de inspiração bourdieusiana, ou seja: parte da ideia de campo burocrático³⁸, onde o Estado se configura como um espaço fragmentado de forças que disputam a definição e distribuição de bens públicos; é um processo de longo prazo de concentração de diferentes modalidades de capital.

Assim, essa reengenharia se caracteriza pela intima articulação de quatro lógicas institucionais (WACQUANT, 2012a; 2012b): 1) a desregulamentação econômica (rerregulamentação do mercado e das atividades humanas); 2) delegação, retração e recomposição do estado de bem-estar (beneficiários tratados não como cidadãos, mas

37 Vale aqui uma observação importante que retomaremos em outras partes da pesquisa: o autor se atenta a como essa tendência vem se espalhando por países de capitalismo avançado principalmente e no mundo no geral. Entretanto, essa tendência que se intensifica não é uma novidade nos contextos de países periféricos, ainda marcados por políticas de caráter imperialista, especialmente em suas economias.

38 Um setor específico do campo do poder e que influencia outros campos é o campo das instituições estatais, onde desaguam as lutas efetuadas em diversos campos, como o econômico.

como clientes ou súditos); 3) a alegoria cultural da responsabilidade individual; e 4) um aparato penal em expansão, invasivo e proativo. Sobre esse último e os meios então empregados para sustentação, manutenção e ampliação da mercantilização frente a relutância social e/ou coletiva:

[...] penetra nas regiões mais baixas do espaço social e físico para conter as desordens e o tumulto gerados pela difusão da insegurança social e pelo aprofundamento da desigualdade, no intuito de estender a supervisão disciplinar às frações precarizadas do proletariado pós-industrial e de reafirmar a autoridade do Leviatã de modo a reforçar a legitimidade que se esvai das autoridades eleitas³⁹ (WACQUANT, 2012b, p. 32)

Nesse contexto, expressões como “governo mínimo”, “ágil”, “enxuto”, “eficiente”, “gerencial”, etc são o princípio ideológico central do neoliberalismo. Por outro lado, quando é necessário lidar com turbulências sociais advindas da desregulamentação e quando é preciso impor a disciplina e a ordem a grupos precarizados, esse mesmo Estado (em um movimento ao mesmo tempo oposto e complementar) se mostra altamente intervencionista, autoritário e caro (aumento do orçamento público disponível para a segurança pública). Encontramos exemplos recentes dessas colocações, por exemplo, nas experiências que vem sendo implementadas na segurança pública de São Paulo, Brasil.

Retomando as teses de entendimento temos que 2) o neoliberalismo implica uma inclinação à direita do campo burocrático e engendra um Estado que Wacquant (2012a; 2012b) chamou de “estado-centauro”. Aqui o Estado é definido (de forma complementar ao já exposto) como um espaço de forças e lutas no que se refere a prerrogativas e prioridades das autoridades públicas e das questões sociais que merecem atenção e serem integradas na agenda pública. Ou seja, ele é o resultado de lutas materiais e simbólicas, onde o neoliberalismo promove um movimento de vaivém entre um polo protetor (transferência de renda, programas sociais, etc.) e um polo disciplinador (escolas cívico-militares, orçamento em primeiro lugar, etc.).

Tal configuração institucional incide diretamente na velocidade, magnitude e efeitos de país para país, dependendo de sua posição na ordem mundial, a constituição de suas burguesias nacionais e seu espaço social e cultural. Como coloca Wacquant (2012a), isso não se parece nem com um Estado mínimo e nem efêmero. Por isso ele o

39 Seja, por exemplo, pela predominância do capital e de empresas sobre a política, como aponta diversos autores, a exemplo do que vimos em Harvey (2005; 2012); seja nas questões entorno das crises de legitimidade encontradas em autores como Manin (1995), Urbinati (2016) e Borba, Ribeiro, Gimenes e Casalechi (2018).

classifica como “Estado-centauro”, opostos em seus dois extremos: libertador no topo (grupos sociais dominantes) e penalizador na base (subalternos, marginalizados, trabalhadores).

Por fim, há a tese 3) braço penal do estado como componente essencial do Estado neoliberal. A expansão desse aparato que acompanhou o domínio do mercado não se deu à toa. Junto com a precarização do trabalho e a crescente redução de políticas de assistência social, temos também o rápido crescimento do encarceramento em diversos países, a exemplo dos índices na América Latina após sua onda de redemocratização (WACQUANT, 2012a).

Um crescimento que é exaltado e percebido em fatos como: aparelhamento ostensivo da polícia e aumento de recursos destinados; desenvolvimento e implementação de tecnologias tais como banco de dados digitalizados e programas de reconhecimento facial; centros de confinamento e expulsão de imigrantes irregulares⁴⁰; o boom de programas televisivos sobre crimes; e a promoção e priorização nas agendas de governo, ou campanhas eleitorais, da luta contra a criminalidade e insegurança (especialmente no meio urbano) em oposição a menos atenção dada a crimes empresariais⁴¹.

Os efeitos e a ligação fundamental do neoliberalismo com o campo penal apontados por Wacquant (2012a; 2012b) endossam o fato de que, apesar das diferenças entre países do Norte e países do Sul global nessa dinâmica, existem semelhanças importantes em uma análise como a presente. Além disso, a interação estreita dessa conformação do campo penal com campos sociais também contribui para o entendimento do cenário mais recente na América Latina. Com isso em mente, Iturralde (2012b) faz um exercício sobre a região.

40 Um exemplo é a Lei de Deportação para Ruanda aprovada em abril de 2024 no parlamento do Reino Unido.

41 Um exemplo interessante no contexto brasileiro: em setembro de 2023, foi concluído os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso da fraude contábil de mais de 20 bilhões de reais, um dos maiores do país, da empresa Lojas Americanas, com pouca divulgação e sem indiciamentos. No mesmo mês, Rogerio da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento, que seriam membros de uma das maiores facções criminosas do país, fugiram da Penitenciaria Federal de segurança máxima de Mossoró e o assunto consumiu a mídias por várias semanas.

Iturralde (2012b) inicia apontando limitações para as proposições de Wacquant⁴², mas parte da constatação de que sua crítica é relevante para o Sul global. O combo globalização, neoliberalismo e democracia liberal, enquanto modelos econômico e político dominantes nas últimas décadas, produziram impactos profundos. Na América Latina algumas dessas transformações se converteram em uma demanda social de segurança, que alguns governos consideram problema de controle de criminalidade. Isso é visto facilmente em países com alta desigualdade de renda e forte tendência à exclusão social.

Os países latino-americanos, que historicamente foram desiguais e excludentes, também apresentam formas de governo e instituições penais autoritárias e fortemente punitivas. Embora não se possa afirmar, superficialmente, que esses traços sejam o resultado da implantação do neoliberalismo – pois decorrem de trajetórias históricas e mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que vêm de muito tempo atrás –, este (o neoliberalismo) parece ser um fator que contribui para continuar, e inclusive intensificar, essa tendência. A liberalização dos mercados e a transformação do modelo econômico sob a lógica da desregulação tornaram a economia da região mais vulnerável às flutuações do mercado global, o que, por sua vez, foi responsável por crises econômicas, altas taxas de desemprego e emprego informal, e ao aumento da brecha entre ricos e pobres (ITURRALDE, 2012b, p. 177-178).

Iniciativas como o Consenso de Washington, um pacote de ajuda econômica condicionada a ajustes financeiros, na legislação trabalhista, na justiça penal,

42 Que ele não haveria dado a atenção necessária ao fato de que nossa região não passou por um estado de bem-estar social. Frente a críticas nesse sentido, Wacquant tem como argumento que mesmo com enormes lacunas econômicas, burocráticas e tecnológicas, a revolução neoliberal global levou o modelo de segurança imposto nos países que viveram o keynesianosmo (de capitalismo avançado) para os países periféricos. Para tal afirmação, ele aborda, por exemplo, paralelos entre Brasil e Estados Unidos: bairros estigmatizados e relegados (com recorte de classe e raça, principalmente) em ambos os países (favelas e guetos) se tornaram os principais alvos de ações policiais. Aqui temos um desenho espacial e social onde a contração e a desregulamentação do mercado de trabalho combinaram-se com a contenção social e o desinvestimento urbano por parte do Estado, mergulhando estes bairros num vórtice de insegurança social e empurrando os seus moradores cada vez mais para uma economia informal, baixos salários ou desemprego, por exemplo. Assim, as frações marginais da classe trabalhadora urbana se tornam o principal alvo para a vigilância e contenção a qualquer desordem, se tornando o terreno sob o qual o estado penal neoliberal concretamente se monta e é testado. Práticas e ações que em outras localidades da geografia urbana (leia-se bairros de classe média e alta) seriam consideradas intoleráveis. Mas, como afirma o próprio autor, apesar do seu caráter discriminatório e arbitrário, encontraram defensores em todo o espectro político, incluindo entre os que se apresentavam como “progressistas”. Para um maior detalhamento desse estudo de Wacquant, conferir o texto: WACQUANT, Louic. *The militarization of urban marginality: lessons from the brazilian metropolis*. **International Political Sociology**. 2008. 2, 56-74. disponível em: <https://loicwacquant.org/wp-content/uploads/2019/03/Iw-2008-the-militarization-of-urban-marginality-lessons-from-the-brazilian-metropolis.pdf>. Acesso em: 22 setemb. 2024.

dolarização e acordos de financiamento de dívida pública com o Fundo Monetário Internacional contribuíram para um aprofundamento da situação apontada.

Contudo, é preciso ter sempre em mente que os déficits no sistema jurídico e respostas autoritárias frente a desordens sociais são tendências históricas do continente. Por outro lado, o neoliberalismo vem cada vez mais contribuindo para a ampliação de desigualdades estruturais, índices de pobreza, degradação ambiental, ampliação da fronteira agrícola e disputas de terras e exclusão social. Ele não é a única causa, mas vem sendo um componente decisivo.

Isso em certa medida é decorrência do fato já mencionado de que o modelo estatal-econômico keynesiano, ou estado de bem-estar social, foi um fenômeno majoritariamente restrito a Europa Ocidental e aos Estados Unidos. E em grande medida possibilitado pelo histórico de acumulação e exploração advindas de outras regiões geográficas:

A precariedade do estado de bem-estar na América Latina representa uma diferença notável diante dos países do Norte Global, pois desde a segunda metade do século XX estes gozam, em diversos momentos e com distintos graus de intensidade, de políticas *welfaristas* que prestavam assistência aos mais pobres e que deram lugar a toda uma trama institucional e discursiva para o tratamento das classes baixas. Por conseguinte, a transformação de políticas de *welfare* em políticas de *workfare*⁴³, que Wacquant descreve em detalhes como um aspecto central do advento do governo neoliberal nos Estados Unidos e em outros países do Norte Global, é o resultado de um processo histórico que não se deu na América Latina. Assim, a aliança entre o *workfare* e o estado penal para disciplinar e controlar os pobres a que Wacquant faz referência é um fenômeno estranho ao contexto latino-americano, onde nunca existiu um forte dispositivo *welfarista*. Nessa medida, na América latina o estado penal surge com mais força como o principal mecanismo de controle e disciplina das classes baixas, que não encontram um lugar na nova ordem social, regido pelas regras e pela lógica do mercado (ITURRALDE, 2012b, p. 181-182).

Tal questão centrada no controle, principalmente após a crise financeira iniciada em 2008, é facilmente perceptível nos Estados, em várias localidades do mundo, que passaram (e ainda passam) por profundas crises de credibilidade, colocando em xeque conquistas democráticas em função das dificuldades em garantir prosperidade econômica a partir do discurso da austeridade.

Muitos daqueles que sofreram e sofrem com as consequências deste quadro econômico não permaneceram na passividade. Nos últimos anos, especialmente em

43 O termo se refere, segundo Wacquant (2012a), a programas de assistência que condicionam o auxílio a inserção em trabalho mal remunerado ou orientações voltadas para a inserção em vagas de emprego.

2019, os países sul-americanos por exemplo, foram marcados por grandes protestos, como no caso do Chile, com forte repressão, violação dos Direitos Humanos, mortes e prisões, como apresentou a Anistia Internacional⁴⁴. Já o Brasil, é tido como um “caso extremo” de aplicação de medidas de austeridade, com a conhecida Emenda Constitucional 95/2016, também marcada por vários protestos, como a ocupação de universidades públicas por estudantes em 2017.

Outros três casos regionais mais recentes que também podem ser lidos com a ajuda da perspectiva wacquantiana, tendo como foco o funcionamento e os efeitos da penalização dos pobres como estratégia estatal sob o neoliberalismo, são: El Salvador (com o punitivismo penal de Nayib Bukele), Equador (que em 2019 esteve marcado pelos *estallidos* e hoje, em 2024 com Daniel Noboa, vive uma crise de segurança) e a Argentina (com o protocolo antipiquetes e a resolução 943/2023, lançados dois dias depois do primeiro grande pacote de arrocho fiscal ultraneoliberal do então eleito Javier Milei).

1.2.4-A subjetividade do projeto neoliberal

Dentro desse eixo que compõem o fenômeno do neoliberalismo, entendido como uma forma particular de razão, existe o aspecto da conformação de subjetividades e de uma moralidade que impactam diretamente ações e atores. Essa subjetividade e moralidade características se configuram a partir do econômico e tem como uma das principais consequências um processo de anulação de elementos democráticos, principalmente os imaginários. Em última instância, o capital financeiro e coorporativo passa a dominar as instituições e os resultados políticos (BROWN, 2016). Converte-se o caráter, o significado e os elementos constitutivos da democracia em algo econômico.

Nessa “economização neoliberal” de todas as esferas da vida, a política também se diferencia dos ordenamentos historicamente anteriores. Se converte o governo em governança e gestão. Ou seja, para Brown (2016), o neoliberalismo não se configura apenas como uma política econômica, é uma forma de governança e uma ordem de caráter global, ainda que inconsistente, diferenciada nas várias regiões e assistemática. É também, como outros autores apontaram, uma reação contra o keynesianismo e as experiências de socialismo democrático. Por isso, essa nova racionalidade não ficou

44 E mesmo com pautas diversas, a pauta dos gastos públicos, cenário de crise e políticas de austeridade estavam presentes nos protestos da grande maioria dos países. Ver em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR0113532020SPANISH.PDF>. Acesso em: 22 setemb. 2024.

estanque. Existe disponibilidade de reconfiguração. Ela foi se modificando, especialmente na passagem de uma econômica produtiva para uma cada vez mais financeira (BROWN, 2016).

Pessoas e Estados passam a se estruturar sob o modelo de uma empresa contemporânea. Têm-se um processo de reconstrução do Estado, uma conversão, e do indivíduo também. Ao Estado enquanto governo o cabe, em primeiro lugar, fomentar a “saúde” econômica. Logo, os compromissos do Estado democrático com a igualdade, liberdade, inclusão e constitucionalidade passam a se subordinar a um projeto econômico que visa competição, crescimento e ampliação do capital. Governos e empresas passam a ter condutas idênticas (BROWN, 2016).

Segundo Brown (2016), qualquer regime que busque outros caminhos, corre o risco de enfrentar crises fiscais, diminuição nas agências de classificação de crédito, perda de legitimidade, dentre outros. Além disso, a adoção de tais políticas e práticas, em âmbito estatal, geram pelo menos quatro efeitos nocivos: intensificação das desigualdades; a comercialização insensível e imoral de coisas e atividades cuja inclusão nos mercados não deveriam ocorrer, como os bens de natureza e o direito a educação; o domínio de corporações e do capital financeiro em decisões políticas e nas políticas econômicas (com pesadas práticas de lobby, corrupção, etc); e o constante caos e incerteza provocadas na economia.

Esses quatro efeitos por si só já justificam as críticas e os protestos populares, ao longo dessas décadas, contra o neoliberalismo. Mas, o foco de Brown (2016, 2019), sem excluir o que foi posto acima, se volta para outros efeitos nocivos. Se afastando de um entendimento de neoliberalismo como apenas um conjunto de políticas estatais, uma fase do capitalismo ou um processo de restauração de classe, ela parte de um entendimento deste como da ordem de uma razão normativa, que se expande, mas se centra em formulações específicas de valores, práticas e métricas econômicas para cada dimensão da vida humana (BROWN, 2016, p. 31).

Configurou-se os seres humanos no chamado *homo oeconomicus*. A novidade dessa racionalidade, segundo a autora supracitada (2016) está em: 1) a economia rompe as fronteiras dos campos da existência, os sujeitos são então *homo oeconomicus* em todas as esferas; 2) esse novo sujeito toma a forma de capital humano para fortalecer seu posicionamento competitivo e aprecia seu valor como figura de intercâmbio e interesses; 3) o modelo para o capital humano e suas esferas de atividade é cada vez mais dominado pelo capital de tipo financeiro em detrimento do de tipo produtivo das

sociedades industriais, como também apontam Dardot e Laval (2016); ou seja, a financeirização cria um novo modelo de conduta.

Esse novo sujeito, fruto do desenvolvimento histórico do neoliberalismo, e sua extensão acabou por promover uma intensa transformação na organização, propósitos, caráter e relações nas esferas do mundo social. Brown (2016; 2019) se centra na esfera do político, onde a neoliberalização transformou os princípios democráticos de justiça em léxicos econômicos e o Estado em um administrador/gerente, esvaziando em grande medida a substância da cidadania, inclusão e soberania popular.

O neoliberalismo tem como uma de suas principais características, como já vimos em outros momentos, a desintegração do social, por meio, por exemplo, do desmantelamento e/ou privatização de programas e ações de seguridade social. Logo, corrói ou elimina um tipo de proteção entre Estado e cidadão que proporciona a ideia e o sentimento de pertencimento. No entendimento de Brown (2016), isso desencadeou um movimento onde o contrato social democrático liberal se volta sobre si mesmo. A igualdade deixa de ser um pressuposto e as bases para uma cidadania preocupada com o bem comum e com os assuntos públicos começa a desaparecer. Em última instância, defende a autora, se elimina a própria ideia de um povo, de uma *demos*, gera-se uma hostilidade ao campo político e na racionalidade política (aquele que circula através do Estado, o organiza e condiciona suas ações), ou seja, no campo de razão normativa a partir do qual se forja um governo.

Em outros termos: o substrato de onde se conforma o então sujeito neoliberal é marcado pela conversão da economia como princípio organizativo e regulador do Estado e a cidadania convertida em capital humano (unidade de auto investimento). Segundo Dardot e Laval (2016), nesse contexto, o próprio sujeito precisa realizar acúmulos através de escolhas esclarecidas, mais bem informadas e por um cálculo responsável de custos e benefícios. Além disso, justiça e bem-estar também se degradam e a liberdade se torna restrita a uma conduta econômica de mercado, descolada de qualquer associação com as condições de vida dos sujeitos, da liberdade existencial ou da garantia do domínio do *demos* (BROWN, 2016, p. 46).

O neoliberalismo reconstrói instituições e sujeitos, mas não sem disputas, que também variam de acordo com a localidade e momento, sendo possível de contradições. Assim como os poderes, os significados e as disputas na relação entre o próprio capitalismo e a democracia sempre geraram tensões e contradições nas democracias liberais contemporâneas, como demonstrado em Wood (2011). Esta última, inclusive,

mantendo premissas imperiais e coloniais, assim como privilégios de classe, gênero e raça. Entretanto, o êxito de tal racionalidade vem ameaçando a própria existência de qualquer forma de democracia.

Assim, de acordo com Brown (2016), mediante a transformação da natureza e do significado do político frente a essa racionalidade, vem sendo fundamental a atuação da governança:

Governança não é o mesmo que neoliberalismo nem é exclusiva dele; não fazia parte do imaginário neoliberal proposto por Milton Friedman ou F. A. Hayek e tem pouco lugar nas transformações neoliberais na América Latina ou no Sul da Ásia nas décadas de 1970 e 1980. Entretanto, à medida que amadurece e converge com o neoliberalismo, a governança se tornou a principal forma administrativa do neoliberalismo, a modalidade política por meio da qual ele cria ambientes, estrutura restrições e incentivos e, assim, impulsiona o sujeito. O neoliberalismo contemporâneo é impensável sem governança. É também essencial garantir a ascensão à “economização” de todas as áreas da vida [...]⁴⁵. (BROWN, 2016, p. 151-152) (tradução nossa)

A governança então reconceitualiza de forma fundamental a democracia, que se centra em ser meramente procedural e tende a se separar dos aspectos que lhe deram substância e significado como forma de governo, tal qual foi discutido na introdução desse trabalho.

Esse tipo de governança também ressalta e legitima a delegação de responsabilidade cada vez mais ao nível individual, mesmo de problemas mais amplos. O indivíduo passa a ser apresentado como o agente mais relevante. O empreendedor de si e de sua sobrevivência.

Com isso, voltamos a esse novo sujeito, o sujeito neoliberal, o *homo oeconomicus*, aquele que existe em uma nova lógica normativa, imposta especialmente nas sociedades ocidentais, e em decorrência da noção de empreendedor de si: a da competição, do sujeito competitivo. Aqui, se fixa uma noção de que cada indivíduo pode ter domínio total de sua vida, de que tudo depende de si mesmo e em função de seus desejos e necessidades, basta elaborar as estratégias adequadas.

45 No original: “La gobernanza no es lo mismo que el neoliberalismo ni es exclusiva de él, no formaba parte del imaginario neoliberal planteado por Milton Friedman o F. A. Hayek y tiene poca cabida en las transformaciones neoliberales en América Latina o en el sur de Asia en los años setenta y ochenta. No obstante, al madurar y convergir con el neoliberalismo, la gobernanza se ha convertido en la forma administrativa primaria del neoliberalismo, la modalidad política a través de la cual crea ambientes, estructura las restricciones y los incentivos y, por consiguiente, conduce al sujeto. El neoliberalismo contemporáneo es impensable sin la gobernanza. También es esencial para asegurar el acenso a la “economización” de todas las áreas de la vida [...]”.

Para Dardot e Laval (2016), com o surgimento de novas práticas de fabricação e gestão dos sujeitos, o sujeito neoliberal gera como efeito fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa ou para o capital como se trabalhasse para si mesmo. Ou seja: a racionalidade neoliberal ordena os meios de governar o sujeito, as formas de sujeição para que ele se conduza como uma entidade atomizada e competitiva e que, por isso, deve maximizar seus resultados e desempenho e assumir inteira responsabilidade quando fracassa (Dardot e Laval, 2016, p. 363). Mantem-se e intensifica-se a já clássica tendência capitalista de transformação do sujeito trabalhador em uma simples mercadoria. Ao mesmo tempo, possui certa especificidade:

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. Foi esse contexto de *medo social* que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a “naturalização” do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores. Isso não significa que a neogestão não seja novidade e o capitalismo no fundo seja sempre o mesmo. [...] a novidade consiste em promover uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 364-365)

Assim, faz total sentido entender essa neogestão, erigida sob um substrato que ainda é o capitalismo, não como antiburocrática, mas sim como uma racionalização burocrática mais sofisticada, individualizada e competitiva. Uma noção que Dardot e Laval (2016) chamam de “empresa de si mesmo” e que supõem uma intrínseca ligação entre a vida pessoal e profissional. Ou seja, toda a subjetividade é convocada a ingressar na nova gestão, onde os recursos são o próprio sujeito e a realização última é o sucesso. Ele é atomizado em relação ao social e ao político, como também nos aponta Brown (2016).

Nesse contexto, viver na incerteza aparece como um estado natural e não como algo resultante de criação social e política. Além disso, conta-se cada vez menos, devido a transformações também no âmbito do Estado, com formas de ajuda mútua, meios de

pertencimento e mecanismos públicos de solidariedade (DARDOT e LAVAL, 2016). As desigualdades estruturais se convertem em resultado de ações e responsabilidades individuais. O capitalismo neoliberal intensifica a destruição da dimensão coletiva da existência (essa inclusive sendo essencial para elaboração e desenvolvimento de formas de resistência a esse cenário).

Como é de se esperar, há diversas consequências nocivas para o sujeito. Produzem-se patologias sociológicas e psicológicas: estresse, adoecimento psíquico, depressão, aumento no índice de suicídios, enfraquecimento de coletivos e organizações de trabalho, isolamento, vícios, demanda não satisfeita de reconhecimento, dessimbolização, instrumentalização econômica do simbólico (enfraquecimento de ideais). A flexibilização do trabalho, da vida, das relações e dos sujeitos caminha cada vez mais para a intensificação da corrosão daquilo que é estável, tais como os laços sociais e nossas referências (DARDOT e LAVAL, 2016).

Segundo os autores, a partir do que foi exposto, a face sombria da normatividade neoliberal se dá na:

[...] vigilância cada vez mais densa do espaço público e privado, a rastreabilidade cada vez mais precisa dos movimentos dos indivíduos na internet, a avaliação cada vez mais minuciosa e mesquinha da atividade dos indivíduos, a ação cada vez mais pregnante dos sistemas conjuntos de informação e publicidade e, talvez sobretudo, as formas cada vez mais insidiosas de autocontrole dos próprios sujeitos. [...] como disciplinas médicas e psicológicas se articulam com o discurso econômico e com o discurso sobre segurança pública para reforçar os instrumentos da gestão social. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 410-411)

Assim, coexistem em paralelo esse sujeito neoliberal e Estados se estruturando sob o modelo de uma empresa. Ambos se retroalimentam, em um movimento onde a esfera econômica conforma essas novas subjetividades através de uma ponte moral.

Essa ponte permite entender um fenômeno também constitutivo e característico do desenvolvimento da neoliberalização pelo mundo: a ascensão de governos de extrema direita na última década, especialmente se nos debruçarmos sobre a ideia de liberdade formulada pelos neoliberais e que inspira e legitima a extrema direita, além de tentar justificar exclusões e hierarquias. Claro que esse fenômeno está longe de ser homogêneo, mas existem exemplos nas mais variadas localidades, inclusive no nosso continente, que vem se equilibrando atualmente entre uma nova ascensão progressista e assédios da direita.

Essa ligação entre o projeto neoliberal e a extrema-direita pelo mundo não é acidental ou aleatória. Como vimo em Plehwe (2009), para os autores neoliberais clássicos, como Hayek, as crises que até então assolavam o mundo ocidental eram resultados não só de problemas econômicos, mas também da perda da moral e dos valores centrais ao ocidente (como mencionado antes), tendo a ampliação das democracias contribuído com esse cenário. Isso é evidenciado no primeiro esboço do manifesto feito para a Sociedade Mont Pelerin. Como trazido por Plehwe (2009), ali já se afirmava que qualquer sociedade livre pressupõe um código moral amplamente aceito e os princípios deste código devem governar tanto a ação coletiva quanto a privada (afirmação mantida na versão final do documento).

Para essa perspectiva, o projeto neoliberal, frente ao que visa combater como nocivo a vida social, pode ser percebido como destinado a liberar e recuperar não só os mercados, mas também a moralidade tradicional para governar e disciplinar os indivíduos enquanto maximiza a liberdade e desdemocratiza o Estado. Mercado e moral juntos constituiriam, para o neoliberalismo utópico, a base da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização (BROWN, 2020). Ou seja, qualquer atuação política-estatal que desafie ou tente corrigir a reprodução social de hierarquias (como classe, raça, gênero e sexualidade) é rapidamente rechaçada e, ao longo das décadas de ascensão e predomínio neoliberal, vem servindo como ponto de união entre grupos políticos conservadores ou neoconservadores e grupos políticos neoliberais.

A partir do contexto específico dos Estados Unidos, centrada nas décadas de 1960 e 1970, quando o neoliberalismo ainda está se consolidando como postura política, econômica e filosófica dominante, Cooper (2017) tenta responder: como os neoliberais e neoconservadores conseguiram formar uma aliança, apesar das diferenças políticas e epistemológicas aparentemente intransponíveis?

Segundo Cooper (2017), durante a década de 1960, começou a ganhar força entre os neoconservadores (com a ascensão na agenda pública de questões como o feminismo, movimento gay, movimento estudantil, movimento pacifista e a contracultura) uma visão de que havia se espalhado uma crise nas famílias por conta de ideias que encorajavam gerações de mulheres mais jovens a abandonar a estabilidade do casamento em favor de uma carreira profissional. Já para os neoliberais, essa relação vai além, inclusive em vários momentos pautando criticamente as estruturas familiares em prol dos interesses do mercado, ou (mais recentemente) quando se discute feminismo liberal, *pink money* (lucrativos nichos de mercado que se abriram nas últimas décadas).

Para Cooper (2017), os grupos neoliberais estão particularmente preocupados com a ampliação e os custos de direitos⁴⁶ e assistência social, sobretudo quando esses custos são repassados para o governo e os contribuintes ao invés da família privada. Ou seja, economistas neoliberais e teóricos do direito são bastante simpáticos ao restabelecimento da família privada como a principal fonte de segurança econômica, uma suposta família ideal, com um marido com um bom salário para sustentar todos os membros da família.

Nesse sentido, Cooper (2017) toma o neoliberalismo e o neoconservadorismo como expressões contemporâneas de um duplo movimento do capital, como ela mesma escreve. Ao fazer isso, argumenta que o neoliberalismo e o neoconservadorismo devem ser pensados juntos (em suas convergências, colisões e simboses) para entendermos a racionalidade política do poder hoje e a ascensão desses grupos de extrema-direita. Em paralelo, Brown (2019) afirma que essa extrema-direita aglomera e combina elementos já familiares ao neoliberalismo: libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo.

Assim, mais do que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração de mercado [...], o neoliberalismo hayekiano⁴⁷ é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democráticos nos Estados-nação. O ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é, portanto, uma emanção direta da racionalidade neoliberal [...]. (BROWN, 2019, p. 22)

Gerando efeitos nocivos (BROWN, 2016; 2020), tanto ao Norte quanto ao Sul global, não só no âmbito estatal e econômico, mas também em um âmbito cultural e

46 Vale salientar (mesmo não sendo objeto dessa tese, por isso a inserção como nota de rodapé) que, como trabalha muito bem Wendy Brown em outros momentos, existem dilemas frente aos direitos para articular e reparar a desigualdade e a subordinação em regimes constitucionais liberais. E que o liberalismo oculta relações de poder não emancipatórias frente suas formulações de liberdade e igualdade. Em *Sofrendo de direitos como paradoxo*, a autora afirma que direitos que abarcam alguma especificação de subordinação e/ou desigualdade nos prenderiam à identidade definida por meio dessa subordinação, enquanto direitos que evitam essa especificidade inviabilizam e aprofundam formas de subordinação/desigualdade. Ao mesmo tempo em que se opõe, se produz identidades via tais discursos, em um processo em que múltiplos poderes sociais são regulados uns por meio dos outros e uns contra outros. Como resultado, segundo Brown, essa característica do discurso dos direitos impede um projeto politicamente matizado e socialmente inclusivo. Para um melhor detalhamento, consultar texto: BROWN, Wendy. Sofrendo de Direitos como Paradoxos. RDP, Brasília, Volume 18, n. 97, 469-486, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5409/pdf_1. Acesso em: 22 setemb. 2024.

47 Dentro do projeto neoliberal existem várias correntes/escolas, uma das principais é a de Hayek. Ela converge características de outras correntes, assim como suas ideias influenciaram essas outras, a exemplo dos libertários. Para um melhor detalhamento dessas correntes/escolas ver Slobodian (2021).

simbólico. Este contexto acima mencionado também nos revela de forma complementar, como o próprio capitalismo (já que o fenômeno é endógeno e não exógeno a ele) não é singular e não segue sua própria lógica, mas é sempre organizado por formas de racionalidade política (BROWN, 2019, p. 32).

No mais, o neoliberalismo também criou o grupo dos “novos despossuídos”, se referindo a uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora e das classes médias, majoritariamente brancas (Brown, 2019), das populações tanto do centro, como intensificando os efeitos nocivos na periferia do capitalismo. Sendo uma espécie de novidade, tendo em vista que os resquícios das políticas keynesianas e sua histórica posição como metrópole possibilitou muitos desses países conter por um tempo esses aspectos nocivos do neoliberalismo, diferente do que historicamente já ocorre em regiões periféricas. Uma perda não só em termos materiais, mas também simbólica, de deslocamento discursivo, de posição que diferenciavam um grupo de outros entendidos como ocupando posições hierárquicas inferiores (BROWN, 2020).

Um capitalismo desenfreado foi a receita de sucesso do neoliberalismo (BROWN, 2020) até a crise de 2008. Essa devastou rendas, casa própria, aposentadorias, países, sendo necessário então adotar, para a continuidade, a recuperação e a contenção de críticas ao modelo, um deslocamento discursivo. Uma suposta luta do bem contra o mal, encarnado na presença de outros povos, ideias, leis, cultura, religião e projetos políticos. Uma arma discursiva ilusória de populistas de direita (geralmente) em prol de um resgate e restauração de uma tradição e um passado que supostamente era bom ou melhor que o cenário atual.

Não considero que há uma crise no modelo neoliberal, que ele está em decadência, que é uma ordem em declínio⁴⁸ (e uma suposta substituição do capitalismo neoliberal por vir). Pelo contrário, apesar de momentos de crise, ele ainda vai muito bem e, pelo menos na América Latina, é um *continuum*, não necessariamente

48 Alguns pontos mais gerais dessa ideia de declínio podem ser vistas em: NOBRE, Marcos. **O mundo e o Brasil depois do neoliberalismo.** REVISTA PIAUÍ. 22 jun. 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-mundo-e-o-brasil-depois-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 22 Setemb. 2025. E para uma análise mais aprofundada dessa ideia pode ser consultado, por exemplo, o livro *A crise do neoliberalismo*, de Gérard Duménil e Dominique Lévy. Reiteramos o entendimento de que, por mais paradoxal que seja, frente a resultados desastrosos como a crise financeira de 2008, existe uma grande resiliência política frente ao neoliberalismo e ao quadro de colonização neoliberal. Por mais que muito tenha se falado, não houve o desaparecimento desse projeto (como será demonstrado). Isso muito se dá pelo fato de que as instituições fundamentais para o capitalismo possuem plasticidade e variabilidade histórico-espacial, se combinando de formas mais ou menos coerentes e sustentáveis. Para um melhor detalhamento dessa não morte neoliberal, pode-se também consultar o livro *The Strange Non-Death of Neoliberalism*, de Colin Crouch.

homogêneo desde sua implementação. Mesmo em momentos em que o Estado estava nas mãos de partidos entendidos como de esquerda, ou centro-esquerda, a exemplo do que houve na chamada Onda Rosa e o chamado pós-neoliberalismo (também podendo ser chamado em outros contextos de novo progressismo, reforma neoliberal ou neoliberalismo progressista) isso não foi diferente. Falarei mais detalhadamente disso no capítulo três.

O discurso neoliberal então facilmente adotou como justificativa para o caos no mundo do trabalho e o aumento do desemprego os imigrantes⁴⁹, minorias, gastos com direitos sociais e políticas de inclusão (BROWN, 2019). Isso se dá, tanto por consequência como em paralelo, ao fato – também apontado em Harvey (2005) e Wacquant (2012a; 2012b) – de que, por um lado há a privatização econômica neoliberal que subverte a democracia, especialmente no que se refere a gerar e legitimar desigualdades, exclusão, apropriação privada de bens comuns, um imaginário democrático enfraquecido, entre outros pontos. Por outro lado, e também subvertendo aspectos democráticos, temos esse movimento de privatização por meio da familiarização e cristianização da esfera pessoal privada frente a esfera do público. Um ataque a valores democráticos por meio de valores morais antidemocráticos (BROWN, 2019, p. 141).

Erguem-se muros e proteções em prol dessas privatizações por meio de nacionalismos, policiamento e autoritarismo. Um Estado securitizado cresce junto e é legitimado por essas privatizações. Assim, a expansão da esfera do privado em nome da liberdade, não apenas assegura e intensifica poderes desiguais de marcadores sociais,

49 Destaco alguns pontos sobre o processo de globalização. Quando é de interesse de um país, suas fronteiras podem ser abertas e receptivas. Quando não, são barreiras cada vez mais fechadas, vigiadas e tecnologizadas. É certo que correntes migratórias seguem um fluxo que vão de um mundo pobre para um mundo rico. Isso é exemplificado pelas sansões econômicas promovidas pelos Estados Unidos contra a Venezuela que, além de promover um apagamento das conquistas chavistas, intensificaram nos últimos anos uma crise econômica e social e levaram milhares de venezuelanos a deixarem o país em busca de melhores condições. E os países ricos se fortificam cada vez mais frente aos “indesejáveis”. Assim, essas dinâmicas e crises na globalização tem um fator de desigualdade, de classe e racial que sempre foi presente no sistema mundo. Além disso, não só o mundo se globaliza, mas também as cidades e o trabalho e todos se gentrificam como consequência da presença desses fatores e do desenvolvimento tecnológico (teletrabalho, por exemplo). Assim, alguns tipos de imigrantes são incentivados e outros não. Por outro lado, também não há mais uma separação tão clara entre o local e o mundial, a exemplo de problemas sociais e ambientais. São espaços intimamente integrados. Então, novamente, apesar de mudanças no processo, a globalização ainda “vai muito bem, obrigada” e reforça a falseabilidade da hipótese do fim da história e a de que o capitalismo promove a democracia. Para uma análise mais aprofundada da permanência e das mudanças na globalização, consultar o podcast: EL orden mundial. *No es el fin de Mundo*. Podcast. Episódio. “¿Está la globalización en crisis?” 1 ago. 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6DSMIP9MdWj9zbmvLRexuA?si=fn8SDd8ySGvJemPxb5CYA>. Acesso em: 22 setemb. 2024.

mas também gera um *ethos* de nação que rejeita a pluralidade, secularidade e democracia ampla na ordem pública em defesa de uma ordem homogênea, privada e familiar (BROWN, 2019).

No que se refere ao Brasil, para exemplificar, alguns episódios convergentes são: 1) ataques misóginos por parte de membros do ex-governo Bolsonaro a mulheres jornalistas, como no caso da CPI das Fake News⁵⁰; 2) o debate sobre o lugar social reservado às mulheres nas sociedades quanto reprodução social e biológica, além das discussões sobre o papel do cuidado, inclusive com mulheres ricas (na maioria brancas), contratando empregadas domésticas (na maioria negras) para desempenhar esse cuidado, fundamental na manutenção da reprodução social (limpeza doméstica, cuidados com vestuários, alimentação, etc), contendo uma evidente presença do viés de classe e raça, além de ser determinante nas possibilidades de acesso a recursos e à participação política (BIROLI, 2015).

Contudo, um aprofundamento referente a extrema direita latino-americana, apesar de transversar nosso debate, não é nosso foco. Para encerrar o capítulo, o próximo tópico traz uma breve recapitulação da categorização apresentada desse fenômeno e complementa com uma leitura desde o Sul que nos servirá de ponte para os capítulos seguintes.

1.2.5-Uma outra possibilidade de categorização: pensando desde o Sul

Como trouxe nos tópicos anteriores, algumas linhas de análise sobre o neoliberalismo acabaram adquirindo um caráter mais hegemônico nos estudos das Ciências Sociais e dentre elas, na Ciência Política também. Não apresentei todas as autoras e autores que se debruçam sobre esse fenômeno, mas se intentou fazer um recorte de seus principais nomes para mostrar o “estado da arte” no nosso campo frente a um objeto heterogêneo e adaptável.

Tal como apresentei anteriormente, David Harvey vai definir a categoria como um projeto de reestruturação de poder de classe e reestabelecimento de níveis de acumulação, centrados em práticas de privatizações e construção de consenso sobre o

50 CARTA CAPITAL. **Entidades saem em defesa de jornalista atacada na CPI das Fake News.** 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/entidades-saem-em-defesa-de-jornalista-atacada-na-cpi-das-fake-news/>. Acesso em: 19 setemb. 2024.

sistema como um todo. Isso seria realizado mediante reformulação e recolocação das funções do Estado.

Em outra frente, Wendy Brown, Pierre Dardot e Christian Laval mantêm a ênfase em uma reconstrução estatal, mas aqui pensando a partir dos sujeitos e das subjetividades, estruturados no neoliberalismo sob o modelo de uma empresa, que transformou princípios democráticos em léxicos econômicos e procedimentais.

Completando a tríade, mas ocupando um lugar de menos destaque nos debates sobre o tema na Ciência Política, optamos pelos trabalhos de Loïc Wacquant, que define o neoliberalismo como também uma reengenharia e reestruturação do Estado, entendido aqui como a principal agência que conforma subjetividades, relações sociais e representações coletivas. O neoliberalismo aqui é visto a partir de sua função articuladora entre mercado, Estado e cidadania, como o novo governo da insegurança social.

Como é de fácil percepção durante a leitura, essas análises mesmo que ora ou outra citem a América Latina, como faz muito David Harvey, geralmente o fazem como exemplo para suas colocações e não como ponto de partida. Intento contribuir na diminuição dessa lacuna através deste trabalho.

Claro que tais perspectivas são frutíferas, colaborando profundamente para o entendimento desse fenômeno econômico, social e histórico. Entretanto, recai-se facilmente em interpretações que colocam o Norte global no centro dos relatos sobre o desenvolvimento do fenômeno e deixam em segundo plano as experiências do Sul global. Isso configura uma aporia epistemológica já que, como afirma Comaroff (2011):

[...] a circulação de capitais financeiros tem sido mais densa nas antigas periferias, como também a produção de teorias e a pluralidade de experiências de ação política dessas periferias passam a concorrer na revisão de paradigmas internacionais que equacionem a articulação entre modernidade, capitalismo e Estados nacionais. Isto aponta para um quadro em que não apenas teorias (econômicas, sociológicas etc.), mas as experiências da vida social se realizam fora da expectativa de organização do mundo social por padrões do Norte (COMAROFF, 2011, p. 468).

Ou seja, o Sul global é uma hipertensão do presente ou uma “prefiguração hiperbólica” de um futuro próximo (COMAROFF e COMAROFF, 2013).

De uma perspectiva periférica, o neoliberalismo pode ser visto como uma reintrodução global da relação colonial. É a fase da humanidade dominada pelo capital financeiro e pela tecnologia digital, racionalizando o mundo e o sujeito a partir de

lógicas empresariais, divisão do tempo e atomização dos espaços e territórios (MBEMBE, 2018).

No que cabe ao território geográfico específico desse trabalho, duas afirmações iniciais são importantes. Primeiro, como afirma Oubiña (2021, p. 18):

“esse continente [América Latina] foi precursor tanto na gênese e implementação do neoliberalismo quanto no surgimento de resistências e alternativas a ele. [...] que veio para estragar a festa de quem proclamava naqueles tempos [anos de 1990] sombrios o ‘fim da história’”.

E em segundo, como demonstrado em Paraná (2020), as dinâmicas do capitalismo neoliberal na periferia do globo acaba por expor e ilustrar as formas típicas de exploração e violência desse projeto civilizatório.

Portanto, neste último tópico deste capítulo centrarei em uma (entre outras possíveis) definição que não só parte desde o Sul, mas dá ênfase em um aspecto fundamental da economia política latino-americana e na relação desse território com o Estado e com formas modernas de imperialismo: a questão do desenvolvimento.

No período entre guerras, especialmente com a Grande Depressão, e principalmente no pós-Segunda, o liberalismo econômico clássico majoritariamente cedeu lugar ao projeto keynesiano no Norte global. Ao mesmo tempo, as experiências do desenvolvimentismo no Sul global, os processos de independência (das colônias ainda existentes) e os embates da Guerra Fria, fizeram com que vários economistas atacassem políticas de segurança social, serviços públicos e infraestrutura (como vimos).

Quando a crise dos anos de 1970 nos países centrais veio, o antigo projeto neoliberal ganhou força. Após os processos de redemocratização, nos anos de 1980, e a experiência chilena durante a ditadura de Augusto Pinochet, os países da América Latina também avançaram na implementação desse novo desenho estatal, mas ainda dependente.

Com todo o desenrolar da Guerra Fria, em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, a década de 1970 foi uma década de disputas. Posteriormente e simultaneamente, como afirma Kay (2009, p. 365-366), a queda do Muro de Berlim e a crise do mundo soviético no final dos anos 1980 reafirmaram a dominação capitalista mundial e enfatizaram a importância do sucesso econômico para estabelecer núcleos de poder. O fim da bipolaridade baseadas nas ideologias políticas da Guerra Fria fez a ênfase recuar agora nas variações da economia política do sistema capitalista mundial e

a efetivação do novo modelo substitutivo das políticas keynesianas: o neoliberalismo. Perspectiva reforçada, por exemplo, por Katz (2016):

O neoliberalismo expandiu sua influência e implementou uma reconversão drástica da economia. A expectativa de um rápido declínio desse movimento foi dissipada pela implosão da União Soviética e pela crise do horizonte socialista. As tendências conservadoras ganharam ainda mais ímpeto com a anexação da Alemanha Oriental, a adaptação da União Europeia à globalização e a demolição do estado de bem-estar social⁵¹. (KATZ, 2016, p. 80) (tradução nossa)

Diferente do que vemos nas experiências neoliberais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, como aponta Leme (2010), aqui as influências do neoliberalismo têm como marca o Consenso de Washington: um conjunto de medidas e regras, conformando um receituário de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Ou seja, um plano de ajustamento para as economias periféricas. Em decorrência, a América Latina a partir dos anos de 1990 adotou intensa abertura para a expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital (também apontado por David Harvey).

Desde pelo menos os últimos quarenta anos, vem se tornando hegemônicas agendas políticas que combinam corte de impostos para os mais ricos, desregulamentação, privatização, liberalização, precarização da mão-de-obra e redução de gastos públicos em saúde, educação, previdência e bem-estar (em paralelo ao aumento nos gastos na área de segurança e defesa, empoderando o braço penal do Estado). Foi uma agenda de redirecionamento de gastos estatais que passou a ser adotada por governos tanto mais à esquerda quanto à direita, com roupagem mais progressista ou mais rígida, por social-democratas e conservadores. Essa lógica vem sobrevivendo e resistindo a décadas de críticas e crises.

Como pontuei nos tópicos anteriores, o neoliberalismo se tornou objeto de vários debates e se reconhece a existência de uma variedade de “neoliberalismos”. Logo, a grande questão é uma ampla mudança histórica, não uma única doutrina. Mas uma mudança que se tornou um problema estratégico para a política e para o pensamento social. Por isso, dá importância de se atentar a leituras limitadas e/ou errôneas em seus vários contextos (CONNELL e DADOS, 2014).

51 No original: “El neoliberalismo expandió su influencia e implementó una drástica reconversión de la economía. La expectativa en un rápido declive de esta corriente fue disipada por la implosión de la Unión Soviética y la crisis del horizonte socialista. Las tendencias conservadoras obtuvieron un impulso adicional con la anexión de Alemania Oriental, el amoldamiento de la Unión Europea a la globalización y la demolición del Estado de bienestar.”

O padrão geopolítico de conhecimento, privilegiando perspectivas e racionalidades do Norte, resulta apenas em um fragmento da história. É preciso se atentar a experiência social da periferia. É justamente esse ponto que Connell e Dados (2014) tem como foco na elaboração de seu entendimento sobre a categoria.

Há o entendimento de que os relatos mais comuns e, até então, mais influentes sobre o neoliberalismo se dividiram em dois grandes grupos, mesmo com variações internas e entre autoras(es): 1) a categoria como um sistema de ideias, representando uma mudança na ideologia dominante da sociedade capitalista. Aqui estariam tanto os intelectuais do neoliberalismo utópico como abordagens críticas posteriores, como a da governamentalidade.

E 2) que enfoca os mecanismos econômicos e assume um modelo sistêmico de capitalismo. Aqui, a categoria remete à vontade política de grupos dominantes, especialmente as instituições financeiras, em restaurar suas receitas e poder, exportando os efeitos negativos para as periferias, como no caso da crise da dívida latino-americana. Ou seja, seria uma nova etapa no desenvolvimento de um sistema capitalista integrado (CONNELL e DADOS, 2014). Em comum decorre que:

Há uma tendência em toda essa literatura, talvez mais forte no primeiro grupo de histórias, mas também presente no segundo, de separar a teoria neoliberal da prática neoliberal. A teoria é tratada como puro neoliberalismo, a prática como sua realização sempre imperfeita. [...] Mas essa separação tem o infeliz efeito de desviar nossa atenção dos problemas práticos (possivelmente muito diferentes daqueles que diziam respeito a Friedman ou Hayek) para os quais as práticas neoliberais pareciam oferecer soluções. Os dois grupos de histórias de origem compartilham uma perspectiva geopolítica. As histórias culturais se concentram em intelectuais da Europa e dos Estados Unidos; a história da economia política se centra na economia da Europa e dos Estados Unidos. Quando o neoliberalismo aparece em outro lugar, é uma exportação do Norte ou uma cópia das políticas do Norte⁵². (CONNELL e DADOS, 2014, p. 120-121) (tradução nossa)

Então, se por um lado, para entender as mudanças e o caminho percorrido até a conformação da sociedade de mercado em que estamos, os estudos referentes ao

52 No original: “There is a tendency in this whole literature, perhaps stronger in the first group of stories but also present in the second, to separate neoliberal theory from neoliberal practice. The theory is treated as pure neoliberalism, the practice as its alwaysimperfect realization [...] But this separation has the unfortunate effect of diverting our attention from the practical problems (possibly very different from those that preoccupied Friedman or Hayek) to which neoliberal practices seemed to offer solutions. The two groups of origin stories share a geo-political perspective. The cultural stories focus on intellectuals in Europe and the United States; the political-economy stories focus on the economy of Europe and the United States. When neoliberalismo appears elsewhere, it is an export from the North or a copy of Northern policies.”

neoliberalismo realmente existente, especialmente suas versões na periferia do sistema, são estudos estratégicos. Por outro lado, eles são constantemente desconsiderados.

Penso em dois exemplos importantes no continente latino-americano: a agricultura e a propriedade de terras. Ambas são centrais nos processos de libertação nacional, nas políticas desenvolvimentistas e na autossuficiência econômica. Por isso, estavam entre os pontos chaves nas políticas de ajuste econômicos na virada para os anos de 1990. Mesmo a história da propriedade e da produção agrícola sendo bem diferentes entre os países centrais e os periféricos, ambas se encontram ligadas pela história da expansão colonial e imperialista. O que também justifica esses dois últimos como fenômenos centrais para o entendimento do neoliberalismo na América Latina (CONNELL e DADOS, 2014).

Por isso, como apontam Connell e Dados (2014), o neoliberalismo aqui pode ser mais bem entendido como uma estratégia de desenvolvimento. Nesse ponto, as autoras explicam a partir do exemplo chileno. Com um líder ditador e conservador de um lado (Pinochet) e uma doutrina econômica não majoritária nos Estados Unidos da época, o encontro e junção desses dois pontos teve muito mais do que uma parceria bem-sucedida entre universidades para formação de futuros economistas.

Os Chicago Boys (discípulos de Friedman), como caso salutar, não ofereciam simplesmente um manual econômico local e regional, ofereciam uma solução para um problema político: legitimidade através de crescimento econômico, atender a interesses das classes proprietárias, manter o apoio diplomático dos Estados Unidos e limitar partidos políticos adversários e movimentos trabalhistas. Abandonou-se a estratégia desenvolvimentista anterior de industrialização e se voltou para a agromineração exportadora, reorientando a economia para o comércio internacional e se abrindo para o capital financeiro empresarial (CONNELL e DADOS, 2014).

Construiu-se uma aliança de classes para revolucionar o capitalismo chileno. Ele passou da fase da exportação do cobre e da industrialização substitutiva com mercado protegido, para uma fase de exportação de matérias-primas múltiplas e bens de pouco valor agregado e importação de bens e serviços. Era a inserção na globalização.

Com ela, cada vez mais ganha espaço e força a ideia de que o livre mercado é um sistema perfeito, no qual os indivíduos, agindo em função de seus próprios interesses e desejos, criam o máximo benefício para todos. Se algo dá errado é porque o mercado não está verdadeiramente livre (KLEIN, 2008). A solução do pensamento neoliberal e de seus discípulos é sempre a mesma: uma aplicação ainda mais completa e

rigorosa de seus fundamentos. Contudo, o resultado que se tem é a não realização dessa promessa (máximo benefício para todos), a não efetivação de um crescimento com equidade e justiça. Pelo contrário, é na periferia do capitalismo neoliberal que o resultado desse processo se mostra claro: formas típicas de exploração, violência e desigualdades.

Mesmo com a queda dos Chicago Boys e o fim da ditadura, o sistema econômico chileno permaneceu durante a redemocratização e ainda hoje.

Então o neoliberalismo não entrou no cenário mundial como um ataque ao inchado estado de bem-estar social. Em muitas partes do mundo em desenvolvimento, incluindo as mais populosas, não havia estado de bem-estar para inchar. Nas partes do Sul onde foram feitos movimentos em direção a um estado de bem-estar social, ele era limitado em escala (Argentina sob os peronistas), confinado a um grupo étnico dominante (África do Sul sob o Apartheid), associado a uma fração do estado (na Jordânia as forças armadas), ou protegidos inicialmente pelos partidos que trouxeram a desregulamentação (Austrália e Nova Zelândia). O que os formuladores de políticas neoliberais tiveram de atacar em todo o mundo, muitas vezes usando ferramentas da Guerra Fria, foram outras estratégias de desenvolvimento. Os principais rivais, adotados por muitas elites pós-coloniais nas décadas de 1950 e 1960, eram a industrialização capitalista de substituição de importações (a estratégia defendida na época por Prebisch, Furtado e a CEPAL, seguida no Pacífico Sul assim como na América Latina e África do Sul); e economias de comando centradas no Estado de inspiração soviética (seguidas no mundo árabe, bem como no sul e leste da Ásia). [...] Eram os acordos sociais em torno dessas estratégias, como direitos trabalhistas e redes informais de redistribuição, que estavam em jogo na luta pelo desenvolvimento e seriam interrompidos pelo triunfo do neoliberalismo⁵³. (CONNELL e DADOS, 2014, p. 123) (tradução nossa)

Ou seja, Connell e Dados (2014) não descartam os entendimentos anteriores, apenas enfatizam uma limitação quando se tem por objeto regiões da periferia do capitalismo. Assim, elas entendem o projeto neoliberal no Sul global tendo como traço

53 No original: "So neoliberalism did not enter the world scene as an attack on the bloated welfare state. In many parts of the developing world, including the most populous, there was no welfare state to bloat. In those parts of the South where moves towards a welfare state had been made, it was limited in scale (Argentina under the Peronists), confined to a dominant ethnic group (South Africa under Apartheid), associated with a fraction of the state (Jordan, the armed forces), or protected initially by the parties that brought in deregulation (Australia and New Zealand). What neoliberal policymakers had to attack worldwide, often using Cold-War tools, was other development strategies. The main rivals, adopted by many post-colonial elites in the 1950s and 1960s, were capitalist import-replacement industrialization (IRI, the strategy urged at the time by Prebisch, Furtado, and CEPAL, followed in the South Pacific as well as Latin America and South Africa); and Soviet-inspired state-centered command economies (followed in the Arab world as well as South and East Asia). [...] It was the social settlements around these strategies, such as labor rights and informal redistributive networks, that were at stake in the struggle over development, and were to be disrupted by the triumph of neoliberalism."

mais marcante e definidor seu papel como uma contenção de formas de desenvolvimento econômico com potencial de autonomia nacional, violência e exploração estrutural.

Nessa perspectiva, a dinâmica neoliberal reforça a colonialidade. E a colonialidade, reconheça-se ou não, é um elemento fundamental do padrão mundial de poder capitalista. O neoliberalismo é colocado como conduta e modo de pensar, colocando o mercado acima de todas as demais dimensões da vida. Países periféricos então, diz o discurso, devem se empenhar em comprar os melhores produtos e serviços pelos menores preços e adquirir padrões de desenvolvimento e métricas de agências internacionais. Esse seria o passaporte para o sucesso e para integrar o primeiro mundo (SILVEIRA; SOUZA; CASSINO, 2021).

Em realidade, o neoliberalismo realmente existente em territórios periféricos vem indicando que a governança neoliberal trava o desenvolvimento local (apesar dos liberais e a direita defendarem e acreditarem no contrário). Se dissemina a ideia de que não há outra alternativa, quando o que se vê é um mecanismo de manutenção e intensificação de desigualdades (seja geopolítica ou de grupos). Destrincharei melhor esse entendimento ao longo dos capítulos seguintes, além de complementar e desenvolver com outros dados e exemplos.

CAPÍTULO II.

Capitalismo na América Latina: desenvolvimento e dependência

Recapitulando o que argumentei anteriormente, entendo o neoliberalismo como um amplo e complexo modelo político e econômico de reestruturação do Estado (RIBEIRO e HEINEN 2023). Ele pode ser conceituado por três frentes principais, que apesar dos diferentes focos se complementam: teoria e prática econômica (HARVEY, 2012), teoria política (WACQUANT, 2012) e moral subjetiva (BROWN, 2019; DARDOT e LAVAL, 2016). Aqui o Estado está sendo entendido não só como uma forma administrativa racional de organização e ordem política, mas como também tendo uma dimensão conformada por constructos cognitivos de ordenamento e classificação que incide na vida cotidiana das pessoas sendo então adotado, projetado e difundido diferentemente nas sociedades e momentos históricos.

Para além disso, trouxe para a definição de neoliberalismo, com base na noção de Connell e Dados (2014), sua face (uma face complementar às três anteriores) enquanto estratégia de desenvolvimento. Ou seja, uma ferramenta político-econômica-ideológica de contenção do desenvolvimento dentro da lógica de territórios organizados pela divisão internacional do trabalho. Mas, o que seria desenvolvimento?

2.1-O entendimento hegemônico sobre desenvolvimento e a oposição do pensamento latino-americano

A noção mais corrente de desenvolvimento associa o termo a crescimento econômico, estabilidade, modernização, progresso tecnológico e algum nível de distribuição (bem-estar da população e níveis de consumo). Essa lógica hegemônica parece adotar uma noção de modelo perfeito e fechado em si, onde basta elaborar métricas e seguir receituários sugeridos pelo mercado que qualquer região pobre poderia se igualar a uma região rica.

A ideia passou a ser abordada como uma preocupação a partir da Grande Depressão nos países então centrais do capitalismo, os quais também foram palco da Primeira Revolução Industrial e um consequente potente processo de industrialização e

incrementação tecnológica. Contudo, esse processo não ocorreu nos mesmos moldes em todas as partes do planeta. A partir da implementação do modelo keynesiano, passou-se a comparar, por meio de métricas e indicadores quantitativos, a renda *per capita* dos vários países e classificá-los em “pobres” e “ricos” (de SOUZA, 1995).

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e, posteriormente, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵⁴ se popularizaram estudos e formulações internacionais sob a justificativa de uma cooperação entre nações visando o “desenvolvimento” daquelas mais pobres. Ao mesmo tempo, as formulações entorno de uma teoria do desenvolvimento apontavam que o seu oposto, o subdesenvolvimento, deriva justamente do desenvolvimento, da expansão do capitalismo mundial (de SOUZA, 1995).

Isso se dá pois o que permite o desenvolvimento nos países centrais e a própria expansão do sistema (se em termos de recursos extraídos ou de mercado para consumir a produção) dependem da existência de outros territórios explorados, como já discuti brevemente no capítulo anterior. Assim, uma abordagem histórica desse fenômeno mostra que o principal entrave ao desenvolvimento das regiões periféricas tem natureza política. É isso que será abordado no decorrer desse capítulo.

O subdesenvolvimento, a partir do que já foi inicialmente colocado, é normalmente caracterizado por instabilidade, dependência econômica, tecnológica e financeira dos países entendidos como ricos. Além de altas taxas inflacionárias, restrições orçamentárias (o que reduz gastos sociais e políticas públicas distributivas) e marcante concentração de renda e riqueza (de SOUZA, 1995, p. 16-17).

Os países lidos como subdesenvolvidos teriam seu crescimento econômico por meio, majoritariamente, de sua base exportadora de *commodities*. Apenas posteriormente a industrialização surge como consequência e é caracterizada inicialmente por uma política de substituição de importações. Depois, mesmo com maiores índices de industrialização, o déficit tecnológico frente aos países centrais ainda é grande.

Essa relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento traz em si uma lógica evolucionista para o pensamento econômico⁵⁵. Nas Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, penso no evolucionismo. Mais especificamente o

54 Esse dois últimos surgiram como consequência da Conferência de Bretton Woods.

55 Aqui também vale ressaltar que dentro da imposição desse imaginário está uma noção específica de progresso associada a civilização. Nesse ponto fundamental da agenda da Modernidade, emergem a colonialidade do poder, do saber e do ser (ACOSTA, 2016, p. 55), apontados anteriormente.

evolucionismo social, corrente que associa a ideia de evolução e de progresso de forma linear a partir das propostas do filósofo inglês Herbert Spencer e não necessariamente dos trabalhos de Darwin, sendo aplicada para analisar as diferentes sociedades humanas. Essa ideia remete a uma suposta hierarquia social e racial (estando também presente na invenção da ideia de raças), onde a civilização europeia e a “raça” branca seriam superiores em termos morais e civilizacionais, enquanto as outras sociedades e “raças” seriam inferiores, compondo uma escala. Nessa lógica, essas sociedades “selvagens/primitivas/bárbaras” poderiam se tornar civilizadas quanto mais “se aproximassem” da sociedade europeia branca.

No campo da economia, como o próprio de Souza (1995) coloca, o termo “desenvolvimento” em si e sua diferença com relação a noção econômica de “crescimento” (expansão quantitativa), já remete a uma ideia não só de transformação, mas de evolução, de etapas a serem cumpridas, de degraus a serem escalonados. Essa concepção parte do pressuposto de que o meio sociocultural exerce influência sobre variáveis econômicas, logo sobre a taxa de crescimento também⁵⁶.

Uma dinâmica de seleção natural entre os indivíduos competindo em sociedade. Isso forçaria essas sociedades a se adaptarem e sobreviverem. Tal adaptação implica transformações econômicas, políticas, sociais e culturais (geralmente ligadas a inovação tecnológica e expansão do mercado mundial). Então essas sociedades podem crescer ou se reduzir e o desenvolvimento seria um resultado dessas adaptações e ajustamentos, que por sua vez seriam conformadas por um modelo de Estado⁵⁷. Em termos mais atuais: a seleção natural do meio econômico e social mais eficiente frente às adaptações ao mercado (DE SOUZA, 1995).

Por consequência, dentro desse constructo econômico de características evolucionistas, o subdesenvolvimento surge como um fenômeno histórico e compatível com as disputas ideológicas no pós Segunda Guerra e nas rápidas transformações que desembocarão na moderna globalização. Por um lado, há interpretações que veem o subdesenvolvimento a partir de causas que seriam internas (como desigualdade, insuficiência alimentar e desemprego). Por outro lado, optou-se aqui por focar nas causas externas e no papel primordial do imperialismo e seu mecanismo de troca desigual. Mas é preciso ter sempre em mente a enorme heterogeneidade dos países

56 Vale destacar que esse debate não ficou apenas nos muros disciplinares da Antropologia. O próprio Joseph Schumpeter (1954), considerado um clássico nos estudos da Ciência Política, definiu cinco tipos de pensamento evolucionista em seu livro *History of economic analysis*.

57 Mas, não em um sentido de Estado como *deus ex machina*.

reagrupados sobre esse termo. Assim, a generalização desse conceito repousa na hipótese de que mesmo com essa diversidade, existem características suficientemente comuns e importantes sobre uma situação global. Consequentemente, estabeleceu-se critérios, indicadores e métricas para tal reagrupamento e se enfatizou uma ideia de modernização, que, todavia não significa progresso ou melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, ele se mostra um fenômeno contraditório e marcado pela concentração de poder e privilégios em grupos sociais minoritários (LACOSTE, 1985).

Por isso, Lacoste (1985) vai definir o subdesenvolvimento como uma crise dialética que necessita de atenção a fatores internos e externos:

É no quadro de cada Estado que convém analisar o desenvolvimento das contradições por meio das quais pode-se notar a crise dialética que é (o que se convencionou chamar) o “subdesenvolvimento”. Mas, é fundamental não esquecer que essas contradições internas estão estreitamente ligadas a fatores externos, não somente em razão de suas origens históricas (o domínio de tipo colonial), mas também em sua evolução atual. (LACOSTE, 1985, p. 116)

Segundo de Souza (1995, p. 29-30), o Estado é o ente que exerceria uma ação coordenadora do desenvolvimento, entendido como colocado acima, e quem procura vencer seus estrangulamentos. Entretanto, pensando em uma “evolução” atual, a tendência do desenho estatal contemporâneo é o neoliberal, mudando o papel do Estado e abrindo cada vez mais espaço para a iniciativa privada e o discurso de desenvolvimento por meio do mercado.

Com a divisão internacional do trabalho, a lógica centro/periferia foi ganhando cada vez mais forma e a ideia de desenvolvimento apresentada acima se articulando globalmente. No contexto pós-guerra do Plano Marshall, a ONU criou a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), visando realizar estudos sobre o desenvolvimento na e para a região. Segundo de SOUZA (1995), os governos locais desejavam uma extensão do Plano para a região, assim os primeiros trabalhos da CEPAL procuravam diagnosticar os problemas particulares de cada país, com o objetivo de detectar obstáculos ao desenvolvimento.

Um dos grandes nomes e pioneiros da Comissão foi Raul Prebisch. Esse economista argentino desenvolveu pesquisas apontando que o excedente dos países periféricos acaba fluindo para os países de centro, o que leva a uma cada vez maior distância entre tais países. Na sua leitura, não haveria outra saída para o desenvolvimento (tendo em vista que ele aceita a concepção de desenvolvimento apresentada acima) para os países classificados como periféricos. Ou seja, a estratégia e

alternativa para o desenvolvimento da América Latina para o autor e para a própria CEPAL nesse contexto era a industrialização e essa seria promovida mediante a lógica de substituição de importações (de SOUZA, 1995, p. 124-125).

Para esse grupo, como defendeu Lacoste (1985), o subdesenvolvimento possuía fatores externos e internos. O primeiro está associado com a dependência frente aos países centrais. O segundo se vincula a questão agrária (concentração) e um sistema social elitista marcado por privilégios na distribuição de riqueza e renda.

A estratégia cepalina recebeu críticas de vários grupos, como as oligarquias nacionais agroexportadoras. Na divisão internacional do trabalho vigente até então, os países colocados como subdesenvolvidos tinham como papel produzir bens primários. Contudo, a partir da década de 1950 oligopólios passaram a produzir em escala mundial. Os mercados internos, razoavelmente protegidos pela política de substituição de importações, começaram a se abrir para as multinacionais. É nesse contexto, por exemplo, que se dá a Aliança para o Progresso, onde a industrialização da região ocorre sem mudanças estruturais, mantendo a subordinação desses Estados às lógicas econômicas e políticas dos Estados centrais (de SOUZA, 1995, p.126).

Nas próprias fileiras dos intelectuais cepalinos houve importantes análises críticas a ideia de desenvolvimento. Celso Furtado, que integrou a Comissão entre 1949 e 1959, publicou no início dos anos de 1970 a primeira edição do seu renomado *O mito do desenvolvimento econômico*. Na obra, o economista brasileiro indica que a universalização desse progresso e desenvolvimento, obtido via sequência de fases necessárias, como praticado por países que lideraram a Revolução Industrial, é um elemento essencialmente ideológico e estrutural.

Com isso, os processos de industrialização de territórios periféricos no pós Segunda Guerra, sob direção de empresas estrangeiras e países centrais, não resolveu o tal do problema do subdesenvolvimento, tendo em vista que a linha divisória entre este e o desenvolvimento é a orientação dada para o uso do excedente engendrado pelo incremento de produtividade (FURTADO, 1983).

Segundo Furtado (1983) é o próprio processo de acumulação que amplia a lacuna entre centro e periferia. A ampliação e hegemonia das empresas multinacionais, e posteriormente do capital financeiro, no processo de acumulação se traduziu nos territórios centrais do capitalismo como tendência de padrões de consumo⁵⁸. E nos

58 Vale ressaltar que o autor também aponta que essa concentração de renda de caráter geográfico também incide como pressão sobre recursos naturais nos outros territórios.

territórios periféricos do capitalismo por um distanciamento de formas e qualidade de vida de uma minoria frente a massa da população (Ibid., 1983, p. 68-69).

Em decorrência de sua leitura da realidade econômica, Furtado (1983) também não descarta a importância e o papel do Estado. Para ele, toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, mas este segundo fenômeno é mais amplo, mais geral e cria o primeiro. Essa dependência se manifestaria inicialmente pela imposição externa de padrões de consumo, que só conseguiriam ser mantidos mediante geração de excedente criado no comércio exterior, como foi, no caso brasileiro com o boom das commodities (também contraditório, com pontos positivos e negativos) entre os anos 2000 e 2014, aproximadamente.

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. [...] Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tende a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais⁵⁹. [...] o subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio, o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes nessas áreas. O seu papel na construção do presente sistema capitalista mundial tem sido fundamental e seu dinamismo continua considerável: novas formas de economias subdesenvolvidas plenamente industrializadas e/ou orientadas para a exportação de manufaturas [...]. (FURTADO, 1983, p. 94)

De Souza (1995) traz como outro significativo exemplo dessas críticas o posicionamento de economistas ligados a concepção marxista. Em um aspecto mais geral, essa perspectiva apontava que os países entendidos como pobres, com mão-de-obra barata e abundantes recursos naturais (bens comuns), atraiam investimento externo, mas permaneciam atrelados a lógica internacional do imperialismo. Isso limitaria o desenvolvimento, juntamente com o fato de que o excedente local era mal utilizado por uma elite e uma classe média submissa e conservadora. Consequentemente, o problema do subdesenvolvimento só poderia ser resolvido por vias políticas.

Mantendo a ênfase cepalina nas relações assimétricas entre uma periferia exportadora de produtos primários dependentes das flutuações do mercado internacional e de países centrais industrializados que visavam esses recursos, mas tecendo-lhe diversas críticas, nasce a Teoria da Dependência. Esta então seria o resultado de um relacionamento desigual de poder político e econômico, seria um ramo e uma ampliação

59 Voltaremos mais detidamente a isso no capítulo sobre os aspectos econômicos na chamada Onda Rosa latino-americana.

da teoria do imperialismo. Ou, como coloca Seabra (2019), ela é parte de um debate teórico profundo sobre alternativas políticas para a América Latina: é heterogênea, de natureza coletiva e sua formação a golpes militares que colocaram participantes desse debate em contato.

Elegeu-se aqui a Teoria da Dependência como uma das pontes para demonstrar as relações entre neoliberalismo e a continuidade imperialista para o continente latino-americano. Por isso, ela será abordada em tópico próprio logo adiante. Vários autores, especialmente economistas, se debruçaram sobre esse problema. Talvez os mais conhecidos nos meios acadêmicos brasileiros, quando se fala dessa teoria, sejam Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil entre 1995 e 2002) e Enzo Faletto. Facilmente se encontra a errônea afirmação de que estes são os pais da teoria da dependência. No entanto, o chamado Grupo de Brasília teve muito mais relevância. Esse trabalho adotará essa perspectiva e a detalhará logo mais.

Por ora, também vale destacar algumas correntes que se opunham aos desenvolvimentistas (sejam aqueles ligados ao setor privado ou os ligados ao setor público⁶⁰): a corrente neoliberal e a corrente socialista. A primeira defendia um crescimento equilibrado a partir do livre mercado, com ajustes nas contas públicas. Para essa corrente, os desequilíbrios ocorriam devido aos erros de política econômica e não falhas do próprio mercado. Na segunda (também chamados de independentes), o desenvolvimento é diretamente relacionado ao monopólio da propriedade de terra, a necessidade de reforma agrária e ao imperialismo (de SOUZA, 1995).

A partir do golpe de 1964 no Brasil, o grande debate entorno do pensamento desenvolvimentista, que perdura até os anos de 1970, é o do subdesenvolvimento industrializado. Há a presença de algum nível de industrialização, mas a tecnologia permanece sendo importada. Esse padrão se caracteriza por uma tentativa de reprodução dos padrões de consumo dos países centrais beneficiando uma minoria local. O modelo gera concentração de renda que favorece as classes médias e alta. Países como Brasil, México e Argentina desenvolveram uma industrialização com base no mercado formado pela classe média e rica. Especialmente no Brasil, as correntes desenvolvimentistas foram predominantes nas correntes da econômica política até meados do início dos anos de 1990 (de SOUZA, 1995).

60 Ambos de inspiração keynesiana. Os primeiros identificam planejamento com democracia, tentando conciliar intervencionismo com livre iniciativa. O segundo se centra no planejamento estatal como orientador do crescimento, procurando também romper estruturas arcaicas que bloqueiam o desenvolvimento (de SOUZA, 1995, p. 133-135).

Posteriormente, a hegemonia é ocupada pela corrente neoliberal e alguns traços do desenvolvimentismo ligado ao setor privado e/ou público, muito a depender dos governos de ocasião. Um movimento também de sobreposição de projetos políticos, especialmente a partir dos processos de redemocratização no continente (heterogêneas, marcada por tensões, negociações, crises econômicas e não necessariamente resultando na instituição da democracia integralmente, especialmente se entendida como foi colocada no primeiro capítulo), entre o final dos anos de 1970 e início dos de 1990⁶¹.

Chego agora nas conformações estatais neoliberais que apresentei aqui anteriormente e, a partir do exposto, se corrobora e dá maior lastro na realidade continental da tendência de que muito mais do que conter o desenvolvimento. A prática neoliberal mantém um entendimento específico do termo e afasta e/ou coopta alternativas que se propõem fora desse entendimento hegemônico.

2.2-Mais do que original, uma contribuição radical do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento

Ao analisar a história do pensamento latino-americano, discuti variadas escolas, correntes e paradigmas. Diversas temáticas, abordagens e problemáticas das Ciências Sociais, Econômicas e Política atuais que conectam abordagens, temas e problemas mais antigos. Debatí paradigmas que ora se destacam nas análises sobre a nossa realidade, ora são deixados de lado.

Reconstruindo a história desse pensamento (sem ignorar a multiplicidade desses lugares teóricos), Valdés (2003) apresenta uma organização, em termos cronológicos, em que pela maior parte da primeira metade do século XX os acenos de caráter identitários marcavam o pensamento latino-americano. Com a Segunda Guerra mundial, esse submerge para dar lugar de destaque a uma onda modernizadora que vai até o fim dos anos de 1980, dando lugar ao paradigma do neoliberalismo. Segundo Valdés (2003), temas como industrialização, câmbio social, transição, modernização e, especialmente, desenvolvimento vão marcar essas produções intelectuais.

“[...] o conceito de “desenvolvimento” é provavelmente o mais difundido de todos aqueles que pretendem expressar o modelo de sociedade esperado durante a segunda metade do século XX. Ao lado disso aparece o “subdesenvolvimento”, conceito-chave para dizer o

61 Apontamentos mais detalhados disponíveis em: https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=497. Acesso em: 22 setemb. 2024.

que somos. Aliás, nunca foi usado na primeira metade do século. Outros conceitos importantes que surgiram dessa área foram "centro/periferia". Como polaridade básica para entender as relações em nível global "deterioração dos termos de troca" e "industrialização". Surgiu então uma escola de pensamento. O Cepalismo, referência básica nas controvérsias das ciências sociais e econômicas desde a década de 1950 até o final do século. Ao mesmo tempo, essa escola de pensamento deu origem a posições críticas que surgiram dentro dela. Eles se separaram (relativamente) mais tarde, como a dependência. [...] As críticas ao cepalismo não vieram apenas da esquerda. À direita, uma posição liberal anti-intencionalista foi fortalecida. O que gradualmente daria origem ao pensamento neoliberal desenfreado no final dos anos 70 e durante os anos 80.⁶² (VALÉS, 2003, p. 44) (tradução nossa)

De início, esse entendimento de modernização, muitas vezes importado, remetia a modelos de regiões centrais do capitalismo ao qual nossa região se abriria, especialmente em termos tecnológicos, buscando aumentar os níveis de eficiência e assim nós tirar do “atraso”. O conceito de desenvolvimento foi o mais utilizado no interior do pensamento latino durante a segunda metade do século XX (VALDÉS, 2003) e o subdesenvolvimento era o principal problema no qual o continente deveria focar (SIMONOFF, 2024).

Mesmo com a heterogeneidade de perspectivas, o conceito serviu tanto para interrogar sobre nossas realidades como para propor modelos alternativos. Segundo Valdés (2003), quando o conceito chegou por aqui ele foi sendo reelaborado, especialmente no que se refere a sua relação com subdesenvolvimento e em como ele se expande para além de seu âmbito original (econômico). Aqui, a problemática do desenvolvimento deu origem a um conjunto de pensamentos e escolas originais. Foi local que desempenhou papel importante de revisões contestadoras a crença do desenvolvimento (ACOSTA, 2016). O paradigma da Teoria da Dependência é um exemplo dessa contribuição e será o foco desse trabalho no presente capítulo.

62 No original: “[...] el concepto “desarrollo” probablemente es el más extendido de todos aquellos que pretenden expresar el modelo de sociedad esperado durante la segunda mitad del siglo xx. Al lado de éste aparece “subdesarrollo”, concepto clave para decir lo que somos. Por cierto nunca utilizado en la primera mitad del siglo. Otros conceptos importantes emergidos de este ámbito fueron “centro/periferia”. Como polaridad básica para entender las relaciones a nivel mundial “deterioro en los términos del intercambio” e “industrialización”. Surgió entonces una escuela de pensamiento. El cepalismo, punto de referencia básico en las polémicas de las ciencias sociales y económicas desde los años 50 hasta el fin de siglo. Simultáneamente, esta escuela de pensamiento dio lugar a posiciones críticas que, naciendo desde su seno. Se separaron (relativamente) más tarde, como el dependentismo. [...] Las críticas al cepalismo no sólo vinieron desde la izquierda. En la derecha se fortaleció una posición liberal antiintencionista. O que poco a poco iría dando pie al pensamiento neoliberal campante a fines de los años 70 y durante los 80.”

Como aponta Valdés (2003), inicialmente esse aceno e abertura a uma ideia de economia do desenvolvimento tentava conciliar o desastre da Crise de 1929 com os sentimentos de diferença e anti-imperialismo já presentes na intelectualidade latino-americana. Mas, o conhecimento estrangeiro dado muitas vezes não oferece os instrumentos compatíveis com outra realidade histórico, como mencionado na introdução. Foi isso que aconteceu com a teoria do desenvolvimento aqui na região. A partir dos anos de 1950 os estudos sobre desenvolvimento econômico emergem fortemente, se tornando o objetivo central da política econômica desses países em oposição a uma síndrome do subdesenvolvimento.

Consequentemente, criou-se um vocabulário e entendimentos novos para dar conta da especificidade do desenvolvimento, formas de superação e para a formulação de teorias sobre o subdesenvolvimento. Houve aqui uma ruptura, em maior ou menor grau a depender da corrente, com o pensamento econômico clássico e neoclássico, originado nos países centrais, enfatiza Valdés (2003).

A proposta cepalina apareceu na passagem dos anos de 1950 para os 1960, com uma crítica política e econômica em resposta às mudanças e problemas no processo de desenvolvimento e, principalmente, para colocar em relevo os aspectos sociais do processo. Os impactos da Revolução Cubana marcam essa virada social do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento (o econômico não é o único fator) (VALDÉS, 2003, p. 36). É nesse período que a Teoria da Dependência ganhar força analisando a relação entre centro/periferia para além das questões puramente econômicas, somando os planos políticos, social, ideológico e cultural (SIMONOFF, 2024).

Assim, a conceituação e a problemática entorno do desenvolvimento adquiriram importante papel na radicalidade do pensamento latino-americano frente a paradigmas das ciências dos países centrais, propondo desafios práticos e se aprofundando em questões teóricas e epistemológicas. Além disso, incorporou outros elementos às discussões e se revestiu de significados diversos, influenciando e produzindo ideias sobre o que é e como de dá o desenvolvimento que acompanharam importantes nomes da política no continente, como Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón.

Levando as análises sobre o conceito e a proposição de outros modelos a uma perspectiva cada vez mais crítica, a recente produção latino-americana vem incorporando, dialogando e absorvendo conhecimentos e epistemologias de outras cosmovisões. O economista e político equatoriano Alberto Acosta (2016), por exemplo,

resgata o conceito de *sumak kawsay*, de origem kíchwa, propondo o Bem Viver⁶³ como uma quebra de paradigma para superar a lógica do desenvolvimento.

Para Acosta (2016), o imperativo global do desenvolvimento, a partir da virada dos anos 1940 para 1950, não só faliu como é um fantasma que nos ronda. Partindo de um discurso do ex-presidente estadunidense Harry Truman, ele aponta os elementos de evolucionismo social na teoria das etapas do desenvolvimento econômico (se transformando em meta e uma obrigação para toda a humanidade) e como essa aspiração funciona como uma outra forma de imperialismo (operativos e intervenções de países centrais em periféricos sob justificativa de democracia e/ou desenvolvimento, por meio de instituições como o Fundo Monetário Internacional).

Segundo ele, com o início da Guerra Fria, o discurso sobre desenvolvimento estabeleceu uma estrutura dual de dominação: desenvolvimento/subdesenvolvimento; pobre/rico; centro/periferia; avançado/atrásado; civilizado/selvagem. Foi também entorno desse discurso que o xadrez geopolítico entre capitalismo e comunismo também se deu (ACOSTA, 2016).

A subordinação e a submissão das nações periféricas vêm (ou melhor: se mantem por outras vias que conservam a lógica imperialista) através da aceitação e aplicação de políticas, instrumentos e indicadores que, supostamente, os livrariam do atraso⁶⁴. Concretamente, o ele observa foi um desenvolvimento do subdesenvolvimento, como aponta autores ligados a Teoria da Dependência. Ainda assim, continua na trilha desse discurso e amplia-o para vários outros “desenvolvimentos”: econômico, social, global, local, pessoal, sustentável.. Por isso, para Acosta (2016), assim como para Furtado (1983), o desenvolvimento seria muito mais uma tentativa de reedição dos estilos de vida dos países centrais.

Aceitamos as regras do “vale-tudo”. Tudo é tolerado na luta para deixar o subdesenvolvimento em busca do progresso. Tudo se santifica em nome de uma meta⁶⁵ tão alta e promissora: temos de ao

63 É colocado por Acosta (2016) como sendo uma filosofia que parte da cosmovisão e do modo de vida ameríndio, mas que também está presente nas mais diversas culturas. Significa viver em aprendizado e convivência com a natureza. Recupera uma sabedoria ancestral para romper com o alienamento do processo de acumulação capitalista, se fundando em relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes. Além de ser uma articulação política de bases comunitárias e solidárias.

64 Como a lógica de empréstimos internacionais, privatizações e equilíbrio fiscal (falaremos mais disso logo mais).

65 A título de exemplo, podemos citar o caso brasileiro com o Teto de Gastos (PEC 247) e sua versão atual e reformulada, o Regime Fiscal implementado no governo Lula III (2022-2026). Ver mais em: BRASIL. **Lei complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.** Institui o regime fiscal sustentável para garantir estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento... 30 ago. 2023. Disponível em:

menos parecer-nos com os superiores e, para chegar lá, vale qualquer sacrifício. Por isso, aceitamos a devastação ambiental⁶⁶ e social em troca de alcançar o “desenvolvimento”. [...] Negamos inclusive nossas raízes históricas e culturais para modernizar-nos imitando os países adiantados. Assim, negamos as possibilidades de uma modernização própria. O âmbito econômico visto a partir da lógica da acumulação do capital, domina o cenário. A ciência e a tecnologia importadas normatizam a organização das sociedades. (ACOSTA, 2016, p. 51-52)

Depois das lutas de libertação nacional (com destaque para África, Ásia e Caribe), a noção hegemônica de desenvolvimento e progresso foi a proposta mais mobilizada no século XX, seja sob regimes políticos ditatoriais, seja sob regimes democráticos. Se, como apontei acima, o neoliberalismo praticado em territórios periféricos também se compõe por uma face ligada ao desenvolvimento e, a partir da revisão crítica apresentada em Acosta (2016), o desenvolvimento é uma proposta com origens coloniais, logo, já podemos inferir mais elementos de subordinação colonial e imperialista no neoliberalismo executado em nosso continente. Ou seja, um fenômeno que dá continuidade e, ao mesmo tempo, barra alternativas (e não só o desenvolvimento em si).

A confiança no desenvolvimento – enquanto processo planificado para superar o atraso – fissurou-se nas décadas de 1980 e 1990. Isso ajudou a abrir as portas às reformas de mercado de inspiração neoliberal, em que a busca pelo desenvolvimento devia dar lugar às pretensamente todo-poderosas forças do mercado. [...] O neoliberalismo, porém, não superou a teoria do progresso em suas raízes coloniais. Pelo contrário, reproduziu e reproduz uma visão rejuvenescida das velhas perspectivas hegemônicas do Norte global. (ACOSTA, 2016, p. 63)

Muito rapidamente, em decorrência de suas contradições, a prática desse projeto civilizatório encontrou seus limites na América Latina. Segundo Acosta (2016), na virada do século XX para o XXI, os questionamentos referentes ao desenvolvimento convencional e ao de caráter neoliberal cresceram fortemente. Mudanças políticas, destacadamente a Onda Rosa, projetaram um progressismo, não necessariamente de esquerda (no sentido de romper aspectos estruturais), que se propunha a um não reducionismo neoliberal, dentro de uma lógica comumente chamada de “pós-neoliberalismo”, se reaproximando das camadas populares e de uma atuação protagonista do Estado.

O próximo capítulo é específico para uma análise da Onda Rosa e do pós-neoliberalismo, mas já adianto, como também o fez Acosta (2016), essas experiências

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp200.htm. Acesso em: 22 set. 2024.
66 Acumulação extrativista herdada da colonização.

não foram suficientes em abandonar o neoliberalismo. Ou melhor: esse nunca foi o cerne.

2.3-O subdesenvolvimento na América Latina

Segundo Cueva (2023) o subdesenvolvimento pode ser definido como:

[...] não é outra coisa senão o resultado de um processo no qual as burguesias dos estados mais poderosos abusam das nações economicamente débeis, aproveitando precisamente essa condição, enquanto que esses abusos perpetuam e até aprofundam tal debilidade, reproduzindo em escala ampliada, ainda que com modalidades diferentes, os mecanismos básicos de exploração e dominação. (CUEVA, 2023, p. 27)

Essa situação colocou nosso continente, de acordo com o mesmo autor (Ibid., p. 28), frente a complexidade de um processo que é interno e externo, econômico e político, e que vai tecendo uma trama histórica de múltiplas e reciprocas determinações, se expressando e se desenvolvendo por meio de disputas de interesses e grupos.

Cueva (2023) tenta entender como se deu o processo de desenvolvimento e constituição do subdesenvolvimento na América Latina, especialmente o seu caráter dependente. Apesar de guardar importantes diferenças com alguns dos principais nomes da Teoria da Dependência, os estudos que o sociólogo equatoriano desenvolve sobre a gênese do modelo capitalista na região são ricos para o debate aqui levantado e não necessariamente exclui o que posteriormente veremos sobre a Teoria da Dependência.

Ao trazer seu pensamento, é preciso apontar uma importante citação:

Com a realização da acumulação primitiva⁶⁷ se inicia na América Latina um complexo processo de transição através do qual o modo de produção capitalista vai subsumindo as formas produtivas anteriores e impondo sua legalidade nas formas sociais correspondentes, mas sem deixar de estar, por sua vez, sobredeterminado pelas condições histórico-concretas em que tem lugar seu desenvolvimento. Estas condições, as quais nos referimos brevemente no capítulo anterior⁶⁸, estão constituídas no essencial por dois fatores: o de que o capitalismo

67 Nota própria. Para os leitores não iniciados nos debates econômicos de vertente marxista, a acumulação primitiva, sem a qual não haveria capitalismo, pode ser brevemente definida como: processo histórico e social, complexo e violento; sendo de um lado composto, por exemplo, pelo saque colonial e, de outro lado, pela expropriação direta dos trabalhadores, especialmente a população rural no caso da Europa. Na América Latina, assim como em outras partes do mundo, essa acumulação adquire particularidades. Para uma definição mais detalhada, consultar: VIRGÍNIA FONTES. **O que é ACUMULAÇÃO PRIMITIVA?** TV Boitempo. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=odEH0AEFMvc&t=270s>. Acesso em: 22 set. 2024.

68 Nota própria. Fim do regime escravista, investimentos estrangeiros em infraestrutura, dentre outros.

não é implementado aqui mediante uma revolução democrático-burguesa que destrua de maneira radical os fundamentos da antiga ordem, e o de que nasce e se desenvolve subordinado à fase imperialista do capitalismo. Os dois fatores guardam estreita relação entre si e se determinam mutuamente. (CUEVA, 2023, p. 93)

Nesse contexto, abarcado no século XIX, os setores agrário e mineiro se convergem no principal polo de desenvolvimento do capitalismo latino-americano. Logo, o latifúndio tradicional (originários do período colonial) são conservados como um eixo deste. A opção por essa via agroexportadora-oligárquica e reacionária acabou por se converter em uma das principais causas de um capitalismo que se desenvolveu lento e desigual (comparado a como se deu esse processo no contexto europeu). E contou com vários efeitos na estrutura social, como: pauperização, baixos salários, o comportamento das classes dominantes locais (em geral beneficiárias da integração ao mercado internacional e por isso submissa a ele) com seu consequente pensamento econômico e ação política que não impedem o desenvolvimento, mas muitas vezes se constitui como obstáculo (CUEVA, 2023).

Paralelamente a esse tipo de acumulação e a pauperização das massas um mercado interno foi formado, porém de forma restrita. Colocado em segundo plano em prol de uma demanda exportadora. Isso aconteceu na maior parte do continente. Essa tendência inerente da nossa inserção na economia mundial, tanto ajudou na consolidação mais geral da própria divisão internacional do trabalho, como prejudicou nossas possibilidades e processo de industrialização, gerando estruturas subdesenvolvidas (CUEVA, 2023).

Com efeito, o modelo de desenvolvimento voltado para o exterior que o capitalismo latino-americano segue em seu conjunto supõe uma estrutura interna de grande desequilíbrio entre os diferentes ramos da produção, com uma hipertrofia das atividades primário-exportadoras e uma correlata atrofia das atividades destinadas ao consumo interno. No limite isso pode se traduzir pela conversão de países inteiros em uma espécie de *plantation*⁶⁹ [...]; mas mesmo quando as coisas não chegam a esse extremo e o capitalismo evolui de forma mais diversificada, a deformação é amiúde tão grande que nem sequer é capaz de desenvolver, junto da agricultura de exportação, uma agricultura de consumo interno capaz de abastecer as necessidades de alimentação da população local. (CUEVA, 2023, p. 106).

Assim, segundo Cueva (2023), a centralidade dada nesse processo à atividade primário-exportadora fez com que também o desenvolvimento industrial dependesse de seus altos e baixos, que por sua vez dependia do movimento geral do capitalismo

internacional, aqui ainda caracterizado pelo imperialismo clássico. O autor afirma que isso gerou alguma ilusão de afrouxamento da dependência. Contudo:

[...] não podemos esquecer que o desenvolvimento do capitalismo não é outra coisa senão o desenvolvimento de suas contradições específicas, isto é, de um conjunto de desigualdades presentes em todos os níveis da estrutura social. Nesse sentido, sua modalidade de desenvolvimento na América Latina não constitui propriamente uma infração a regra, se não mais bem em uma realização “extremista” da mesma. (CUEVA, 2023, p. 111)

Em um plano mais geral, o continente chega a primeira metade do século XX com uma série de contradições acumuladas e desiguais. No âmbito político, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas, na maioria dos países, por regimes oligárquico-autoritários-populistas. Consequentemente, as lutas populares que germinaram nesse contexto possuem um forte conteúdo social e um caráter democrático, que em prol de tal conjuntura acabam convergindo também para uma luta anti-imperialista. Dois exemplos aqui interessantes são a expropriação da Standard Oil, na Bolívia e, na Guatemala, onde as forças populares conseguiram promulgar uma lei de reforma agrária em 1952, ocorreu a expropriação de grande parte das terras da United Fruit (CUEVA, 2023).

Nesse período o contexto político também é marcado pelas interferências norte-americanas sob a justificativa de frear a ampliação da influência comunista na região. Isso é aprofundado, segundo Cueva (2023), na década de 1960, com a participação e promoção de golpes de estado ditos “contrainsurreicionais”, como o golpe de 1964 no Brasil. De um lado, militares sob o julgo estadunidense, do outro, variadas guerrilhas. O continente se torna o que o autor chama de “barril de pólvora”, situação que se desenvolve ao longo dos anos de 1970. Posteriormente, as duas décadas seguintes são marcadas, primeiro pelos processos de redemocratização em vários países, especialmente no Cone Sul, e pelo início da implementação ampliada de políticas neoliberais.

Concomitantemente, ainda ao longo da década de 1970 e início da de 1980, os países de capitalismo avançado, que adotaram na sua grande maioria políticas keynesianas, especialmente quanto ao pleno emprego no pós Segunda Guerra, visando se recuperar do conflito e voltar seus índices de crescimento, entram em crise novamente. Países como Japão, Itália e Grã-Bretanha estavam em um momento de estagflação e o desemprego voltou a crescer rapidamente. Além disso:

[...] entre 1974 e 1979 o imperialismo [clássico]⁷⁰ sofreu também duros reveses políticos de cima a baixo do Terceiro Mundo⁷¹. Na Ásia se produziu uma contundente vitória dos movimentos de libertação do Vietnã, Laos e Camboja, com suas repercussões amplamente conhecidas. De maneira quase simultânea foram registrados na África os triunfos de movimentos de caráter similar na Angola, Moçambique e Etiópia, aos que se deve incluir a radicalização de regimes como o do Iêmen do Sul e, sobretudo da Líbia, e a definição anti-imperialista dos países da chamada “linha de frente”, com Zimbabwe à cabeça. Pouco depois, no Oriente Médio, a revolução islâmica de Khomeini se encarregava de esmagar em pedaços uma das peças-chave da dominação estadunidense na região: o poder do xá do Irã. Por fim, na América Latina assistímos ao triunfo sandinista na Nicarágua e das forças progressistas de Maurice Bishop em Granada. (CUEVA, 2023, p. 254)

Assim, como conclui Cueva (2023), estava se conformando uma nova correlação de forças e uma redefinição das então relações tradicionais entre os Estados imperialistas e os países coloniais, semicolonais e dependentes. Situação que para tais potências eram ameaças aos seus interesses e domínios espaciais. Em paralelo, o capitalismo central começava a superar a então crise, a partir da implementação e ampliação do modelo neoliberal (como vimos), mesmo mantendo problemas de forma estrutural, como o desemprego.

Aqui Cueva (2023) é bastante interessante para se perceber as ligações e proximidades entre o que foi colocado neste capítulo e o que se discutiu no capítulo um. Segundo ele:

A xenofobia, o racismo, o chauvinismo, a prepotência, todos esses reflexos amalgamados no subconsciente coletivo dos países de tradição colonialista e imperialista iam ser descarregados agora, furiosamente, sobre um Terceiro Mundo desprevenido. Estávamos, sobretudo, no pelourinho da “nova direita”, corrente ideológica e política que se estendia como uma mancha de óleo pelos países “avançados” do Ocidente. (CUEVA, 2023, p. 259)

Alguns dos principais exemplos (alguns já mencionados antes) são: Ronald Reagan (1980, 1984) e Bush (pai) (1988) nos Estados Unidos; Margaret Thatcher (1979, 1983 e 1987) na Grã-Bretanha; Helmut Kohl (1982) na Alemanha Ocidental; Yasuhiro Nakasone (1982) no Japão; etc. Por mais que Cueva (2023) quando escreveu seu livro apenas tenha se referenciado ao neoliberalismo como sendo um darwinismo social repaginado, ele aponta, ao pensar sobre essa “nova direita”, o que podemos entender

70 Comentário nosso.

71 Como mencionado na introdução, optamos por não usar esse termo (ou correlatos) e sim “periferia”. Mas, aqui nesse caso se reproduz como o autor da citação optou por utilizar.

como o substrato no qual foi possível o neoliberalismo ganhar muito da abrangência que tem hoje.

Cueva (2023) também identifica que essa ala do espectro político é fruto de uma perspectiva construída paulatinamente (como foi visto ao mencionar o Colóquio de Lippmann, entre outros), em resposta aos avanços socialistas, as reivindicações igualitárias dos países periféricos, as políticas de caráter keynesianas e seus altos gastos estatais e a contracultura dos anos de 1960. Aqui vale relembrar que foi na ditadura chilena, apoiada por Thatcher e Reagan, que o país do Cone Sul se converteu no “laboratório de testes” para implementação de políticas de caráter neoliberal.

Inicialmente, a estratégia era simples e mais ideológica: o governo dos Estados Unidos financiaria estudantes chilenos para aprender economia na mais reconhecidamente anti-comunista escola do mundo — a Universidade de Chicago. Professores e pesquisadores da universidade também seriam pagos para viajar até Santiago, a fim de conduzir pesquisas sobre a economia chilena e para treinar alunos e professores nos fundamentos do livre mercado. O reitor da Universidade do Chile não aceitou, mas a Universidade Católica, mais conservadora, aderiu ao projeto. Com o golpe em 1973 até por volta de abril de 1975, se retomou o antigo modelo de industrialização substitutiva, sustentada pelo aporte das divisas da mineração e com alguns traços de liberalização. A partir de 1980, se somou a privatização da previdência social, a diminuição drástica da capacidade de negociação dos sindicatos, a municipalização da educação básica e média, a criação de um setor privado da saúde e a municipalização dos prontos-socorros. A Constituição de 1980 coroou o modelo. Durante os últimos anos do regime o crescimento econômico foi praticamente zero, estagnação e propaganda ilusória de que o país estava abandonando o subdesenvolvimento. Mesmo com tudo isso, a doutrina dos Chicago Boys sobreviveu após a redemocratização (DÉLANO; TRASLAVIÑA, 1989).

Para Cueva (2023), toda essa cruzada se constitui, em primeiro lugar, em uma luta ideológica de revalorização do papel histórico do capital, da iniciativa privada e do mercado; e, em segundo lugar, uma luta política por poder. Obviamente a dinâmica política da América Latina não ficou alheia a essa nova virada. Assim como durante a

Guerra Fria, há uma continuidade das intervenções, porém agora mais em uma lógica do que se chama de guerra de baixa intensidade⁷², a exemplo do Plano Colômbia⁷³.

A década de 1980 também situa, mais especificamente, a América Central e o Caribe como os elos mais débeis da continuidade da dominação imperialista no Ocidente. Foi o território onde o desenvolvimento subordinado acumulou mais contradições. Cueva (2023, p. 270) cita como um primeiro exemplo o fato de o subcontinente abrigar muitos territórios ainda coloniais⁷⁴ da França, disfarçados de “territórios ultramarinos e departamentos”, como as Ilhas de Guadalupe e a Martinica, nas Antilhas⁷⁵.

Ou como o caso de Porto Rico: foi colônia espanhola até o final do século XIX, passando então para o domínio dos Estados Unidos. Até 1952 foi oficialmente colônia deste, depois foi classificado como “estado livre associado”, ou seja, tem governo e constituição próprios, território, capital, bandeira, etc., mas não é um país independente. Porto Rico pertence aos EUA, mas tem relativa autonomia interna. Dependem para defesa e relações exteriores, não tem nem passaporte nem moeda própria. Não possuem representantes no congresso estadunidense e não votam nas eleições presidenciais. Na prática são como cidadãos de segunda categoria⁷⁶. Nesse contexto, ao longo de sua história, o movimento independentista hora se ampliou, hora se retraiu. Em 2024, foi realizado um referendo sobre o status da ilha, a maioria votou por fazer de Porto Rico um estado dos Estados Unidos.

-
- 72 Financiamento, organização ou apoio logístico a grupos paramilitares e/ou mercenários visando interferir, assediar e/ou derrotar governos considerados revolucionários ou afins. Para uma definição mais aprofundada e origem da doutrina, ver: KREIBOHM, Magíster Patricia. **La Doctrina de la Guerra de Baja Intensidad: La formulación de una nueva categoría de conflicto. PADECEME.** Rio de Janeiro, nº 17, 1º quadrimestre, p. 73-74. 2008. <https://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/100/127>.
- 73 Acordo bilateral entre a Colômbia e os Estados Unidos, financiado pelo segundo, visando combater o narcotráfico. Para uma análise mais aprofundada do plano e os interesses dos Estados Unidos com ele para a região, ver: SANTOS, Francielly. **Plano Colômbia: sob a influência dos Estados Unidos da América do Norte no combate ao narcotráfico na América Latina.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Bacharelado em Relações Internacionais. Universidade Santa Cruz do Sul. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/540>.
- 74 Territórios não autônomos ou pendentes de descolonização também pode ser um termo encontrado e é utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para mais informações sobre outros territórios classificados assim, consultar: NO ES EL FIN DEL MUNDO. **117. Quedan colonias en el mundo?** Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1JtQPYkiRkxYM3i6jGvq6J?si=EA_H7q3NTBG0ueYGZ2qF8g. Acesso em: 22 set. 2024.
- 75 E a Guiana Francesa, na América do Sul. No caso dos britânicos temos as Ilhas Malvinas, por exemplo.
- 76 Ver dados em: NO ES EL FIN DEL MUNDO. **125. ¿Es Puerto Rico um país?**. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4aUJInohFQxgok9r12W8sK?si=n-9YYEKcTK2FCddomp5F7A>. Acesso em: 24 set. 2024.

Outro exemplo é o Panamá. Após uma conturbada independência (marcada por disputas entre a Colômbia e os Estados Unidos), o Panamá assinou o tratado Hay-Bunau Varilla, em 1903, permitindo o início da construção do Canal do Panamá, ligando o Atlântico ao Pacífico. No tratado, os Estados Unidos pagariam 10 milhões e garantiriam a independência do país em troca de concessão perpétua do canal e domínio da Zona do Canal. A obra foi concluída em 1913 e as tensões logo apareceram. O país estava praticamente dividido em dois (com zoneitas, ocupadas por militares estadunidenses e familiares, onde os panamenhos só podiam entrar com autorização e o Estado não tinha nenhuma soberania). Em 1977, foi assinado o tratado Torrijos-Carter, que previa a passagem gradual do controle do canal para o Panamá, finalizada apenas em 1999. Recentemente, a soberania da hidrovia voltou a ser contestada pelo reeleito Donald Trump, que no final de 2024 criticou as taxas cobradas de navios estadunidenses⁷⁷

Cueva (2023) cita as constantes tentativas de frustrar um desenvolvimento nacional autônomo por meio de sanções econômicas e por um reajuste global do sistema via capitalismo financeiro neoliberal, tendo como grandes marcas a austeridade (já mencionada anteriormente) e a dívida pública (compromissos financeiros com o exterior). Para deixar mais explícito como esses aspectos são continuidades de políticas exploratórias, sendo obstáculos para o desenvolvimento econômico desses países, mantendo uma lógica de dependência, com reflexos em suas democracias, os colocaremos em um tópico separado. Assim, para fins didáticos, no próximo tópico abordarei a Teoria da Dependência e no tópico seguinte trarei os exemplos das sanções e da dívida externa.

2.4-A Teoria da Dependência: aspectos gerais e o Grupo de Brasília

A partir dos anos 1960, o continente latino-americano foi palco para o surgimento e ampliação de posições e visões críticas ao desenvolvimento no âmbito econômico e social (posteriormente, também no ambiental), contribuindo com potentes análises. Uma das de maior destaque foi, e ainda é, a Teoria da Dependência (ACOSTA, 2016).

⁷⁷ BBC NEWS. **Como os EUA se apropriaram do canal do Panamá e por que tiveram que devolvê-los nos anos 1990.** 24 dez. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gl4qg0vpko>. Acesso em: 25 fev. 2025.

De início, é importante colocar que não existe apenas uma teoria da dependência, mas sim teorias. Existem vários enfoques de estudo. Optou-se por colocar no singular, pois apesar de mencionar brevemente alguns desses outros enfoques, esse capítulo se centra e adota para o entendimento geral da argumentação construída na tese a vertente marxista nas teorias da dependência, mais especificamente o enfoque do que se chamou de “Grupo de Brasília”.

Dito isso, também é importante ressaltar que algumas vertentes nas Ciências Sociais preferem estudar a dependência e o subdesenvolvimento como um paradigma ou uma perspectiva (SEABRA, 2019). Isso tem relação com algumas críticas sofridas posteriormente (trataremos um pouco disso aqui). Aqui opta-se por trabalhá-la como uma teoria. Uma teoria que ilustra o amadurecimento do pensamento social latino-americano, como a corrente de pensamento mais vigorosa que se desenvolveu no continente, como defende Bambirra (1986). E, como coloca Katz (2020, p. 95), alterou a agenda das Ciências Sociais na região.

[...] como todo movimento de ideias, a teoria da dependência foi um produto coletivo, resultado da crise do modelo de substituição de exportações e do movimento populista na América Latina. No interior do movimento, formaram-se várias correntes e orientações diferenciadas que vão se separar com o correr do tempo. (Santos, 1994 *apud* Wasserman, 2017, p. 116)

Segundo Katz (2020), as teorias da dependência se desenvolvem entre as décadas de 1960 e 1970, produto direto dos impactos da Revolução Cubana e dos limites do desenvolvimentismo (fracassou em diminuir as desigualdades advindas do processo de industrialização periférica) e da modernização do pós Segunda Guerra. Possui três vertentes de destaque: a marxista, com Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini⁷⁸; a visão metrópole-satélite, de Andre Gunder Frank; e a tese do desenvolvimento associado dependente, de Fernando Henrique Cardoso (que, principalmente por motivações políticas das quais iremos falar, acabou tendo maior destaque mesmo sendo a mais controversa)⁷⁹. Teve grande influência e orientação em

78 Os três tendo cursado mestrado na Universidade de Brasília e lecionaram no então Instituto de Ciências Jurídicas e Políticas. Posteriormente, com o programa de reintegração por anistia política de ex-docentes da UnB, os três voltaram, agora como docentes no então REL (Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais). Ruy Mauro Marini foi inclusive coordenador do mestrado em Ciência Política, entre 1988 e 1989. INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (UNB). **A Ciência Política em Brasília (1962-2019)**. S/d. Disponível em: <https://ipol.unb.br/quem-somos/a-ciencia-politica-em-brasilia/>. Acesso em: 22 set. 2024.

79 Outros autores fazem outras classificações e subdivisões no enfoque da dependência. Para uma síntese mais detalhada, consultar Seabra (2019).

organizações e partidos e na formação de dirigentes (BAMBIRRA, 1986). Mas, o que é essa categoria científica explicativa e como ela surge?

A dependência enquanto categoria se origina como uma crítica às explicações convencionais do desenvolvimento e o fracasso de soluções preconizadas para superar os obstáculos deste. Quem primeiro fez esse esforço de conceitualização geral foi Theotonio dos Santos (BAMBIRRA, 2023, p. 38; LÖWY, 2016). Löwy (2016), em um compilado de extratos de textos sobre o tema, mostra que foi ao tratar do subdesenvolvimento que Theotonio dos Santos definiu a dependência como a não realização das expectativas quanto aos efeitos da industrialização, característicos do desenvolvimentismo dos anos de 1950.

A dependência não é apenas reflexo de fatores externos, mas é também uma situação que atua sobre a realidade nacional e é determinada pelos componentes internos dessa realidade. Logo, o desenvolvimento é diretamente influenciado pela dependência, sendo esta um elemento fundamental para a explicação da história, das sociedades e da política na região. Ela é uma condição que configura estruturas internas, permitindo o entendimento de que o desenvolvimento é um fenômeno histórico mundial e intrinsecamente relacionado à expansão e consolidação do capitalismo. Ou seja, a ligação entre dependência e subdesenvolvimento não é um simples efeito, mas parte integrante e determinante (LÖWY, 2026, p. 401).

Assim, a primeira característica da dependência é que há um grupo de países que tem sua economia condicionada pela expansão e desenvolvimento da economia de outro grupo (KATZ, 2020). Uma relação de interdependência entre eles e entre esses e o comércio mundial, colocando um grupo em posição de atraso e/ou sob exploração de outro grupo dominante. Com isso, ela é baseada em uma divisão internacional do trabalho, entre produtores de matérias-primas diversas e produtores de manufaturas e tecnologia, gerando necessariamente desigualdades. Conforma-se um sistema internacional desigual, combinado e progressivamente mais interdependente (LÖWY, 2016, p. 403).

Ainda com base nos ensinamentos de “Dependencia y cambio social”, de Theotonio, Löwy (2016) coloca que o estudo do desenvolvimento nos países centrais resultou na teoria do colonialismo e do imperialismo e o estudo do desenvolvimento na América Latina deu origem à teoria da dependência. E a partir dos escritos de Ruy Mauro Marini: é a forma particular que o capitalismo dependente latino-americano adotou. Ou, como Katz (2020) coloca, uma teoria que dá atenção simultânea ao desenvolvimento das

forças produtivas e os resultados das disputas sociais. Enfoca uma dinâmica da acumulação que diferencia as regiões periféricas e aponta as modalidades de funcionamento específico do capitalismo dependente.

Assim como fez Connell (2012b) no que se refere a Teoria Social, Theotonio dos Santos considera limitados os enfoques dos autores clássicos da teoria do imperialismo, por conta do ponto de vista do qual partem. Então, por mais que a dependência faça parte do quadro global do imperialismo, ela tem uma realidade própria (SEABRA, 2019). A vertente marxista da teoria da dependência também se propõe com esse entendimento a ampliar a própria teoria do imperialismo. Além disso, a destacar como a consolidação das economias de capitalismo avançado se deu às custas das economias atrasadas e à dependência, não como estagnação, mas elo frágil do desenvolvimento.

A formação dessa teoria tem como característica inicial o esforço coletivo de se desprender do referencial desenvolvimentista, no intuito de encontrar não apenas uma alternativa teórica, mas também uma alternativa política a crise da industrialização por substituição de importações e da própria crise estrutural do capitalismo latino-americano. Assim, a gênese da teoria parte de três eixos geográficos de desenvolvimento dos debates sobre a dependência, relacionado ao encontro dos acadêmicos envolvidos: Brasil, Chile e México (SEABRA, 2019).

Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini são três brasileiros pioneiros na teoria da dependência e estruturaram uma análise não apenas econômica. Nas suas bases estavam propostas de integração latino-americana, ruptura com estratégias políticas de alianças com a burguesia nacional, convergência com tendências de um nacionalismo não conservador, crítica a interpretação liberal do atraso regional motivado pela absorção insuficiente da civilização ocidental ou devido a herança indígena e mestiçagem, a convergência gradual com economias avançadas como sendo uma falácia. Para essa perspectiva, há uma conexão, e não uma simples subordinação, com o capital estrangeiro. Incidindo também na dimensão política (KATZ, 2020, p. 85-86).

“[...] a Teoria da Dependência coloca é que as classes dominantes na América Latina, são, a um só tempo dominadas e, portanto, não têm e nem poderiam ter um projeto próprio de desenvolvimento nacional a oferecer ao conjunto da sociedade” (BAMBIRRA, 1986, p. 4).

Essa teoria foi influenciada por concepções da CEPAL, mas também teceram críticas a vários de seus diagnósticos. Também é bastante presente as abordagens sobre a incidência de multinacionais, a crescente integração global do capital, em uma lógica

de transferência de valor para os centros e a superexploração do trabalho como pano de fundo da dependência. Um dos principais pontos abordados são os desequilíbrios na reprodução dependente, a exemplo de uma combinação entre desequilíbrios comerciais, desajustes do endividamento e inflação na periferia (KATZ, 2020). Foi Vânia Bambirra quem melhor demonstrou esses desequilíbrios e diferenciações internas que não permitem trabalhar todos os países da região como homogêneos. Focar-se-á nela daqui a pouco.

Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Andre Gunder Frank, entre os anos de 1950 e 1960 foram centrais nos debates sobre a sociedade brasileira e as latino-americanas, conformando uma fundamental contribuição dentro das teorias da dependência, tendo reunido sua militância política e intelectual na então recém-criada Universidade de Brasília. Mantiveram sua produção no exílio por conta da ditadura de 1964, e mesmo depois do retorno ao Brasil, tiveram enormes dificuldades na reinserção na vida acadêmica e no debate nacional. Tendo obtido certo grau de reinserção apenas agora no início do século XXI. O chamado Grupo de Brasília, como ficaram conhecidos, são também mais um exemplo de como os saberes são inseparáveis das relações de poder (Wasserman, 2017).

O Grupo⁸⁰ deixou claro que não acreditava na inviabilidade do desenvolvimento capitalista na América Latina, mas sim em um condicionamento a partir da superação da dependência e um subdesenvolvimento fruto do caráter desigual e combinado do capitalismo – uma histórica submissão econômica e política. Eles partem de uma dupla crítica: rejeitam o modelo explicativo do desenvolvimento por etapas, assim como rejeitam o modelo explicativo do desenvolvimento a partir do controle nacional da atividade produtiva, podendo transitar de um desenvolvimento “para fora” para um “para dentro” (Wasserman, 2017, p. 127-128).

O Grupo de Brasília adotava um método de viés universalista, no sentido de leis gerais. Mas, isso não eliminou as diferenças entre esses autores. Gunder Frank tratou o subcontinente de uma forma mais homogêneos, enquanto Theotonio, Bambirra e Ruy Mauro apontavam para a heterogeneidade interna da região. Quem melhor trabalhou isso foi Bambirra.

80 Importante ressaltar também duas coisas: 1) esses autores já apontavam que, no Brasil, o processo de redemocratização conciliada com as forças armadas permitiu o aprofundamento do projeto neoliberal; contudo 2) sua leitura sobre neoliberalismo é limitada por uma perspectiva que entende o fenômeno como centrado na ideia de diminuição do Estado.

A economista, socióloga e cientista política brasileira começou sua carreira como docente em 1963, no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Com o golpe de 1964, precisou interromper sua carreira nacional e se exilar no Chile, onde foi convidada para lecionar no Centro de Estudios Socieconómicos (CESO) da Universidade do Chile. No Centro, formou-se um grupo de pesquisa sobre dependência liderado por Theotonio dos Santos. Nesse contexto ela escreve seu clássico *El capitalismo dependiente latino-americano*, publicado em 1972. Com o golpe no Chile em 1973, a edição de seu livro é confiscada e destruída pela polícia de Pinochet e ela é obrigada a se exilar novamente, dessa vez no México, onde sua obra é reeditada e passa a ter grande impacto no continente (SEABRA, 2013; LÖWY, 2016).

Segundo Wasserman (2017, p. 124), a ciência institucionalizada limita a imaginação científica⁸¹ e isso foi algo que a própria Bambirra tentou contornar em sua produção. Como coloca Seabra (2013, p. 451), a autora parte do pressuposto de que o capitalismo latino-americano assume formas específicas, sem negar leis gerais referentes ao sistema, configurando tipos específicos de capitalismo dependente. Ou seja, estabelece a relação entre estrutura e relações específicas de dependência.

Em sua principal obra, ela estuda as manifestações históricas específicas e o processo de transformação das estruturas dependentes, buscando a diferenciação de seus componentes internos através da agrupação em tipos (uma tipologia histórico-estrutural). Por um lado, essa opção metodológica buscou explicitar que não existe um condicionante absoluto, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais vão atuar uma série de contradições cujas interações, choques e lutas oferece alternativas e possibilidades históricas de ação e funcionamento (BAMBIRRA, 2013).

Por outro lado, visa apontar os pontos fracos de outras expressivas tentativas de tipologias, destacadamente a desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Segundo a autora supracitada, todas as tentativas tipológicas eram estruturadas segundo uma maior ou menos aproximação dos nossos países frente aos desenvolvidos, em uma concepção gradualista (e em certa medida, evolucionista) e muitas vezes tendo um conteúdo indiscutivelmente ideológico (BAMBIRRA, 2013).

Com o processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo central, ela parte de dois tipos de estrutura: 1) estruturas diversificadas, onde predomina o setor primário-exportador, mas já existe uma industrialização em expansão; 2) estruturas primário-exportadoras, onde a industrialização seria fruto da integração supracitada.

81 A colonialidade também atua no imaginário.

Com isso, os países que a autora identificou como tendo começado seus processos de industrialização⁸² antes do pós-guerra são: Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia. Esses seis países ao que ela chama de *países com início antigo de industrialização* ou o Tipo A (BAMBIRRA, 2013).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns países começaram um processo de industrialização, mas já em condições novas tendo em vista que este passou a se dar sob o controle do capital estrangeiro. São os chamados *países cuja industrialização foi produto da integração monopólica* ou Tipo B. Que são: Peru, Venezuela, Costa Rica, Guatemala, Equador, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Bolívia, Cuba, Honduras e República Dominicana. Por fim, ela ainda defende ser possível distinguir um terceiro grupo, o Tipo C ou *países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial*, que inclui o Paraguai, o Haiti e, em certa medida, também o Panamá. Seria necessário ainda realizar estudos específicos para cada um dos casos (BAMBIRRA, 2013).

Seabra (2013) destaca que essas tipologias foram indispensáveis para explicar os níveis de desenvolvimento na região e, principalmente, para o entendimento de porquê apenas em alguns países (no caso os de tipo A) surgiu uma burguesia industrial nacional com capacidade de oferecer um projeto próprio de desenvolvimento. A autora também nunca afirmou que tais tipologias seriam fixas, pelo contrário, frente às mudanças nos processos econômicos, políticos, sociais e/ou reorganização dos espaços de integração regional é preciso reavaliar e redefinir ou complementar tais tipologias. É por conta desse esforço de diferenciação interna da região que Vânia Bambirra teve maior ênfase nesse tópico do que Theotonio e Marini⁸³.

Para citar brevemente as outras duas vertentes de destaque mencionadas no início desse tópico: na visão metrópole-satélite, de Andre Gunder Frank, ele enfatiza a impossibilidade de se repetir o desenvolvimento clássico do capitalismo (Wasserman, 2017), a hierarquia global e a economia latino-americana como uma totalidade uniforme, que carece de autonomia e desenvolvimento interno (fonte das principais críticas por parte dos marxistas). Já Fernando Henrique Cardoso, apesar de inicialmente estar situado no mesmo campo, desenvolveu uma abordagem oposta. Em seu trabalho com Enzo Faletto, não se contrapõem a dependência ao desenvolvimento. Destaca que

82 Apenas para enfatizar: desde a Revolução Industrial o desenvolvimento de qualquer sociedade se dá pela indústria, está se converteu na base econômica do sistema social capitalista.

83 E também porque a autora é constantemente invisibilizada nos estudos e debates sobre a Teoria da Dependência.

ambos geram modelos diferenciados que possibilitam ou frustram o desenvolvimento a longo prazo. O que seria determinante para eles é o grupo na posição de condutor do Estado (atores políticos é que gerariam um ou outro modelo), a coesão social e a constituição de ordens legítimas. Com isso, a superação dos limites ao desenvolvimento viria por meio de maiores investimentos estrangeiros (KATZ, 2020).

Cueva (2023) foi um dos autores marxistas da região mais crítico das teorias da dependência, inclusive com várias polêmicas com o trio principal da vertente marxista. Para ele, Fernando Henrique Cardoso deixava de lado os processos históricos e sociais, entendia o povo como sujeito passivo em um continente convulsionado por resistências populares. Mas, a partir da década de 1980, participou de um reencontro teórico com Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e, especialmente, Ruy Mauro Marini, contribuindo para superar a contraposição que se tinha entre a primazia da abordagem interna ou externa do subdesenvolvimento (KATZ, 2020).

Na síntese de Marini com Cueva encontram-se os pilares de uma caracterização integral do *status* da América Latina. Partindo da condição subordinada e atrasada da região, essa visão permite distinguir três níveis de análise. No plano econômico, a região é subdesenvolvida em comparação com os países avançados. Na divisão internacional do trabalho, a América Latina ocupa um lugar periférico, em oposição à inserção privilegiada das potências centrais. No aspecto político, sofre dependência, ou seja, margens estreitas de autonomia [...]. (KATZ, 2020, p. 125)

Mas, ainda na década de 1980, com a consolidação das ditaduras na região, as teorias da dependência, especialmente a marxista, foram perdendo espaço. Lidos em África, Índia e em toda América Latina, as ideias do Grupo de Brasília nem se quer foram consideradas válidas para o cenário brasileiro⁸⁴. Claro que a situação da dependência se modificou de lá para os dias atuais, mas como coloca Wasserman (2017), a ponderação sobre readequações não invalida os esforços do arcabouço teórico que foi construído, especialmente quanto aos limites da inclusão e da participação nas democracias do continente frente a esse histórico.

Segundo Katz (2020), esse retrocesso não ocorreu por uma visão errônea da realidade, mas sim por conta das derrotas dos movimentos revolucionários, o refluxo dos projetos socialistas e o início da contrarreforma neoliberal⁸⁵ no continente. As

84 A primeira edição em português de *O capitalismo Dependente Latino-Americano*, de Vânia Bambirra, foi lançada apenas em 2012.

85 No Brasil, o pensamento neoliberal já havia vigorado entre 1930 e 1964, disputando com o pensamento desenvolvimentista a formulação das políticas econômicas (Wasserman, 2017, p. 43).

abordagens e conceitos entorno da dependência e da opressão imperialista, foram relegadas pelas Ciências Sociais⁸⁶ por razões políticas (Katz, 2020; Wasserman, 2017; Seabra, 2013; 2019), ou sendo substituídos por noções como interdependência e globalização, ou pelo ressurgimento de crenças e imaginários sobre capitalismo e liberdade⁸⁷.

[...] Fernando Henrique Cardoso ainda admitia vários caminhos para alcançar essa democratização. No entanto, pouco tempo depois, ele considerou que apenas as transições negociadas com as ditaduras abriam esse caminho. Por isso, ele participou ativamente na gestação das democracias tuteladas que, nos anos 1980, garantiram a continuidade do esquema econômico neoliberal inaugurado por essas tiranias. A partir desse enfoque, Cardoso promoveu as transições pós-ditatoriais como o marco político ideal para atrair capital estrangeiro. Iniciou uma fervorosa reivindicação do neoliberalismo e suas divergências com a esquerda se concentraram em torno dessa apologia. As avaliações díspares sobre a dependência foram relegadas como um problema do passado. Fernando Henrique Cardoso também se distanciou da Cepal [...]. É verdade que, diferentemente do desenvolvimentismo, ele captou a conversão das velhas burguesias nacionais associadas, mas nunca se arrependeu ou questionou essa virada. Ao contrário, ele a reivindicou como um caminho de sucesso para a prosperidade latino-americana. Nesse período, Cardoso introduziu a Fundação Ford no ambiente acadêmico e incentivou o financiamento privado das Ciências Sociais. Cortou todas as referências aos problemas discutidos com Marini [...]. (KATZ, 2020, p. 106-107)

E Wasserman (2017) complementa:

[...] à medida que seus opositores venceram a disputa no plano das ideias, entre outros motivos, por ocuparem destacadadas posições de poder, tanto no interior do campo cultural e acadêmico quanto no plano político. A própria paternidade ou maternidade da teoria da dependência lhes foi arrebatada e atribuída a um de seus opositores, poderoso e vencedor, na universidade e na política, Fernando Henrique Cardoso, na companhia de Enzo Faletto. (Wasserman, 2017, p. 11)

O que se percebe é que, como aponta Wasserman (2017), os debates que vêm polarizando a vida política no Brasil e na América Latina nas últimas décadas apontam para projetos distintos do que o Grupo de Brasília propôs enquanto ruptura com a dependência filosófica, teórica, epistemológica, econômica e cultural. Mesmo em

86 Ao contrário do que ocorreu em outros países da região, como o Chile e o México.

87 Outro exemplo importante desse fato está em Seabra (2013, p. 450) quando ele afirma: “[...] o papel desempenhado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), sob a direção de Fernando Henrique Cardoso, em meados dos anos 1970, que, sem pudor, desqualificou as obras de outros autores sobre a dependência, como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos; e, também, a recolonização da intelectualidade brasileira e latino-americana em meio à ofensiva neoliberal [...]”.

momentos de uma hegemonia de governos progressistas, como no caso da chamada Onda Rosa, o projeto neoliberal se mostrou contínuo e/ou com novas roupagens. Tratarei disso logo mais no capítulo seguinte. Recuperar a temática da dependência é fundamental tanto para desfazer incompreensões e falsificações, como para propostas explicativas mais robustas e com lastro nas nossas realidades periféricas.

2.5-Mecanismos de manutenção da dependência e entraves ao desenvolvimento: sanções, dívida pública e cortes de austeridade

Como venho tentando construir ao longo dos dois últimos capítulos, tanto antes como agora não é possível falar em práticas neoliberais na periferia latino-americana do capitalismo sem se falar de dependência. E não é possível falar de dependência sem se falar de imperialismo. Talvez aqui o exemplo mais visível da correlação entre entraves ao desenvolvimento/dependência/imperialismo sejam as sanções econômicas, especialmente na nossa região, aquelas praticadas pelos Estados Unidos.

Essa prática, utilizando-se de ferramentas comerciais e financeiras, funciona como instrumento de pressão política e demonstração de poder, especialmente por parte dos Estados Unidos no caso do nosso continente. Tais ferramentas também usadas por outras potências e pelas Nações Unidas (ONU). Essa forma de coerção foi instrumentalizada visando mudanças de comportamento por parte dos países-alvos. A justificativa dos países que as utilizam é o combate ao terrorismo e outras atividades criminosas, combate a proliferação de armas nucleares, defesa dos direitos humanos, combate a (supostas) ditaduras, etc. Depois da Primeira Guerra mundial passaram a ser vistas como uma alternativa liberal e mais branda às guerras (MENEZES e ALMEIDA, 2023).

Efetivamente, se impõem a um país-alvo medidas como de oferta e distribuição de crédito, restrição comercial e financeira, bloqueios comerciais, tarifas, dentre outros. Como consequência local observa-se a diminuição do PIB (Produto Interno Bruto) ao longo do tempo, redução do bem-estar econômico, aumento de níveis negativos de pobreza, redução da qualidade de vida dos cidadãos, imposição do dólar, etc. (MENEZES e ALMEIDA, 2023).

Os EUA adaptaram sua política de sanções para uma sofisticada política que contempla o acesso ao seu sistema financeiro doméstico

com repercussão sobre todo o sistema global de finanças. Essa mudança se deu a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O novo instrumento de sanções passou a funcionar com o acesso aos dados da Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications (SWIFT), bem como a operacionalização da Seção 311 do Ato Patriota. (MENEZES e ALMEIDA, 2023, p. 213)⁸⁸

Adicionalmente, no primeiro mandato de Donald Trump, ele impôs ao Canadá e ao México renegociações do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), que beneficiavam os estadunidenses. Dois casos marcantes de sanções de caráter econômico para a nossa região são: Venezuela e Cuba. Começo pelo segundo.

Consenso entre democratas e republicanos, durante mais de 60 anos os Estados Unidos adotam bloqueios e sanções à Cuba. Essa é uma tática de guerra antiga, mas com a crescente integração da economia capitalista ela tomou uma maior dimensão, tendo em vista a interligação das cadeias de valor hoje, sanções funcionam como claras táticas para asfixiar economias locais.

Em 1958, o então presidente estadunidense Dwight Eisenhower já havia decretado embargo parcial (focado na compra de armas) contra Cuba tendo em vista suas desavenças com o então ditador Fulgencio Batista, mas a ilha continuava sobre controle estadunidense. A grande maioria da população era pobre, rural e analfabeta. Nas cidades, o carro chefe eram hotéis e cassinos para satisfazer grandes empresários estadunidenses. Nesse cenário eclode a Revolução em 1959. A ditadura de Fulgencio Batista cai e logo no primeiro ano, o governo revolucionário passa a decretar e implementar a reforma agrária, que confiscou terras de vários empresários e latifundiários estadunidenses, o que irritou o governo e a elite do norte.

Em 1961, Eisenhower rompeu relações diplomáticas com a ilha e intensificou as sanções econômicas. Reduz-se drasticamente a importação de açúcar, produto responsável por mais da metade das receitas internacionais de Cuba. Nesse período também se passou a proibir a exportação de petróleo para a ilha caribenha e deu-se o início dos preparativos para a então Invasão da Baía dos Porcos, uma ação militar dos grupos contrarrevolucionários financiados e apoiados pelos EUA, mas derrotada pelo regime de Fidel Castro.

88 Um exemplo bastante recente são as sanções por parte dos Estados Unidos nos conflitos entre Rússia e Ucrânia. Mais informações podem ser consultadas, por exemplo, em: CARTA CAPITAL. **EUA anuncia mais sanções contra Rússia pela guerra na Ucrânia.** 12 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/eua-anuncia-mais-sancoes-contra-russia-pela-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 22 set. 2024.

Em 1962, no início do então governo de John Kennedy, ele aprovou o chamado Ato de Assistência Internacional, proibindo qualquer ajuda ou financiamento a Cuba. As viagens de estadunidenses à ilha foram proibidas após a Crise dos Mísseis, dentre outros impactos posteriores para o turismo local, também importante fonte de receitas.

As relações comerciais e financeiras de Cuba com os Estados Unidos e os demais países capitalistas praticamente deixaram de existir, consolidando sua integração com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (o que neutralizava parcialmente o bloqueio) e seu posicionamento durante a Guerra Fria.

Conduto, com a queda da URSS, a ilha perde seu principal aliado político e econômico. Nos três primeiros anos da década de 1990, seu PIB tem queda de 30%, perde 70% de suas receitas em exportação e é obrigada a cortar suas importações em mais de 50%, conduzindo a uma forte escassez de vários produtos e alimentos⁸⁹. Cuba precisou abrir parcialmente sua economia para investimentos privados, especialmente em turismo.

Em 1993, tanto do governo de Bill Clinton como o de George W. Bush (pai) deram continuidade as medidas e acrescentaram normas que permitiam penalidades para qualquer país ou companhias estrangeiras que comercializassem ou fizessem operações financeiras com Cuba (configurando o chamado “Período Especial”, uma das maiores crises sofrida pela ilha). Ao mesmo tempo, houve incentivos para cubanos que quisessem migrar para os Estados Unidos. Foi especialmente nesse período que uma elite cubana se mudou para a Florida e começou a ganhar espaço e influência política no Partido Republicano⁹⁰. E em 1996, a Lei Helms-Burton cortou o fluxo de investimento estrangeiro.

Apenas em 2014 o próprio executivo estadunidense começa a reconhecer que a estratégia de embargos ao longo dos anos não surtiu o efeito esperado (derrubar o regime socialista). O então presidente Barack Obama retoma relações diplomáticas com o regime, flexibiliza medidas comerciais e tira Cuba da lista de países que (supostamente) financiam o terrorismo.

Mas, com o primeiro mandato de Donald Trump, o republicano coloca novamente a ilha na lista (Joe Biden, nos últimos dias de mandato presidencial, já em

89 OPERA MUNDI. **Tudo sobre a história do bloqueio dos EUA contra Cuba, com Breno Altman.** 20 jul. 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/20-minutos/tudo-sobre-a-historia-do-bloqueio-dos-eua-contra-cuba-com-breno-altman/>. Acesso em: 22 set. 2024.

90 Dados extraídos de reportagem no site Brasil de Fato. Ver em: BRASIL DE FATO. **Bloqueio dos EUA a Cuba: o que você sabe sobre isso?** 1 set. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/weSulQql2ZU?si=gYt6WxpmWrlV7rK>. Acesso em 22 set. 2024.

2025, retira o país da lista novamente, o que deve ser revertido pelo segundo mandato de Trump) e acrescenta 243 novas sanções econômicas (MENEZES e ALMEIDA, 2023). Só em 2020, Cuba teve 11% de retração do seu PIB (crise intensificada pela pandemia de COVID-19). Em 2024, a ilha passou por uma de suas maiores crises energéticas, consequência direta das sanções as empresas que levam combustíveis para suas centrais termoelétricas (sanções também contra a Venezuela impactaram drasticamente a produção do petróleo fornecido à Cuba) e da impossibilidade de crédito com instituições como o FMI para modernização e desenvolvimento de sua infraestrutura, tendo em vista o voto preferencial e influência dos Estados Unidos na instituição⁹¹.

O preço das importações para Cuba é mais alto, tendo em vista que as empresas vendedoras podem sofrer embargo dos Estados Unidos. Como o sistema global de pagamentos funciona via dólar e com hegemonia de instituições norte-americanas ou europeias, uma simples transação bancária é mais difícil na ilha.

Todo esse contexto tem, como também o é em outros países afetados, como consequência altos índices migratórios, desabastecimento de itens alimentares, médicos, dentre outros que afetam diretamente a qualidade de vida da população local. Em 2021, na 29^a votação da Assembleia Geral da ONU, quando discutido a questão do bloqueio à Cuba, 184 países apoiaram a resolução que pedia o fim deste. Apenas os EUA e Israel votaram contra⁹². O bloqueio ainda está de pé, assim como também está com relação a Venezuela.

Um estudo do periódico estadunidense Washington Post descobriu que o governo dos Estados Unidos está atualmente aplicando sanções ilegais e unilaterais contra um terço dos países do mundo, com 60% das nações mais pobres sob sanção. Tendo também enormes impactos sobre várias categorias de direitos⁹³. A situação que temos hoje na Venezuela, um país rico em petróleo, no que se refere à bloqueios, sanções econômicos e tentativas de golpe é reflexo disso, mas tem início ainda em 1998,

91 Ver mais dados em: OPERA MUNDI. **Grande mídia omite ligação entre sanções dos EUA e crise energética em Cuba.** 28 out. 2024. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/grande-midia-omite-ligacao-entre-sancoes-dos-eua-e-crise-energetica-em-cuba/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

92 Mais dados disponíveis em: JONES MANOEL. **Imperialismo, bloqueio econômico e a situação de Cuba.** 25/07/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0MkDeJNq7w>. Acesso em: 22 set. 2024.

93 OPERA MUNDI. **Vijay Prashad: Venezuela enfrenta um teste neste domingo.** 25 jul. 2024. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2024/07/25/vijay-prashad-venezuela-enfrenta-um-teste-neste-domingo/>. Acesso em: 22 set. 2024.

quando Hugo Chávez ganhou a presidência como o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela).

De lá para cá, especialmente a partir de 2014, quando entra na presidência Nicolás Maduro (PSUV), essas medidas fazem parte das ações dos Estados Unidos, mesmo com diferentes presidentes, para tentar interferir no regime político venezuelano. Um exemplo é que o país ficou impedido de realizar transações internacionais com o dólar estadunidense, o que aumentou os gastos cambiais do Estado em 20 bilhões, levando a uma perda imensa no poder de compra. Ou seja, em um país onde cerca de 80% do consumo interno é suprido com produtos importados, perder poder de compra tornou-se automaticamente um problema no abastecimento nacional. Outro impacto é que por conta da dificuldade de compra de peças para a manutenção da infraestrutura e de químicos usados no refino do petróleo, a indústria petrolífera, carro-chefe do país, diminuiu sua produção. Em 2020, previa-se US\$ 30 bilhões em prejuízo anual com conta do bloqueio⁹⁴.

Frente a situação, o país sul-americano já denunciou os Estados Unidos na Corte Penal Internacional por crime de lesa humanidade, mas sem muitos resultados. A justificativa para o bloqueio e as sanções seria a existência de um governo autoritário e de eleições fraudadas. Contudo, em um mundo onde a geopolítica atual é marcada por tensões referentes ao controle das fontes de recursos naturais, pela exploração do trabalho e mercados, impactando diretamente nas experiências democráticas, vale chamar a atenção para o fato de que entre 2014 e 2020 foram onze tentativas de golpe de Estado realizadas na Venezuela pela oposição de extrema direita, com participação direta de atores internacionais – La salida (2014), Golpe Azul (2015), La espada de Dios (2016), Operación David e Génesis (2017), tentativa de assassinato (2018), Operación Libertad, Aurora, Vuelan Caras e Venezuela Live Aid (2019), Operación Gédon (2020).

Em 2024, Maduro se reelegeu em um processo conturbado, e foi reconhecido por China, Rússia e Irã, entre outras nações. Enquanto os Estados Unidos, a União Europeia, Israel, entre outros países reconheciam como vencedor Edmundo González, o candidato, dentre os vários que concorreram ao pleito, que se destacou como principal concorrente. Esse jogo de posicionamentos, evidencia muito menos uma genuína

94 Dados obtidos em: BRASIL DE FATO. **Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe.** 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>. Acesso em: 22 set. 2024.

preocupação com a democracia ou os direitos humanos por parte de países centrais, destacadamente os Estados Unidos e sua velha perspectiva de tutela sobre nós. Ele se inscreve muito mais no confronto geopolítico e econômico contemporâneo. A continuidade e o endurecimento das sanções⁹⁵ internacionais têm custos altos para o país.

Há o impedimento da recuperação pela qual vinha caminhando a economia, chave para a legitimação interna do chavismo frente a períodos de crise social e material, levando inclusive a milhões de migrantes rumo aos Estados Unidos⁹⁶. Com a exposição breve desses dois exemplos, podemos passar agora a um outro foco desse subtópico.

A história é um constante movimento. Novas estratégias surgem e/ou se adaptam, sem necessariamente excluir as anteriores. Hoje, no ápice do capitalismo neoliberal financeiro, outras práticas se destacam e ganham um verniz de legitimidade via um discurso tecnicista (como mencionado em capítulo anterior) que adentra e é aceito nos mais variados pontos do espectro político.

A chamada financeirização (primazia do capital portador de juros em detrimento do capital industrial), ganha amplo espaço com a crise dos anos de 1970 nos países de capitalismo central. Como coloca Cueva (2023, p. 280), uma superacumulação canalizada como empréstimos, especialmente para países subdesenvolvidos. No início dos anos de 1980, a América Latina em conjunto devia mais de 330 bilhões de dólares. Em 1988, a região transferiu para o exterior mais de 29 bilhões de dólares, aproximadamente 4% do Produto Interno Bruto (PIB) da região (Ibid., 2023, p. 282).

Mas esse fenômeno é mais antigo. Desde o século XIX, a financeirização é refúgio do sistema para lidar com suas “naturais” crises cíclicas. A diferença agora são as proporções. Financeirização, neoliberalismo e imperialismo acabaram por se integrar em uma tríade, um “casamento poliamoroso”, avançando em busca de desregulamentação, abertura comercial e financeira e enfraquecimento de Estados nacionais e respectivas legislações trabalhistas e ambientais. Tudo isso através de instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização Mundial do Comercio (OMC), Banco

95 Só os Estados Unidos, entre 2014 e 2019, publicaram sete ordens executivas e duas leis sancionando a Venezuela (MENEZES e ALMEIDA, 2023).

96 OPERA MUNDI. **Fraude e novas sanções contra Venezuela: reflexos do confronto geopolítico contemporâneo.** 4 dez. 2024. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/fraude-e-novas-sancoes-contra-venezuela-reflexos-do-confronto-geopolitico-contemporaneo/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Mundial (BM) (FURNO, 2022). Operando uma drástica redistribuição regressiva de renda e erosão de salários (CUEVA, 2023).

Nesse contexto, a financeirização, por um lado, acentua e amplia a distribuição desigual de renda e riqueza. Por outro, o crescimento de investimentos financeiros gera crescimento de dívidas, como as dívidas soberanas (dívidas públicas). Assim, no plano econômico, as finanças se tornaram o modo de existência e reprodução do neoliberalismo, tendo como face mais atual o binômio austeridade/dívida pública, reforçado por transformações institucionais nos Estados e caracterizam uma reconfiguração para novas formas de atuação imperialista (FURNO, 2022).

Esse novo regime, como vimos, demandou um novo receituário político, onde fica cada vez mais difícil adotar e manter políticas e metas sociais e de desenvolvimento nacional autônomo. Limitando a atuação de governos, independente de em qual espectro político estejam, e incidem negativamente sobre os regimes democráticos, se mostrando incompatíveis mesmo em entendimentos minimalistas de democracia, como proposto em Tavares e Ramos (2018) e Tavares e Silva (2020).

Assim, Forno (2022) aponta que o neoliberalismo é uma nova etapa do imperialismo, que por sua vez também comporta fases que são reflexos das transformações históricas. Obviamente, na passagem do século XX para o XXI existem diversas diferenças conjunturais e estruturais em relação ao período anterior, assim como também ocorre com o processo de globalização. Tendo isso em mente, acrescento ao que foi afirmado pela autora, que, ao menos na periferia do sistema, essa etapa pode ser lida como um movimento “superior”⁹⁷ do imperialismo, de ápice de ampliação e mercantilização de todas as esferas da vida, um fenômeno para além do econômico e político, mas também social e subjetivo, se concretizando como projeto civilizatório. O neoliberalismo, assim como o imperialismo, compõe um fenômeno mais amplo que é o próprio capitalismo. Ele opera junto, mas tem suas especificidades (um não é sinônimo do outro).

Estamos em um novo ciclo de imposições financeiras, produtivas e militares. Um novo padrão de dominação via abertura comercial, financeira e com arcabouço macroeconômico restrito, aumentando as desigualdades e o subemprego e se

97 Aqui o leitor pode se perguntar se tal afirmação se mantém de pé frente ao que se convencionou chamar de pós-neoliberalismo: agenda e políticas dos governos do “giro à esquerda” que marcou a região latino-americana na primeira década do século XXI. Trataremos de forma mais específica esse fenômeno no capítulo três, mas defende-se que, apesar de avanços, ele não funcionou como um contraponto ao neoliberalismo na região.

apropriando cada vez mais de áreas e bens comuns (aqui a América Latina se torna uma região estratégica com todas as suas reservas naturais⁹⁸) (FURNO, 2022).

Governos (seja no âmbito interno ou entre países) competem para oferecer concessões fiscais ao capital estrangeiro globalizado para atrair suas indústrias para seus territórios, além da adoção de um discurso da chamada responsabilidade fiscal e de necessários cortes em despesas sociais. Todos esses elementos sendo, supostamente, indutores de desenvolvimento, crescimento e melhor distribuição de renda (FURNO, 2022). Contudo, concretamente, o que se tem é que o discurso de uma disciplina fiscal apenas atua como mecanismo de chantagem, especialmente política, disfarçada de equilíbrio.

[...] as políticas recomendadas pelos organismos multilaterais sob domínio dos países atualmente desenvolvidos não promovem o desenvolvimento econômico tal qual como propugnado por eles. Tanto as condicionalidades econômicas, políticas e as ligadas à governança buscam assegurar um ambiente favorável à iniciativa privada e manter os países compromissados com a agenda do ajuste estrutural e da austeridade. A partir da noção de “boa governança” difundida pelo Banco Mundial no começo dos anos 1990, os países periféricos deveriam esforçar-se para empreender reformas estruturais em seus Estados – que se estendem no tempo para além dos governos -, a fim de dotá-los de uma nova institucionalidade capaz de promover a eficiência, a racionalidade econômica, marco regulatório, reforma institucional e administrativa, além de “fortalecer” a democracia em consonância com a ordem liberal mundial [...]. (MENEZES e ALMEIDA, 2023, p. 9-10)

Essa ideia de governança, segundo Piñera (2019), se desenvolve mediante um controle de espaços multilaterais, de restrições, obstáculo e/ou estímulos aos países para se adequarem a certos princípios, regras e normas que segue a perspectiva do mercado como princípio de atribuição de recursos. Sela-se uma nova aliança, exemplificada bem com a crise de 2008, onde se preferiu proteger bancos ao invés dos cidadãos. Se reformulam relações econômicas, políticas e sociais.

Assim, os mecanismos através dos quais se implementam o global no cenário local acabam se configurando como formas predatórias e instrumentos complexos de políticas públicas e avanços tecnológicos, financeiros e de mercado. O maior ou menor grau de influência neoliberal no interior de cada Estado depende em grande medida da sua capacidade ou não de sustentar política e ideologicamente a sua autonomia frente ao

98 A título de exemplo, vale relembrar que o continente americano possui o maior percentual de reservas de água doce do mundo, inclusive abrigando os maiores aquíferos do mundo: Guarani (abarcando Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) e Alter do Chão, na Amazônia. Reflexo desse cenário foi a já citada na introdução Guerra da Água, na Bolívia, em 2000.

sistema internacional. Por isso a dívida, destacadamente por meio de ajustes de gastos e austeridade, pode ser entendida como uma condição que possibilita o global no local (PIÑERA, 2019). Um problema que é histórico para a periferia no geral, já que desde os processos de independência ela figurou como novo vínculo econômico e político com as metrópoles (CANTAMUTTO e FELIZ, 2021).

A dívida é outro mecanismo de dependência, cuja continuidade permite consolidar essa condição. O pagamento da dívida envia valor para os países centrais, obrigando-os a intensificar mecanismos compensatórios na economia dependente: a superexploração da força de trabalho - e com ela, a precariedade do trabalho de cuidado e do trabalho doméstico - e a devastação dos bens comuns. [...] Argumentamos que a sustentabilidade da dívida se opõe à sustentabilidade da vida, ao forçar um aprofundamento da dependência.⁹⁹ (CANTAMUTTO e FELIZ, 2021, p. 2) (tradução nossa)

A lógica da dívida e da responsabilidade fiscal funciona como legitimação de um modelo de desenvolvimento e crescimento por meio de endividamento internacional e sem autonomia, subordinado aos ciclos de crédito mundial, determinado pelos países centrais (CANTAMUTTO e FELIZ, 2021). Elas compõem as condições de manutenção da espoliação de países periféricos (PIÑERA, 2019).

O caso argentino é bastante ilustrativo aqui, como salientam Cantamutto e Feliz (2021). A dinâmica da dívida na Argentina faz parte de um já longo processo, iniciado com as reformas neoliberais (desregulação, flexibilização, etc) implementadas pela última ditadura (1976-1983). Desde então, não deixou de ser um problema sistemático, oscilando em todos os governos posteriores. Em 2010, visando o retorno ao mercado internacional de capitais, o país avançou para um não confronto com o mundo financeiro. Entre 2015 e 2019, Mauricio Macri governou o país e adotou fortes medidas neoliberais, apoiada por banqueiros, industriais, ruralistas e pela mídia local sob a justificativa de solução para o desenvolvimento. As camadas mais pobres da população foram as mais atingidas. Uma das primeiras medidas tomadas pelo então presidente foi cortar o subsídio sobre as taxas de água, luz e gás, reforma na previdência e diminuição no reajuste de aposentadorias¹⁰⁰. No fim de 2019, Alberto Fernández, candidato de

99 No original: “La deuda es un mecanismo más de la dependencia, cuya continuidad permite consolidar esta condición. El pago de la deuda remite valor hacia los países centrales, forzando a intensificar mecanismos compensatorios en la economía dependiente: la superexplotación de la fuerza de trabajo -y con ésta, la precarización de las labores de cuidado y trabajo doméstico- y la devastación de los bienes comunes. [...] Argumentamos que la sostenibilidad de la deuda se opone a la sostenibilidad de la vida, por forzar una profundización de la dependencia.”

100 BRASIL DE FATO RJ. **As políticas neoliberais de Macri na Argentina.** 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/04/26/as-politicas-neoliberais-de-macri-correm-a-argentina>. Acesso em: 22 set. 2024.

oposição peronista, assumiu o executivo. Ainda assim, o discurso oficial foi organizado desde o início com a proposta de restaurar a sustentabilidade da dívida. Em 2020, o FMI declarou que a dívida da Argentina não era sustentável, que uma reestruturação era necessária. Apoiando o FMI, se somaram as Nações Unidas e até o então Papa Francisco, além de economistas e intelectuais. Por fim, o Congresso acabou aprovando a Lei de Recomposição da Sustentabilidade da Dívida Pública, com o voto de todo o espectro político, exceto a esquerda trotskista.

A dívida e sua parceria com o discurso da adoção necessária de políticas de austeridade e de zerar a dívida pública como sendo a única solução possível para um país ter uma economia equilibrada, que cresça, que se desenvolva, é reflexo de um ideário técnico neoliberal que cada vez mais exclui a política como possibilidade de disputa e do próprio debate sobre o peso da dívida, sua validade, as relações internacionais que a sustentam e as limitações que coloca para a garantia de direitos (PIÑERA, 2019; CANTAMUTTO e FELIZ, 2021).

Além disso, ela se converte em mecanismo de pressão sobre o sistema político local, a exemplo da cobrança de reformas estruturais. Nessa lógica, a medida em que as economias periféricas se expandem, mais recursos são destinados a pagamento da dívida ao invés de financiar algum desenvolvimento e crescimento nacional, em uma outra forma de também asfixiar uma dada economia¹⁰¹ (CANTAMUTTO e FELIZ, 2021).

“[...] a dívida impõe limites à capacidade do Estado de garantir direitos por meio de gastos. Não apenas pelas recomendações sistemáticas de equilíbrio fiscal que bloqueiam possíveis expansões de gastos – mesmo financiados por emissão – mas porque os pagamentos em moeda estrangeira representam uma extração de valor do sistema econômico nacional. Ou seja, a ideia de sustentabilidade do acordo é bastante limitada, baseada em poucas medidas macroeconômicas que não consideram nossas vidas e direitos, nem o perfil estrutural da economia nacional. A promessa de pagamento reduz o espaço político

101 Isso não ocorre sem oposições e resistências. As formas de resistência contra a financeirização da economia e da sociedade e a centralização dos mercados financeiros, possuem diferentes formas (movimentos antidívida no México, no Chile, na Polônia, etc; movimentos de ocupação, como nos Estados Unidos, etc.). Mas, os conflitos entorno da dívida ainda é um campo de pesquisa iniciante. Para um melhor detalhamento sobre o tema, consultar: GONZÁLEZ-LÓPEZ, Felipe. Society against markets. The commodification of money and the repudiation of debt. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, V. 11 (1), jan. abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/S93F8FBMHL7j3wSQ6YBpnVs/>.

para alterar isso.¹⁰² (CANTUMATTO e FELIZ, 2021, p. 15) (tradução nossa)

Segundo Bambirra (1987), o problema da dívida se coloca inicialmente na América Latina a partir ainda dos anos de 1950. Não por uma aleatoriedade, mas pelo fato de que as burguesias industriais chegam ao poder e passam a desenvolver e implementar políticas de industrialização. Contudo, com o pós Segunda Guerra e a hegemonia norte-americana como maior potência mundial, seus interesses em investimentos se voltam para países latino-americanos que já possuíam uma base industrial, destacadamente Brasil, Argentina e México. Em contrapartida, se estabelece a necessidade de implementar as políticas econômicas do FMI (contenção de gastos fiscais, de salários, etc).

O capital dependente precisa do capital estrangeiro, mas o capital estrangeiro está arrebentando com o capitalismo dependente. Então, o capital vai embora. Então, tem que se pedir empréstimos ou “ajuda” aos governos. E sobre estes empréstimos vamos pagando juros e juros e mais juros (BAMBIRRA, 1987, p. 4)

Mas, é principalmente a partir da década de 1980, também chamada de a “década perdida”¹⁰³, que a situação desanda definitivamente. Somada à manutenção de atitudes coloniais e imperialistas temos a então chegada do neoliberalismo imposto pelo FMI, acentuando a dependência da região. A dívida externa passou a ser não só uma das faces desse novo sistema de espoliação para as potências hegemônicas, mas também passou a ser um extraordinário instrumento de poder político.

O crescimento e o aprofundamento de crises econômicas intensifica crises políticas e sociais (CANTUMATTO e FELIZ, 2021). Governos democraticamente eleitos se distanciam de seus eleitores, seus princípios ideológicos e programas de campanha frente a tal receituário. A insatisfação social aumenta (especialmente com

102 No original: “[...] la deuda pone límites a la posibilidad del Estado de garantizar derechos por la vía del gasto. No solo por las recomendaciones sistemáticas de equilibrio fiscal que bloquean posibles expansiones del gasto – incluso financiadas por emisión-, sino porque los pagos en moneda extranjera suponen una exacción de valor del sistema económico nacional. Es decir, la idea de sostenibilidad del arreglo es más bien acotada, basada en escasas medidas macroeconómicas que no consideran nuestras vidas y derechos, pero tampoco el perfil estructural de la economía nacional. La promesa de pago reduce el espacio de la política para alterar esto.”

103 Também entendida como crise do endividamento, marcando vários países do Sul global e abrindo oportunidades para imposição de constrangimentos para adoção de medidas neoliberais de abertura de mercado (MENEZES e ALMEIDA, 2023, p. 11).

cortes de austeridade¹⁰⁴), assim como a desconfiança no sistema partidário e a soberania se limita (CUEVA, 2023).

A dívida funciona como um mecanismo central de vínculo entre as lógicas atuais do capitalismo financeiro e do neoliberalismo. Ela é um dispositivo para a governança neoliberal. E as políticas locais se constroem como adaptação a essa lógica e vínculo (PIÑERO, 2019, p. 11). Isso pode ser notado nos cortes orçamentários promovidos pelo atual presidente argentino Javier Milei ou na proposta de veto que garante o financiamento das universidades públicas, como a Universidade de Buenos Aires, a maior do país. O executivo vem alegando que os cortes orçamentários do atual plano econômico visam o equilíbrio fiscal, além de acusarem as instituições de serem locais de doutrinação da esquerda¹⁰⁵ (aos moldes do que Brown (2019) discute). Vários protestos foram organizados e vem ocorrendo no país (não só com a temática da educação).

Frente a esse nada promissor cenário, gestou-se cada vez mais a necessidade de os países periféricos traçarem novas alternativas e arranjos a partir de suas experiências comuns de dependência, frente a um neoliberalismo que passou a orientar e ordenar as relações Norte-Sul (MENEZES e ALMEIDA, 2023). O BRICS é uma das mais promissora dessas iniciativas: uma coalização formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul como membros plenos, além de Irã, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Egito como membros recém-incorporados (e a Arábia Saudita como membro ainda não integrado). Ainda em 2024, o BRICS em sua décima sexta cúpula, divulgou o convite a mais treze países: Cuba, Bolívia, Turquia, Nigéria, Indonésia (que no início de 2025 se tornou membro pleno), Argélia, Belarús, Malásia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã e Uganda¹⁰⁶.

A ideia dessa coalizão é a articulação em torno de interesses comuns. Em 2014, foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como Banco

104 Citamos anteriormente protestos recentes contra tais cortes, mas Cueva (2023) traz um exemplo ainda de 1984, quando o povo dominicano se insurge contra essas medidas e é duramente reprimido (Ibid., 2023, p. 289).

105 AGÊNCIA BRASIL. **Cortes orçamentários na argentina provocam protestos em universidades.** 02 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-10/cortes-orcamentarios-na-argentina-provocam-protestos-em-universidades>. Acesso em: 22 fev. 2025.

106 AGÊNCIA BRASIL. **BRICS vai convidar Cuba, Bolívia, Turquia Nigéria e mais nove países.** 24 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-10/brics-vai-convidar-cuba-bolivia-turquia-nigeria-e-mais-nove-paises#:~:text=O%20bloco%20tem%20atualmente%20como.com%20pessoas%20envolvidas%20nas%20negocia%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 3 mar. 2025.

dos BRICS, uma instituição financeira multilateral como alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), no financiamento de projetos, infraestrutura nacional e empréstimos. Está em debate a criação e implementação de uma moeda própria para as transações econômicas do bloco, o que irritou bastante o atual nome mais conhecido da extrema-direita internacional e recém-eleito para o seu segundo mandato como presidente estadunidense, Donald Trump.

Com tudo o que apontei, é cada vez explícita mais a relação entre neoliberalismo e imperialismo, seus reflexos na política e seu caráter de entrave ao desenvolvimento e de manutenção da dependência (em várias esferas) em territórios do capitalismo latino-americano, a partir de ferramentas que se atualizaram ao longo do tempo e em direta relação com a ascensão da face financeirizada do sistema, continuando a perpetuar e mobilizar hierarquias, opressões e exploração. Para entender alguns importantes reflexos políticos dessa relação, é preciso voltar a ideia de o neoliberalismo como “mutante” e abordar um exemplo concreto.

Capítulo III.

Mutações, consensos e amargas continuidades

Para tentar fechar a construção argumentativa que desenvolvi ao longo dessas páginas, inicialmente retomo alguns pontos que serão importantes para este capítulo, onde se busca apresentar um exemplo histórico-prático de transformações (ou mutações, como será usado predominantemente) adaptativas do neoliberalismo em momentos de perda na acumulação, crescentes críticas e/ou crises. Isso também ajudará a entender e demonstrar que tal movimento de mudança não abandonou aspectos estruturais desse modelo (não houve uma superação). No caso da América Latina isso se explicita, por exemplo, com a manutenção de uma perspectiva de desenvolvimento linear e limitada, não autônoma e dependente, configurando novas formas para velhos fenômenos: colonialidade e imperialismo.

Como visto, o entendimento do neoliberalismo que adoto é o de um complexo modelo político e econômico de reestruturação e reconfiguração do papel do Estado (RIBEIRO e HEINEN, 2023; PARANÁ, 2020), este último sendo entendido não só como campo de disputa e uma forma administrativa racional de organização e ordem política, mas também como constructos cognitivos de ordenamento e classificação que incide nas várias esferas da vida cotidiana (THIRY-CHERQUES, 2009; DOUGLAS, 2007; ABRAMS, GRUPTA e MITCHELL, 2015). Caracterizo modelo neoliberal em quatro faces: teoria e prática econômica (HARVEY, 2012), teoria política e controle social (WACQUANT, 2012a, 2012b; ITURRALDE, 2012b), moral e subjetividade (BROWN, 2019; DARDOT e LAVAL, 2016) e uma contenção do desenvolvimento autônomo de países na periferia do capitalismo (CONNELL e DADOS, 2014), que no caso específico da América Latina também funcionou como contrarrevolução frente as experiências desenvolvimentistas, especialmente das décadas de 1950 e 1960 (KLEIN, 2008).

Busquei complementar a caracterização da quarta face, tendo em vista que frente as outras três, ela possui menos inserção nos debates sobre neoliberalismo dentro da Ciência Política brasileira, sendo as autoras supracitadas mais conhecidas nos debates sobre colonialidade dentro das Ciências Sociais.

Essa complementação se deu com a defesa de que o neoliberalismo não apenas barra o desenvolvimento, como enfatizado por Connell e Dados (2014), mas faz isso no continente latino-americano perpetuando práticas imperialistas de dependência. Lembrando que aqui defino imperialismo como uma engrenagem complementar ao colonialismo e central em um complexo sistema de relações econômicas, políticas, sociais, culturais e bélicas que não se esgotou com as transformações históricas (FURNO, 2022).

Mais do que domínio territorial, imperialismo são relações de poder assimétricas entre regiões e países e é a expressão política e de expansão do processo de acumulação do capital (LUXEMBURGO, 1970). Não se constitui como uma fase, mas como condição necessária e constante para o capitalismo, sendo processo permanente nas periferias globais (OUVIÑA, 2021), se adaptando ao funcionamento do capitalismo contemporâneo financeiro e adquirindo novos instrumentos de dominação (BORON, 2007), por isso se opto por entendê-lo como um movimento.

A atual especificidade do imperialismo é o uso de imperativos econômicos ao invés do domínio colonial direto (WOOD, 2014), promovendo uma combinação entre a lógica do poder do Estado e a lógica capitalista, gerando novas formas de acumulação por espoliação e o fortalecimento de seus meios (MATTOS, 2022; HARVEY, 2005), a exemplo das sanções econômicas e da lógica da dívida pública. A título de simplificação, o imperialismo pode ser visto como ciclos de integração, dependência, áreas de influência, coerções variadas e hegemonia em diferentes aspectos e territórios.

No caso da dívida pública, Trindade, Frade e Puty (2022), a partir dos casos de Brasil, México e Argentina, demonstram que ela se constituiu como um dos principais mecanismos de transferência de renda desta periferia para o mundo entendido como desenvolvido (ou, em outras palavras: transferência de mais-valia não só por meio da troca de mercadorias, mas também por intermédio dos serviços da dívida), refletindo na própria dinâmica de dependência e subdesenvolvimento latino-americano. Além disso, se projetou aqui, e em outras experiências mundiais, por meio de políticas neoliberais fundamentadas no Consenso de Washington (que impulsionou o aumento da dívida na região). Em consequência, destacam-se pauperização das populações locais, danos à soberania e autonomia democrática, limitação no desenvolvimento regional e saídas de capitais na forma de juros e amortizações. Isso ocorre devido a uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dependentes frente aos dominantes.

“A economia mundial se estabelece, portanto, enquanto diversos circuitos reprodutivos de capital superpostos e integrados, sendo que essa relação é o que constitui a lógica imperialista, por um lado, e de dependência por outro [...]” (TRINDADE, FRADE, PUTY, 2022, p. 713).

Assim, os autores supracitados também reiteram o que pontuei no capítulo anterior, de que o endividamento público foi (e é) fundamental na integração financeira da América Latina na economia mundial, ao mesmo tempo que é componente estrutural da atual forma de dependência.

Esse movimento de continuidade e atualizações de práticas imperialistas e de dependência descrito acima, hoje se faz sentir principalmente em práticas de austeridade. Como nos lembra Blyth (2017), ela está na dianteira de práticas e da ideologia neoliberal. Se caracteriza pela ideia de que abertura ao capital e, principalmente, cortes no orçamento estatal em prol do pagamento da dívida pública geraria crescimento, pois a confiança de instituições e empresas internacionais para com aquele Estado retornaria. Consequentemente, os investimentos estrangeiros retornariam e/ou se intensificariam. Contudo, a austeridade prejudica mais do que ajuda. Seus efeitos são sentidos de forma diferente através dos grupos em sua distribuição de renda. Ou seja, os que estão na base perdem mais do que os que estão no topo, pois os segundos dependem menos de serviços produzidos pelo governo.

Por sua vez, tal lógica tem reflexos nocivos nas democracias construídas no continente (como os processos de desdemocratização), especialmente ameaçando a manutenção material desses Estados, como levantei nos capítulos anteriores e como se retornará logo mais. Dentro disso, é preciso ainda, aproveitando retomada da questão da austeridade, recapitular e reforçar o caráter mutante do neoliberalismo (como também é mutante o imperialismo).

Após a crise financeira global de 2008 (e depois, na pandemia de COVID-19), algumas análises apontavam para uma suposta crise e para o chamado “neoliberalismo zumbi”¹⁰⁷ para explicar como a forma reinante de governança político-econômica persistia e resistia frente a tal situação desastrosa. Uma espécie de morto-vivo, onde a devastação econômica foi (e é) tratada com as mesmas medidas neoliberais que a criou

107 A título de exemplo, a Revista Jacobin Brasil, em 2021, publicou texto endossando essa perspectiva e propondo soluções e saídas. MARK FISHER. **Como matar um zumbi: elaborando estratégias para o fim do neoliberalismo.** Jacobin Brasil. 13 jan. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/01/como-matar-um-zumbi-elaborando-estrategias-para-o-fim-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 22 set. 2025.

e que, poucos anos depois, se tornou central na eclosão de partidos de extrema-direita (CALLISON e MANFREDI, 2020).

Evitando cair em tais limitações, Callison e Manfredi (2020) deixam de lado o entendimento do neoliberalismo como uma ideologia monolítica e dão ênfase as suas múltiplas e mutantes formas. Que, inclusive, podem também adquirir múltiplas faces, a depender de aspectos históricos e territórios. Os autores destacam como décadas de governança, política e despolitização neoliberais criaram as condições para novas forças sociais e políticas. E, importantíssimo para o que se colocará no capítulo que se segue: repúdios ou afirmações de programas neoliberais podem ou não equivaler a rupturas políticas. Porém, podem sim catalisar novos desenvolvimentos na racionalidade desse governo pró-mercado.

Ou seja, dentro da “espécie” do neoliberalismo, novas variantes estão surgindo. São distintas, mas, ainda assim, membros da mesma espécie. O neoliberalismo não morreu e nem foi ultrapassado por eventos históricos (ainda). Sim, ele está fadado às crises, mas não foi substituído por outro paradigma e práticas (CALLISON e MANFREDI, 2020). Inclusive, retomar neste ponto da pesquisa o entendimento do neoliberalismo como mutante ajuda a reforçar a escolha, para o título deste trabalho, de “movimento” (em um sentido de continuidade) e não de “fase” (que muitas vezes pode adquirir sentido de ruptura).

O retorno também colabora no entendimento do neoliberalismo como um movimento do imperialismo. Obviamente, não está se afirmado que capitalismo, imperialismo e neoliberalismo são a mesma coisa, mas eles conformam um mesmo fenômeno, movimento, projeto, que vai se desenvolvendo e se adaptando as exigências históricas e aos territórios e, por isso mesmo, também mais difícil de ser combatido e superado. Corroborar essas mutações irá ajudar na discussão organizada nos subtópicos que apresento neste capítulo, desconstruindo a ideia de crise e exemplificando uma dessas mutações.

O neoliberalismo¹⁰⁸, como demonstra Callison e Manfredi (2020) e como almejai apresentar no capítulo um, não surgiu nem por necessidade nem de uma só vez. Ele se desenvolveu por meio de uma série de mudanças locais e projetos globais que induziram mutações particulares. Uma árvore com diferentes ramos, por assim dizer. Consequentemente, se requer maior atenção às dimensões discursivas, afetivas e materiais das transformações decorrentes. Dentre elas, é preciso se atentar ao fato de que as distinções políticas tradicionais entre esquerda e direita estão sendo desvinculadas no contexto das mutações do neoliberalismo, ou estão adquirindo contornos e limites cada vez mais fluidos e tênuas. Correm o risco de serem inadequadas para analisar e mapear a relação entre o neoliberalismo e as novas forças políticas. Assim, os autores supracitados perguntam: quais formas históricas o neoliberalismo assumiu e quais são suas várias linhagens no presente? Esta pesquisa também se insere dentro desse debate, não com uma proposta de responder definitivamente à questão, mas para apontar um exemplo dessas variáveis, uma dessas linhagens, erigida no território latino-americano.

Como apontei antes, os teóricos neoliberais não consideram os mercados naturais. Para funcionar adequadamente, precisam ser produzidos e sustentados por leis e instituições restritivas que definem “as regras do jogo” (CALLISON e MANFREDI, 2020). O neoliberalismo é um projeto construtivista para reinventar o liberalismo, deslegitimar o coletivismo e despolitizar o governo do mercado. A governabilidade construída nesse contexto é reflexo disso.

No início do século XXI, a racionalidade neoliberal foi inscrita no senso comum e no âmbito governamental, aqui servindo de ponte entre o espectro político de direita e esquerda (CALLISON e MANFREDI, 2020, p.8). Na América Latina, os governos de esquerda e centro-esquerda que marcaram esse período, também deram suas próprias contribuições ao fenômeno, como será visto e ampliado nos próximos tópicos. Essas mudanças em diferentes partes do globo, ajudaram a inaugurar a hegemonia do mercado financeiro. Muitas das mutações do neoliberalismo se desenvolveram em conjunto com

108 A definição que adoto para o neoliberalismo abrange três das abordagens mais influentes para teorizar o neoliberalismo: paradigmas marxista, foucaultiano e antropológico. O que Callison e Manfredi (2020) estão chamando de antropológico ou situado não é exatamente o mesmo ao se classificar o trabalho do Wacquant (2012a; 2012b) como antropológico. Mas, ambos contribuem para a tarefa intelectual e política de apreender as mutações do nosso presente. Foram apresentadas abordagens marxistas, foucaultianas e antropológicas porque cada uma busca compreender a constituição particular, material, histórica e prática do neoliberalismo; são ferramentas de análise. Entre seus compromissos compartilhados está uma compreensão da reflexão histórica como um elemento vital da própria atividade teórica – como também propõem e defende os autores.

essa expansão. Embora o neoliberalismo e a financeirização constituam referências distintas, a última tem sido indiscutivelmente o catalisador mais significativo para as mutações em andamento do primeiro (Ibid., 2020, p. 9).

Além de desafiar categorizações clássicas, as mutações neoliberais geraram formas de subjetividade e alternativas políticas. Formaram-se alianças para melhor atingir seus objetivos programáticos. Muito mais do que gerar gestores, a lógica da financeirização impulsionou técnicas governamentais de “descartar os desacreditados”. Em suas constantes reinvenções e contradições, o neoliberalismo exige que os sujeitos se comportem como indivíduos empreendedores, produzindo valor e lucro por meio da otimização de seu capital humano, como bem demonstram Dardot e Laval (2016). Ao mesmo tempo cria práticas políticas e sociais que sistematicamente destroem as condições materiais necessárias para sustentar esse tipo de individualismo (CALLISON e MANFREDI, 2020, p. 17).

Tendo em vista o exposto, aprofundo agora (e tento fechar a argumentação construída) na errônea ideia de uma crise do neoliberalismo. Na América Latina, tal ideia se deu especialmente a partir do conceito de pós-neoliberalismo, no período conhecido como Onda Rosa. Em um plano sistêmico, a América Latina e sua posição na divisão internacional do trabalho sempre foi fundamental na lógica da acumulação capitalista, independente da fase e dos mecanismos dessa acumulação. Nos governos progressistas que marcaram o continente na passagem da década de 1990 até a metade da segunda década do século XXI, promoveu-se vários e importantes avanços. Mas, é preciso pensar suas atuações (com semelhanças e diferenças) de forma mais ampla conjunturalmente e crítica.

Esse capítulo completa a argumentação da pesquisa e tento demonstrar que o fenômeno neoliberal foi uma constante no continente desde seu início até hoje, ganhando de tempos em tempos diversos aspectos que possuem como objetivo sua adaptabilidade para continuidade e intensificação.

3.1–Uma suposta crise e a Onda Rosa: pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo como proposta de solução

O debate sobre uma crise e/ou esgotamento do neoliberalismo, mesmo antes de 2008 e do “neoliberalismo-zumbi”, já estava posta em nosso continente. Como afirma

Harnecker (2010), os movimentos populares foram os grandes protagonistas na erupção de embates contra a legitimidade do neoliberalismo e suas instituições políticas desde, pelo menos, os anos de 1990. Os partidos políticos foram importantes, mas quem esteve na vanguarda das lutas antineoliberais foram os movimentos sociais da região.

Enquanto os movimentos trabalhistas e os sindicatos estavam bastante golpeados por medidas neoliberais de flexibilização e subcontratação, novos movimentos, junto com velhos movimentos (especialmente campesinos e indígenas), foram surgindo: na Bolívia lutando contra a privatização da água e pelo gás; os “piqueteiros”, na Argentina; estudantes secundaristas no Chile; trabalhadores da saúde em El Salvador; movimentos ecologistas, etc. O acúmulo dessas lutas, junto com o impulsionamento econômico pelo *boom* das *commodities* entre os anos de 2000 e 2015, contribuíram para o cenário que permitiu a chegada no poder de partidos de esquerda e centro-esquerda, que se colocavam como alternativas ao neoliberalismo de então (HARNECKER, 2010; SILVA, 2015; BALESTRO e MONTEIRO, 2019).

Tratava-se do primeiro ciclo regional de governos oriundos das esquerdas na história da América Latina (HARNECKER, 2010), com diversas características coincidentes, mas com especificidades locais (SILVA, 2015). Esse processo histórico foi denominado “Onda Rosa” (“*pink tide*”), ou também conhecida como “guinada à esquerda”, “virada à esquerda”, “maré rosa” ou “pós-neoliberalismo”, e foi um importante movimento político na construção de políticas econômicas e sociais para a região (GRANDO, 2023), inclusive posteriormente.

A Onda Rosa ou pós-neoliberalismo teria em seu substrato justamente o profundo desgaste político e social das reformas e excessos neoliberais dos anos 1990 (promovidas pelo Consenso de Washington) e pelo entusiasmo diante da ascensão de governos progressistas, especialmente na América do Sul, com tentativas de incorporação de ideologias alternativas ao poder político. Buscava-se combinar revitalização industrial e estímulo ao desenvolvimento tecnológico com ampliação da cidadania e redução da pobreza e das desigualdades, sem, no entanto, pautar transformações econômicas estruturais (BALESTRO e MONTEIRO, 2019).

Para julgá-los pelo que fazem, devemos ter muito claro o que eles não podem fazer, não por falta de vontade, mas por limitações objetivas. E para isso, devemos partir de uma análise correta da estrutura econômica herdada, da situação econômica em que se encontram, da

correlação de forças em que estão imersos [...]¹⁰⁹. (HARNECKER, 2010, p. 26) (tradução nossa)

De forma cronológica, temos que a Onda Rosa se iniciou com a eleição de Hugo Chávez em 1998, na Venezuela. Sucessivamente: Ricardo Lagos, do Partido Socialista do Chile (PSCh), foi eleito em 2000; em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito para o primeiro mandato no Brasil; na Argentina, Néstor Kirchner se elegeu em 2003. No Uruguai, Tabaré Vázquez, da Frente Amplia (FA), em 2004; em 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia; em 2006 Rafael Correa chegou ao poder no Equador; no mesmo ano, Daniel Ortega e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) regressam ao poder na Nicarágua por meios eleitorais; Fernando Lugo é eleito no Paraguai em 2008; e em 2009 Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), chegou ao poder em El Salvador. Nos anos posteriores, os presidentes e partidos que foram expostos a pleitos nacionais puderam se reeleger ou eleger sucessores (SILVA, 2025). Mas, isso não significou um bloco unificado (GRANDO, 2023).

Em casos de governos progressistas mais alinhados ao que se chama de centro-esquerda, estariam centrados em políticas sociais e redistributivas com tentativas de construção de uma estratégia de desenvolvimento econômico. No caso dos governos progressistas mais à esquerda, se vinculou também o combate às desigualdades sociais e uma ênfase na ideia de soberania em torno das riquezas naturais (BALESTRO e MONTEIRO, 2019; GRANDO, 2023).

Combinando os fatores que serviriam de núcleos centrais para a caracterização desses governos progressistas apresentados em Silva (2015) e em Harnecker (2010), temos: 1) a redefinição do papel do Estado, com o reconhecimento da necessidade de regular e complementar o mercado com a atuação estatal (vimos como esse redesenho estatal é uma característica do próprio neoliberalismo, mas aqui, como veremos adiante, é também uma experimentação neoliberal sobre o consenso na esfera do político, visando sua manutenção); 2) luta por igualdade social e ênfase nas políticas sociais (especialmente transferência de renda); 3) democratização política e fomento a participação social, prestação de contas e controle cidadão (tentativas de apropriação e ressignificação desses espaços); e 4) soberania e mecanismos de integração regional.

109 No original: “Para juzgarlos por lo que hacen, debemos tener muy claro lo que no pueden hacer, no por falta de voluntad sino por limitaciones objetivas. Y para ello hay que partir de un correcto análisis de la estructura económica heredada, de la situación económica en la que se encuentran, de la correlación de fuerzas en la que están inmersos [...]”

Alguns com iniciativas mais disruptivas (como na Venezuela, Bolívia, Nicarágua e Equador), outros apenas mais renovadores (como no Brasil, Chile e Uruguai).

Ou, como coloca Harnecker (2010) sobre essa subdivisão classificatória da Onda Rosa¹¹⁰: governos que não rompem com políticas neoliberais, mas dão ênfase no social; e governos que buscam romper se apoiando em mobilizações sociais.

Podem ser notadas estratégias econômicas distintas entre os dois grupos. Os renovadores procuram intervir no mercado por meio de mecanismos de regulação, novos investimentos (especialmente em infraestrutura), reuniões de concertação e políticas de apoio aos setores produtivos, e preservam com mais vigor elementos do “núcleo duro” das políticas econômicas da década anterior (em especial a estabilidade monetária e reconhecimento das privatizações realizadas [...]. (SILVA, 2015, p. 75)

Um fator de aproximação entre esses governos pode ser visto em suas atuações a nível internacional. No geral, buscaram uma maior autonomia e, em alguns casos, uma maior inserção nas discussões em torno da regulação global e maior influência na geopolítica. Assim como buscaram iniciar alternativas econômicas e políticas frente a influência norte-americana (SILVA, 2019), como a Unasul (União das Nações Sul-Americanas). Foi também um período marcado pela tentativa de se avançar na definição de um novo modelo de desenvolvimento, o “neodesenvolvimentismo” (SILVA, 2015; BAILESTRO e MONTEIRO, 2019).

O neodesenvolvimentismo é um fenômeno regional calcado, segundo Katz (2016), em cinco grandes teses. A primeira é postular a necessidade de intensificar a intervenção estatal para sair do subdesenvolvimento, o termo sendo adotado e entendido em sua perspectiva hegemônica e evolucionista, onde a subordinação comercial, financeira ou produtiva das economias periféricas acaba por imaginar o desenvolvimento como um processo resultante da vontade de cada país. E superar velhas dicotomias e encontrar modelos capitalistas adequados a cada país. Essa presença do Estado não deve impedir o investimento privado e a gestão pública deve replicar a eficiência da gestão privada.

A segunda tese se foca na ideia de crescimento e propõe análises cuidadosas para as diversas opções monetárias, fiscais e cambiais que permitiriam reduzir a dependência

110 Interessante notar que se pode fazer um paralelo entre essa subdivisão classificatória e as tipologias desenvolvidas por Bambirra (2013) para pensar o desenvolvimento dos países da região. Assim, os países chefiados pela centro-esquerda, que não romperam com políticas neoliberais, mas deram ênfase no social, estão entre os países com início antigo de industrialização (Tipo A). Já os países com lideranças mais à esquerda, que pretendem romper se apoiando em mobilizações sociais, estão entre os países cuja industrialização foi produto da integração monopólica (Tipo B).

financeira de entradas e saídas repentinhas de capital. Sua prioridade é manter o déficit fiscal sob controle para incentivar a competitividade. A terceira tese defende retomar a industrialização para ampliar o emprego urbano. Já a quarta, defende reduzir a brecha tecnológica e incrementar a inovação local por meio de acordos com empresas transnacionais. Imitar o crescimento impulsionado pelas exportações do Sudeste Asiático é a quinta tese.

Se propõem subsidiar indústrias que facilitem a expansão das vendas de produtos manufaturados.

A abordagem tradicional desenvolvimentista preconizava a superação das consequências da heterogeneidade estrutural nas economias afetadas pelo modelo agroexportador e pela deterioração dos termos de troca. Raúl Prebisch, Aníbal Pinto e Celso Furtado propuseram corrigir essas deficiências por meio de processos de industrialização, a fim de neutralizar a baixa produtividade da agricultura e a restrição geral do poder de compra. Eles confiavam na eficácia das políticas econômicas e na força do Estado para melhorar a posição da região no capitalismo global. Eles esperavam induzir um salto do estádio periférico para algum passo mais avançado. [...] No novo cenário, os neodesenvolvimentistas promovem processos de crescimento em coalizão com o agronegócio. O antigo conflito com a oligarquia exportadora se dissolveu, e antigos adversários estão sendo chamados para forjar um bloco comum. A conversão de proprietários de terras em novos empreendedores recriou a solidariedade capitalista entre os ricos do campo e da cidade. O contraste tradicional entre o liberalismo agrário e o protecionismo urbano diminuiu, e o neodesenvolvimentismo vê as agroexportações como uma fonte potencial de moeda estrangeira para a reindustrialização. Mas essa mudança implica aceitar a reestruturação neoliberal da agricultura e a consequente concentração de terras, especialização em exportações básicas, perda de culturas diversificadas e degradação ambiental acentuada.¹¹¹ (KATZ, 2016, p. 141-142) (tradução nossa)

111 No original: “El enfoque desarrollista tradicional postulaba superar las consecuencias de la heterogeneidad estructural, en economías afectadas por el modelo agroexportador y el deterioro de los términos de intercambio. Raúl Prebisch, Aníbal Pinto y Celso Furtado proponían corregir esas deficiencias mediante procesos de industrialización, a fin de contrarrestar la baja productividad del agro y la estrechez general del poder adquisitivo. Confían en la eficacia de las políticas económicas y en la fuerza del Estado para mejorar la posición de la región en el capitalismo mundial. Esperaban inducir un salto desde el estádio periférico hacia algún escalón más avanzado. [...] En el nuevo escenario los neodesarrollistas auspician procesos de crecimiento en coalición con el agronegocio. El viejo conflicto con la oligarquía exportadora se ha diluido y los antiguos adversarios son convocados a forjar un bloque común. La conversión de los terratenientes en nuevos empresarios ha recreado la solidaridad capitalista entre los adinerados del campo y la ciudad. La tradicional contraposición entre el liberalismo agrario y el proteccionismo urbano ha disminuido y el neodesarrollismo visualiza a la agroexportación como una potencial proveedora de divisas para la reindustrialización. Pero este cambio implica aceptar la remodelación neoliberal del agro y la consiguiente concentración de tierras, especialización en exportaciones básicas, pérdida de cultivos diversificados y acentuado deterioro del medio ambiente.”

Aqui, acredita que o crescimento industrial geraria empregos, expansão do mercado interno e melhora no consumo. Mas, ao mesmo tempo, não se conseguiu solucionar a questão da informalidade, da má remuneração e deu destaque a agroexportação. O que está mais em jogo é o tipo de intervenção estatal predominante e não a existência ou intensidade dessa presença (KATZ, 2016).

É uma perspectiva de políticas econômicas que navega por diversas contradições e elementos tentando equilibrá-los. Os neodesenvolvimentistas assumem que a recuperação da indústria será impulsionada significativamente por corporações transnacionais, defendem o fortalecimento do mercado e do Estado, reforço da centralização e da descentralização, o fortalecimento dos setores público e privado, bem como políticas austeras. (KATZ, 2016).

Sim, é uma perspectiva que reconhece a existência de inserções diferenciadas do continente no mercado global. Também se reitera o desenvolvimento desigual predominante na história do capitalismo. Contudo, a visão neodesenvolvimentista abandona o léxico anti-imperialista, realça e defende as convergências entre Estado e setor privado e vislumbra o processo de globalização como uma grande oportunidade. O mercado globalizado é visto como espaço de liberdade para alcançar metas ambiciosas e financiamentos/empréstimos para industrialização (KATZ, 2016).

Mas, em um cenário de comércio global e financeirização, a “grande oportunidade comercial” que se destaca é a validação da inserção dependente da América Latina como fornecedora de produtos básicos. Consequentemente, como demonstra Katz (2016), tem-se um novo marco, a partir do início dos anos 2000, de revalorização de matérias-primas, de busca por alívio da dívida externa e ampliação das margens de autonomia geopolítica. Este cenário leva à suposição de que a integração internacional primária não representa mais um obstáculo ao desenvolvimento, se políticas adequadas forem implementadas para fortalecer o crescimento. Assim, as burguesias locais tendem a intensificar seus laços com o agronegócio, com o capital estrangeiro e a se regionalizar.

O neodesenvolvimentismo destaca o papel dos Estados nacionais como instrumentos para organizar o crescimento e forjar pactos sociais. Um regionalismo sintonizado com empresas multinacionais para operar na região. Apresenta a intervenção estatal como forma de garantir o bem-estar geral e identifica o crescimento sustentável com uma gestão estatal adequada. Por isso, ele propõe a criação de um funcionalismo público eficiente por meio da seleção meritocrática nos órgãos de

governo. Também propaga o mito do desenvolvimento como recompensa pela qualidade de suas instituições formais, estabelecendo paralelos rigorosos entre crescimento e eficiência dos sistemas de votação, aumento da transparência ou redução da corrupção (KATZ, 2016).

Ao mesmo tempo, oculta o fato de que o Estado, a política e a economia são forjados conjuntamente e por disputas. O raciocínio puramente institucional ignora o impacto das forças econômicas e das lutas sociais subjacentes que determinaram a evolução latino-americana.

Neodesenvolvimentistas não tendem a se preocupar com rupturas significativas com as políticas neoliberais anteriores, pelo contrário, compartilham mais terreno com essa vertente do que com seu precedente desenvolvimentista, tais como: a mesma confiança na existência de caminhos para a acumulação, se estratégias de crescimento bem-sucedidas forem implementadas. Essa expectativa ainda pressupõe a vigência de um quadro internacional de alta mobilidade, mudanças de hegemonias e multipolaridade (como vem se desenvolvendo), bem como uma defesa da responsabilidade fiscal (KATZ, 2016).

Ou seja, tais tendências neodesenvolvimentistas, tomadas por governos, correntes políticas e pensadores, possui tantos canais de comunicação com uma matriz neoliberal porque este nunca deixou totalmente de ser o principal organizador dos conceitos e práticas. O modelo neodesenvolvimentista se baseia num padrão de acumulação primário-exportador, extrativista, predatório, com grande transferência de riqueza para o exterior em troca de ativações econômicas de curto prazo (STOLOWICZ, 2011).

Apesar de suas contradições e limitações, esse modelo funcionou por um tempo e foi fundamental nas iniciativas redistributivas e de ampliação de renda e direitos que marcam tal período. Entretanto, a crise global de 2008 afetou duramente o ciclo de *boom* das commodities e colocou o conflito distributivo na ordem do dia. Além disso, teve um efeito contraditório sobre as experiências dos governos progressistas. De um lado, ela contribuiu para as críticas que já eram feitas ao neoliberalismo por estes governos em maior ou menor grau e para a noção de perda de legitimidade desse ideário. Porém, por outro lado, o pós-crise acabou por testemunhar a emergência de uma forma nova e consolidada de neoliberalismo para resolver os problemas causados pelo próprio neoliberalismo (BALESTRO e MONTEIRO, 2019).

O ciclo progressista veio de rebeliões populares contra as políticas neoliberais, mas este não foi capaz e não tinha como objetivo alterar o papel latino-americano na divisão internacional do trabalho. Governos de direita (desse mesmo período) usaram o *boom* para consolidar o modelo de liberalização comercial e privatização, os de centro-esquerda para expansão do consumo interno, subsídios para empresas locais e assistência social. Já os de caráter mais radical, buscaram implementar modelos de maior redistribuição e enfrentou graves conflitos com as classes dominantes (KATZ, 2016).

Em parte do continente, o cenário da Onda Rosa permitiu conquistas democráticas e reformas constitucionais, ajudou a barrar os ajustes e as intensificações de políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, adquiriu limites e passou a forjar novas configurações do próprio neoliberalismo. Em muitos casos, os privilégios do capital financeiro persistiram e o agronegócio sufocou (e ainda sufoca) qualquer esperança de reforma agrária. A suposição de um período “pós-neoliberal” omite todas essas tensões (KATZ, 2016).

No caso do Brasil, Balestro e Monteiro (2019) afirmam que os anos de governo do Partido dos Trabalhadores teriam servido como “freio de arrumação” político e social, para a adoção de um “neoliberalismo inclusivo”, um reformismo limitado pelos interesses do capital. Neoliberalismo esse que por sua vez, no âmbito de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, apresentava, com caráter normativo-prescritivo, soluções construídas, traduzidas e sistematizadas em torno de uma ideia de governança.

Assim, no geral, o momento histórico da Onda Rosa foi um apanhado de processos reformistas com pouca ou nenhuma superação do modelo (SILVA, 2025; BALESTRO e MONTEIRO, 2019) e que, pós 2008, se revela mais hostil e limitado para absorver as pressões sociais e lidar com as contradições estruturais de um capitalismo periférico. Perpetuou-se a dependência e a especialização primário-exportadora. É verdade que na última década houve melhorias sociais, aumento do consumo e algum crescimento. Mas esses aumentos já ocorreram em outros ciclos de recuperação e valorização das exportações. O que não mudou foi o perfil do capitalismo regional e sua adaptação às atuais demandas da globalização (KATZ, 2016).

Por outro lado, também é preciso destacar que o neodesenvolvimentismo foi muito mais um rearranjo (falacioso) da produção, contribuindo para a cooptação de atores nacionais para os interesses dos grandes capitais financeiros internacionais

(BALESTRO e MONTEIRO, 2019). A Onda Rosa falhou, segundo apontam Balestro e Monteiro (2019), em confrontar e minar as variedades neoliberais de capitalismo na América Latina. As reformas institucionais ocorridas são mais resultados de oportunidades criadas pela conjuntura internacional do que resultado de um esforço sistemático, o que limitou as possibilidades de transformação.

Posteriormente (especialmente a partir da segunda década do século XXI), o que se conformou foi uma elevada instabilidade política e problemas de legitimidade mais agudos do que os observados na fase áurea do neoliberalismo latino dos anos de 1990 (BALESTRO e MONTEIRO, 2019). Sinais de esgotamento cada vez mais evidentes nesses diferentes níveis e formas de se mesclar políticas neoliberais com reformas e elementos neodesenvolvimentistas (SILVA, 2015).

Acrescento a isso uma crescente indistinção entre a esquerda e a direita, como menciono em capítulo anterior. Muitos governos de esquerda no poder adotaram políticas que, em alguns aspectos, se assemelham às políticas tradicionalmente associadas à direita (como ataques ao mundo trabalho), levando a uma diluição da percepção (dos eleitores) das diferenças entre os campos políticos. Uma outra crítica a muitos dos governos da Onda Rosa foi o enfraquecimento (contrário a intenção apresentada na característica 3 no início deste tópico) que se deu na prática de instituições democráticas, especialmente em meio a escândalos de corrupção em países como Brasil, Argentina e Paraguai. A partir dos anos 2010-2015, a "Onda Azul", "Onda Conservadora" ou "Maré Azul" emergiu na América Latina, sucedendo à Onda Rosa, após esses escândalos (GRANDO, 2023, p. 35).

Para terminar, vale observar que Katz (2016) faz uma ótima análise econômica, mas que em certos pontos pode ser um tanto quanto limitada desde uma perspectiva da Ciência Política. Ele entende que as deficiências do neodesenvolvimentismo obstruíram o ciclo progressista. Este modelo tentou canalizar os excedentes de exportação para atividades produtivas. Mas enfrentou resistência dos poderes econômicos e se submeteu a essa pressão. Por outro lado, em uma análise política mais refinada, Stolowicz (2010, 2016; 2017; 2020) demonstra que não foi uma simples submissão às pressões e sim algo (que a autora não nomeia como mutação, mas que nesta pesquisa leio como um exemplo desse entendimento de neoliberalismo mutante) muito mais algo ligado a uma adaptação que parece ter se solidarizado com o mal-estar da globalização da década de 1990, buscando formas de conquista mais sutis a partir de uma lógica política do consenso. Trataremos disso nos tópicos que se seguem.

3.2–Pós-neoliberalismo em essência: maquiagem progressista para formas de dominação política

Houve uma perspectiva otimista frente ao pós-neoliberalismo, como adotou Boron (2005) ou Therborn (2005, p. 136), que inclusive definiu esse período como a expressão de uma nova conjuntura política e ideológica, onde as tarefas e os desafios referentes a justiça social, direitos sociais e econômicos de todos, meio ambiente e a arquitetura do espaço social estaria no centro, especialmente do discurso político. Diferindo desta perspectiva, Dávalos (2011; 2014) e Stolowicz (2010; 2016; 2017; 2020) trazem uma leitura diferente e mais crítica.

Em seu momento pós-neoliberal e neodesenvolvimentista, Dávalos (2014) nos mostra que a América Latina acabou por regressar, por assim dizer, aos primeiros séculos de acumulação do capital. Não só perpetrando formas de dependência e reativando lógicas extrativistas, mas conformando-as em uma acumulação por despossessão que está associada a novas formas de regulação financeira e gestão de risco em escala global. Essa acumulação por despossessão faz parte de uma estrutura institucional que apoia o atual capitalismo especulativo. O eixo mais importante desse arcabouço institucional é o Estado.

Como foi mostrado antes, o neoliberalismo sempre precisou do Estado e suas regulações como ator fundamental. Esse “novo” marco (pós-neoliberalismo), como nomiou Dávalos (2014), articula conceitos e categorias (como a ideia de neodesenvolvimentismo discutida antes) que procuram parecer apartadas do neoliberalismo existente anteriormente. Mas, em realidade, se mostraram uma forma de continuá-lo por outras estratégias.

Dávalos (2011; 2012) reitera o que coloquei no subtópico anterior quando se constata que durante as décadas de 1980 e 1990, vários movimentos sociais da região confrontaram o neoliberalismo, tanto no que se refere aos ajustes estruturais pautados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Consenso de Washington, como em questões de privatizações. Foram essas mobilizações que criaram as condições que possibilitaram a emergência de governos com tendências mais críticas ao neoliberalismo, produzindo a sensação de que a América Latina vivia uma “primavera política” com governos progressistas e democráticos. Contudo, isso se demonstrou muito mais uma miragem do que a realidade. Paralelamente, intelectuais, líderes e organizações foram cooptados

pelos aparatos governamentais, produzindo tanto pequenos avanços, como uma maquiagem para essa continuidade. Assim, a fisionomia do poder adquiriu um rosto docemente progressista e um novo modelo de dominação política (DÁVALOS, 2012; 2014).

[...] há um fio condutor que atravessa todos os governos da região e, de alguma forma, está inscrito em uma espécie de modelo de dominação política comum a todos eles. Se esboça a hipótese de que a América Latina está entrando em um período de acumulação capitalista caracterizado pela desapropriação territorial, pelo controle social, pela criminalização da resistência política, pela conversão da política em espetáculo e pela concessão de soberania política tanto a investidores quanto ao crime organizado, dentro de um contexto de globalização financeira e especulativa que gerou uma mudança significativa nos padrões de dominação política. Todos esses fenômenos, consequentemente, apontam para as novas formas assumidas pela política, pela hegemonia e pela violência da luta de classes na região. [...] desde a transição para governos pós-neoliberais, a violência deixou o âmbito da economia e do uso estratégico do discurso da crise para assumir uma forma diretamente jurídico-política. Essa transição dos mecanismos e dispositivos da violência e do medo faz parte dos processos de acumulação por desapropriação e da mudança institucional do pós-neoliberalismo e de sua necessidade de dominar por consenso, isto é, hegemonia. Essa imposição só se concretiza pela articulação da violência dentro de um quadro de legitimidade. Essa articulação da violência dentro da legitimidade e do reconhecimento social caracteriza os atuais modelos de dominação política nos países latino-americanos.¹¹². (DÁVALOS, 2012, p. 135-136) (tradução nossa)

Vão se configurando democracias restrinidas. Com certa abertura à participação, ao discurso sobre direitos humanos e à inclusão especialmente via consumo. Mas vão perdendo de vista a violência do mercado (receituário e ajustes pro mercado) como regulador social. Em um movimento de sequestro, captura e esterilização da noção de democracia substantiva em prol de uma noção minimalista de

112 No original: “[...] hay un hilo conductor entre todos los gobiernos de la región y de alguna manera se inscribe en una especie de modelo de dominación política común a todos ellos. [...] se esboza la hipótesis de que América Latina está entrando en un momento de la acumulación capitalista que se caracteriza por el despojo territorial, el control social, la criminalización a la resistencia política, la conversión de la política en espectáculo y la concesión de la soberanía política tanto a los inversionistas como al crimen organizado, en un contexto de globalización financiera y especulativa que ha generado un cambio importante en los patrones de la dominación política. Todos estos fenómenos remiten, en consecuencia, a las nuevas formas que asume la política, la hegemonía y la violencia de la lucha de clases en la región. [...] a partir de la transición hacia los gobiernos posneoliberales la violencia deja el territorio de la economía y el uso estratégico del discurso de la crisis, para asumir un ropaje directamente jurídico-político. Esta transición de los mecanismos y dispositivos de la violencia y el miedo forman parte de los procesos de acumulación por desposesión y del cambio institucional del posneoliberalismo y de sus necesidades de dominar desde el consenso, es decir, la hegemonía. Esta imposición solamente se logra articulando la violencia dentro de un marco de legitimidad. Esta articulación de la violencia al interior de la legitimidad y el reconocimiento social caracteriza a los actuales modelos de dominación política en los países latinoamericanos.”

democracia tornada hegemônica, como salientou antes Ballestrin (2017). Mas, como esse cenário se estruturou, se desenvolveu e se deu na prática? As várias análises produzidas por Beatriz Stolowicz (2010; 2011; 2016; 2017; 2020) nos dão uma coerente resposta.

Nas crises cíclicas do capitalismo, pareceu uma novidade que em países onde a esquerda ou a centro-esquerda governam, o capital transnacional também tenha encontrado ótimas condições de estabilização nas crises, uma vez que também alcança isso através da legitimação política. Mas, esse novo não é espontâneo. A autora supracitada, sustenta que o chamado pós-neoliberalismo foi uma bem-sucedida estratégia, cujo objetivo foi transformar a América Latina em um espaço vantajoso, seguro e estável para a reprodução do capital, sendo executada durante as duas últimas décadas e que a atual ascensão da extrema-direita na região é desdobramento e consequência de tal estratégia (STOLOWICZ, 2020).

Os trabalhos de Beatriz Stolowicz que utilizei não mencionam a ideia de neoliberalismo mutante, como colocada em Callison e Manfredi (2020)¹¹³. Entretanto, o paralelo e a complementariedade entre as obras são grandes. Assim como a conexão com a perspectiva da América Latina como um laboratório (KLEIN, 2008) agora também para muitas das estratégias neoliberais.

Stolowicz (2020) adota a ideia de que o pós-neoliberalismo é para o neoliberalismo, o mesmo que são as “reformas” executadas pelo capitalismo para estabilizar suas contrarrevoluções ou reestruturações. Ou seja, faz parte de sua consolidação, mas não é idêntico nos meios e nem nos argumentos doutrinários (Ibid., 2020, p. 207). Não se pode ignorar que suas especificidades favoreceram (abordarei melhor ao longo do restante desse tópico) o reforço da hegemonia de grupos dominantes e elites sociais (Ibid., 2020, p. 212).

Em entrevista realizada por Fernando A. Ortiz e publicada no site *rebelion.org*, a cientista política e professora enfatiza que não se deve usar o termo “pós-neoliberalismo” como remetendo a um projeto sociopolítico alternativa ou uma superação ao momento neoliberal anterior (da década de 1980 e 1990), pois, em realidade, esse momento se configurou mais como uma estratégia em curso na região para a redefinição do próprio neoliberalismo, via intensificação estatal e,

113 Um limite com o qual se deparou essa pesquisa nesse ponto foi que o texto mais recente de Beatriz Stolowicz sobre pós-neoliberalismo é de 2017. O texto dela que utilizei que foi publicado na Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, da Universidade de Brasília, saiu em 2020, mas foi originalmente escrito em 2011 e publicado a primeira vez em 2012.

consequentemente, alteração das relações de poder que sustentam essas políticas (STOLOWICZ, 2011).

Essa necessidade de reconfiguração de controle político começa com os diagnósticos de crises na governabilidade em decorrência dos fracassos políticos sob as demandas sociais devido a preferência por políticas neoliberais, a exemplo do Consenso de Washington. O debate sobre alternativas foi crescendo e ficando cada vez mais difícil para as elites impedirem os grupos e partidos de esquerda de ganharem espaço no jogo eleitoral. Então por que não fazer desta também uma executora da estratégia e modelo neoliberal? (STOLOWICZ, 2011; 2012).

Testar e investir em uma aparência progressista poderia ajudar a estabilizar e legitimar a reestruturação neoliberal do capitalismo na América Latina, no sentido de um novo consenso.

Sua proposta visa transformar a América Latina em um espaço de estabilização do capital transnacional após as crises financeiras, permitindo que massas de capital especulativo excedente, sob risco de desvalorização, sejam recicladas em acumulação territorial por desapropriação, tanto na exploração e pilhagem de recursos naturais quanto na exploração da força de trabalho; bem como a recuperação da acumulação expandida por meio da construção de infraestrutura — de menor rotatividade, mas assegurada pelo Estado — que, por sua vez, potencializa a acumulação por desapropriação, barateando a extração desses recursos naturais [...] A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA — na sigla em espanhol) e o Plano Puebla-Panamá — agora Projeto Mesoamérica —, que completam uma década, são alguns dos marcos institucionais para esses objetivos. É nisso que consiste o "neodesenvolvimentismo", que, embora às vezes apresentado como um discurso nacionalista, é desnacionalizante e criminalmente predatório, ainda que reactive economias no curto prazo.¹¹⁴ (STOLOWICZ, 2011, n.p) (tradução nossa)

Stolowicz (2011), não desconsidera as experiências distintas dos diversos países, mas defende que em termos gerais essa estratégia pós-neoliberal adquiriu quatro características: 1) um tipo de democracia governável que produz consenso moderado; 2)

114 No original: "Su propuesta apunta a convertir a América Latina en un espacio de estabilización del capital transnacional tras las crisis financieras, haciendo que masas de capital especulativo excedente, en riesgo de desvalorización, se reciclen en la acumulación por desposesión con asiento territorial tanto en la explotación y saqueo de riquezas naturales, como en la explotación de la fuerza de trabajo; así como la recuperación de la acumulación ampliada mediante la construcción de infraestructura - de más lenta rotación pero asegurada por el Estado -, que a su vez potencia la acumulación por desposesión con el abaratamiento de la extracción de esas riquezas naturales [...]. La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Sudamericana (IIRSA) y el Plan Puebla Panamá - ahora Proyecto Mesoamérica -, que tienen ya una década, son algunos de los entramados institucionales para esos objetivos. En esto consiste el «neodesarrollismo», que aunque se presente a veces con discursos nacionalistas es desnacionalizador, y que es criminalmente depredador, aunque a corto plazo reactive las economías."

políticas sociais baseadas em uma lógica liberal e social-cristã, que não apenas envolvem o bem-estar para neutralizar a instabilidade política de curto prazo, mas também buscam uma reestruturação social de longo prazo; 3) como base econômica, o neoestruturalismo, defendido pela CEPAL e pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o neodesenvolvimentismo; 4) promover esse funcionamento por meio de um Estado baseado na lógica do neoinstitucionalismo, operando não apenas como garantidor e facilitador, mas também financiando transferências de riqueza para o grande capital.

Aqui, a ideia de consenso (frente ao anterior momento de descontentamentos, mobilizações sociais e protestos, propostas alternativas, etc) é fundamental. Stolowicz (2010), defende que, especialmente após a Revolução Russa, as classes dominantes e a elite política entenderam que a expansão e a estabilidade do modelo capitalista exigiriam ceder a algumas demandas da classe trabalhadora. O debate e as propostas de reformismo, como no keynesianismo, e o entendimento do movimento de crises cíclicas era agora adotado. A socialdemocracia keynesiana teve que passar pela grande depressão da Crise de 1929 para se consolidar. O capitalismo havia se reformado e se perpetuou até uma nova grande crise em 1973. Veio um novo movimento de reestruturação, agora neoliberal. Sua rejeição aqui no continente gerou a necessidade de nova reforma estabilizadora que absorvesse e conciliasse demandas. E, novamente, em 2008, a eclosão de nova crise, também se converteu em terreno fértil para reformismos oficiais que se apropriam discursivamente de demandas populares por mudança (STOLOWICZ, 2010, p. 7).

Nesse movimento de crise/reforma, de expansão que precisa derrubar barreiras, mas ao fazer isso gera novas contradições com novas barreiras. O Estado é agente essencial (como sempre). Os próprios neoliberais clássicos já tinham essa noção e enfatizaram isso, como mostrado anteriormente. Nunca foi sobre menos Estado e sim sobre o papel desempenhado por ele. Sobre sua função de dar segurança econômica, jurídica e política a acumulação, favorecendo também a concentração de poder.

[...] o Estado no neoliberalismo também é um agente econômico ativo para a "redistribuição de renda", apenas transferindo-a daqueles com rendas mais baixas para aqueles com rendas mais altas, utilizando instrumentos fiscais, por meio de preços e tarifas, na alocação dos gastos públicos, com intervenções para a promoção e financiamento direto do capital, e com mecanismos econômicos e extraeconômicos para disciplinar e desapropriar trabalhadores. A reestruturação neoliberal do capitalismo implica a "privatização" do Estado, pois transforma o interesse minoritário do capital em interesse geral

("público"), mesmo quando o status legal de "propriedade estatal" de suas agências ou empresas não é modificado¹¹⁵. (STOLOWICZ, 2010, p. 9) (tradução nossa)

Stolowicz (2010), assim como outras autoras destacam em outros termos, a exemplo de Klein (2008) e Brown (2019), ela enfatiza que essas reformas não são apenas técnicas, mas também políticas, discursivas e ideológicas. Elas exigem debilitar as forças sociais. Necessitam absorver conflitos advindo de suas contradições e prejuízos sociais. Uma forma que se mostrou benéfica nessa absorção foi a criação de consenso mediante políticas sociais.

Assim, Stolowicz (2010, p. 17; 2012) enxerga o pós-neoliberalismo como essa estratégia política para enfrentar a crise de governabilidade da segunda metade da década de 1990 devido ao aumento da rejeição e resistências populares ao neoliberalismo no continente (como a atenção à pobreza para reduzir a instabilidade social e as reformas educativas para gerar “capital humano”). Segundo a autora, a crise financeira no México em 1995, que se espalhou para o Brasil e a Argentina, e a crise na Ásia em 1997, criaram um contexto de maior instabilidade econômica que adicionou riscos políticos ao capital transnacional na região. Uma nova mutação era necessária.

Esse novo consenso (mutação) começa a ser gerado em 1996, com Joseph Stiglitz como vice-presidente e economista chefe do Banco Mundial e as publicações de “*Informe sobre el desarrollo mundial 1997: El Estado en un mundo en transformación*”¹¹⁶ e “*Más allá del Consenso de Washington. La hora de la reforma institucional*”¹¹⁷. Onde esse “más allá” (além) é no sentido de corrigir para continuar e não no sentido de superar ou se opor. A estratégia pós-neoliberal passou por diferentes fases e ênfases, se manifestando destacadamente em um neodesenvolvimentismo

115 No original: “[...] el Estado en el neoliberalismo es un activo agente económico también para la “redistribución del ingreso” sólo que transfiriéndolo de los de menor ingreso a los de mayor ingreso, utilizando para ello instrumentos impositivos, mediante precios y tarifas, en la asignación del gasto público, con intervenciones de promoción y financiamiento directos al capital, y con mecanismos económicos y extraeconómicos de disciplinamiento y despojo a los trabajadores. La reestructura neoliberal del capitalismo implica la “privatización” del Estado pues convierte al interés minoritario del capital en *interés general* (“público”), incluso cuando no se modifica el status jurídico de “propiedad estatal” de sus organismos o empresas.”

116 BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial 1997: El Estado en un mundo en transformación** - **Resumen (Español)**. 1997. Disponível em: <https://documentos.bancomundial.org/es/publication/documents-reports/documentdetail/973681468778813985/resumen-del-informe-sobre-el-desarrollo-mundial-1997-el-estado-en-un-mundo-en-transformaci-243-n>. Acesso em: 22 set. 2024.

117 BANCO MUNDIAL. **Más allá del Consenso de Washington: La hora de la reforma institucional (Español)**. 1998. Disponível em: <https://documentos.bancomundial.org/es/publication/documents-reports/documentdetail/800471468010841357/mas-alla-del-consenso-de-washington-la-hora-de-la-reforma-institucional>. Acesso em: 22 set. 2024.

neocolonialista, adotado por uma grande parcela da própria esquerda da região, como sendo essa suposta alternativa progressista ao neoliberalismo (STOLOWICZ, 2010).

A “mudança de época” que foi proclamada como caracterização do novo momento latino-americano aludia também a um enfraquecimento imperialista na região. Apesar de estarmos em um momento incomparável na história da América Latina devido ao número de expressões governamentais de maior distância do governo dos Estados Unidos, há também uma necessidade de rever as avaliações que foram feitas nos últimos anos sobre os graus de subordinação ou autonomia em relação ao imperialismo, pensados apenas pela diplomacia. A partir dos reducionismos analíticos sobre o imperialismo, ultimamente concebidos apenas como uma relação de dominação de um Estado sobre outro, perdeu-se de vista o fato de que o imperialismo é essencialmente o domínio molecular do capital financeiro (com isso querer dizer a fusão potencializada de todas as suas formas de reprodução e concentração), que utiliza o poder de seus Estados para sua penetração territorial, para a exportação de capital, mercadorias e tecnologia, para a apropriação das riquezas naturais e da mais-valia. Visto desta maneira, o “neodesenvolvimento” não implica uma diminuição do poder imperialista, mas o contrário. (STOLOWICZ, 2020, p. 207)

Nessa reconfiguração, o pós-neoliberalismo adquiria papel de estabilizador para a continuidade de uma dominação político-econômica. Se o neoliberalismo era comumente descrito como “estado mínimo”, colocar a alternativa como “regulação” ou “mais Estado” remetia a uma superação do então modelo. “Superação” que se deu mais em termos de manipulação de linguagem e discurso do que em uma superação concreta. O momento pós-neoliberal não se opôs, mesmo com seus avanços de caráter mais imediato, as explorações típicas presentes na América Latina em sua divisão internacional do trabalho e como periferia do capitalismo mundial. Se o neoliberalismo das décadas de 1970, 1980 e 1990 foi a etapa de “choque”, “demolidora” na região, que necessitou do aporte de ditaduras, como também reitera Klein (2008), a etapa pós-neoliberal foi a “estabilizadora”, com regimes representativos úteis para gerar consensos em torno de demandas, de uma governabilidade democrática, sem romper com os objetivos do grande capital e das lógicas de acumulação. Quanto mais profunda a demolição, mais fácil a estabilização (STOLOWICZ, 2016; 2017).

Tomando a propaganda como verdade, se impôs a ideia de que o neoliberalismo se baseia exclusivamente no mercado, e não no Estado, e, portanto, qualquer apelo ao Estado foi interpretado como antineoliberal ou pós-neoliberal. Uma armadilha tremenda sobre a

qual se construiu a estratégia de reestruturação capitalista [...]¹¹⁸.
(STOLOWICZ, 2017, p. 26) (tradução nossa)

Pode parecer constraintuitivo, mas para a autora (STOLOWICZ, 2017) foi com o discurso anti-neoliberal dos anos de 1990 que o capital se fortaleceu material e simbolicamente. O processo de reestruturação do capitalismo necessitava de maior estabilidade para sua continuidade. As respostas aos seus impactos sociais podem ter afastado (momentaneamente) os típicos representantes eleitorais do capital: a direita. Contudo, isso não significou à não execução da estratégia. E ela veio por meio de uma ideia de crescimento com equidade e integração a uma globalização vista como inevitável¹¹⁹.

[...] para superá-la, era necessário "voltar ao crescimento". A crise da dívida era a "oportunidade", como diziam, para assumir que somente o investimento estrangeiro direto tornaria o crescimento possível, pois forneceria capital, tecnologia e mercados. Para isso, era preciso abrir as economias. A América Latina poderia entrar no mercado global "exportando o que há de mais abundante", ou seja, como exportadora primária. A inflação precisava ser reduzida e o déficit fiscal reduzido, pois a dívida externa precisava ser paga [...].¹²⁰ (STOLOWICZ, 2017, p. 27) (tradução nossa)

A ideia de uma economia social de mercado se configurou como um meio mais sofisticado e flexível de estabilização de conflitos sociais (STOLOWICZ, 2016; VEGA, 2019). É nítido que a autora parte sua análise do entendimento de crises como momentos (potencialidades) de oportunidades para testar e/ou adotar novos mecanismos de reestruturação. Dentro disso, para ela, essa nova fase (estratégia, momento ou melhor: mutação) que marca o início dos anos 2000 na América Latina se apresentou como inclusão. Ou como coloca Vega (2019): uma busca por integração de parcelas marginalizadas da sociedade por meio do consumo, para gerar coesão interna e um sentimento de pertencimento à sociedade global (cidadão como consumidor).

118 No original: "Tomando como verdad la propaganda, se impuso la idea de que el neoliberalismo es sólo mercado, no-Estado, y de ahí que toda apelación al Estado se tomara como antineoliberal o posneoliberal. Una tremenda trampa sobre la que se construyó la estrategia de reestructuración capitalista [...]."

119 A CEPAL teve papel importante na disseminação dessa lógica, entre os anos de 1970 e 1980 (VEGA, 2019).

120 No original: "[...] para superarlo había que "volver al crecimiento". La crisis de la deuda fue la "oportunidad", así lo decían, para que se asumiera que solo la inversión extranjera directa iba a hacer posible el crecimiento, porque daría capital, tecnología y mercados. Para ello había que abrir las economías. América Latina podría insertarse en el mercado global "exportando lo más abundante", es decir, como primario-exportadora. Había que abatir la inflación y reducir el déficit fiscal porque había que pagar la deuda externa [...]."

Assim, essa pretensa estabilidade política exigia combater, segundo Stolowicz (2017), ao menos no curto prazo, a pobreza, especialmente por meio de políticas de transferência governamental focalizadas. Além de, adicionalmente, fortalecer o capital financeiro com obras de infraestrutura¹²¹, transporte, telecomunicações, energia. Mas, essa democracia governável, com um Estado presente e conciliador, logo foi mostrando limites e contradições. Por isso, a construção de uma ordem jurídica para assegurar o capital e seus processos de acumulação, também inclui intensificar atividade legislativa e judicial para criminalizar protestos (STOLOWICZ, 2017), como também aponta Dávalos (2011; 2014).

Resulta que o desenvolvimento e perpetuação de tal estratégia não só fortaleceu materialmente o processo de acumulação de capital via continuidade da dependência, mas também contribuiu para processos de despolitização¹²² (seja via criminalização de protestos ou enfraquecimento de sindicatos). Como exemplo, Beatriz Stolowicz cita casos como o do Brasil, com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)¹²³.

Vega (2019), analisando o livro *El misterio del posneoliberalismo* (Tomo II)¹²⁴, afirma que para Beatriz Stolowicz as transformações do capitalismo latino-americano, destacadamente sua reestruturação de caráter neoliberal, tem uma conexão direta com estratégias de construção de hegemonia de classe, dificultando projetos alternativos (de Estado, de governabilidade, de desenvolvimento, etc).

[...] tanto as ditaduras quanto as transições fizeram parte de uma estratégia conscientemente dirigida pelos setores dominantes, cujo plano diretor foi expresso em um documento conhecido como "O Tijolo". Escrito no Chile em 1969, ele delineia as duas fases da estratégia de um projeto que busca a reestruturação do capitalismo. Uma fase de destruição criativa, que no caso chileno foi realizada pela ditadura de Pinochet, que demoliu o antigo padrão de acumulação e seu Estado desenvolvimentista. E uma segunda fase de estabilização, que visa consolidar as bases desse novo capitalismo e é personificada pela *Concertación*. Desde o início desta obra, Stolowicz apresenta uma revelação que rompe não apenas com o passado, mas também com o presente da América Latina: a segunda fase, frequentemente apresentada como "progressista" e "pós-neoliberal", é, na verdade, a

121 Tentativa de reciclar a acumulação por despossessão com espoliação territorial, tanto quanto o saque de recursos naturais e superexploração da força de trabalho (STOLOWICZ, 2020).

122 Pensar de forma mais detida tais nuances do momento pós-neoliberal na região pode nos ajudar a compreender melhor os fenômenos atuais de crescimento da extrema-direita no continente.

123 Nessa fala de 2018 o exemplo do Brasil também é mencionado. Ver: GT DE TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA. **O processo de direitização na América Latina – Beatriz Stolowicz.** Youtube. 6 set. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wR8Wou8oWAs>. Acesso em: 22 set. 2024.

124 Na realização desse trabalho, não foi encontrado uma versão disponível online do livro, ou em PDF, e seu valor de compra era entorno de 500,00 dólares, tornando inviável consultá-lo diretamente.

concretização do plano dos Chicago Boys [...]¹²⁵. (VEGA, 2019, p. 234) (tradução nossa)

É nessa junção de uma perspectiva de economia social de mercado, com raízes ordeneoliberais (uma ordem normativa econômica e a ideia de uma economia de mercado social visando o consenso), que é possível estabelecer uma ponte entre os trabalhos de Stolowicz¹²⁶ (2010; 2016; 2017; 2020) com Brown (2019) e Slobodian (2021).

Brow (2019), afirma que os ordoliberais são meio-irmão dos intelectuais neoliberais originais, destacadamente Friedrich Hayek e Milton Friedman. Defendiam que um Estado forte era necessário para a construção de ordem e estabilidade econômica, ao mesmo tempo em que o conferia uma forma tecnocrática e isolada de demandas democráticas (queria substituir essa por uma tecnocracia de Estado forte e autônomo). Essa escola neoliberal também envolvia a redução da democracia a um método. Os ordoliberais abordaram a questão social no sentido de cooptar ao invés de dissolver, daí a ideia de uma economia social de mercado.

Essa perspectiva compartilha com Hayek e Friedman a desconfiança frente ao político e à democracia (não independente frente a grupos de interesse), mas não sua rejeição a soberania estatal. Segundo Brown (2019), a contribuição do ordoliberalismo para a teoria neoliberal na relação economia-Estado é a ideia de “constituição econômica” – uma maneira de orientar o Estado a apoiar as dinâmicas do mercado. Um compromisso que deve ser assegurado politicamente (p.93), sob uma suposta expertise técnica como orientação para a ação estatal desinteressada em nome dos mercados (uma estabilidade econômica que o campo da política teria que respeitar).

Slobodian (2021) também aborda essas características dos ordoliberais e, inclusive, menciona a relação desse pensamento com países do Sul global. Segundo o autor, esse gênero do pensamento neoliberal, com berço na Escola de Friburgo,

125 No original: “[...] tanto dictaduras como transiciones formaron parte de una estrategia conscientemente dirigida por los sectores dominantes y cuyo plan maestro se expresó en un documento conocido como El Ladrillo. Escrito en Chile 1969, en él están señaladas las dos fases de la estrategia de un proyecto que busca la reestructuración del capitalismo. Una fase de destrucción creativa que para el caso chileno fue ejecutada por la dictadura de Pinochet que demolió el antiguo patrón de acumulación y su Estado desarrollista. Y una segunda fase de estabilización que pretende consolidar las bases de este nuevo capitalismo y que tiene en la Concertación su personificación. Desde el inicio de esta obra Stolowicz nos hace una revelación que trastoca el pasado pero también el presente de América Latina: la segunda fase que se suele presentar como “progresista” y “posneoliberal” en realidad es la realización del plan de los Chicago Boys [...]”.

126 Vega (2019), coloca que a autora também denomina o pós-neoliberalismo como “ordo-neoliberalismo”.

denunciava a democratização do mundo no pós-Segunda Guerra e pregava a “constituição econômica”. Essa ordenação estatal se baseava na relação entre lei/direito e economia, primeiro como ferreamente para uma perspectiva econômica neoliberal. A perspectiva ordoliberal, especialmente na sua ênfase entre lei e mercado, sofreu forte influência do pensamento de Carl Schmitt, dá ideia de ser necessário se ter um mínimo de ordem. Uma perspectiva de instituições para equilibrar o mundo político e o econômico, achar soluções legais e institucionais para os efeitos destrutivos da democracia nos processos de mercado (SLOBODIAN, 2021).

Slobodian (2021) apresenta uma lista de escolas que compõem o pensamento neoliberal: a Escola de Friburgo (berço ordoliberal com destaque para autores como Walter Eucken e Franz Böhm), a Escola de Chicago (comandada por Milton Friedman), a Escola da Colônia (com destaque para Ludwig Müller-Armack) e a Escola de Genebra (com destaque para acadêmicos como Wilhelm Röpke, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek). Desses, o autor afirma que Friburgo, Chicago e Genebra foram as que mais influenciaram o pensamento econômico hegemônico na América Latina até pelo menos a metade da segunda década do século XXI.

A escola de Genebra, especialmente, influenciou a América Latina com um modelo baseado em instituições de governança com proteção dos direitos do capital privado. Em um mundo onde a ênfase na democracia crescia, a solução de base hayekiana era um desenho institucional de normas de enquadramento da atividade econômica e limites a democracia, por meio do papel indispensável do Estado. Uma interdependência econômica e jurídica. Um neoliberalismo constitucionalista. Com isso, os neoliberais, especialmente os alemães da Escola de Friburgo, semearam o campo do direito econômico e ajudaram a teorizar um modelo de governança econômica global. Eles foram fundamentais para alavancar a ideia de integração no entre guerras, especialmente na Europa com os escritos de Wilhelm Röpke e outros acadêmicos da Escola de Genebra (SLOBODIAN, 2021).

Slobodian (2021) demonstra bem como é falsa a ideia atribuída aos neoliberais de um mercado autônomo e autogovernado. Enquanto os ordoliberais de Friburgo desenvolveram a ideia de “constituição econômico”, a Escola de Genebra defendia uma integração econômica mundial interdependente apoiada em arranjos institucionais para salvaguardar a divisão do mundo capitalista, permitir a concorrência e a divisão internacional do trabalho. Mas, o então projeto de integração da Europa (Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Econômica Europeia – CEE, em 1957) não era visto

com bons olhos por esse grupo. O primeiro membro do núcleo duro dos neoliberais clássicos que se desviou dessa posição foi Alfred Müller-Armack, que junto com a Escola de Friburgo definiu a posição neoliberal alemã e foi quem cunhou a expressão “economia de mercado social” (p.204).

Por um lado, como mostra Slobodian (2021), Müller-Armack queria encontrar soluções e um terreno comum com adversários ideológicos nos debates geopolíticos e econômicos de então; por outro lado, acreditava que as condições dessas esferas sociais mudavam e que então as instituições devem se adaptar com elas. Assim:

O termo combinava princípios de livre mercado com atenção às preocupações de bem-estar e trabalho de uma forma que irritaria outros neoliberais ao longo do tempo, mas Müller-Armack tinha escolhido o termo precisamente por sua ‘irônica’ função mediadora. (SLOBODIAN, 2021, p. 204)

Frente aos então debates sobre subsídios agrícolas e protecionismo entorno do Tratado de Roma, países da Ásia, América Latino e Estados não associados a África (que estava no debate colonial frente a ideia econômica de Euráfrica) eram os que mais criticavam abertamente a CEE e encontraram aliados táticos nos neoliberais austríacos e alemães (SLOBODIAN, 2021).

Com isso, na conformação dessa relação entre política econômica e manejo sociopolítico, a novidade do pós-neoliberalismo latino-americano é que ele vai além do discurso neoliberal clássico de que as políticas sociais são um mal necessário; ele as transforma em uma oportunidade para o capital financiado pelo Estado. Nesse contexto, o Consenso de Washington, muito mais que uma imposição externa, foi também um acordo entre as elites (VEGA, 2019).

Assim, o que se pode concluir é que, na prática, não se cumpriu o discurso de se opor ao neoliberalismo. Pelo contrário: gerou-se maiores contradições sociais e políticas e conflitos crescentes (STOLOWICZ, 2020). Isso foi deixando um vazio a ser disputado, contribuindo, posteriormente, na construção de discursos de partidos e líderes de extrema-direita, a exemplo de um discurso entorno da violência e seu uso jurídico-político. Um uso estratégico de dispositivos e mecanismos de violência e medo, que também fazem parte da novidade dos processos de acumulação por desapropriação e da mudança institucional do pós-neoliberalismo e de sua necessidade de dominar por meio do consenso, adotando uma economia social de mercado com raízes ordoliberais. Uma articulação de formas de controle dos conflitos não apenas por meio de um quadro

de aparatos legais, mas também desse consenso como gestão e dominação, para garantir a lógica e a ordem econômica de acumulação do capital.

3.3–Pós-neoliberalismo como mutações consubstancializadas

O tópico anterior buscou demonstrar que o neoliberalismo permaneceu, em maior ou menor grau, sendo o marco dominante nas ações dos Estados na região, mesmo em um período em que se pregava um contraponto a esse modelo. E, posteriormente, passou a deixar cada vez mais evidente sua correlação com autoritarismos que lhe são constitutivos.

A partir da ideia de mutações e de novas variantes surgindo no próprio neoliberalismo (CALLISON e MANFREDI, 2020), reforça-se a noção de que o neoliberalismo é um fenômeno situado histórica e espacialmente, se configurando, adaptando e atuando a partir de especificidades locais, mas sem nunca deixar o seu eixo central: o capitalismo. Esse entendimento em diálogo com as análises críticas de Dávalos (2011; 2012; 2014) e, especialmente, Stolowicz (2010; 2011; 2016; 2017; 2020) com sua perspectiva do pós-neoliberalismo como reforma estabilizadora objetivando consolidação, permite então inferir que o momento nomeado como “Onda Rosa” é um exemplo de mutação neoliberal consubstanciada para o contexto latino-americano.

A Onda Rosa pós-neoliberal foi o resultado entre a adoção do receituário do Consenso de Washington (abertura econômica, privatizações, desregulamentação e flexibilização) e a agitação dos movimentos sociais para o seu enfrentamento. Mobilizações que colocaram o neoliberalismo na defensiva e descredibilizaram o sistema político da região na década de 1990 (DÁVALOS, 2012).

Costa e Carvalho (2019), argumentam como a América Latina se viu frente a uma possibilidade de superar o neoliberalismo, mas a correlação de forças e a intencionalidade dos atores sociais obstruíram sua concretização. Em última instância, essa primeira experiência progressista pode ser lida não apenas como um exemplo concreto de uma mutação adaptativa; mas também, como coloca os autores, como mais uma etapa e ratificação (a partir da década de 1970) do movimento do próprio capitalismo dependente contemporâneo latino-americano. E, como vimos, a dependência é uma atualização do imperialismo caracterizado, segundo ainda esses

autores, pela predominância dos interesses do capital financeiro internacional operando em todos os níveis a partir de dentro das nações: na esfera produtiva, comercial e financeira.

Costa e Carvalho (2019) ainda contribuem, mesmo não trabalhando a partir da perspectiva de Connell e Dados (2014), para o entendimento de que o fenômeno do neoliberalismo precisa também ser visto como um fator limitador de um crescimento e desenvolvimento autônomos para os países da região. Para Costa e Carvalho (2019), sua rápida implementação em nossos territórios foi possível especialmente por conta da influência de organizações financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial) que impuseram condições de crédito, planos de ajuste estrutural, rigor nas políticas monetárias, redução das funções sociais do Estado, privatizações e o pagamento regular do serviço da dívida.

Em todos os casos, as reformas neoliberais se destacaram ao longo do tempo na América Latina pela baixo crescimento econômico, desindustrialização das economias, exclusão social, expansão da pobreza, concentração de renda, geração de enormes déficits públicos, redução salarial, precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego, deterioração dos serviços públicos, ampliação do setor informal de trabalho, expropriação de direitos fundamentais da maioria da população, redução da cidadania, enfraquecimento dos sindicatos, falência de pequenas empresas, expansão da violência e forte instabilidade política. (COSTA e CARVALHO, 2019, p. 144)

Segundo Florestan Fernandes (2009, *apud* Costa e Carvalho 2019, p. 147), o moderno imperialismo se iniciou suavemente, “através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado [...]”, por isso foram (e muitas vezes ainda são) vistas como uma contribuição ao desenvolvimentismo, tendo recebido por isso apoios políticos e econômicos. Uma lógica que no neodesenvolvimentismo continuou por outras vias.

Ainda na década de 1980, a “década perdida” marcada pela vulnerabilidade financeira de várias economias da região devido ao peso das dívidas externas, era possível observar um movimento de reconversão em prol da agroexportação, da mineração e dos serviços, aprofundando a dependência e o assentamento da ideologia neoliberal (COSTA e CARVALHO, 2019).

Com efeito, excetuando a Venezuela bolivariana na época de Chávez, nenhum governo se afastou completamente do padrão neoliberal, seja pelas alianças feitas ou pela própria adesão a certos elementos programáticos do neoliberalismo. O caráter “pós-neoliberal” do progressismo, como mostrou Beatriz Stolowicz (2016), evidenciou

uma ambiguidade substancial: entendeu-se o neoliberalismo a partir de uma concepção simplista, como monetarismo do *laissez-faire*, ou seja, unicamente como uma ideologia e uma política destrutiva e privatizadora. Não obstante, o neoliberalismo é também uma lógica, ou melhor, uma forma de governar cujo objetivo é a produção de uma nova ordem social, institucional e inter-subjetiva e não só econômica, enfim, uma nova “razão do mundo” [...]. Além do mais, vários países da região, que não vivenciaram a chegada ao governo de forças políticas de esquerda, mantiveram o “modelo” praticamente intacto, o que resultou em dificuldades insuperáveis para a consolidação de políticas de integração e de um regionalismo realmente pós-liberal. (BENZI e PEREGALLI, 2020, p. 217)

Ao mesmo tempo, se observava graus distintos de debilidade entre os Estados, em decorrência da natureza, extensão e intensidade dos ajustes econômicos exigidos, suas características sociais, a relação entre setor público e privado, movimentos de resistências e a constituição histórica de seu desenvolvimento, como apontado em Bambirra (2013) e Löwy (2016).

Ao longo do período dos governos progressistas pode-se observar algum arrefecimento quanto aos impactos mais diretos das políticas neoliberais (muito por conta de políticas sociais de redistribuição de renda), mas a partir da segunda metade da década de 2010, assistimos ao (re)recrudescimento dessas políticas, como o amplo aumento do trabalho informal (COSTA e CARVALHO, 2019). Por outro lado, em outros aspectos que caracterizam o modelo neoliberal, como no discurso tecnocrático, a ligação com conservadorismos e, especialmente, o aspecto penal, esse arrefecimento parece não ter ocorrido ou ocorreu em um grau bem menor.

Segundo Benzi e Peregalli (2020), o neodesenvolvimentismo realmente existente não foi além de reeditar algumas políticas desenvolvimentistas no contexto do capitalismo neoliberal financeirizado. Ao final, o ciclo progressista foi mais um amontoado de projetos reformistas de cima para baixo (um reformismo mais radical no caso da Venezuela), de reestabelecimento e gestão da ordem social após a crise da governabilidade neoliberal (vinda dos anos de 1990), objetivando a modernização do capitalismo regional a partir de uma maior participação do Estado. A crítica à colonialidade também foi limitada e acompanhada de um acalorado discurso modernizador para legitimar as políticas extrativistas e de despossessão (p. 219). Consequentemente, após pouco mais de uma década de prosperidade e estabilidade relativa, a América Latina foi abalada novamente por reveses políticos e econômicos, golpes de Estado e crises institucionais.

[...] as experiências de implantação da democracia política liberal na década de 1990 revelaram-se muito precárias e fracassaram, finalmente, devido à associação visceral com o neoliberalismo econômico e social, isto é, uma forma neoligárquica de governo antitética à democracia ainda que, dependendo do país, tenha apresentado avanços relativamente significativos em termos de direitos políticos e em menor grau civis. No entanto, a despeito dos disfarces de participação cidadã e multicultural, a ficção democrática neoliberal não pôde lidar com a desigualdade e a exclusão social, de gênero, étnica e racial primordial e persistente nas sociedades latino-americanas. (BENZI e PEREGALLI, 2020, p. 215-216)

Segundo Dávalos (2012), a democracia foi adquirindo propósito de criar marcos jurídicos e institucionais (diferente das imposições no período das ditaduras) que permitam a execução de ajustes econômicos, aceitação e reconhecimento por parte da sociedade, apelando constantemente para a ideia de governabilidade do sistema como recurso de disciplina e ordem, de administração de consensos e descensos dentro dos limites do sistema político liberal.

Esta reflexão pode nos ajudar a compreender as implicações subjacentes de várias declarações feitas por alguns presidentes latino-americanos quando movimentos sociais se opõem às tendências extractivistas da acumulação por desapropriação. Isso inclui a acusação feita pelo presidente boliviano Evo Morales, que rejeitou a marcha de organizações sociais que defendiam o TIPNIS (Tipnis) contra a construção de uma rodovia. Isso inclui declarações de Lula, então presidente do Brasil, contra organizações sociais que defendiam seu território da soja e da mineração em grande escala a céu aberto. Isso inclui declarações do presidente equatoriano Rafael Correa durante os eventos de Dayuma em 2007, quando afirmou: "Aqueles que se opõem ao desenvolvimento são terroristas". Isso inclui a criminalização e a perseguição do povo Mapuche pelos governos da Concertación no Chile. [...] A dissidência e o questionamento do Estado por organizações sociais podem criar "insegurança jurídica", e isso afugenta investidores. Sem investimento estrangeiro direto, dizem os governos pós-neoliberais, não há crescimento econômico e, sem ele, não há emprego nem renda. Este é o núcleo que liga a criminalização social à acumulação de capital.¹²⁷ (DÁVALOS, 2012, p. 146-147) (tradução nossa)

127 No original: "Esta reflexión puede ayudarnos a comprender el trasfondo de varias expresiones de algunos presidentes latinoamericanos cuando los movimientos sociales se oponen a las derivas extractivas de la acumulación por desposesión, como la acusación de Evo Morales, presidente de Bolivia que descalificó la marcha de las organizaciones sociales que defendían el TIPNIS de la construcción de una carretera, o aquellas declaraciones de Lula, entonces Presidente de Brasil, en contra de las organizaciones sociales que defendían su territorio de la soja y la minería abierta a gran escala, o aquella de Rafael Correa, presidente del Ecuador, durante los eventos de Dayuma en 2007, cuando dijo textualmente: "quienes se oponen al desarrollo son terroristas", o la criminalización y persecución al pueblo mapuche que hicieron los gobiernos de la Concertación en Chile. [...] La disidencia y el cuestionamiento hacia la razón de estado que puedan realizar las organizaciones sociales puede crear "inseguridad jurídica", y esto ahuyenta a los inversionistas. Sin inversión extranjera directa, dicen los gobiernos posneoliberales, no hay crecimiento económico y sin éste no hay ni empleo ni ingresos. Éste es el núcleo que une la criminalización social con la acumulación del capital."

Mais recentemente, depois da ascensão de vários governos de direita (Onda Azul) e uma modesta segunda onda progressista iniciando em alguns países, na pandemia de Covid-19, alguns desses pontos ficam ainda mais evidentes, assim como oifica a errônea ideia de um “neoliberalismo zumbi”. Valente (2024) escreve:

Desde a crise econômica de 2008, agudizada pela pandemia de Covid-19, o modelo neoliberal mostrou sua falência em resolver os principais problemas da humanidade, como a desigualdade, a fome, a perversa distribuição de rendas e de acesso aos serviços básicos de que os povos necessitam. No curso da pandemia, muito se falou sobre a impossibilidade de combater seus efeitos sob o paradigma neoliberal. No entanto, hoje assistimos ao recrudescimento do neoliberalismo, uma espécie de “dobrada de aposta no modelo”, acompanhado do crescimento da extrema direita no mundo e na América Latina, colocando em risco a frágil democracia, em especial na nossa região. (VALENTE, 2024, p. 125)

Como é de se esperar frente a uma mutação que busca se adaptar para dar continuidade ao processo de acumulação, Costa e Carvalho (2019), mesmo também não trabalhando a partir da perspectiva de Callison e Manfredi (2020), e sim de uma base marxista da dependência, concluem que muitos dos governos eleitos com promessas antineoliberais, entre eles os dois primeiros governos Lula e, posteriormente, os dois governos Dilma (tendo a presidenta em seu segundo mandato sofrido um golpe parlamentar que abriu ainda mais espaço para a intensificação de políticas neoliberais), levaram-nas apenas até certo limite. Avançaram mais no plano da política externa e na adoção de algumas modalidades de políticas sociais; entretanto, no conjunto das ações desses primeiros governos progressistas, o neoliberalismo não foi extinto em suas raízes (p. 157). Pelo contrário, como afirma Stolowicz (2020) e Dávalos (2012; 2014), foi majoritariamente uma estratégia, bem-sucedida, de reprodução do capital e controle social.

CONCLUSÃO:

Caminhando em complementariedade: o neoliberalismo como movimento integrante e superior da continuidade imperialista

Escrever duas centenas de páginas em quatro anos, para alguns, pode parecer algo simples. Mas, a verdade é que esse trabalho reflete não só um amadurecimento acadêmico, mas também de perspectivas e posicionamentos pessoais. Por isso, logo de início, essa tese optou por uma construção argumentativa (e defesa epistemológica) que se vinculasse a uma perspectiva de Ciência Política interdisciplinar, que dialogue com outros campos epistêmicos em suas pesquisas e que se questione sobre as origens da própria disciplina.

Esse trabalho de natureza teórico-analítica, histórica e empiricamente orientada, buscou tanto tensionar como ampliar uma agenda de pesquisa e apresentar alguns caminhos teóricos para o campo a partir de leituras decoloniais e marxistas. Pude evidenciar: 1) a correlação do fenômeno do imperialismo com o fenômeno do neoliberalismo realmente existente na América Latina; e 2) a omissão de conceitos, perspectivas e autoras/autores nos debates sobre neoliberalismo na Ciência Política hegemônica brasileira. Esses dois pontos se mostram fundamentais tendo em vista que o neoliberalismo, mesmo não sendo a causa de todos os nossos problemas, se tornou essencial para entender os fenômenos democráticos na atualidade. Logo, a intenção foi evitar limites interpretativos e importação pura e simples de teorias (especialmente pelo fato de que as teorias dominantes na Ciência Política, em grande medida, são produzidas em contextos do Norte global).

Partindo desde o Sul global, a pergunta que guiou essa construção argumentativa foi: a lógica neoliberal aplicada na América Latina é uma continuidade da lógica de políticas imperialistas na contemporaneidade? A resposta, na verdade, é: sim e não. No sentido de que neoliberalismo e imperialismo não são sinônimos, mas fazem parte de um sistema mais amplo e se complementam necessariamente. Imperialismo e neoliberalismo possuem uma relação complexa e caleidoscópica, coexistindo de forma siamesa e um servindo ao outro em momentos distintos. O primeiro é um movimento complementar e superior do segundo. E, a busca por tentar desvendar e explicar essa

realidade complexa, precisa de um esforço inter e transdisciplinar, para evitar recair em limitações explicativas.

Com isso em mente, e para construir esse entendimento, a tese se iniciou colocando as premissas que deram sul a pesquisa: 1) a dicotomia Sul/Norte global, enquanto relação que remete a geopolítica do poder, das desigualdades e da modernidade capitalista; 2) a influência marxista e a perspectiva decolonial, onde a colonialidade é um fenômeno (político, econômico, social e cultural) mais amplo do que sua representação histórica, sendo parte da própria modernidade (colonialidade do poder, do saber e do ser); 3) a América Latina como um lugar geográfico e epistêmico com características, entendimentos e tensionamentos múltiplos, marcada por relações de dominação (agregado multidimensional de condições que inibem ou impedem uma autodeterminação ampla). Também como local precursor tanto na gênese e implementação do neoliberalismo quanto no surgimento de resistências e alternativas a ele; 4) a ideia de imperialidade democrática, que ajudou a entender porque uma noção minimalista de democracia sequestra, captura e esteriliza a própria noção de democracia na lógica neoliberal (processos de desdemocratização e pós-democracia); 5) ampliação do entendimento de Estado: não só como campo de disputa e uma forma administrativa racional de organização e ordem política, mas também como formado por constructos cognitivos de ordenamento e classificação que incide nas várias esferas da vida cotidiana.

Assentada esta base, iniciei, no capítulo um, para uma definição das duas categorias centrais desse trabalho: imperialismo e neoliberalismo. Comecei contextualizando e trazendo apontamentos sobre o histórico de formação da América Latina, seu período colonial, divisão internacional do trabalho, passando pela constante influência e interferência estrangeira (mesmo depois das independências), especialmente na Guerra Fria. A partir disso, se coloca como foco o imperialismo moderno e não o de outras épocas históricas.

O imperialismo de caráter capitalista faz parte de um fenômeno político e econômico mais amplo, o colonialismo (o imperialismo é o braço interno do colonialismo). Ele serve, como categoria, para pensar principalmente desigualdades. E se mostrou volátil em termos de adaptação e adequação ao estágio global de desenvolvimento, atuando de fora para dentro e de dentro para fora (interno e externo). Assim, o imperialismo não diz apenas de domínio territorial, mas diz muito mais sobre

relações de poder e dominação assimétricas entre regiões e Estados. Hoje ele tem o comércio mundial como base e a dependência como efeito.

Dentro da chamada perspectiva clássica (de análise desse fenômeno), elaborei uma apresentação geral de autores importantes para o debate, aprofundando em alguma medida as colocações de Lênin. Os estudos desse autor apontaram o imperialismo como uma etapa superior do capitalismo, já que o primeiro é vital para a continuidade e expansão do segundo. Diferente de Lênin, não se optou pelo entendimento de etapa e sim de movimento. Mesmo frente as contribuições do pensador russo, foi a elaboração teórica de Rosa Luxemburgo que ganhou centralidade na definição de imperialismo.

Para a economista polonesa, a categoria é a expressão política do processo de acumulação em sua luta (necessária) para conquistar regiões não capitalistas. Logo, a autora deu maior centralidade a territórios fora da Europa. Rosa e Lênin discordam na necessidade de mercados externos para a realização do valor e, principalmente, pela ideia de o imperialismo ser uma fase ou estágio do capitalismo. Para Luxemburgo, ele é condição necessária e constante do capitalismo. Logo, a periferia do sistema é central para a acumulação. Está no cerne da disputa constante de territórios e na expropriação de bens, saberes, acervos e modos coletivos.

Ao longo da segunda metade do século XX, a categoria vai perdendo espaço. Ainda assim, há tentativas de renovação e recolocação da categoria nos debates. Essas tentativas vieram a partir da indagação sobre a continuidade de práticas imperialistas frente a dinamicidade do capital. Após a queda do Muro de Berlim, essas renovações se voltam para a mercantilização de outros aspectos da sociedade para além da expansão territorial, se adaptando ao funcionamento do capitalismo contemporâneo financeiro e adquirindo novos instrumentos de dominação.

Assim, não há um “novo” imperialismo, mas sim uma continuidade a partir de mudanças necessárias. A acumulação por espoliação na contemporaneidade se dá pela financeirização. A atual especificidade deixou de lado as formas antigas de colonialismo (colônias/metrópoles). Agora se utiliza de uma dependência via mercado e capital internacional.

Para os já iniciados no debate sobre o neoliberalismo, a menção acima da financeirização já levanta conexões com o fenômeno do neoliberalismo. Mas, não para por aí. Para colocar em prática essa espoliação contemporânea é necessária uma ordem política, social e legal regulada e previsível. Um ponto fundamental para a manutenção e constante renovação da lógica imperialista é uma hegemonia fundada em um

equilíbrio instável entre coerção e consenso, evidentes em momentos de crise em que alguém terá que arcar com ela.

Através dessa ponte, começo a apresentação e definição do neoliberalismo, esse elemento que conforma vários problemas políticos, econômicos e sociais nas últimas décadas. Se parte de três premissas: 1) os nexos entre Estado, neoliberalismo e democracia são indissociáveis desde a origem; 2) a categoria não como um “zumbi”, mas sim como “mutante” (formas que procuram sobreviver e se adaptar a ambientes de mudança para continuar a se desenvolver); 3) categoria polissêmica, aberta e multiforme.

Recortei, optando por não trabalhar o neoliberalismo via seus idealizadores e defensores (chamado de neoliberalismo utópico ou clássico). Optei por partir de leituras críticas posteriores e eles (o chamado neoliberalismo realmente existente). Um outro recorte foi feito, dessa vez dentre a larga e diversificada produção com essa ênfase, chegando a uma conceituação que tem em seu núcleo quatro frentes (ou faces) principais e complementares. Assim, o neoliberalismo foi definido como (posteriormente é acrescida a sua função de complementariedade ao imperialismo contemporâneo) um complexo modelo político e econômico de reestruturação e reconfiguração do papel do Estado, caracterizado por quatro faces: teoria e prática econômica; teoria política e controle social; moral e subjetividade; e uma contenção do desenvolvimento autônomo de países na periferia do capitalismo, que no caso específico da América Latina também funcionou como contrarrevolução frente as experiências desenvolvimentistas, especialmente das décadas de 1950 e 1960.

O neoliberalismo surgiu, não apenas como um modelo econômico, mas como um movimento intelectual e um projeto civilizatório, entre os anos de 1920 e 1930, na Europa. Ele se consolidou no final dos anos de 1940 com a Sociedade de Mont Pèlerin. É um projeto multigeográfico e que se opõem (e vem conquistando a hegemonia) a outros projetos de seu tempo, como o socialismo e, posteriormente, o keynesianismo e o pós-colonialismo. Seu núcleo inicial é um mercado global protegido, via Estado, de políticas nacionais e da democracia de massas. No neoliberalismo, os mercados são um conjunto de relações que dependem de uma estrutura institucional, um redesenho do Estado, e de constantes tentativas de equilibrar as tensões entre mundo econômico e político (como exemplificado pelo pós-neoliberalismo), sem adotar a democratização como solução.

No que tange sua face enquanto teoria e prática econômica, o neoliberalismo se conforma como um projeto de reestabelecimento da acumulação (a exemplo das privatizações, que são um tipo de acumulação por espoliação) e restauração de poder de elites econômicas (atingidas pelas crises nos anos de 1970 nos países centrais). Esse processo de neoliberalização se mostrou singular entre regiões e países, mas compartilha noções como: individualização (atomização do indivíduo), privatizações, repressão aos trabalhadores (ao expressar insatisfação com os ônus do projeto), alterações na regulação econômica, financeirização, austeridade, Estado como garantidor do mercado e aspectos discursivos e ideológicos sobre liberdade, moral, meritocracia, disciplina fiscal e eficiência.

Em uma segunda face, teoria política e controle social, o neoliberalismo é pensado a partir da marginalização de grupos e indivíduos nos grandes centros urbanos, deixando de lado a dualidade entre concepção econômica e governabilidade foucaultiana. Mas, também partindo de uma reengenharia estatal, essa é tida como principal agência que conforma subjetividades, relações sociais, representações coletivas e controle sociais (mobilizações, protestos, desordens, etc). Aqui, reconheço diferenciações históricas e adaptáveis da categoria e sua reafirmação após a crise financeira de 2008. Sua inovação está no núcleo institucional do projeto, que articula Estado, mercado e cidadania.

Como resultado, temos um contexto marcado por variados níveis de insegurança social, fragmentação do trabalho, austeridade e, em muitos países, questões étnico-nacionais. Eclodem-se descontentamentos, protestos e outras manifestações lidas como “desordem” e que devem ser contidas pelo Estado (expansão do aparato penal). Um Estado enxuto e eficiente, por um lado; e intervencionista, autoritário e caro quando se trata de disciplina, ordem social e segurança pública (em governos tanto de esquerda como nos de direita).

Quanto a sua terceira face, ela diz da conformação de subjetividades e de uma moralidade que acaba por incidir diretamente em ações e atores. Se caracteriza pela economização neoliberal das esferas da vida e a anulação de elementos democráticos (se centra em ser meramente procedural). O reordenamento estatal transforma o governo em governança e gestão. Governos e empresas passam a adotar a mesma conduta e um novo sujeito autorresponsável é promovido e apresentado como empreendedor de si e da sua sobrevivência. Um discurso que colabora para a aplicação de novas formas de consenso e controle social. Hierarquias sociais são colocadas como

naturais e desigualdades sociais se convertem em ações e vontade individual. A cidadania é convertida em capital humano. A atomização, a lógica competitiva, a maximização de ganhos e responsabilização individual transcendem para todas as esferas sociais e relações.

Por óbvio, isso tem consequências nocivas, como a corrosão de laços sociais e patologias sociológicas e psicológicas. É um contexto que abre espaço para o crescimento de grupos e discursos conservadores e da extrema-direita (para o neoliberalismo clássico a junção entre o mercado e uma moral conservadora é a base para a liberdade, a ordem e o desenvolvimento da civilização ocidental), que após a crise de 2008 vem tentando mobilizar um consenso via deslocamento discursivo (por exemplo: uma luta do bem contra o mal, defesa de um passado supostamente melhor, etc).

Além desses três lados complementares na composição de um neoliberalismo realmente existente, esse trabalho optou por incrementar um quarto lado, uma quarta face. Isso ocorreu devido a um aspecto fundamental dentro dos debates na Economia Política latino-americana e da relação com as formas modernas de imperialismo: a questão do desenvolvimento. Com o fim da bipolaridade da Guerra Fria, a ênfase sobre uma noção de desenvolvimento e crescimento dos países recaiu no sucesso econômico neoliberal. Na América Latina, a influência neoliberal tem como marca o Consenso de Washington: uma agenda de redirecionamento de gastos estatais que passou a ser adotada por governos tanto à esquerda como à direita do espectro político (com maior ou menor ênfase) desde então. A partir da passagem dos anos de 1980 para 1990, adotou-se intensa abertura para a expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital.

Logo, sem desconsiderar as variedades e mutações do fenômeno e sem separar teoria e prática, a categoria também pode ser pensada a partir da experiência social da periferia do capitalismo global (a partir da dicotomia centro/periferia). Um lugar que foi e é estratégico, mas muitas vezes desconsiderado nos estudos e debates sobre a conformação neoliberal. Aqui, a categoria é entendida também como estratégia de desenvolvimento e de não desenvolvimento, a depender do território.

Na América Latina, por exemplo, a agricultura e a propriedade de terras são centrais nos processos de libertação nacional, nas políticas desenvolvimentistas e na autossuficiência econômica. Por isso estavam entre os pontos chaves nas políticas de ajustes econômicos na virada do século XX para o XXI. Mesmo com uma história

diversa da propriedade e da produção entre os países centrais e os periféricos, ambas se encontram ligadas pela história da expansão colonial e imperialista. Aqui, um caso salutar é o do Chile. A promessa neoliberal não se concretizou: um crescimento com equidade e justiça. Pelo contrário, na periferia do capitalismo neoliberal o resultado desse processo tende para formas típicas de exploração, violência e desigualdades.

O modelo neoliberal acaba sendo também um ataque e um limitador de outras estratégias de desenvolvimento na periferia. A dinâmica neoliberal reforça a colonialidade. A governança neoliberal trava um desenvolvimento autônomo local e se dissemina a ideia de que não há outra alternativa fora desse modelo.

Após a definição das categorias principais e já alguns apontamentos de suas correlações na contemporaneidade, aproveito o debate sobre o desenvolvimento levantado pela complementação da quarta face na categorização do neoliberalismo para apresentar e aprofundar conceitos e autores frutíferos para se analisar o neoliberalismo realmente existente na América Latina, mas que vem sendo deixados de lado ou tem pouca inserção (reclusas a alguns nichos) na Ciência Política brasileira dos últimos anos.

Com isso, inicio o capítulo dois com a ideia hegemônica adotada de desenvolvimento e subdesenvolvimento entre países, que prega uma lógica evolucionista de pensamento, de caráter universal e linear. No pós-Segunda Guerra, com a criação da União das Nações Unidas (ONU), é criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o intuito de fornecer estudos para embasar o desenvolvimento (em seu entendimento hegemônico) para a região.

Os cepalinos desenvolvimentistas (corrente econômica predominante até pelo menos os anos de 1970), apontam as contradições entre desenvolvimento e subdesenvolvimento na periferia global e seu aspecto estrutural na divisão internacional do trabalho. Mas, defendem uma solução a partir da industrialização por substituição de importações, promovida via Estado. Correntes críticas à CEPAL e as limitações de sua solução surgiram, destacadamente a Teoria da Dependência.

Essa ideia hegemônica de desenvolvimento foi se tornando cada vez mais um imperativo global (é até os dias de hoje), uma obrigação para todos e, desde a Guerra Fria, estabeleceu uma estrutura dual de dominação: desenvolvimento/subdesenvolvimento; centro/periferia; avançados/atrásado, etc. Submetendo nações periféricas à aceitação e aplicação de políticas, métricas,

instrumentos e etc, em prol desse discurso que em sua gênese se observa noções coloniais e imperialistas.

Isso vai ficando cada vez mais nítido e exemplificado ao se trazer o entendimento construído sobre subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva de dentro do pensamento latino-americano: um processo que não é apenas econômico, mas também político. Ele é interno e externo, com múltiplas e reciprocas relações e se desenvolve por meio de disputas de interesses e grupos, destacadamente por seu caráter dependente e desigual no continente. Pela via agro-mineira-exportadora conservadora a América Central e o Caribe são onde esse desenvolvimento subordinado acumulou mais contradições.

Para pensar essas limitações e contradições, análises bastante originais surgiram. Se, por um lado, os estudos sobre desenvolvimento nos países centrais resultaram na teoria do colonialismo e do imperialismo. Por outro, o estudo do desenvolvimento na América Latina deu origem as teorias da dependência. A dependência é a forma particular que o capitalismo latino-americano adotou. Ela é integrante e determinante na expansão, consolidação e manutenção do capitalismo. É baseada na divisão internacional do trabalho. Gera necessariamente desigualdades e conforma um sistema internacional desigual, combinado e progressivamente mais interdependente.

Dentre as análises construídas sobre esse tema, talvez a mais frutífera tenha sido a teoria da dependência de vertente marxista com o Grupo de Brasília (escrita como Teoria da Dependência), por isso optei nesta tese por adotar tal perspectiva na sua construção argumentativa. Entre os três intelectuais centrais do Grupo, se deu centralidade a Vânia Bambirra. A autora brasileira parte do pressuposto de que o capitalismo latino-americano assume formas específicas, sem negar leis gerais do sistema, configurando tipos específicos de capitalismo dependente.

A partir da década de 1980, a Teoria da Dependência foi perdendo espaço. Não por uma visão errônea da nossa realidade, mas por conta de derrotas políticas. As abordagens entorno da dependência (enquanto uma expressão local do imperialismo) foram relegadas, dando lugar a noções como interdependência, globalização ou crenças sobre capitalismo e liberdade. Dentro de tal contexto, foram apresentados três exemplos de mecanismos de manutenção e entraves ao desenvolvimento na contemporaneidade: sanções, dívida pública e austeridade (que também é a face mais atual do neoliberalismo). Elas também exemplificam que, tanto antes como hoje, não é possível falar (de forma séria e crítica) em práticas neoliberais na periferia latino-americana do

capitalismo sem se falar de dependência. E não é possível falar de dependência sem se falar também de imperialismo. Consequentemente, os três exemplos ajudam a construir e esclarecer a ligação entre neoliberalismo e imperialismo.

Assim, resgatar a Teoria da Dependência colabora para enfatizar e dar maior robustez a construção argumentativa apresentando a correlação necessária entre neoliberalismo e imperialismo, suas continuidades e mutações (adaptações) históricas na América Latina (sem excluir as especificidades de cada país). Ambos os fenômenos precisam atualmente um do outro para sobreviver e perpetuar. Eles não são sinônimos, mas compõem de forma mais ampla o próprio capitalismo. Como consequência, não temos apenas limitações a um desenvolvimento autônomo e alternativo, mas também se gera efeitos e demandas políticas. Isso pode ser observado quando se analisa criticamente o que foi chamado de “pós-neoliberalismo”. Esse foi o meu foco no capítulo três.

Para tal análise, foi preciso retomar a noção de “neoliberalismo mutante” (catalisado pela financeirização) e dar centralidade ao fato de que o movimento de continuidade e atualizações de práticas de dependência e subordinação hoje se fazem sentir principalmente através da austeridade, que por sua vez está na dianteira das práticas e da ideologia neoliberal, assim como dos reflexos nocivos para as democracias.

O neoliberalismo é mutante porque vem adquirindo múltiplas formas a depender de aspectos históricos e de territórios. Ele não é monolítico. Logo, repúdios ou defesa de programas neoliberais podem ou não equivaler a rupturas política, mas podem catalisar novos desenvolvimentos na racionalidade pró-mercado.

A partir disso, entendo o pós-neoliberalismo como uma forma histórica, uma linhagem do neoliberalismo, refletido em uma governabilidade que busca consensos frente ao esfarelamento das condições de vida. Contradicoramente, ele foi descrito e usado (por políticos, intelectuais, militantes, etc) como uma suposta alternativa frente as mazelas e descontentamentos erigidos da implementação neoliberal dos anos de 1980 e 1990 na região (na vanguarda das lutas antineoliberais estavam os movimentos sociais). A chamada Onda Rosa (ciclo progressista) e o neodesenvolvimentismo foram os principais símbolos desse fenômeno, encabeçado pela chegada ao poder de partidos de esquerda e centro-esquerda em boa parte da região entre o final dos anos de 1990 e 2015 e o *boom* das *commodities*.

Compreendo o neodesenvolvimentismo como a intervenção estatal para sair do subdesenvolvimento (buscando aquela noção de desenvolvimento evolucionista), sem impedir o investimento (especialmente industrial) e a suposta eficiência da gestão privada, além de expandir a agroexportação. Essa corrente econômica abandona o léxico anti-imperialista, defende a convergência entre Estado e setor privado e a globalização como grande oportunidade. Propaga o mito do desenvolvimento como recompensa pela qualidade das instituições formais, compartilhando preceitos com a matriz neoliberal.

Em síntese, o modelo neodesenvolvimentista se mostrou um padrão de acumulação primário-exportador, extrativista, predatório e com grande transferência de riqueza para o exterior em troca de ativações econômicas de curto prazo. Ele funcionou por um tempo e foi fundamental para as então iniciativas redistributivas e de ampliação de renda e direitos que marcou o período. Porém, teve efeitos contraditórios nos governos que assumiram.

O ciclo progressista surgiu com rebeliões populares e contribuiu nas críticas ao neoliberalismo. Contudo, não foi capaz e não tinha como objetivo alterar o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho, nem ser uma alternativa concreta ao modelo. Na verdade, seus objetivos estavam mais voltados em forjar novas configurações (políticas, discursivas e ideológicas) do próprio neoliberalismo, na perpetuação da dependência e da especialização primário-exportadora. E esses objetivos só foram possíveis de serem colocados em prática não simplesmente por uma submissão às pressões de poderes econômicos, mas mais por conquistas sutis a partir de uma lógica política do consenso voltada a dominação.

Isso se mostrou necessário porque com a continuidade das formas de dependência e das lógicas extrativistas, regressou-se a uma acumulação por despossessão, associadas a novas formas de regulação e gestão, com o Estado no centro, que precisava adquirir um rosto docemente progressista para um novo modelo de dominação política configurando democracias restringidas, cada vez mais minimalistas.

Foi uma estratégia bem-sucedida, onde o pós-neoliberalismo funcionou como uma reforma de reestruturação do neoliberalismo (mas, sem ser idêntico). Se alterou relações de poder e se reconfigurou discursos e práticas de controle político iniciadas por conta da crise de governabilidade em decorrência dos fracassos políticos frente as demandas sociais, lutas antineoliberais e ascensão da esquerda no final dos anos de

1990 (então por que não fazer da esquerda institucional também uma executora do neoliberalismo?).

Era preciso estabilizar e legitimar a reestruturação neoliberal. Para isso, se buscou produzir um consenso moderado, políticas de caráter social, neodesenvolvimentismo e um Estado baseado na lógica neoconstitucional. Em um cenário de descontentamentos, mobilizações, protestos e propostas alternativas, o consenso e alguma compensação era fundamental para sua consolidação. Ou seja, estabilidade mediante ceder a algumas demandas.

Retorno a um ponto essencial: nunca foi sobre menos Estado, mas sobre o papel deste, sua função de dar segurança econômica, jurídica e política a acumulação e a concentração de poder, ao mesmo tempo em que debilita e/ou coopta as forças sociais. É necessário absorver ou conter conflitos advindos das contradições e prejuízos sociais do modelo e propagar a ideia de que o neoliberalismo se baseava exclusivamente no mercado e não no Estado. Assim, mais Estado seria algo antineoliberal e o investimento estrangeiro traria crescimento. A ideia de uma economia social de mercado ganha tração como meio sofisticado e flexível de estabilização de conflitos.

Se propôs integrar parcelas marginalizadas da sociedade por meio do consumo, para gerar coesão interna e um sentimento de pertencimento à sociedade global. Porém, essa democracia governável, com um Estado presente e conciliador, logo mostrou seus limites e contradições. Como consequência se tem a intensificação de atividade legislativa e judicial para criminalizar protestos e manifestações.

Resulta que a implementação, desenvolvimento e perpetuação dessa estratégia não só fortaleceu (em diferentes graus a depender do país) materialmente o processo de acumulação do capital, via continuidade da dependência, mas também colaborou para processos de despolitização. Uma interdependência econômica e jurídica, um neoliberalismo constitucionalista (proteção da propriedade privada, do mercado e contenção de conflitos) com inspiração ordoliberal, que na América Latina pode transformar políticas sociais em uma oportunidade para o capital financiado pelo Estado.

Assim, a análise crítica da experiência da Onda Rosa permitiu inferir esta como uma mutação neoliberal consubstanciada para o contexto latino-americano e deu continuidade a formas de dependência econômica e política. É fato que nesse período a América Latina se viu frente a uma possibilidade de superar o neoliberalismo

(especialmente a partir de suas mobilizações populares), mas a correlação de forças e a intencionalidade dos atores (políticos e sociais) obstruíram sua concretização.

Foi uma experiência que se efetivou como mais uma etapa de ratificação do movimento do próprio capitalismo dependente latino-americano. Uma atualização do imperialismo muitas vezes confundida com contribuição para o desenvolvimento (que tipo de desenvolvimento?), sem desconsiderar os graus distintos de debilidade entre os Estados, características sócio-históricas, lutas de resistência e a conformação da relação público/privado.

Depois do exposto, e longe de querer firmar uma saída ao modelo neoliberal, nesta tese entendo e defendo que qualquer tentativa nesse sentido precisa necessariamente não afastar o entendimento de neoliberalismo como um fenômeno complexo, multifacetado, que reconfigura práticas imperialistas e colonialistas. A presente pesquisa contribui nesse sentido em: 1) apresentar e aprofundar o debate sobre a correlação neoliberalismo/imperialismo; 2) o tipo de configuração que essa correlação implica para a América Latina; 3) reinserção de autoras/autores e categorias que, mesmo com as limitações dessa tese, se mostraram frutíferas para ampliar e abrir agendas de pesquisa; 4) uma categorização do neoliberalismo como: um modelo político e econômico de reconfiguração do papel do Estado e um movimento complementar e superior do imperialismo, caracterizado por quatro faces que atuam em conjunto (teoria e prática econômica; teoria política e controle social; moral e subjetividade; e um entrave ao desenvolvimento autônomo para países periféricos).

É indispensável elaborar e ter como horizonte um novo modelo de desenvolvimento realmente autônomo e que caminhe em paralelo com uma democracia substantiva, com instrumentos organizativos e participativos de caráter popular. É tarefa salutar (para futuras pesquisas) a disputa pela soberania do desenvolvimento dos países latino-americanos. Precisamos de projetos (e resgatar projetos) nacionais e regionais e uma outra perspectiva de desenvolvimento (não evolucionista), especialmente frente a um mundo cada vez mais multipolar. Um passo inicial em direção a isso é o movimento de repensar como foram construídos esses campos do conhecimento e disciplinas que embasam as propostas existentes e/ou hegemônicas até o momento.

Só assim teremos alguma possibilidade, teórica e prática, de superar efetivamente o modelo neoliberal. Enquanto o chamado campo progressista não conseguir propor soluções estruturais para os problemas de desigualdades, pobreza e “subdesenvolvimento”, sempre haverá crescentes margens para a ascensão na esfera

pública da extrema-direita e suas soluções aparentemente fáceis e simples (resolver os problemas do neoliberalismo com mais neoliberalismo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. **Antropología del estado**. Tradução de Marcela Pimentel. México, DF: FCE, 2015.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ARIENT, Wagner Leal. Do Estado keynesiano ao Estado schumpeteriano. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 4, p. 604-621, 2003.
- ASAD, Talal. ¿Dónde están los márgenes del estado?. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 53-62, 2008.
- BALESTRO, Moisés; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. A Onda Rosa e o neoliberalismo resiliente. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, p. 30-55, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de A. Imperialidade democrática como injustiça global: problemas para a democracia e a justiça no século XXI. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017. p. 169-191.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BAMBIRRA, Vânia. Nafta: a nova era da dependência. **Chasqui Latino-Americano**, Rio de Janeiro, p. 8-10, out. 1992.
- BAMBIRRA, Vânia. **Dívida externa**. Palestra. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1987.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano e sua teoria crítica**: uma tentativa preliminar de balanço. Conferência. Rio de Janeiro, junho de 1986.
- BATTESTIN, Cláudia; DARIVA, Bernard Guedes; LIMA, Bruno Huffel de. Percursos metodológicos decoloniais: rompendo lógicas epistêmicas coloniais. **Interritórios: Revista de Educação**, Caruaru, v. 9, n. 18, p. 1-16, 2023.
- BENZI, Daniele; PEREGALLI, Alessandro. Introdução ao dossier – América latina em seu labirinto: crise, restauração, resistência. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, v. 45, n. 250, p. 213-226, maio/ago. 2020.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 81-117, set./dez. 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo; GIMENES, Eder; CASALECHI, Gabriel. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 27, p. 105-137, set./dez. 2018.

BORBA, Pedro dos Santos de; BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. Teoria Crítica nas margens: um diálogo entre marxismo e pós-colonialismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, p. 1-17, 2020.

BORON, Atilio A. A questão do imperialismo. In: **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 501-527.

BORON, Atilio A. El pos-neoliberalismo: un proyecto en Construcción. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Comps.). **La trama del Neoliberalismo**: mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

BROWN, Wendy. Sofrendo de Direitos como Paradoxos. **Revista de Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 469-486, jan./mar. 2021.

BROWN, Wendy. Neoliberalism's Scorpion tail. In: CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (orgs.). **Mutant neoliberalism**: market rule and political rupture. New York: Fordham University Press, 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Tradução de Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **El Pueblo sin atributos**: la secreta revolución del neoliberalismo. Tradução de Víctor Altamirano. México, DF: Malpaso, 2016.

CAHILL, Damien *et al.* **The sage handbook of neoliberalism**. London: SAGE Publications Ltd, 2018.

CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (orgs.). **Mutant Neoliberalism**: market rule and political rupture. New York: Fordham University Press, 2020.

CANTAMUTTO, Francisco J.; FELIZ, Mariano. Argentina: entre la sostenibilidad de la deuda y la vida. **Revista nuestramérica**, v. 9, n. 17, p. 1-20, 2021.

CASARA, Rubens R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Puntos finales: sobre el sur de la teoría. In: **Teoría desde el sur**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013. p. 80-87.

- COMAROFF, Jean. Teorias do sul. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 467-480, 2011.
- CONNELL, Raewyn. Usando a Teoria do Sul. **Epistemologias do Sul**, n. 1, p. 87-109, 2017.
- CONNELL, Raewyn; DADOS, Nour. Where in the world does neoliberalism come from? The market agenda in Southern perspective. **Theory and Society**, v. 43, p. 117–138, 2014.
- CONNELL, Raewyn. O império e a criação de uma Ciência Social. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 309-336, 2012b.
- CONNELL, Raewyn; DADOS, Nour. The global South. **Contexts**, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012a.
- COOPER, Melinda. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.
- COSTA, Jales Dantas da; CARVALHO, Wolney de. Considerações acerca do Neoliberalismo e do Progressismo na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, p. 141-165, 2019.
- COSTA, Pedro Henrique Antunes *et al.* Desatando a trama das redes assistenciais sobre drogas: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 395-406, fev. 2015.
- CROSSMAN, R. H. S. **Biografia do Estado moderno**. Tradução de Evaldo A. Vieira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- CROUCH, Colin. **The Strange Non-Death of Neoliberalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.
- CROUCH, Colin. **Post-Democracy**. Cambridge: Polity, 2004.
- CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Tradução de Gabriel Landi Fazzio e Leonardo Godim. São Paulo: Lavrapalavra, 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n. 8, jun. 2008.
- DÁVALOS, Pablo. El posneoliberalismo: apuntes para una discusión. **Revista Encuentros Latinoamericanos**, Montevideo, v. VIII, n. 2, dez. 2014.
- DÁVALOS, Pablo. Hacia un nuevo modelo de dominación política: Violencia y poder en el posneoliberalismo. **Revista Contrapunto - Luchas sociales y gobiernos progresistas en América Latina**, n. 1, p. 135-152, dez. 2012.
- DÁVALOS, Pablo. Hacia un nuevo modelo de dominación política: violencia y poder en el posneoliberalismo. In: GUTIÉRREZ, Raquel (Coord.). **Palabras para tejernos**,

resistir y transformar en la época que estamos viviendo. Oaxaca-Puebla, México: Ed. Pez en el Arbol, 2011.

DEAN, Jodi. **Democracy and other neoliberal fantasies:** communicative capitalism and left politics. Durham & London: Duke University Press, 2009.

DELLA PORTA, Donatella. **Social Movements in Times of Austerity:** Bringing Capitalism Back into Protest Analysis. Cambridge: Polity Press, 2015.

DÉLANO, Manuel; TRASLAVIÑA, Hugo. **La herencia de los Chicago boys.** Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam.** Tradução de Carlos Eugênio M. de Moura. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo.** Tradução de Maria de Fátima da Silva e Abreu. São Paulo: Boitempo, 2014.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo:** um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta, 2020.

FICO, Carlos. **O grande irmão:** da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collége de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURNO, Juliane. **Imperialismo:** uma introdução. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria.** Lisboa: Edições 70, 2007.

GALVÃO, Taís F.; PEREIRA, Mauricio G. Revisão sistemática da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan./mar. 2014.

GONZÁLEZ-LÓPEZ, Felipe. Society against markets: The commodification of money and the repudiation of debt. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 251-277, abr. 2021.

GRANDO, Kelen Barboza. **A transição da onda rosa para a onda azul:** impactos nos mecanismos de integração financeira do Mercosul de 2012 a 2019. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARNECKER, Marta. **América Latina y el socialismo del siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ITURRALDE, Manuel. O governo neoliberal da insegurança social na América Latina: semelhanças e diferenças com o Norte Global. In: WACQUANT, Loïc. **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Organização de Vera Malaguti Batista. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012b. p. 169-195.

KANAAM, Gabriel L. Acumulação do capital e imperialismo: o debate entre Ellen Wood e David Harvey para o estudo do imperialismo no século XXI. In: COLÓQUIO MARX E O MARXISMO, 2017, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: NIEP-MARX/UFF, 2017.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesarrollismo, socialismo**. La Habana: Editorial Alba, 2016.

KAY, Cristóbal. Teorias estruturalistas e teoria da dependência na era da globalização neoliberal. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotonio (orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p. 361-389.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. Tradução de Américo E. Bandeira. 17. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1985.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 4. ed. amp. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.

MARX, Karl. **Contribuições à crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Pedro. O imperialismo hoje: Harvey, Wood e Lenin. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 16, p. 01-19, 2022.

MAZZETTI, Ântonio Carlos *et al.* América-Latina em perspectiva: o pensamento cepalino e decolonial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, e202111, 2021.

MBEMBE, Achille. O devir-negro do mundo. In: MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 11-23.

MENEGON, Carolina. **A colonialidade e o pensamento feminista latino-americano: desafios e perspectivas dos feminismos nas nações “periféricas”**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do sul, Ijuí, 2016.

MENEZES, Roberto Goulart; ALMEIDA, Elga Lessa de (orgs.). **Sul Global, resistências e a geopolítica do capitalismo contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2023.

MIGNOLO, Walter. **La teoría política en la encrucijada descolonial**. 1. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na democracia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MORLINO, Leonardo. Qualidades da democracia: como analisá-las. **Sociedade e Cultura**, v. 18, n. 2, p. 147-159, 2015.

OKOLI, Chitu. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. **EaD em Foco**, v. 9, n. 1, e748, 2019.

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política: uma leitura latino-americana**. Tradução de Igor Ojeda. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

PARANÁ, Edemilson. **Bitcoin: a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

PIÑERO, María Teresa. Micropolíticas de neoliberalismo punitivo en Argentina. In: PIÑERO, María Teresa; TORRES, Jorge Foa (coord.). **Neoliberalismo: aproximaciones a las razones de su éxito**. Córdoba: Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, 2019.

PLEHWE, Dieter. Introduction. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (orgs.). **The road from Mont Pelerin: the making of the Neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Luísa N.; HEINEN, Luana R. Crítica feminista ao neoliberalismo: a ampliação da opressão feminina como consequência do neoliberalismo. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 10, n. 1, p. 52-79, jan./abr. 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa de evidências científicas. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. **History of economic analysis**. New York: Oxford University Press, 1954.

SEABRA, Raphael Lana. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 261-283, jan./abr. 2019.

SEABRA, Raphael Lana. O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 449-454, maio/ago. 2013.

SILVA, Fabricio Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**, n. 5, p. 67-94, fev. 2015.

SILVEIRA, Sérgio A. da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (orgs.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

SIMONOFF, Alejandro. Dependencia. In: VALDÉS, Eduardo Devés; ÀLVAREZ, Silvia T.; AVILA, Carlos F. Domínguez (eds.). **Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latino-americano**: teorías, escuelas y redes, conceptos, doctrinas, figuras. Buenos Aires: CLACSO, 2024.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalistas**: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo. Tradução de Oliver Freitas. Florianópolis, SC: Enunciado Publicações, 2021.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina G. Almeida, Marcos Pereira F., André Pereira F. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLOWICZ, Beatriz. O “Pós-Neoliberalismo” e a reconfiguração do capitalismo na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 2, p. 189-215, 2020.

STOLOWICZ, Beatriz. El “posneoliberalismo” para una reforzada hegemonía del capital. **Cuadernos de Nuestra América**, v. 27, n. 49, p. 25-46, jan./jun. 2017.

STOLOWICZ, Beatriz. **El misterio del posneoliberalismo**: La estrategia para América Latina. Bogotá: ILSA, Espacio Crítico Ediciones, 2016.

STOLOWICZ, Beatriz. **A contracorriente de la hegemonía conservadora**. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco, 2012.

STOLOWICZ, Beatriz. El posneoliberalismo no es más que un manual táctico conservador para apuntalar al gran capital. **Rebelion.org**, 24 jan. 2011. Entrevista concedida a Fernando Arellano Ortiz.

STOLOWICZ, Beatriz. El debate actual: posliberalismo o anticapitalismo. **Anales**, n. 368, p. 77-102, mar. 2010.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 92, p. 35-56, mar. 2012.

TAVARES, Francisco; SILVA, Gustavo. A ciência política brasileira diante do novo regime fiscal: para uma Agenda de pesquisas sobre democracia e Austeridade. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, e20180320, 2020.

TAVARES, Francisco; RAMOS, Pedro Vitor G. O novo regime fiscal brasileiro e a democracia: interpretações sobre uma incompatibilidade. **Boletim Goiano De Geografia**, v. 38, n. 3, p. 450-472, 2018.

TAVARES, Francisco Mata Machado. **A dimensão política da crise fiscal dos estados contemporâneos**: um estudo sobre o potencial da democracia deliberativa para a coibição das concorrências tributárias danosas. 2008. 1Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

THERBORN, Göran. La historia no terminó. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Comps.). **La trama del Neoliberalismo**: mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 897-918, jul./ago. 2009.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; FRADE, Djalma da Silva; PUTY, Claudio Alberto C. Branco. Dívida pública e dependência na América Latina: os casos do Brasil, Argentina e México na fase neoliberal. **Revista de Economia**, v. 43, n. 82, p. 711-744, 2022.

URBINATI, Nadia. Uma revolta contra os corpos intermediários. **Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política**, n. 12, p. 176-200, 2016.

VALDÉS, Eduardo Devés. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX**: desde la CEPAL al neoliberalismo 1950-1990. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2003.

VALENTE, Monica. Neoliberalismo e democracia na América Latina. In: ROMÃO, Wagner (org.) et al. **Democracia versus neoliberalismo**: reflexões sobre uma sociedade desigual. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Hucitec, 2024. p. 125-134.

VEGA, Ricardo. El misterio del posneoliberalismo. La estrategia para América Latina. **De Raíz Diversa: Revista Especializada En Estudios Latinoamericanos**, v. 6, n. 11, p. 233–241, 2019.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165–189, 2014.

WACQUANT, Loïc. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: WACQUANT, Loïc. **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Organização de Vera Malaguti Batista. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012b. p. 11-42.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set./dez. 2012a.

WACQUANT, Loïc. The militarization of urban marginality: lessons from the brazilian metropolis. **International Political Sociology**, v. 2, n. 1, p. 56-74, mar. 2008.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany S. da Mota. São Paulo: Ed. Cultrix, 1968.

WOLF, Paulo José W.; OLIVEIRA, Giuliano C. de. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 661-694, 2016.

WOOD, Ellen M. **O império do capital**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

WOOD, Ellen Meiksins. Transitions. In: WOOD, Ellen Meiksins. **Liberty and Property**: a social history of western political thought from renaissance to enlightenment. Londres: Verso, 2012. p. 1-56.

YOUNG, Iris. **Inclusion and democracy**. New York: Oxford University Press, 2000.